



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

MESTRADO EM LETRAS

CLÓVIS ALENCAR BUTZGE

LINGUAGEM E IDENTIDADE DE PESCADORES DO LAGO DE ITAIPU

CASCADEL - PARANÁ

2006

CLÓVIS ALENCAR BUTZGE

LINGUAGEM E IDENTIDADE DE PESCADORES DO LAGO DE ITAIPU

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, pelo Curso de Pós-Graduação em Letras – Área de Concentração em Linguagem e Sociedade, do Centro de Educação, Comunicação e Artes da Universidade Estadual do Paraná - Unioeste.

Orientador: Prof. Dr. Ciro Damke

CASCADEL - PARANÁ

2006

TERMO DE APROVAÇÃO

CLÓVIS ALENCAR BUTZGE

LINGUAGEM E IDENTIDADE DE PESCADORES DO LAGO DE ITAIPU

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Letras – Área de Concentração em Linguagem e Sociedade, do Centro de Educação, Comunicação e Artes da Universidade Estadual do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Ciro Damke
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste

Prof. Dr. Dermeval da Hora Oliveira
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Profa. Dra. Clarice Nadir von Borstel
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste

Prof. Dr. José Luiz da Veiga Mercer (suplente)
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Prof. Dr. Robson Laverdi (suplente)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste

Cascavel, 02 de março de 2006

DEDICATÓRIA

A Graci, companheira de todas as horas.

Aos meus pais, pelo apoio que nunca faltou.

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação de mestrado é apenas “a ponta do iceberg” de nossa formação acadêmica. Para chegar até ela, muitos amigos, amigas, colegas, professores e professoras participaram, seja pela interação informal ou nas aulas, desde a pré-escola até o programa de mestrado. Por isso, não conseguiria redigir uma lista com todos que foram importantes nessa jornada. Porém mencionarei alguns nomes que tiveram presença marcante nesses dois anos.

Primeiramente, ao professor Dr. Ciro Damke, orientador que soube dar caminho e liberdade, agradeço a confiança e o companheirismo. À professora Dra. Clarice von Borstel, ao professor Dr. Robson Laverdi e à equipe do projeto “Trajetórias Sociais e Trabalho na Fronteira”, agradeço pelo desprendimento com que sempre me ajudaram. Aos professores doutores Dermeval da Hora e José da Veiga Mercer, por aceitarem compor a banca examinadora e pelas preciosas contribuições. Além desses, muitos outros merecem agradecimentos, especialmente do Curso de Mestrado e do Colegiado de Letras de Marechal Cândido Rondon, mas não os cito para não correr o risco de esquecer de alguém.

Aos colegas de mestrado também devo agradecimentos. Todos, seja em momentos coletivos ou particulares, contribuíram para que as dificuldades fossem obstáculos rasos e o curso proveitoso. Alguns estiveram mais perto, por isso cito-os: Ana Paula, Clarice, Denise, Jerri e Otaviana. Em nome deles, abraço todos meus colegas.

Gostaria de agradecer ao meu irmão Vanderlei, culpado por eu ter cursado Letras, e as minhas irmãs Juliana e Daiana, com as quais aperfeiçoei a arte da argumentação. Aos meus amigos e amigas de Santa Helena, e àqueles espalhados pelo Brasil e pelo Mundo, obrigado.

Igualmente agradeço aos pescadores e pescadoras de Santa Helena que partilharam conosco suas trajetórias de vida e possibilitaram que esse e outros trabalhos viessem à luz. A vocês mais que agradecimentos, sucesso na construção de sua comunidade.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	vii
LISTA DE TABELAS	vii
RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 METODOLOGIA E CONTEXTO DA PESQUISA.....	10
2.1 O ESTUDO DE CASO NA PESQUISA ETNOGRÁFICA	12
2.2 O CONTEXTO DOS PESCADORES DE SANTA HELENA.....	15
2.2.1 O Município de Santa Helena.....	17
2.2.2 Rio Paraná – Lago de Itaipu: um novo arranjo espacial.....	23
2.2.3 A Pesca como Meio de Sobrevivência.....	28
2.2.4 A Organização da Categoria de Pescadores Profissionais	31
2.3 A COLETA E TRANSCRIÇÃO DOS DADOS	33
2.3.1 A Transcrição dos Dados.....	35
2.4 OS SUJEITOS ENTREVISTADOS	36
3 LINGUAGEM E IDENTIDADE.....	42
3.1 A IDENTIDADE CULTURAL NA (PÓS)MODERNIDADE	43
3.2 AS NARRATIVAS ORAIS	53
3.2.1 A Relevância da Enunciação na Produção de Sentidos	57
3.2.2 Aspectos da Narrativa Oral: estrutura e tempo.....	61
3.3 A RELAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E IDENTIDADE	66
3.3.1 A Leitura de Identidades a partir de Narrativas Oraís.....	71
3.4 VARIAÇÃO DA LINGUAGEM E IDENTIDADE LINGÜÍSTICA	76
3.5 PRECONCEITO E ESTIGMA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE	82
4 A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES ATRAVÉS DA LINGUAGEM.....	93
4.1 TRAJETÓRIAS DE VIDA: o vir a ser pescador	94
4.1.1 Pescadores do Rio Paraná.....	95
4.1.2 A formação do Lago de Itaipu: novos pescadores	102
4.1.3 A Pesca como Alternativa de Trabalho Atualmente	113
4.1.4 Mulheres Pescadoras	117
4.2 ENTRELACANDO DISCURSOS: temas em comum presentes nas narrativas de pescadores.....	124
4.2.1 O Gostar da Profissão.....	125
4.2.2 O Passado Idilizado pela Memória	127

4.2.3 As Contradições nas Narrativas de Pescadores	131
4.2.4 O Descentramento da Identidade Profissional.....	137
4.2.5 O Ser-Pescador Profissional de Verdade.....	141
4.2.6 A Narrativa como Instrumento de Denúncia.....	144
4.2.7 As Relações entre os Pescadores e as “Organizações”	148
4.2.8 A Compreensão de Fronteira Desenvolvida pelos Pescadores.....	152
4.2.9 A Relação Entrevistador e Entrevistado: quando os papéis se invertem	160
5 ASPECTOS DA LINGUAGEM DOS PESCADORES DE ITAIPU.....	164
5.1 O LÉXICO DOS PESCADORES DE SANTA HELENA	165
5.1.1 O Vocabulário Pesqueiro: fundamentação teórica.....	166
5.1.2 Aspectos do Léxico dos Pescadores do Lago de Itaipu	172
5.1.2.1 O ambiente da pesca: local de estadia e espaço de trabalho.....	172
5.1.2.1.1 O local de estadia	173
5.1.2.1.2 O espaço de trabalho com a pesca.....	176
5.1.2.2 Os equipamentos de trabalho	182
5.1.2.2.1 A embarcação.....	183
5.1.2.2.2 A rede	187
5.1.2.2.3 Os utensílios.....	189
5.1.2.3 A prática da pesca	191
5.1.2.3.1 O trabalho com a rede.....	193
5.1.2.3.2 Tipos de pesca.....	195
5.1.2.3.3 Os tipos de peixes.....	198
5.1.2.3.4 Limpeza dos peixes	202
5.1.2.3.5 Conhecimento sobre os peixes	203
5.1.2.4 A organização dos pescadores	205
6 O ESTIGMA DE VIVER DA PESCA: preconceitos contra pescadores	208
6.1 PRECONCEITOS SOBRE A PROFISSÃO DE PESCADOR	209
6.2 O PRECONCEITO LINGÜÍSTICO NA COMUNIDADE DE PESCADORES.....	219
6.3 O “DISCURSO COMPETENTE” QUE CALA OS PESCADORES	225
6.4 O ESTIGMA DE SER PESCADOR	232
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	240
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	244
ANEXOS	249

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 –	FOTO DA PRAIA ARTIFICIAL DE SANTA HELENA.....	22
FIGURA 2 –	MAPA DO LAGO DE ITAIPU E MUNICÍPIOS LINDEIROS	23
FIGURA 3 –	MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA BACIA DO RIO PARANÁ	24
FIGURA 4 –	MAPA DA BACIA DO PARANÁ III.....	25
FIGURA 5 –	FOTO DA REPRESA DE ITAIPU	28
FIGURA 6 –	FOTO DE UM AJUDANTE DE PESCA	40
FIGURA 7 –	FOTO DO “BARRACO” DE UM PONTO DE PESCA	41
FIGURA 8 –	DIAGRAMA DOS COMPONENTES DA NARRATIVA.....	61
FIGURA 9 –	CONTÍNUO DE URBANIZAÇÃO	80
FIGURA 10 –	CONTÍNUO DE ORALIDADE-LETRAMENTO.....	81
FIGURA 11 –	CONTÍNUO DE MONITORAÇÃO ESTILÍSTICA.....	81
FIGURA 12 –	CONTÍNUO DAS GRAVAÇÕES – MOMENTOS MAIS FORMAIS	165
FIGURA 13 –	CONTÍNUO DAS GRAVAÇÕES – MOMENTOS MAIS INFORMAIS.....	165
FIGURA 14 –	FOTO DA FAIXA DE PROTEÇÃO DO RESERVATÓRIO DE ITAIPU	175
FIGURA 15 –	FOTO DE UM BARCO MOVIDO A MOTOR DE POPA.....	185
FIGURA 16 –	FOTO DE UM BARCO MOVIDO A MOTOR RABETA	185
FIGURA 17 –	FOTO DE UM BARCO MOVIDO A REMO	186
FIGURA 18 –	FOTO DE UM BARCO DE MADEIRA.....	186
FIGURA 19 –	FOTO DE UM BARCO DE ALUMÍNIO	187
FIGURA 20 –	FOTO DE UM BARCO DE LATÃO	187
FIGURA 21 –	FOTO DA PRÁTICA DE PESCA COM REDE	189
FIGURA 22 –	FOTO DA PRÁTICA DE PESCA COM ESPINHEL.....	191
FIGURA 23 –	FOTO DA PRÁTICA DE REVISTA DE REDE	197
FIGURA 24 –	ILUSTRAÇÃO DO PEIXE “ARMADO”	200
FIGURA 25 –	ILUSTRAÇÃO DO PEIXE “CURVINA”	200
FIGURA 26 –	ILUSTRAÇÃO DO PEIXE “SARDELA/PERNA-DE-MOÇA”	200
FIGURA 27 –	FOTO DO PEIXE “CURIMBA”	201
FIGURA 28 –	FOTO DO PEIXE “MANDI”	201
FIGURA 29 –	FOTO DO PEIXE “MANDI-PRATA”	201
FIGURA 30 –	FOTO DO PEIXE “TRAÍRA”	201
FIGURA 31 –	FOTO DE PESCADOR LIMPANDO OS PEIXES	202
FIGURA 32 –	FOTO DA SEDE DA COLÔNIA DE PESCADORES NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES.....	207
FIGURA 33 –	FOTO DA SEDE DA COLÔNIA DE PESCA Z-20	207

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DA ÁREA EM CONFLITO – 1975.....	26
TABELA 2 –	POPULAÇÃO DE SANTA HELENA – 1980/1991/1996/2000.....	27
TABELA 3 –	DADOS DOS PESCADORES ENTREVISTADOS	38

RESUMO

O presente trabalho constitui-se num estudo de caso etnográfico sociolinguístico sobre as relações entre linguagem e identidade na comunidade de pescadores profissionais do Município de Santa Helena, Estado do Paraná, Brasil, os quais atuam no Lago de Itaipu, formado em 1982 a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. O *corpus* da pesquisa é composto por entrevistas gravadas entre 2003 e 2005, as quais versam sobre a “história de vida” de pescadoras e pescadores, coletadas a partir de visitas de campo realizadas através do projeto de pesquisa “Trajetórias sociais e trabalho na fronteira: estudo de caso dos pescadores de Santa Helena/PR”, vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras da Unioeste, campus de Marechal Cândido Rondon. Para contextualizar as entrevistas, foi realizada uma descrição do contexto sócio-histórico-geográfico da comunidade de pescadores profissionais de Santa Helena, além da contextualização das visitas de campo. As narrativas são tratadas como discursos, a partir dos quais o sujeito revela-se e age, construindo simbolicamente representações de si e do mundo, realizando através da linguagem um processo de identificação. Constatou-se que a comunidade de pescadores profissionais é recente e por isso a maioria de seus componentes ainda está construindo suas representações acerca da atividade pesqueira assim como sua identificação com a pesca profissional. Partiu-se, portanto, da perspectiva do sujeito da narrativa para traçar um “perfil” da identidade social de pescador e não de uma visão externa; pode-se constatar também que já está em curso a formação de um “perfil” do não-pescador, demonstrando-se que o processo de diferenciação é fundamental na constituição das identidades. Constatou-se um forte processo de descentramento na identidade dos entrevistados e entrevistadas acerca da pesca, em especial por terem advindo de outras profissões ou ainda por possuírem profissão paralela à pesca. Apesar da complexidade e heterogeneidade, muitos pontos em comum foram encontrados nos discursos dos entrevistados, revelando que está em curso a construção de uma representação coletiva da identidade social de pescador entre os pescadores. Deu-se atenção também para aspectos lexicais e fonológicos da linguagem dos pescadores, o que levou à conclusão de que está em formação um socioleto da pesca. Realizou-se um levantamento do vocabulário utilizado no universo da pesca, o qual, além de designar elementos que compõem o ambiente, os instrumentos, a prática da pesca e a organização pesqueira, revela ainda elementos da cultura, do cotidiano, das relações sociais da comunidade de pescadores. Realizou-se ainda uma análise para verificar se há percepção pelos pescadores de preconceitos sobre a profissão que desempenham, concluindo-se que, além do preconceito sobre a profissão, há preconceito sobre a linguagem e sobre a formação intelectual dos pescadores, resultando num processo de estigmatização de sua profissão, o que faz com que a maioria dos pescadores não deseje transmiti-la aos filhos. Portanto, apesar da complexidade e da pluralidade identitária verificada, a intrínseca relação entre linguagem e identidade nos permitiu observar, através da análise de narrativas, como está se construindo e como se compõe a identidade social de pescadores do Lago de Itaipu.

Palavras-chave: linguagem; identidade; narrativas; vocabulário da pesca; estigma; preconceito.

ABSTRACT

The present work consist of a study of ethnographic sociolinguistic case about the relations between language and identity at the community of fishermen training in Santa Helena City, Paraná State, Brazil, which they act at Lake Itaipu, formed in 1982 from the construction of hydro-electric power station of Itaipu Binacional on, between the Federal Republic of Brazil and Republic of Paraguay. The corpus of this research is composed of recorded interviews among 2003 and 2005, which speak about “life history” of fishermen and fisherwomen, collected from visits field on taken place through the project of research “Trajectories social and border work: study of the case of fishermen in Santa Helena/PR”, linked with the Center of Humanities, Education and Languages of Unioeste, Marechal Cândido Rondon, Campus. To contextualize the interviews it was realized a description of the context partner-historical-geographical at the community of professional fishermen of Santa Helena, apart from contextualization of the visits field. The narratives are deal with as speeches, from which the subject reveal and act, building symbolically representation of one and the world, realizing through the language one process of identification. It is established that the community of professional fishermen is recent that is why most of the members are still building their representation about the fishing activities as well as the identification with the fishing professional. Therefore, it started from perspective of the subject at the narrative to delineate a “profile” of the identity social of fishermen and not from an outside feeling; it can also establish that it is already in progress the formation of a “profile” of not-fisherman, proving by reasoning that the process of differentiation is fundamental at the constitution of identities. It establishes a strong process of decentralization at the identity of the interviewees about fishing, special for being resulting from other professions or even for having a parallel profession to the fishing. Despite of the complexity and heterogeneity, many points in common were founded at the speeches of the interviewees, revealing that is in operation the building of a representation collective of the identity social of fisherman among fishermen. It also gave attention to aspects lexical and phonological of the fishermen language, what came to the conclusion that it is in formation a sociolect of the fishing. It was realized a survey of vocabulary used at the fishing universe, which besides designate rudiments that consist the environment, the tools, the practice of fishing, and the organization fishing, still reveal the elements of culture, quotidian, relations social at the community of fishermen. It is also realized an analysis to check if there is an understanding through the fishermen of prejudice about the profession they perform, concluding that besides the prejudice against the profession, there is a prejudice about language and about the intellectual formation of the fishermen, resulting in a process of stigmatization of their profession, what make most of the fishermen not to want to transmit to their kids. Thus, despite of the complexity and the plurality identity verified, intrinsic relation between language and identity allowed noticing, trough the analysis of the narratives how it is being building and how the identity social of fishermen of the Lake Itaipu consists.

Key words: language; identity; narratives; fishing vocabulary; stigma; prejudice.

1 INTRODUÇÃO

A linguagem faz parte do ser humano e é usada como meio de comunicação e integração social do falante ao seu grupo social e à sociedade como um todo. A linguagem é, pois, o constructo básico das representações simbólicas que o indivíduo faz de si mesmo e dos outros, sendo, portanto, através dela que se posiciona no mundo, significa as coisas que o cerca e interage socialmente. Assim, para se interpretar a linguagem e a identidade pessoal e social do indivíduo, é necessário conhecer o contexto sócio-histórico-geográfico em que a língua é utilizada.

Ao se propor a estudar as relações entre linguagem e identidade numa dada comunidade social, partiu-se desses pressupostos, articulando-os a uma concepção discursiva da linguagem, ou seja, é “na” e através “da” linguagem que o sujeito se constrói como tal, num processo que envolve tanto as forças individuais quanto as forças sociais. Com isso, quer-se dizer que o indivíduo não é autônomo, nem assujeitado, mas, sim, integrante ativo de uma comunidade, a qual é, ao mesmo tempo, coercitiva “sobre” e sujeita “às” ações de seus componentes. Por isso, elaborou-se um panorama dos aspectos sociais, históricos e geográficos da comunidade em que o grupo de falantes em estudo está inserido, no caso dessa pesquisa, especificamente, os pescadores do Município de Santa Helena, Estado do Paraná, que vivem da pesca no Lago de Itaipu.

A construção do Lago de Itaipu originou um dinâmico movimento humano na região Extremo-Oeste do Paraná. Essa região, há pouco tempo “colonizada”¹, ainda vivia um processo de acomodação fundiária e urbana quando o governo militar brasileiro firmou acordo com o Paraguai para a construção daquela que viria a ser a maior usina hidrelétrica do mundo, originando também um dos maiores lagos artificiais do planeta. O alagamento fez

¹ Como veremos no Capítulo 2, a designação “colonizada” remete ao processo de ocupação agrícola e urbana moderna.

com que milhares de pessoas tivessem que sair da área inundada. Muitas delas mudaram-se para outras regiões e outras tantas tiveram que se “acomodar” à nova realidade geopolítica.

Nesse contexto, muitos trabalhadores rurais, pequenos agricultores, trabalhadores volantes², desempregados das cidades, entre outros, passaram a encontrar na pesca uma fonte de renda alternativa à diminuição de terras agricultáveis e ao enfraquecimento do comércio. Originou-se uma categoria de trabalhadores até então pouco representativa e que tinha organização maior nos municípios de Guaíra e Foz do Iguaçu, os quais, respectivamente, localizam-se nos extremos norte e sul do Lago de Itaipu.

É no Município de Santa Helena, localizado no centro da região lindeira³ ao Lago de Itaipu, que se focou a atenção dessa pesquisa. Santa Helena foi um dos municípios mais atingidos pelo represamento das águas do Rio Paraná, perdendo consideráveis áreas de terra e habitantes. Ali, ao final da década de 1980 e início dos anos 1990, havia cerca de 500 pescadores profissionais registrados (MACHADO, 2002). Hoje, pouco mais de 100 famílias vivem diretamente da pesca no Município, formando uma comunidade identificada principalmente por seu trabalho, a qual é objeto dessa pesquisa no que tange, centralmente, às relações entre linguagem e identidade dos sujeitos que a compõem.

As preocupações com a identidade estão muito presentes na contemporaneidade em função da grande pluralidade cultural que marca o mundo moderno. O movimento humano gerado pelo “encurtamento” das distâncias, graças às inovações nos meios de transporte, além da velocidade da informação, faz com que o homem contemporâneo se questione sobre sua identificação e, conseqüentemente, as comunidades também buscam respostas sobre sua identidade. Hall (2003, p. 7) afirma que

as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como

² “Trabalho volante” é um sistema de trabalho não-fixo, no qual o sujeito presta serviços geralmente diários ou sazonais, atuando para diferentes patrões, sem vínculo empregatício.

³ “Região lindeira” ou “municípios lindeiros” é a denominação dada aos municípios que são banhados pelo Lago de Itaipu.

um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Os pescadores de Santa Helena também vivem esse processo de descentramento⁴ influenciado pela fragmentação da identidade, originado por diversas categorizações identitárias modernas, como classe, gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade e, especialmente nessa investigação, pelo mundo do trabalho no qual estão inseridos.

Um rápido relato da formação da população que vive no Extremo-Oeste paranaense é o suficiente para entender a heterogeneidade cultural dos pescadores. Diferente do que muitos pensam - que a região é puramente fruto da migração de colonos gaúchos e catarinenses, descendentes de alemães e italianos (o que já revela heterogeneidade) - a região já possuía representantes indígenas, vizinhos paraguaios e argentinos, além de consideráveis migrações de outras regiões do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais e, em menor número, de outros estados da federação (e até de outros países).

Outro aspecto relevante é que a maioria dos pescadores não pescava na época do Rio Paraná, mas, sim, somente após o alagamento pela barragem de Itaipu, em 1982, o que denota que não são pescadores tradicionais, no sentido de que se originaram de uma comunidade antiga de pesca, como acontece, por exemplo, no litoral brasileiro. Os pescadores de Santa Helena já desempenharam, ou ainda desempenham, outras atividades econômicas, seja na área rural ou urbana, ou mesmo junto ao seu local de trabalho, como, por exemplo, a apicultura e a criação de peixes em tanques-rede⁵. Eis que esses sujeitos passaram por um processo de transição, sendo obrigados a se identificarem em uma nova realidade, o que para alguns foi muito dolorido, como se pode constatar no depoimento de um pescador ex-agricultor:

⁴ Hall (2003, p. 34-46) explica o processo de descentramento da identidade do sujeito cartesiano, a qual seria fixa e estável e que deu lugar à identidade aberta, contraditória, inacabada e fragmentada do sujeito pós-moderno.

⁵ “Tanques-rede” são espécies de gaiolas flutuantes instaladas no Lago de Itaipu, nas quais peixes são criados.

chegou a hora da Itaipu fazer alguma coisa por nós. Eles já tiraram nossa terra, que era tudo o que eu tinha, agora vão fazê o que prá ajudá o pescador? Uma vez eu tinha orgulho de dizê que era colono hoje vô dizê que sou pescador, vão rir de mim. (PILETTI, 1999, p. 28)

O processo de nova identificação é, nos termos de Penna (1998), uma construção simbólica, o que permite a possibilidade de múltiplas identidades, como, por exemplo, no processo de transição de uma realidade à outra (como no depoimento acima exposto):

a identidade social é uma construção simbólica que envolve processos de caráter histórico e social, que se articulam (e atualizam) no ato individual de atribuição. Consideramos, assim, que a identidade social é uma representação, relativa à posição no mundo social, e, portanto, intimamente vinculada às questões de reconhecimento. Concebemos a possibilidade de múltiplas identidades, com base em referenciais distintos – como a origem territorial, a condição de gênero, a etnia, a atividade profissional etc. -, pois, enquanto uma construção simbólica, a identidade não é decorrência automática da materialidade. (PENNA, 1998, p. 92-93)

Para aprofundar, portanto, o estudo das relações entre linguagem e identidade dos pescadores de Itaipu, é necessário investigar como a linguagem revela e participa da construção da identidade e, concomitantemente, como a identificação pessoal e social influencia na linguagem do sujeito. O dilema da identidade, a qual é ao mesmo tempo individual e social, associa-se à natureza dupla da linguagem, que também é ao mesmo tempo social e individual. Conforme Damke (1998, p. 22), a identidade lingüística,

assim como a própria língua/linguagem, em parte [...] é trazida do próprio berço e em parte ela vai se formando ao longo da vida, de acordo com a realidade de vivência do indivíduo. A construção da identidade, pois, é resultado de fatores individuais, mas também depende de fatores coletivos, sociais.

A comunidade de pescadores de Santa Helena abre-se, portanto, como um profícuo objeto de estudos para observar a formação da identidade, em especial, para esse trabalho, da identidade social. Em primeiro lugar, porque ainda não foram realizadas pesquisas do gênero com essa comunidade; em segundo lugar, por essa ainda ser a primeira geração organizada de pescadores do Lago de Itaipu e, portanto, viver todos os dilemas de constituição de uma categoria nova de trabalhadores e, por conseqüência, de uma nova comunidade social e de fala, delimitada por sua profissão comum.

Portanto, analisar as narrativas orais desses sujeitos, a partir de seu contexto sócio-

histórico-geográfico, a fim de discutir as relações entre linguagem e identidade, é o objetivo geral do presente projeto, o qual se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

a) realizar um levantamento sócio-histórico-geográfico do contexto no qual vivem os sujeitos em foco;

b) efetuar o levantamento de dados lingüísticos lexicais e discursivos através de fontes já produzidas e, principalmente, através de narrativas orais obtidas em entrevistas com os pescadores;

c) buscar subsídios metodológicos e teóricos para fundamentar a análise e interpretação das narrativas orais dos pescadores;

d) estudar as narrativas orais dos pescadores e verificar como se dá a construção da identidade social de pescador “na” e “pela” linguagem, sem perder de vista aspectos da identidade pessoal dos mesmos;

e) observar aspectos da linguagem dos pescadores, especialmente através de elementos lexicais que constituem seu falar, analisando-os semanticamente a partir de variáveis lingüísticas e não-lingüísticas;

f) verificar a avaliação dos pescadores quanto a sua profissão e ao seu falar, investigando a presença de valorização ou estigmatização quanto a ser pescador;

g) a partir das teorias e dados analisados, interpretar as relações entre linguagem e identidade dos pescadores do Lago de Itaipu.

Concordando com o pressuposto defendido por Calvet (2002) de que a linguagem é uma atividade social, analisar-se-á a linguagem dos pescadores a partir do estudo da comunidade de pescadores em sua dimensão lingüística, para, então, compreender como é estabelecida a identidade dos sujeitos dessa comunidade. Tal decisão exige, portanto, uma investigação sócio-histórica da realidade dos pescadores santa-helenenses, associada à coleta de informações junto aos próprios pescadores, através de suas narrativas de vida.

Levantados os dados, serão analisados à luz de teorias da linguagem, em especial da Sociolinguística, vislumbrando-se uma análise interdisciplinar do problema posto em causa: as relações entre linguagem e identidade dos pescadores de Itaipu. Devido à impossibilidade de se realizar a análise de todos os aspectos culturais e lingüísticos de uma comunidade em um único trabalho dissertativo, elegeram-se algumas abordagens, a saber:

No capítulo 2, apresentou-se a *metodologia da pesquisa*, norteadada pelo estudo de caso etnográfico, e o *contexto dos pescadores de Santa Helena*. Baseou-se a pesquisa etnográfica especialmente em Geertz (1978) e André (2004), os quais propõem o estudo cultural a partir da realidade dos pesquisados e de suas narrativas. O levantamento do contexto sócio-histórico-geográfico da comunidade de pescadores deu-se a partir da coleta de dados oficiais, em bibliografias publicadas e trabalhos acadêmicos e, especialmente, a partir do próprio relato dos pescadores, desenvolvendo uma perspectiva historiográfica conhecida como “história dos que vêm de baixo”⁶, ou seja, uma historiografia que ouça, nesse caso específico, a versão dos fatos dos sujeitos pescadores. Considerou-se fundamental, nesse capítulo, a descrição da metodologia e do contexto da pesquisa, pois permite uma visualização de como foi “construído” o *corpus* da pesquisa, ou seja, como foram *coletados e transcritos os dados* e ainda quem são *os sujeitos em estudo*. O Capítulo 2 serve de embasamento aos demais capítulos da dissertação, pois fornece dados que permitirão situar contextualmente as análises realizadas.

O terceiro capítulo foi destinado à fundamentação teórica das análises sobre *linguagem e identidade* desenvolvidas nos capítulos subseqüentes. Para a primeira discussão selecionada, *identidade cultural na (pós)modernidade*, recorreu-se em especial a Hall (2003) e Woodward (2003), autores que discutem o processo de descentralização da identidade do homem moderno, o qual vive em meio a um grande processo de globalização cultural, além

⁶ Thompson (1981) fundamenta tal perspectiva.

de viver os conflitos provocados pelas constantes migrações e conflitos étnicos. O segundo subtópico trata das *narrativas orais* como campo de realização do sujeito e representação simbólica dos significados culturais a partir da visão do sujeito enunciativo; para isso recorreu-se especialmente a Certeau (2003), segundo o qual a narrativa é um fazer, uma ação que possibilita rotas de fuga ao sujeito e, nessa perspectiva, procurou-se entender como se constrói a identidade dos pescadores de Itaipu. Ainda no subtópico sobre as narrativas orais, entendeu-se necessário estabelecer a *relevância da enunciação* para a compreensão das narrativas, fundamentada nas discussões de Bakhtin (1997), o qual defende a idéia da linguagem como forma de interação social, carecendo por isso ser explicada em seu contexto de enunciação; além disso, apresentou-se fundamentação sobre a estrutura narrativa, com base em estudiosos da proposta laboviana. No terceiro subtópico do capítulo, traçou-se um paralelo entre *linguagem e identidade*, buscando com isso entender como a identidade se constrói pela linguagem e como se pode ler a identidade através da linguagem; para isso buscaram-se subsídios em Silva (2003), Moita Lopes (2003), Bamberg (2002) e Mishler (2002), entre outros. A *variação da linguagem e identidade lingüística* é tema do quarto subtópico, o qual é debatido especialmente à luz dos estudos de Labov (1983) e dos adeptos da Teoria Variacionista, revelando a compreensão de que a linguagem é heterogênea e de que uma língua pode possuir várias possibilidades de realização eficientes na interação comunicativa de uma comunidade, inclusive sendo traço da identidade de seus componentes. Fez-se fundamental também abordar os conceitos de *estigma e preconceito*, assunto do quinto subtópico, pois se observou durante a pesquisa forte discriminação da profissão de pescador, assim como da sua variante lingüística; para abordar essa temática, basearam-se as análises em Goffman (1988) e Elias & Scotson (2000).

Descrito o panorama do meio social e debatida a fundamentação teórica e metodologia adotada, partiu-se efetivamente para a análise do *corpus* de pesquisa. No capítulo

4, desenvolveu-se a análise de *narrativas orais*, mecanismo utilizado especialmente no cotidiano como tática de poder, como forma de fugir do assujeitamento, conforme defende Certeau (2003). São as narrativas apropriações da linguagem capazes de constituir a trajetória de vida do sujeito, procedimento que promove esquecimentos e intensifica certas recordações, num processo ao qual Certeau (2003) denomina como uma “arte de fazer”. São, portanto, as narrativas orais a principal fonte de dados desse trabalho, as quais são fruto da experiência humana (THOMPSON, 1981, p. 81). O capítulo está dividido em dois blocos: no primeiro, foi utilizado o início das narrativas de entrevistados e entrevistadas, em que narram suas trajetórias de vida da infância até a atualidade na pesca, objetivando-se com isso analisar como se deu o processo de *vir a ser pescador* a partir da visão do próprio sujeito, o qual através da linguagem tem a oportunidade de refletir sobre sua trajetória de vida e construí-la narrativamente. No segundo bloco desse capítulo, optou-se por analisar nove temáticas acerca da comunidade de pescadores recorrentes nas entrevistas coletadas, sendo elas: *o gostar da profissão; a idilização do passado pela memória; as denúncias presentes nas narrativas de pescadores; o descentramento da identidade profissional; o ser-pescador profissional de verdade na visão dos próprios pescadores; a narrativa como instrumento de denúncias; as relações entre os pescadores e as “organizações”; a compreensão de fronteira desenvolvida pelos pescadores; e a relação entrevistador e entrevistado*. A partir dessas análises, buscou-se demonstrar como a identidade social dos pescadores do Lago de Itaipu constrói-se e revela-se através da linguagem.

O quinto capítulo foi destinado a apresentar e a analisar *aspectos da linguagem dos pescadores*. Partiu-se da concepção variacionista de língua, a qual defende que toda língua é heterogênea, dada sua dinamicidade e capacidade de mudança, variando no tempo e no espaço, graças ao uso realizado pelos falantes (MOLLICA, 2004, p. 10). Na impossibilidade de descrever a linguagem dos pescadores como um todo, escolheram-se alguns aspectos que

apontam para a formação de um socioleto⁷ da pesca, centrando atenção no *léxico dos pescadores de Santa Helena*, em que se abordaram expressões utilizadas para designar *o ambiente da pesca, os equipamentos de trabalho, a prática da pesca e a organização dos pescadores*, objetivando revelar não só o significado da expressão, mas também demonstrar como o estudo dessas expressões pode revelar o universo dos pescadores.

Reservou-se o sexto capítulo para discutir *o preconceito presente na comunidade de pescadores*, o qual gera a *estigmatização* quanto à posição social desses sujeitos, assim como quanto à sua variante lingüística. Partiu-se do pressuposto de que uma variante de língua é prestigiada à medida que corresponde à variante da classe social prestigiada (BAGNO, 2003). Observou-se que os pescadores estão posicionados socialmente no que se convencionou chamar de “classe baixa”⁸ e, em sua maioria, possuem nível básico de escolaridade. O que se percebe em seus depoimentos é que o preconceito contra a sua linguagem não é exclusivamente vindo de fora, mas também vem dos próprios pescadores, dificultando suas relações sociais e revelando uma realidade de auto-estigmatização. Organizou-se, então, esse capítulo da seguinte forma: *preconceitos sobre a profissão de pescador, o preconceito lingüístico na comunidade de pescadores, o “discurso competente” que cala os pescadores, e o estigma de ser pescador*.

Nas considerações finais, buscou-se estabelecer uma relação crítica entre *a linguagem e a identidade dos pescadores do Lago de Itaipu*. O material teórico e as análises realizadas são a matéria para estabelecer essa relação que faz parte do objetivo geral da presente dissertação, que é entender *como os pescadores do Lago de Itaipu constroem e revelam suas identidade através da linguagem*.

⁷ “Também denominado de *dialeto social*, é o uso lingüístico próprio de uma classe ou categoria social específica” (Monteiro, 2000, p. 50).

⁸ Classificação baseada na renda financeira do indivíduo.

2 METODOLOGIA E CONTEXTO DA PESQUISA

A relação intrínseca entre linguagem e sociedade, numa perspectiva sociolingüística, é consenso, porém o enfoque dado ao estudo da língua/linguagem é variável e algumas perspectivas produzem separações entre o sistema da língua e seu uso. Partiu-se, nesse trabalho, do pressuposto de que essa relação não deve ser rompida, mas sim enfatizada para que se possa investigar a linguagem e a identidade dos pescadores profissionais do Lago de Itaipu⁹.

Conforme Bakthin (1997, p. 123)

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

Portanto, privilegiar-se-á o estudo dos enunciados dos sujeitos, concretizados em forma de narrativas orais, produzidos a partir de enunciações específicas, ou seja, a partir de entrevistas de campo. Compreender tais narrativas somente é possível se entendidas em sua totalidade, ou seja, como um fenômeno social de interação verbal.

Para realizar essa investigação, o campo de conhecimento escolhido é o da Sociolingüística, disciplina que traz registrado em sua etimologia seu caráter interdisciplinar, ou seja, a relação entre sociedade e linguagem. Conforme Alkmim (2003, p. 28) e Calvet (2002, p. 28-31), o termo “sociolingüística” consolidou-se em 1964, quando foi realizado um congresso na Universidade da Califórnia em Los Angeles, do qual participaram, entre outros, John Gumperz, Einar Haugen, William Labov, Dell Hymes, John Fisher, José Pedro Rona,

⁹ A designação “pescadores profissionais do Lago de Itaipu” é utilizada, em primeiro lugar, porque os sujeitos estudados pescam no Lago de Itaipu e, em segundo lugar, porque a permissão para essa atividade é concedida pela Itaipu Binacional, responsável imediata pela Lago e pelas áreas reflorestadas de seu entorno. Outras expressões poderão ser utilizadas para designar os sujeitos em estudo, como “pescadores profissionais de Itaipu”, “pescadores de Itaipu”, “pescadores profissionais de Santa Helena”, “pescadores de Santa Helena” ou simplesmente “pescadores”, porém sempre fazendo referência aos pescadores profissionais de Santa Helena que atuam no Lago de Itaipu. Essa indefinição por um nome único reflete a imprecisão da sociedade local ao designar os pescadores.

além do organizador William Bright, o qual, na apresentação dos Anais do evento, intitulado “*Sociolinguistics*”, define a diversidade lingüística como o objeto central da Sociolingüística.

Labov (1983) observou que a expressão “sociolingüística” é redundante, pois a designação “lingüística” seria suficiente, já que a língua é um fenômeno social. Calvet (2002, p. 33) lembra que tal observação gerou polêmica, com o qual não concorda:

Trata-se simplesmente da afirmação de um princípio segundo o qual não é possível distinguir entre uma lingüística geral que estudaria as línguas e uma sociolingüística que levaria em conta o aspecto social dessas línguas: em outros termos, a *sociolingüística é a lingüística*.

Apesar das considerações de Labov, o termo cunhado foi mantido a fim de explicitar a contrariedade à prática de dividir sistema e uso da língua (ALKMIM, 2003).

Bright¹⁰ *apud* Alkmim (2003, p. 28) associa a diversidade lingüística a fatores como: identidade social do emissor ou falante; identidade social do receptor ou ouvinte; contexto social; e atitudes lingüísticas. Tal enfoque não se dá ao acaso (ALKMIM, 2003, p. 29-31), pois a Sociolingüística origina-se a partir do encontro da Lingüística com áreas como a Antropologia Lingüística – iniciada por Franz Boas e seus discípulos Edward Sapir e Benjamin L. Whorf, e representada na Sociolingüística por Hymes – e a Dialectologia Social – representada por Labov. Hymes desempenha papel importante ao desenvolver a Etnografia da Fala, depois rebatizada como Etnografia da Comunicação – a qual procura explicar o comportamento lingüístico a partir da cultura do sujeito. Já Labov desenvolve a Teoria da Variação ou Sociolingüística Variacionista, a qual busca na correlação entre fatores estruturais e sociais explicações para as realizações lingüísticas do falante e/ou de sua comunidade.

Nos termos de Alkmim (2003, p. 31), o objeto central da Sociolingüística

é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Seu ponto de partida é a *comunidade lingüística*, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos lingüísticos. Em outras palavras, uma comunidade de fala se caracteriza

¹⁰ BRIGHT, W. (org.) **Sociolinguistics**. In: PROCEEDING OF THE UCLA SOCIOLINGUISTICS CONFERENCE, 1964. 3 ed. Mouton, The Hague, 1966.

não pelo fato de se constituir por pessoas que falam do mesmo modo, mas por indivíduos que se relacionam, por meio de redes comunicativas diversas, e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras.

Além do enfoque na linguagem dos pescadores de Santa Helena, o presente trabalho também se propõe a investigar a identidade social desses sujeitos. Por isso, em função da complexidade que se apresenta, demandar-se-ão esforços para dialogar com outras disciplinas, em especial das Ciências Humanas, com o intuito de entender a linguagem dos pescadores em seu contexto sócio-cultural.

Nesse capítulo, contextualizar-se-á a pesquisa, apresentando a *metodologia de estudo de caso etnográfico*, o *contexto-sócio histórico dos pescadores*, a *coleta e transcrição dos dados* e os *sujeitos entrevistados*.

2.1 O ESTUDO DE CASO NA PESQUISA ETNOGRÁFICA

A natureza da pesquisa desenvolvida na presente dissertação exige uma abordagem de campo, a fim de coletar e tratar os dados fornecidos por sujeitos integrantes da comunidade de pescadores profissionais de Itaipu. Buscaram-se, na interdisciplinaridade com a Antropologia, mais precisamente no método etnográfico, subsídios para orientar a abordagem da comunidade de pescadores de Santa Helena.

A Etnografia, segundo Geertz (1978, p. 15), é a prática realizada pelos antropólogos sociais. Interessa nessa prática, em primeiro lugar, a inserção da pesquisa em campo, as técnicas de abordagem, observação e registro de dados; em segundo lugar, a análise cultural da comunidade em estudo. No que tange a tais interesses, recorreu-se a André (2004, p. 28-30), a qual aponta os seguintes princípios da pesquisa etnográfica:

- a) interação constante entre o pesquisador e o objeto pesquisado;
- b) o pesquisador é o instrumento principal na coleta e na análise dos dados;

c) ênfase no processo, naquilo que está ocorrendo e não no produto ou nos resultados finais;

d) preocupação com o significado, com a maneira própria com que as pessoas vêem a si mesmas, as suas experiências e o mundo que as cerca;

e) trabalho de campo: os eventos, as pessoas, as situações são observados em sua manifestação natural;

f) descrição: situações, pessoas, ambientes, depoimentos, diálogos.

g) indução: busca a formulação de hipóteses, conceitos, abstrações, teorias e não sua testagem.

A relação entre o pesquisador e o objeto pesquisado, nesse caso, a comunidade de pescadores profissionais de Santa Helena, originou o *corpus* principal de análise da pesquisa, ou seja, narrativas de pescadores que versam sobre suas histórias de vida, especialmente suas atividades pesqueiras. A intenção era obter material lingüístico e dados histórico-culturais que compõem as representações dos pescadores, com a intenção de produzir uma análise partindo do ponto de vista do pesquisado e não de uma visão externa.

Como aponta André (2004) na citação anterior, fez-se necessário também o registro das observações de como se deram os eventos de interação, dos locais de contato entre pesquisador e pesquisado, da situação comunicativa. Buscou-se uma relação de confiança entre as partes para que os dados tivessem o máximo de confiabilidade, apesar de que, como afirma Geertz (1978, p. 33), não se pode cair no equívoco de achar que os dados obtidos através da pesquisa etnográfica sejam mais puros, mais fundamentais, mais sólidos ou ainda menos condicionados do que os dados conseguidos através de outras pesquisas sociais.

Obtidos os dados, faz-se necessária a análise deles. André (2004, p. 19), afirma que na visão de Spradley (1979)¹¹

¹¹ SPRADLEY, J. **The ethnographic interview**. Nova York, Prentice Hall, 1979.

a principal preocupação na etnografia é com o significado que têm as ações e os eventos para as pessoas ou os grupos estudados. Alguns desses significados são diretamente expressos pela linguagem, outros são transmitidos indiretamente por meio de ações. De qualquer maneira, diz ele, em toda a sociedade as pessoas usam sistemas complexos de significado para organizar seu comportamento, para entender a sua própria pessoa e os outros e para dar sentido ao mundo em que vivem. Esses sistemas de significado constituem a sua cultura. Para Spradley a cultura é, pois, “o conhecimento já adquirido que as pessoas usam para interpretar experiências e gerar comportamentos” (p. 5). Nesse sentido a cultura abrange o que as pessoas fazem, o que elas sabem e as coisas que elas constroem e usam, explica ele.

Partindo desses pressupostos, a etnografia permite-nos desvendar os significados simbólicos da cultura de uma comunidade, partindo da compreensão dos sujeitos estudados e não a partir de uma visão externa, ou seja, a avaliação da cultura da comunidade em estudo a partir de outra cultura (geralmente a do pesquisador). Não se ignora que tal distanciamento é praticamente impossível em sua totalidade, porém a partir de uma teoria interpretativa que inter-relacione o discurso verbal dos sujeitos e suas ações sociais (gestos e comportamentos, por exemplo) torna-se possível, baseando-se em evidências, formular - por indução - hipóteses, conceitos, abstrações e teorias a cerca da cultura da comunidade pesquisada.

Geertz (1978, p. 15) define o trabalho etnográfico como um esforço intelectual que representa um risco elaborado por uma “descrição densa”¹². Com esse esforço Geertz (1978, p. 24) pretende compreender a cultura, a qual para ele é um sistema de símbolos construídos:

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade.

André (2004, p. 20) afirma que a partir dessa concepção da Etnografia e de cultura, “o etnógrafo encontra-se, [...] diante de diferentes formas de interpretação da vida, formas de compreensão do senso comum, significados variados atribuídos pelos participantes às suas experiências e vivências e tenta mostrar esses significados múltiplos ao leitor”. Essa possibilidade de descrever com densidade, ou seja, não apenas relatar observações, mas interpretar as relações culturais a partir dos discursos e ações sociais, fez com que se optasse

¹² A expressão “descrição densa” é tomada por Geertz ao filósofo Gilbert Ryle (GEERTZ, 1978, p. 17).

pela Etnografia como um instrumento metodológico para a compreensão da linguagem e identidade dos pescadores de Itaipu.

Para conseguir alcançar tal objetivo, somou-se ao método etnográfico a pesquisa do tipo estudo de caso. André (2004, p. 31) informa que

Para que seja reconhecido como um estudo de caso etnográfico é preciso, antes de tudo, que preencha os requisitos da etnografia e, adicionalmente, que seja um sistema bem delimitado, isto é, uma unidade com limites bem definidos, tal como uma pessoa, um programa, uma instituição ou um grupo social.

Partindo desse pressuposto, percebeu-se que a comunidade de pescadores profissionais de Santa Helena apresenta uma unidade bem delimitada por sua atividade profissional, configurando-se como um grupo social, o qual não é muito grande, contabilizando-se pouco mais de 100 pescadores e pescadoras em atividade permanente.

Quanto ao enfoque da pesquisa de caso, André (2004, p. 31) afirma que:

O caso pode ser escolhido porque é uma instância de uma classe ou porque é por si mesmo interessante. De qualquer maneira o estudo de caso enfatiza o conhecimento do particular. O interesse do pesquisador ao selecionar uma determinada unidade é compreendê-la como uma unidade. Isso não impede, no entanto, que ele esteja atento ao seu contexto e às suas inter-relações como um todo orgânico, e à sua dinâmica como um processo, uma unidade de ação.

O recorte do objeto de estudo aqui proposto é bem claro: as relações entre linguagem e identidade dos pescadores de Itaipu. Não será feita nessa pesquisa a descrição da cultura da comunidade de pescadores como um todo, porém será feito uso de elementos culturais desta comunidade para entender a linguagem e a identidade dos sujeitos que a compõem. Por isso, explorar-se-á o contexto sócio-histórico e geográfico dos pescadores de Santa Helena, enfocando relações internas à comunidade e relações dela com outras esferas da sociedade.

2.2 O CONTEXTO DOS PESCADORES DE SANTA HELENA

Uma comunidade lingüística, segundo Calvet (2002, p. 167) é um “conjunto de seres humanos que compartilham o mesmo espaço geográfico-social e o uso de uma mesma língua

ou variedade lingüística”. Preti (2003, p. 13), citando Raven McDavid Jr.¹³, explica que uma comunidade lingüística pode comportar um *dialecto social*, o qual seria uma “habitual subvariedade da fala de uma dada comunidade, restrita por operações de forças sociais a representantes de um grupo étnico, religioso, econômico ou educacional específico”. Para Fishman¹⁴ *apud* Damke (1997, p. 62), uma comunidade lingüística é formada por pessoas que compartilham do uso e regras de pelo menos uma variedade lingüística. Quanto ao tamanho de uma comunidade lingüística, Fishman (*idem*) afirma que essa “pode ser tão pequena como uma única rede de interação fechada”.

A presente pesquisa partiu desses pressupostos para conceber a comunidade de pescadores profissionais de Santa Helena como uma comunidade lingüística. Efetivamente, os sujeitos em foco compartilham de um mesmo trabalho (caráter econômico), de uma mesma região (Santa Helena, Extremo-Oeste do Paraná), de uma mesma organização profissional (colônia de pesca), de um mesmo referencial social (pescadores profissionais), entre outros aspectos que poderiam ser elencados para caracterizá-los como uma comunidade lingüística.

Na seqüência, apresentar-se-á algumas informações para entender o contexto sócio-histórico da comunidade de pescadores, a fim de embasar as análises dessa dissertação. Iniciar-se-á com um breve *histórico do Município de Santa Helena*. Na seqüência, discutir-se-á a *formação do Lago de Itaipu, a atividade pesqueira como meio de sobrevivência e a formação da categoria dos pescadores de Itaipu*.

¹³ McDAVID JR., Raven. Dialect Differences and Social Differences em Urban Society. In: BRIGHT, William. **Sociolinguistics**. Nova York-Paris – The Hague, 1966, p. 73.

¹⁴ FISHMAN, Josua A. **Soziologie der Sprache**: eine interdisziplinäre sozialwissenschaftliche Betrachtung der Sprache in der Gesellschaft. München, 1975.

2.2.1 O Município de Santa Helena

O território do Município¹⁵ de Santa Helena, antes da ocupação chamada “colonização”, iniciada no início do século XX, fazia parte de um espaço de fronteira disputado entre brasileiros, paraguaios e argentinos. Entre as primeiras atividades econômicas da região, destacavam-se a extração da erva-mate e da madeira realizada pelas *obrages*¹⁶, especialmente a “Colonizadora Domingos Barthe”, de origem argentina, a qual utilizava o Rio Paraná como um de seus principais meios de transporte e escoamento de produção. Esta Colonizadora se dizia donatária, desde 1858, de grande parte das terras que hoje formam o Município, conforme narra Colodel (1988, p. 63):

A penetração argentina em território brasileiro, em busca das riquezas nativas da região Oeste, começa a concretizar-se já desde os meados do século XIX. No caso específico de Santa Helena, às margens do rio Paraná, a Companhia Domingos Barthe instala-se no ano de 1858. A confirmação desta data é considerada à medida em que *havia um letreiro gravado na pedra e que dizia o seguinte: “Puerto de Santa Helena fue abierto dia 18-8-1858 pela Companhia Domingos Barthe”. E ele pôs esse nome de Santa Helena dizendo por ser o dia de Santa Helena.*¹⁷

A região só chamou maior atenção dos governos Estadual e Federal com a passagem da Coluna Prestes em 1925. Nesta ocasião, perseguidos pelas tropas legalistas, os rebeldes de Prestes queimaram uma ponte sobre o Rio São Francisco Falso, construída pela Companhia Domingos Barthe. No local, hoje conhecido como “Ponte Queimada”, há um monumento à Coluna Prestes, projetado por Oscar Niemeyer¹⁸, e a Rodovia Estadual que passa por ali foi batizada com o nome da famosa Coluna.

Tendo como sede administrativa em terras do Paraná o Porto de Santa Helena, a Companhia Domingos Barthe, de procedência argentina e que aqui se instalara em 1858, teve os seus negócios bastante comprometidos com a passagem das tropas revolucionárias. Funcionando

¹⁵ Sempre que a palavra “município” referir-se especificamente a Santa Helena será grafada com letra maiúscula.

¹⁶ “*Obrages*” era a denominação dada a “empreendimentos econômicos baseados no latifúndio extrativista e nas relações de trabalho de ‘servidão’.” (GREGORY, 2002, p. 89). Sobre o sistema de *obrages* e também sobre a colonização de Santa Helena até 1960 ver Colodel (1988).

¹⁷ BORTOLINI, Antonio Francisco. Entrevista gravada, concedida a José Augusto Colodel em 23 mar. 1988, em Santa Helena.

¹⁸ O arquiteto Oscar Niemeyer, conhecido militante comunista e amigo de Luiz Carlos Prestes, projetou um monumento que lembra a passagem da Coluna Prestes por Santa Helena, o qual além de representar um marco memorial também está sendo explorado turisticamente.

de maneira semelhante como as demais *obrages*, esta companhia havia implantado um universo de trabalho baseado na brutal exploração da mão-de-obra paraguaia que lhe era prestadora de serviços nas áreas onde se estendiam seus vastos ervais. Uma das primeiras atitudes adotadas pelos rebeldes quando tomaram o Porto de Santa Helena foi a de dar liberdade aos *mensus*¹⁹ que quisessem ir embora. Muitos deles aceitaram a proposta já que as condições de trabalho eram opressivas e também porque sabiam que não mais conseguiriam saldar as dívidas que haviam contraído junto à companhia pelo sistema de *contas correntes*²⁰. (COLODEL, 1988, p. 173)

Como pode ser lido, a passagem da Coluna Prestes provocou o enfraquecimento econômico da Colonizadora Domingos Barthe, haja vista ter combatido o sistema de semi-escravidão instituído pelas *obrages*. Esse fato coincidiu com a falência da Companhia Meyer, Annes & Cia. Ltda., a qual recentemente se instalara em Santa Helena para realizar a venda de lotes rurais. A massa falida Meyer, Annes & Cia. foi transferida para a Companhia Alegretti, a qual iniciou o processo de venda de lotes:

Paralelamente, desde que iniciaram as transações para a transferência das propriedades da *Meier, Annes* para a *Alegretti*, esta começou a agilizar a venda dos futuros lotes coloniais. Seus corretores deram início à propaganda das terras do oeste paranaense no Rio Grande do Sul. Algumas localidades receberam a preferência de serem as primeiras fornecedoras de colonos para Santa Helena; dentre as quais: Bento Gonçalves, Alfredo Chaves, Cachoeira e Maráu. (COLODEL, 1988, p. 193-194)

A partir da década de 1920, famílias vindas do Rio Grande do Sul, especialmente de descendência italiana, utilizavam o caminho via Posadas (República Argentina) e aproveitavam o transporte hidroviário pelo Rio Paraná, em virtude do fácil acesso através do Porto de Santa Helena. Essas famílias já haviam estabelecido propriedades produtivas de subsistência e extrativas, formando uma pequena concentração na localidade hoje denominada Santa Helena Velha.

Com o advento do “Estado Novo”, em 1930, sob o comando de Getúlio Vargas, iniciou-se a política da “Marcha para o Oeste”, visando nacionalizar a ocupação das regiões

¹⁹ O termo “*mensus*” é equivalente ao português “peões” e era atribuído aos trabalhadores paraguaios, também chamados de “guaranis modernos”, que atuavam nas *obrages*. Etimologicamente, conforme Colodel (1988, p. 53, rodapé), o termo advém do espanhol “*mensual*”, ou seja, “mensalista”. Sobre o assunto, além de Colodel (1988) ver também Wachowicz (1987).

²⁰ Pelo sistema de “*contas correntes*”, o trabalhador adquiria da empresa os bens de consumo básicos, os quais eram anotados e descontados do salário no final do mês. Invariavelmente, o valor do débito era maior que o do crédito, já que os preços cobrados eram extorsivos, ao passo que o salário era ínfimo. Assim, os *mensus* não conseguiam mais desatrelar-se da *obrage*, já que a dívida era sempre crescente.

de fronteira. Para a região Oeste do Paraná, fazia parte dessa política, entre outras coisas, o incentivo à migração de agricultores, a fim de implantar pequenas propriedades agrícolas e agroindústrias, e também a exigência de que os quadros funcionais das empresas da região contassem com, no mínimo, 2/3 de trabalhadores brasileiros. Outra iniciativa do Governo Federal era a implantação do “Território Federal do Iguazu”, o que fez com que o Governo do Paraná passasse a atuar mais na região, a fim de evitar a divisão de seu território. Como as medidas adotadas não surtiram os efeitos desejados, o Território do Iguazu foi implantado, porém não teve muito tempo de duração, voltando a região ao domínio do Paraná. O cenário internacional turbulento, em função da II Guerra Mundial, fez com que as empresas internacionais atuantes na região vendessem seus capitais para empresas nacionais. O fluxo de migrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul aumentou, promovendo-se a ocupação das terras que foram desmatadas para fornecer madeira para a reconstrução da Europa pós-II Guerra Mundial e também para as necessidades geradas com a crescente urbanização brasileira. A crescente urbanização, motivada principalmente pelo crescimento industrial nos períodos de guerra, também gerou um aumento da demanda por gêneros alimentícios, fornecidos pelas pequenas propriedades e agroindústrias (GREGORY, 2002, p. 88-103).

Mesmo com esse cenário, o qual favoreceu a ocupação do Oeste do Paraná especialmente a partir da década de 1940, a Companhia Alegretti logrou pouco êxito na colonização de Santa Helena. Um novo impulso colonizatório surgiu com a Imobiliária Agrícola Madalozzo Ltda., que em 1952 assumiu a gleba antes cedida à Companhia Alegretti.

A Imobiliária Agrícola Madalozzo não conseguiu convencer os proprietários das terras de Santa Helena Velha a vender-lhe uma área suficiente a fim de implantar seu projeto urbano, conforme obrigações da Colonizadora, levando-a a adquirir uma área 11 km ao norte, dando origem ao loteamento “Cidade de Santa Helena”, atual sede do Município. A exploração da madeira de lei, da erva-mate e a fertilidade do solo vermelho atraíram à região

grandes levas de famílias, principalmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina:

Deixando suas propriedades no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, essas famílias vieram para Santa Helena com o firme propósito de reconstruírem suas vidas em uma terra que julgavam ser melhor. Deixaram para trás laços de parentesco e amizade, atraídos pelas promessas de um futuro que lhes seria benéfico e onde poderiam reestruturar seus projetos e sonhos para si e para os seus descendentes. (COLODEL, 1988, p. 229)

Pela Lei 026/62, de 20 de julho de 1962, Santa Helena passou a ser distrito administrativo de Medianeira e distrito judiciário de Foz do Iguaçu. O franco desenvolvimento da região culminou com a emancipação político-administrativa do Município em 26 de maio de 1967, através da Lei 5.548/67.

O Município experimentou um grande crescimento populacional na década de 1970, motivado especialmente pela expansão da agricultura. Porém, a construção da Hidrelétrica de Itaipu modificou a geografia regional, e Santa Helena sofreu um duro revés em seu desenvolvimento. Atualmente o Município ainda depende basicamente da economia agropecuária, porém com o repasse dos *royalties*²¹ de Itaipu aos municípios limieiros, como forma de compensação pelas perdas com o alagamento de terras, iniciou-se o investimento em turismo e industrialização, no entanto ainda são tímidos os resultados obtidos.

No “Hino do Município de Santa Helena”²², podem-se visualizar as fases principais da história oficial santa-helenense, componentes do imaginário construído sobre o que é (ou seria) Santa Helena. No trecho a seguir, pode-se constatar o processo de migração e colonização agrícola, o qual teve seu auge entre as décadas de 1950 e 1970:

Bravas raças migraram de longe,
rumo à terra de férteis canteiros
que germina sementes de sonhos
engrandece esse rico celeiro.

Ao sentir o progresso latente
essa gente aqui se firmou.
Muitos outros seguiram sua trilha
e tão logo um povo forte se formou.

²¹ *Royalties* é uma compensação financeira paga pela Itaipu Binacional aos municípios limieiros, ao Estado do Paraná e à União Federal em função das perdas econômicas geradas pelo alagamento de seu território.

²² Instituído pela Lei Municipal 664/91. Letra e Música de Maria Yvete Fontoura.

Observe-se que há uma associação explícita entre o povo forte com o migrante agricultor, dentre eles os chamados “pioneiros”, aqueles que primeiro teriam se firmado. A história geralmente concede o lugar de pioneiro àqueles que se “firmaram”, ou seja, tornaram-se proprietários, enquanto os demais são “apagados” da história.

Nas estrofes a seguir, fica latente a angústia com o alagamento de Itaipu, o qual produziu um efeito reverso no movimento migratório - da imigração para a emigração:

Certo dia as águas do rio
estenderam-se sobre este chão,
muitos filhos deixaram o solo,
indo em busca do novo rincão.

Mas a fé dos que continuaram,
com a força do rio cresceu,
fez brotar novas frutas, novas flores
e tão logo a esperança fortaleceu.

A esperança, a pujança, o desenvolvimento sempre estão associados a figuras ligadas à natureza, mais especificamente a idéia de fecundidade, imagem recorrente no universo agrícola. Por fim, a perspectiva de que o Lago de Itaipu, outrora prejudicial, prenuncia-se como possibilidade de progresso:

Hoje as água refletem as cores
que adornam com simplicidade,
atraindo de todos os cantos
visitantes à nossa cidade,

Que desfrutam de toda a magia
das belezas de cada recanto
do calor de um povo hospitaleiro
e tão logo são tomados de encanto.

Esta última estrofe do Hino de Santa Helena aponta para um presente estabilizado, ou seja, no início muitos vieram e depois muitos tiveram de ir embora, restando aqueles que encontram esperança no potencial do Município. Agora, quem vêm são os visitantes ou “turistas”, pessoas que vêm se encantar com o Município, mas não ficam, porém tendem a deixar dinheiro em suas passagens, o que não fica explícito no hino, mas está explicitado no projeto atual de transformar Santa Helena num município turístico. Portanto, o agricultor,

historicamente, é o personagem mais valorizado e, no presente, ganha companhia do turista.

Nesse processo histórico, aqui brevemente relatado, originou-se e desenvolve-se a comunidade de pescadores profissionais de Itaipu. Os entrevistados para essa pesquisa ou vieram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina ou são filhos de migrantes desses estados, o que torna relevante compreender esse processo histórico de migração e ocupação.

Cumpra antecipar ainda que a pesca como atividade econômica não goza de *status* social em Santa Helena, município em que a agricultura é a atividade produtiva mais valorizada, particularidade que deve ser considerada ao estudar as relações sociais dos pescadores, principalmente no que tange ao mundo do trabalho. Além disso, a concepção positiva sobre o turista, o qual é atraído pelo Lago e pela pesca, também é fator que será levado em conta durante as análises desta dissertação.

FIGURA 1 – FOTO DA PRAIA ARTIFICIAL DE SANTA HELENA



FONTE: <www.itaipu.gov.br>

NOTA: A praia artificial de Santa Helena tem recebido investimentos públicos para tornar-se atrativo turístico e possibilitar renda alternativa às perdas na agricultura. Observando a foto é possível ver a sede do Município no canto superior direito e também perceber a proximidade que chegou a água do Lago de Itaipu em relação à cidade, transformando-a em uma península.

2.2.2 Rio Paraná – Lago de Itaipu: um novo arranjo espacial

O Município de Santa Helena está situado no Extremo-Oeste do Estado do Paraná, a 640 km da capital paranaense Curitiba. Ao norte Santa Helena faz limite com o Município de Entre Rios do Oeste; ao leste com os municípios de São José das Palmeiras e Diamante do Oeste; ao sul com o Município de Missal; e ao oeste com o Lago Artificial de Itaipu. Como o nome já diz, é um lago produzido pelo homem, a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, um investimento binacional Brasil-Paraguai, o qual gerou a maior hidrelétrica em produção de energia do mundo, assim como um dos maiores lagos artificiais do planeta.

O Lago de Itaipu é consequência, portanto, do represamento do Rio Paraná, na altura do Município de Foz do Iguaçu. O Lago²³ estende-se por 190 km no sentido norte até o Município de Guaíra, atingindo 15 municípios do Estado do Paraná, um do Mato Grosso do Sul, além de terras paraguaias, conforme mapa da Figura 2:

FIGURA 2 - MAPA DO LAGO DE ITAIPU E MUNICÍPIOS LINDEIROS



LEGENDA:

- 1 – Mundo Novo (MS)
- 2 – Guaíra (PR)
- 3 – Terra Roxa (PR)
- 4 – Mercedes (PR)
- 5 – Marechal Cândido Rondon (PR)
- 6 – Pato Bragado (PR)
- 7 – Entre Rios do Oeste (PR)
- 8 – São José das Palmeiras (PR)
- 9 – Santa Helena (PR)**
- 10 – Diamante do Oeste (PR)
- 11 – Missal (PR)
- 12 – Itaipulândia (PR)
- 13 – Medianeira (PR)
- 14 – São Miguel do Iguaçu (PR)
- 15 – Santa Terezinha de Itaipu (PR)
- 16 – Foz do Iguaçu (PR)

FONTE: <www.itaipu.gov.br>

²³ Durante o trabalho utilizaremos muitas vezes a expressão “Lago”, com letra maiúscula, referindo-se ao “Lago de Itaipu”. Inclusive a simplificação “Lago” é a designação mais difundida na linguagem coloquial regional.

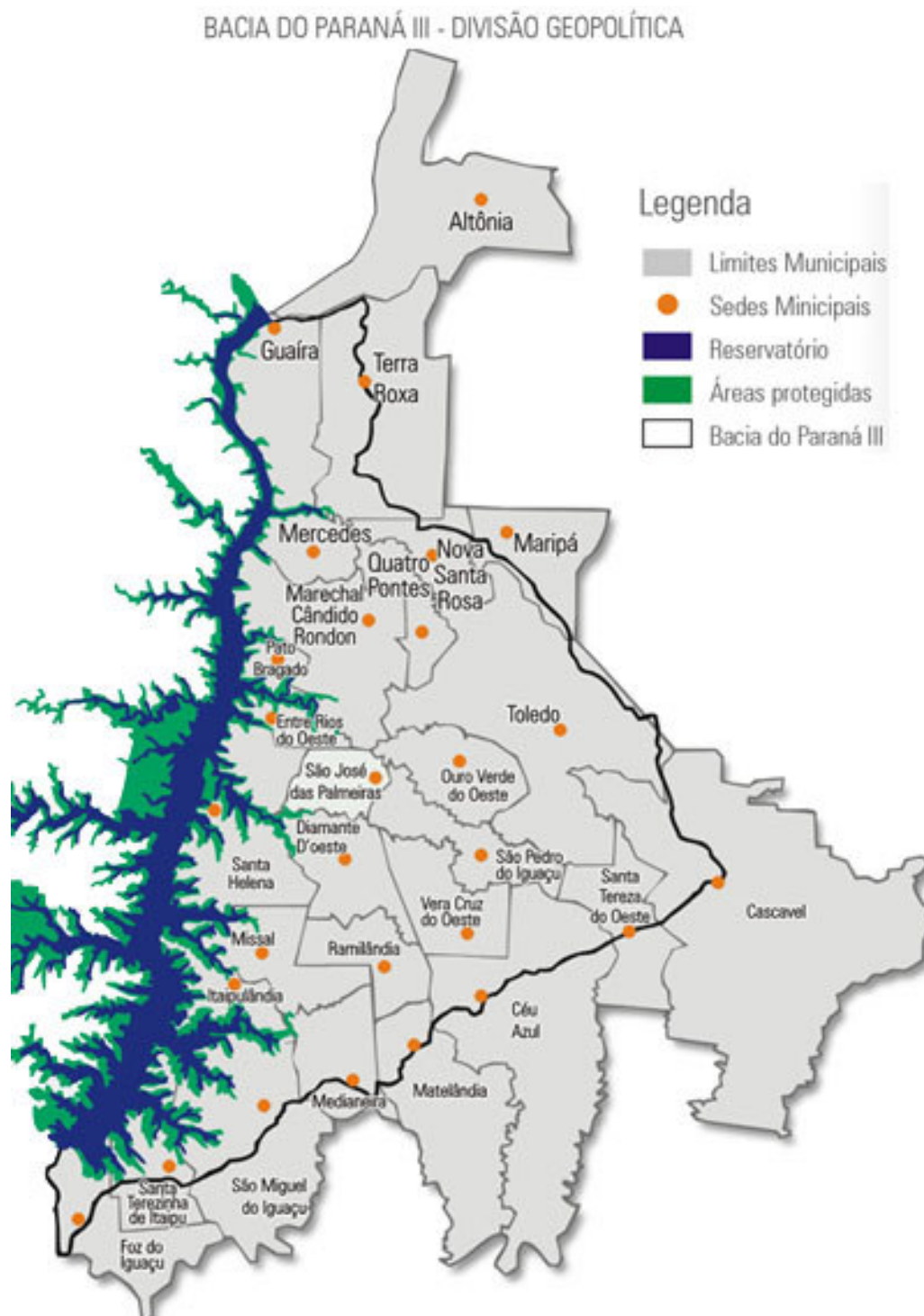
O mapa da Figura 3 dá uma dimensão da abrangência da Bacia do Rio Paraná em território brasileiro e permite visualizar a localização da região Oeste do Paraná, a qual faz divisa ao oeste com a República do Paraguai; ao noroeste com o Estado do Mato Grosso do Sul; ao sudoeste com a República Argentina; e ao sul com Santa Catarina.

FIGURA 3 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA BACIA DO RIO PARANÁ



O mapa da Figura 4 apresenta a divisão geopolítica da região Oeste do Paraná e permite observar a área de abrangência do Lago de Itaipu.

FIGURA 4 - MAPA DA BACIA DO PARANÁ III



FONTE: <www.itaipu.gov.br>

No total, são 1350 km² de área inundada, dos quais 770 km² no lado brasileiro. Segundo dados oficiais, o alagamento afetou diretamente 42.444 pessoas que viviam nas 6.233 propriedades inundadas, provocando um intenso movimento humano, ocasionando migrações internas, na própria região e para outras regiões (Tabela 1). Conforme dados de Mazzarollo (2003, p. 31-33), Santa Helena perdeu 31,73% de seu território, o qual teve 45% de sua área restante seccionada pelo Lago, praticamente ilhando a sede do Município:

A cidade de Santa Helena [...] ficou semicercada pelo Lago de Itaipu e teve sua expansão comprometida. A conexão da cidade com o norte do município e os municípios vizinhos (Rondon e Toledo) ficou bloqueada, o sistema adutor de água foi afetado pela elevação do lençol freático, alagamento de poços e contaminação de águas subterrâneas.

A população de Santa Helena foi a mais atingida, sendo que 12.181 pessoas tiveram de ser removidas (Tabela 1) e, mesmo considerando o desmembramento do Município de São José das Palmeiras, a população de antes do alagamento não foi atingida de novo (Tabela 2).

TABELA 1 - POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DA ÁREA EM CONFLITO - 1975²⁴

MUNICÍPIOS	POP. TOTAL ¹	POP. TOTAL ² DA ÁREA COMPRO- METIDA	%
Guaíra	47 482	3 659	7,71
Terra Roxa	55 268	146	0,26
Mal. Cândido Rondon	63 458	10 600	16,70
Santa Helena	38 831	12 181	31,37
Matelândia	35 473	70	0,20
Medianeira	45 216	1 540	3,41
São Miguel do Iguaçu	36 436	8 639	23,71
Foz do Iguaçu	49 538	5 609	11,32
Sub-região	371 702	42 444	11,42

Fonte - Estudo sub-regional oeste do Paraná - Convênio SUDESUL/UFPR; ¹ IBGE - Centro Brasileiro de Estudos Demográficos (CBED) 1975; ² "A população total é a soma das populações rural e urbana, obtida da seguinte forma: população rural calculada a partir da população rural ocupada das listagens dos setores censitários (IBGE-1975), tomando-se como homogênea a densidade de ocupação rural por Km² nos setores selecionados e considerando-se a proporção população rural ocupada/população rural do município, obtém-se a população rural da área comprometida; a população urbana foi obtida aplicando-se sobre a população do Censo Demográfico (IBGE-1970) a taxa geométrica de crescimento, para o período 1970-1975, da estimativa de população urbana - hipótese média da COPEL.

²⁴ Retirado de SOUZA, 1992, p. 39.

TABELA 2 – POPULAÇÃO DE SANTA HELENA – 1980/1991/1996/2000

ZONA	ANO DO CENSO			
	1980	1991	1996	2000
Urbana	7.233	6.499	7.741	9.818
Rural	27.661	12.348	11.745	10.673
TOTAL	34.884	18.847	19.486	20.491

FONTE: Censos do IBGE 1980, 1991, 1996 e 2000. Disponível em <www.ibge.gov.br>

A Tabela 1 demonstra que 31,37% dos habitantes de Santa Helena viviam nas terras que foram inundadas e a Tabela 2 aponta para uma redução populacional superior a 45% entre 1980 e 1991, o que explicita o impacto social gerado no Município. Em função desses fatores coercitivos, parte da população do Município foi para outras regiões e parte teve de se reorganizar internamente. O setor agrícola perdeu parte considerável de suas melhores terras, diminuindo o número de propriedades, assim como desempregando muitas pessoas que viviam como trabalhadores rurais, arrendatários e meeiros. Comunidades inteiras ficaram submersas, o comércio enfraqueceu, a produção agropecuária diminuiu, a arrecadação de impostos foi reduzida, os empregos urbanos também foram afetados, enfim, num curto espaço de tempo, o Município de Santa Helena sofreu um forte revés em seu desenvolvimento econômico, além de conseqüências imensuráveis como o abalo emocional com a desarticulação de famílias e comunidades inteiras.

Deve-se entender, portanto, este movimento humano como grande rearticulador das atividades econômicas e relações sociais nos municípios envolvidos. Algumas dessas mudanças, e que interessam nesse trabalho, são: a transformação na forma de pescar para os que já viviam da pesca no Rio Paraná; a opção de muitos dos agricultores expropriados e trabalhadores ligados a essas propriedades pela pesca como nova forma de sobrevivência; a migração atual de trabalhadores para a pesca no Lago de Itaipu; e as relações sociais entre pescadores profissionais e entidades que gestionam o Lago de Itaipu e a prática pesqueira.

FIGURA 5 - FOTO DA REPRESA DE ITAIPU

FONTE: www.itaipu.gov.br

NOTA: A Usina Hidrelétrica de Itaipu, a maior em operação no mundo, é um empreendimento binacional desenvolvido pelo Brasil e pelo Paraguai no Rio Paraná. A potência instalada da Usina é de 12.600 MW (megawatts), com 18 unidades geradoras de 700 MW cada. A produção recorde de 2000 - 93,4 bilhões de quilowatts-hora (KWh) - foi responsável pelo suprimento de 95% da energia elétrica consumida no Paraguai e 24% de toda a demanda do mercado brasileiro. À esquerda é o vertedouro (1) e à direita a parte onde ficam instaladas as turbinas.

(1) “Vertedouro” é a denominação dada às comportas que liberam o excesso de água da represa, ou seja, a água que não é utilizada para movimentar as turbinas da hidrelétrica.

2.2.3 A Pesca como Meio de Sobrevivência

A pesca no Rio Paraná e seus afluentes sempre foi intensa, desde os tempos em que essa região era dominada pelos indígenas, passando pelo processo extrativista (erva-mate e madeira), colonizatório, até os dias atuais. Porém, essa atividade antes de ter um caráter profissional, era um meio de subsistência ou mesmo de lazer, como atesta esta passagem do trabalho de Maccari (1999, p. 89), sobre a pesca no Município de Marechal Cândido Rondon,

o qual fazia divisa ao norte com Santa Helena até 1992:

Com relação às atividades de caça e pesca, estas não representavam somente uma atividade que propiciava horas de lazer, mas em muitos casos foram um meio de suprimir a penúria e carestia de gêneros alimentícios. (...) Estes peixes chegaram a pesar mais de 60 kg. Sua carne era vendida, trocada por outras mercadorias ou mesmo distribuída aos moradores da vila. Nos anos 50 tanto as pescarias como as caçadas costumavam ser fartas. Quando a carne da pesca e/ou caça não era logo toda consumida pelos moradores da vila ela era salgada, defumada ou secada ao sol, para poder ser guardada por mais tempo.

Ao falar da pesca em Santa Helena, até a década de 1960, Colodel (1988, p. 266), também afirma ter sido essa uma atividade esporádica, voltada para o lazer e subsistência, mesmo havendo no Rio Paraná grande quantidade e variedade de peixes:

As pescarias geralmente eram feitas no rio Paraná e os colonos que moravam mais para o interior se utilizavam de outros rios como o São Francisco Verdadeiro, São Francisco Falso, Dois Irmãos, Pacuri, Morena e Ocuí. Poucos eram os colonos que faziam das pescarias um divertimento planejado, embora algumas vezes alguns se reunissem para, nas margens dos rios, passarem algumas horas de convívio e de descanso. Mesmo com o rio Paraná tendo grande quantidade e variedade de peixes – jaú, pacu, surubim, dourado, manguruju, dentre outros -, a pesca não se apresentava como uma atividade corriqueira para os colonos aqui residentes no início da colonização. O produto dessas pescarias era usado como uma variação na sua dieta alimentar e por isso não era uma atividade de monta. Posteriormente, a partir da década de 50, as pescarias passaram a ser encaradas como esporte e mobilizavam um bom número de praticantes.

Porém, com o surgimento do Lago de Itaipu, muitos foram aqueles que optaram pela pesca para sobreviver, não na forma de subsistência, mas como profissão. A respeito disso, Machado (2002, p. 6 e 7) esclarece que

Estes trabalhadores, que antes do alagamento eram em número reduzido, multiplicaram-se. De acordo com relatos de pescadores, cerca de 50 a 60 pessoas viviam informalmente da pesca, em Santa Helena, antes da formação do lago, sendo que entre 1985 e 1992 este número chegou à cerca de 480 pescadores. A categoria de pescadores passou a ser formada principalmente por indivíduos indenizados que não quiseram ir embora de seu município, por outros que o dinheiro recebido não foi o suficiente para uma mudança de vida ou ainda, em pequena parte dos casos, por indivíduos que receberam suas indenizações muito tempo depois de terem suas terras alagadas.

A fala do pescador ARM atesta essas afirmações:

A gente foi indenizado pela Itaipu,... a gente morava na vila... que era a Vila Guarani... I daí a gente por falta de emprego né... a gente se tornou pescador né... I hoje tá meio difícil a vivência de ser pescador né... e vivê da pesca. (MACHADO, 2002, p. 7)

O depoimento do pescador ES aponta no mesmo sentido:

Eu me tornei pescador por força do... da... pela Itaipu... porque a Itaipu indenizou o pessoal... nós fiquemos num fim de mundo... i fiquemo sem recurso nenhum... aí a gente pra tê uma

alternativa começou a pescá... e por isso me tornei pescador. (MACHADO, 2002, p. 11)

A migração para o trabalho da pesca tem consolidado a profissionalização da categoria de pescadores. Conforme relatório da Itaipu Binacional, em conjunto com o Nupélia²⁵,

Cerca de 58% dos 718 pescadores entrevistados em Itaipu atuam no reservatório há mais de dez anos (...). Apenas 18,5% deles ingressaram na pesca nos últimos cinco anos, sendo que destes, apenas 3,2% têm um ano ou menos de atividade. Assim, a pesca artesanal para os pescadores de Itaipu consolida-se como atividade profissional para um grande número de pescadores. (ITAIPU-UEM/NUPÉLIA, 2002, p. 28)

O mesmo relatório aponta que no ano de 2002 “o número de pescadores com dedicação exclusiva à pesca, segundo a resposta dos entrevistados, foi de 64%. Este número foi 6,5% superior ao constatado no ano anterior. Essa proporção era de 50% em 1997” (ITAIPU-UEM/NUPÉLIA, 2002, p. 28). Tais dados reforçam a tese de que a profissão tem se consolidado na área do Lago de Itaipu. Por outro lado, o relatório da Itaipu-UEM/Nupélia (2002, p. 25-26) revela que a pesca tem sido encarada como complemento para várias pessoas que possuem outras fontes de renda:

O incremento de 1,9% (2001) para 8,5% (2002) no ingresso de pessoas que têm outras fontes de renda exercendo atividades paralelas (aposentados, funcionário público, marinheiros, balseiros, vigias temporários, chacareiros) é, também, um indicativo de que os problemas com emprego mais rentável extrapolam a área agrícola. Para a maioria dessas categorias de pescadores, a pesca é uma atividade exercida para a complementação da renda familiar.

A maioria dos sujeitos que trabalham na pesca no Lago de Itaipu não exercia essa atividade em outro lugar. Conforme dados da Itaipu-UEM/Nupélia (2002, p. 22), “os levantamentos revelaram que, dos pescadores entrevistados em 2002, 20% exerciam essa atividade antes de ingressarem na pesca no reservatório de Itaipu, valores similares aos observados em 2001 (19%) e em 2000 (21%)”. Como se percebe, aproximadamente 80% dos pescadores iniciaram-se na pesca no Lago de Itaipu, revelando-se um processo recente de formação da profissão, originado pela migração de outras atividades de trabalho.

Atualmente, cerca de 500 pescadores profissionais vivem exclusivamente da pesca

²⁵ Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aqüicultura ligado à Universidade Estadual de Maringá.

no Lago de Itaipu, podendo este número ultrapassar a mil pescadores, se somados aqueles que pescam esporadicamente ou associam a pesca a outra atividade econômica, o que aponta para um número bem superior aos 113 pescadores cadastrados antes de Itaipu²⁶. Em Santa Helena, atualmente, são pouco mais de 100 pessoas²⁷ que possuem a pesca como atividade principal, atuando em 13 pontos de pesca²⁸, distribuídos ao longo do Lago de Itaipu.

2.2.4 A Organização da Categoria de Pescadores Profissionais

Antes do Lago de Itaipu, os pescadores do Rio Paraná eram poucos e não possuíam em Santa Helena uma organização de classe. Alguns eram habilitados através da carteira de pesca fornecida pela Colônia de Pesca Z-12, localizada em Foz do Iguaçu, ou pela Colônia Z-13 de Guaíra. Porém, com a liberação da pesca no Lago de Itaipu em 1984, muitos identificaram nesse ramo de atividade uma possibilidade de sobrevivência. Em geral ex-agricultores, ex-trabalhadores rurais, pequenos proprietários, desempregados das áreas urbanas, resolveram assumir a pesca como fonte de renda principal ou secundária. No final da década de 1980, quando a pesca ainda era abundante no Lago de Itaipu, o número de pescadores registrados chegou próximo a 500 (MACHADO, 2002, p. 07).

A nova realidade social das pessoas que optaram pela pesca exigiu que estes “novos pescadores” se organizassem, como se pode constatar na fala do pescador ES, o qual por oito anos foi presidente da Colônia de Pescadores Nossa Senhora dos Navegantes, fundada em 30 de dezembro de 1992:

Nóis era... filiado a Foz do Iguaçu... nóis era pescador que era filiado a Foz do Iguaçu... aí o que nóis pagava... o dinheiro ia embora e nunca ficava nada pra cá... nóis um dia resolvemo

²⁶ Disponível em: <http://www.unilivre.org.br/banco_de_dados/experiencias/experiencias/335.html>. Acessado em 18 de junho de 2005.

²⁷ Os dados foram fornecidos pela Colônia de Pesca Nossa Senhora dos Navegantes. Apesar das duas associações de Santa Helena possuírem, em conjunto, mais de 200 associados, estima-se que apenas 50% deles possuem renda principal oriunda da pesca.

²⁸ Os pontos de pesca são definidos pela Itaipu Binacional, conforme ofício E/CD/0802/05 (Anexo 1).

se desfiliar da colônia e formemo a colônia Nossa Senhora dos Navegantes aqui em Santa Helena... E porque tudo que era arrecadado ia pra Foz do Iguaçu... e retorno não vinha nada pro pescador daqui... e todos os documentos a gente tinha que i pra Foz pra fazê... e muito dificuldade... e poca informação que nós tinha... os pescador... era só pagá e não recebê nada em troca...²⁹

Alguns anos depois, houve uma cisão e parte dos pescadores do Município funda a Associação Real de Pesca. Atualmente há um movimento para unificar as duas associações numa única entidade, já fundada e denominada Colônia de Pescadores Z-20, a qual é filiada à Federação Paranaense de Pesca e Confederação Brasileira de Pesca e já absorveu todos os sócios da Associação Real de Pesca. Porém, existe resistência por grande parte dos pescadores da Colônia Nossa Senhora dos Navegantes, os quais avaliam haver interesses pessoais de alguns pescadores para deter o controle da categoria.

Ambas as entidades possuem autorização para representar os pescadores junto aos órgãos públicos e encaminham a carteira profissional de pesca. Os pescadores precisam participar de uma dessas entidades representativas, pois, do contrário, não conseguem os benefícios trabalhistas, como seguro-desemprego, auxílio maternidade e doença. Por isso, o espaço dessas entidades acaba por se tornar ponto de referência para os pescadores, especialmente as reuniões mensais, freqüentadas em massa pelos associados. Dessa forma, a organização da categoria é fundamental na constituição identitária desses sujeitos, por seu papel de coletivização política e por possibilitar a interação comunicativa entre os pescadores.

O contexto dos pescadores, abordado neste subtópico (2.2), servirá para compreender as narrativas dos pescadores profissionais de Santa Helena, as quais serão analisadas no decorrer dessa dissertação e servirão de base para a discussão sobre linguagem e identidade proposta. Muito desse contexto aqui abordado surgirá nos trechos selecionados para análise e algumas das informações aqui apresentadas servirão para entender o que narram os entrevistados. Além do contexto sócio-histórico, também será apresentado o contexto

²⁹ MACHADO, 2002, p. 11

imediatamente das entrevistas – coleta de dados - e um pouco dos sujeitos entrevistados, o que será abordado nos próximos dois subtópicos, completando um panorama da comunidade de pescadores profissionais de Santa Helena.

2.3 A COLETA E TRANSCRIÇÃO DOS DADOS

Os dados que formam o *corpus* de análise da pesquisa foram coletados através de entrevistas realizadas com pescadores de diferentes pontos de pesca em Santa Helena, no período de outubro de 2003 a julho de 2005, através do projeto de pesquisa “Trajetórias sociais e trabalho na fronteira: estudo de caso dos pescadores de Santa Helena/PR”³⁰, coordenado pelo professor de História da Unioeste Dr. Robson Laverdi. Este trabalho, de cunho etnográfico, exigiu da equipe de pesquisa especial atenção na aproximação entre pesquisador-pesquisado e na condução das entrevistas. Conforme Pereira (1999, p. 103) a entrada na pesquisa de campo, assim como o tempo de permanência, exige cuidados do pesquisador:

a entrada de campo é um momento crucial para o desenvolvimento em uma pesquisa de campo, sendo assim, cabe ao pesquisador valer-se de sua intuição e sensibilidade para criar um contexto favorável ao seu trabalho. Nessa negociação, um dos objetivos postos se relaciona com a confiança a ser estabelecida entre as partes envolvidas. Por outro lado, considerando a imersão prevista em etnografia, o tempo de permanência no campo permite a apreensão mais próxima dos significados sociais do grupo; em outras palavras, determinar *o que está acontecendo* no mesmo.

As entrevistas obedeceram a um primeiro contato, com vistas a esclarecer os objetivos da pesquisa e romper possíveis barreiras geradas pela desconfiança. Assim, as entrevistas coletadas, orientadas pela investigação da história de vida dos sujeitos que vivem da pesca, foram concedidas de livre vontade e originaram um banco de dados que conta com 16 gravações envolvendo 17 entrevistados.

³⁰ O referido projeto de pesquisa (LAVERDI, 2003/2005) vinculava-se ao Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras da Unioeste, campus de Marechal Cândido Rondon, e contou com a colaboração do autor da presente dissertação, dos acadêmicos de História Fábica Spiegel, Fábio Riegel, Gerda Basso, além dos historiadores Loivo Ledur e Jones Jorge Machado.

Todas as entrevistas foram feitas no espaço do entrevistado, ou seja, os pescadores foram visitados ou em suas casas, ou nos pontos de pesca ou ainda na sede da colônia. As entrevistas citadas nesse trabalho foram gravadas em fita cassete e duraram em média 60 minutos, portanto nem muito breves, nem muito extensas. Em geral, estavam presentes o professor coordenador e o professor colaborador, além de acadêmicos de história e eventualmente mais algum(ns) pescador(es), geralmente parentes dos entrevistados ou companheiros de pesca. As entrevistas foram agendadas, tudo para “tranqüilizar” os entrevistados e permitir que se preparassem. Em suma, as circunstâncias de entrevista eram relativamente “seguras” para os entrevistados. É interessante salientar também que no início, em geral, os mesmos demonstravam certa apreensão, porém como a proposta da história de vida é de que o entrevistado construa sua narrativa, sem muitas intromissões do entrevistador, em pouco tempo o depoente já demonstrava mais calma e a narrativa fluía normalmente.

Cabe ressaltar que a condução das entrevistas se deu através de perguntas ligadas à trajetória de vida dos pescadores desde sua infância até sua presente realidade. O fluxo narrativo foi ditado pela memória do informante, o qual era estimulado por novas perguntas sempre que esse interrompia sua narrativa. Assim, o resultado foi um exercício de “vai e volta”, o qual se constitui em um ir e vir no tempo, resultado de um processo de lembranças e esquecimentos. A imersão neste processo revela que a narrativa é produzida a partir de seleções do informante, tanto quanto ao conteúdo quanto ao léxico.

Uma das vantagens percebidas é de que, à medida que a narrativa é construída, a variante lingüística do entrevistado aproxima-se mais da sua linguagem cotidiana, despreocupando-se com um uso vocabular/lexical de maior prestígio. Além do que, com o envolvimento emocional o informante acaba revelando aspectos importantes de sua cultura. Monteiro (2000, p. 33), referenciando Labov³¹, afirma que esta prática de “descontrair” o

³¹ LABOV, William. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

entrevistado através de temáticas que o envolvam emocionalmente é uma alternativa para superar o chamado “paradoxo do observador”³², o qual por estar presente para estudar a linguagem do pesquisado acaba por influenciar em sua fala, levando, geralmente, o entrevistado a “cuidar” mais da pronúncia e da construção sintática de seu discurso.

O resultado dessa coleta de dados, além de uma interessante fonte de estudos sócio-históricos, foi a obtenção de um *corpus* representativo do vernáculo dos pescadores profissionais de Santa Helena, o que, segundo Tarallo (2003, p. 19), representa “a enunciação e expressão de fatos, proposições, idéias (*o que*) sem a preocupação de *como* enunciá-los”. O vernáculo é, ainda segundo Tarallo, o material essencial para se produzir uma análise sociolingüística.

2.3.1 A Transcrição dos Dados

A transcrição dos dados em pesquisa qualitativa é resultado de uma seleção pautada nos interesses da investigação proposta, portanto, é uma possibilidade colocada, podendo o mesmo *corpus*, sob outro ponto de vista e outro interesse investigativo, ser transcrito de modo diferente. Conforme Garcez (2002, p. 85), o qual se baseia em Ochs³³, “as transcrições são produtos analíticos pautados por propósitos analíticos específicos”, o que leva a concluir que os procedimentos de transcrição fazem parte da análise e não são mero preparo ou descrição dos dados para uma análise posterior.

Garcez (2002, p. 84-85) apresenta também alguns critérios que devem ser levados em conta quanto às transcrições, os quais o autor toma emprestado a Duranti³⁴:

I. A transcrição é um processo *seletivo*, que busca salientar certos aspectos da interação, de

³² Sobre o “paradoxo do observador” e sobre o “método de entrevista sociolingüística” também pode ser lido em Tarallo (2003, p. 20-23).

³³ OCHS, E. Transcription as theory. In: OCHS, E. & SCHIEFFELIN, B. (orgs.) **Developmental pragmatics**. Nova York: Academic Press, 1979.

³⁴ DURANTI, A. **Linguistic anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

- acordo com metas investigativas específicas;
- II. Não há transcrição *perfeita*, no sentido de uma transcrição que possa recapturar inteiramente a experiência de estar na situação original, mas há transcrições “melhores do que outras”, isto é, transcrições que representam as informações de maneiras que são (mais) consistentes com as nossas metas descritivas e teóricas;
- III. Não há uma transcrição *final*, apenas versões “diferentes”, “revisadas”, de um texto de transcrição anterior para um propósito específico, para uma platéia específica;
- IV. Os textos de transcrição são “produtos analíticos” que precisam ser continuamente atualizados e comparados com o material a partir do qual foram produzidos (...).
- V. Devemos ser tão *explícitos* quanto possível sobre as escolhas que fazemos ao representar as informações na página (ou na tela);
- VI. Os formatos de transcrição variam e devem ser avaliados com relação às metas que devem atingir;
- VII. Devemos estar criticamente *conscientes* das implicações teóricas, políticas e éticas do nosso processo de transcrição e dos produtos finais que dele resultam.

Em pesquisa sociolingüística, conforme o objeto em foco, pode ser necessário que as transcrições ilustrem também a variação de elementos prosódicos, lexicais, sintáticos etc. Para a transcrição das narrativas de pescadores, far-se-á uso da transcrição que se referencia no sistema ortográfico. Conforme Paiva (2004, p. 137):

A maioria dos sistemas de transcrição toma como ponto de referência o sistema ortográfico, independentemente da pronúncia efetiva. Se, de um lado, essa decisão compromete a fidelidade dos registros, tem, por outro, a vantagem de garantir maior legibilidade da transcrição.

Utilizar-se-á, na presente dissertação, notações de transcrição ortográfica propostas pelo projeto Norma Urbana Culta (NURC) (Anexo 2).

2.4 OS SUJEITOS ENTREVISTADOS

Fazem parte do *corpus* de análise de nossa pesquisa 16 entrevistas coletadas junto a 17 pessoas que atuam na pesca profissional em Santa Helena. Todos concederam depoimento de livre vontade, conscientes que as gravações seriam utilizadas para pesquisa universitária.

Ao nomear os entrevistados, não foi utilizado seu nome próprio, mas sim as suas iniciais. Apesar de utilizar genericamente a identificação social de pescador(a) profissional, não se ignora que durante o processo interativo existem deslocamentos de identidade e até mesmo negação à identidade social de pescador. A respeito dessa problemática de nomeação

dos sujeitos presentes em transcrições, Garcez (2002, p. 91-92) afirma que

não (...) parece desejável utilizar categorias de identidade social para a identificação dos participantes, pois, seguindo Schegloff, Firth, Wagner e outros analistas da conversa, (...) parece que essas identificações serão equivocadas na maior parte do tempo, não apenas por nos cegarem para outras possibilidades, mas também porque as identidades relevantes são muitas vezes simultaneamente múltiplas, às vezes deliberadamente ambíguas em sua simultaneidade, além de cambiantes no fluxo da interação, o que torna difícil acreditar que uma única identificação possa ser correta em qualquer extensão de transcrição.

Quanto à escolha dos entrevistados, essa foi parcialmente aleatória, pois se privilegiou, por um lado, indivíduos que tem a pesca como atividade principal e também se buscou contemplar pescadores que ingressaram em diferentes épocas na profissão, no entanto as entrevistas aconteciam à medida que o contato era estabelecido. As visitas aos pontos de pesca foram realizadas, em alguns casos, com agendamento prévio e em outros se visitava o ponto de pesca e estabeleciam-se os primeiros contatos e, quando necessário, agendamento para outra data. Dessa forma, à medida que os pescadores se mostravam dispostos, as entrevistas eram gravadas. O número de 16 entrevistas também foi em parte aleatório, pois foi o que o grupo de pesquisa conseguiu coletar nas visitas de campo; por outro lado, esse número de entrevistas representa cerca de 10% das famílias que vivem da pesca, o que segundo os pressupostos da Sociolinguística é considerado satisfatório para a realização das análises qualitativas propostas nessa dissertação.

A seguir, serão apresentados os dezessete entrevistados, relatando alguns dados considerados relevantes para as análises. Como pode ser observado na Tabela 3, a seguir, do total de entrevistados nove vieram com suas famílias do Rio Grande do Sul e quatro de Santa Catarina, sendo quatro naturais do Paraná (todos filhos de migrantes de Santa Catarina ou do Rio Grande do Sul), o que revela uma predominância de “sulistas” entre os pescadores. Outro dado importante é que vários trabalham há muito tempo na pesca: quatro, desde o tempo do Rio Paraná; cinco, iniciaram quando da formação do Lago de Itaipu (década de 1980); seis, algum tempo após a consolidação do Lago; e duas pescadoras há pouco tempo.

TABELA 3 – DADOS DOS PESCADORES ENTREVISTADOS

Entrevistado	Sexo	Pesca há... (2005)	Idade em 2005	UF de origem	Data da entrevista	Duração da Entrevista
AB	M	22 anos	59 anos	RS	30/10/2003	1h33m00s
AK	M	19 anos	60 anos	RS	16/02/2004	58m48s
AVR	F	04 anos	56 anos	RS	18/03/2004	28m44s
AZ	M	33 anos	55 anos	RS	18/02/2004	1h02m37s
CP	M	21 anos	50 anos	RS	30/10/2003	1h01m17s
DS	F	06 anos	60 anos	SC	17/04/2004	23m35s
ELM	M	31 anos	51 anos	SC	18/02/2004	1h02m12s
HS	M	22 anos	37 anos	PR	31/10/2003	1h05m41s
LH	M	14 anos	46 anos	SC	17/02/2004	37m48s
LNB ¹	M	35 anos	52 anos	PR	17/02/2004	1h01m55s
LZ	M	33 anos	47 anos	RS	17/02/2004	22m16s
MLBB ¹	F	14 anos	43 anos	RS	17/02/2004	1h01m55s
MS	F	10 anos	26 anos	PR	31/10/2003	50m44s
NIS	M	12 anos	44 anos	RS	17/02/2004	44m13s
RS	M	22 anos	42 anos	RS	17/02/2004	54m16s
RZ	M	08 anos	50 anos	PR	13/07/2005	30m07s
SIC	M	06 anos	66 anos	SC	31/10/2003	1h53m19s

(1) Os entrevistados LNB e MLBB são casados e foram entrevistados ao mesmo tempo.

Um traço geral entre estes pescadores é que todos revelam possuir uma renda modesta, inclusive alguns complementam a renda com outras atividades, como trabalho volante, apicultura (no próprio ponto de pesca), agricultura de subsistência e recentemente com a criação de peixes em tanques-rede no próprio Lago. Alguns possuem casa própria em área urbana ou mesmo em pequenas propriedades rurais, por outro lado alguns pescadores vivem no “barraco”³⁵ do ponto de pesca³⁶, o qual, muitas vezes, apresenta infra-estrutura precária, já que não são permitidas grandes edificações na área florestal que margeia o Lago (CTIM, 1999, p. 31-33). Outro fator relevante é a baixa escolaridade dos pescadores, em sua grande maioria possuem apenas o Ensino Fundamental, geralmente até a 4ª série.

O fato de trabalharem num local de acesso restrito, já que a área de proteção ambiental em torno do Lago é de propriedade da Itaipu Binacional, faz com que alguns pescadores mantenham-se distanciados de suas famílias e mesmo de um convívio social mais

³⁵ O termo “barraco” é utilizado pelos pescadores para designar as habitações construídas nos pontos de pesca.

³⁶ Até pouco tempo atrás, não era permitido aos pescadores viverem com a família no ponto de pesca, porém a nova direção da Itaipu Binacional autorizou essa prática.

abrangente durante dias. A limitação de pescadores por ponto de pesca, a fim de garantir a preservação do local e também uma divisão informal da área de pesca de cada um, colabora para que fiquem ainda mais reduzidas as possibilidades de interação. Para muitos, as emissoras de rádio são a principal fonte de informação local, assim como a televisão é fonte de informação estadual, nacional e internacional.

A relação com a família, nos casos dos pescadores que possuem residência em área urbana, muitas vezes é prejudicada, pois alguns pescadores optam por passar a semana no ponto de pesca e dirigir-se a sua residência em finais de semana ou quando preciso durante a semana. Há pescadores que vivem em propriedades rurais próximas aos pontos de pesca; para esses torna-se mais fácil o acesso ao trabalho e a família.

Alguns dos entrevistados dividem a tarefa de pescar com o cônjuge, outros com seus filhos, os quais são registrados como ajudantes de pesca (Figura 6). A regulamentação de pesca impede que haja mais de um pescador registrado por barco, a não ser que seja nestas circunstâncias de parentesco. Praticamente todos, mesmo os que possuem filhos na pesca, manifestam o desejo de que esses não sigam nesta profissão e ressaltam a importância de investirem no estudo como forma de conseguir uma ocupação, na perspectiva dos entrevistados, mais lucrativa e menos desgastante.

Os pescadores também são impedidos de possuírem mais de um barco ou sublocar seu direito à pesca ou mesmo empregar funcionários. Esse modelo de pesca impede que os pescadores consigam obter uma renda alta, pois a dependência da própria força de trabalho e, no máximo, da de membros da família, é limitada pela capacidade deste(s) de armar as redes e revistá-las diariamente em épocas frias e duas vezes por dia em épocas quentes.

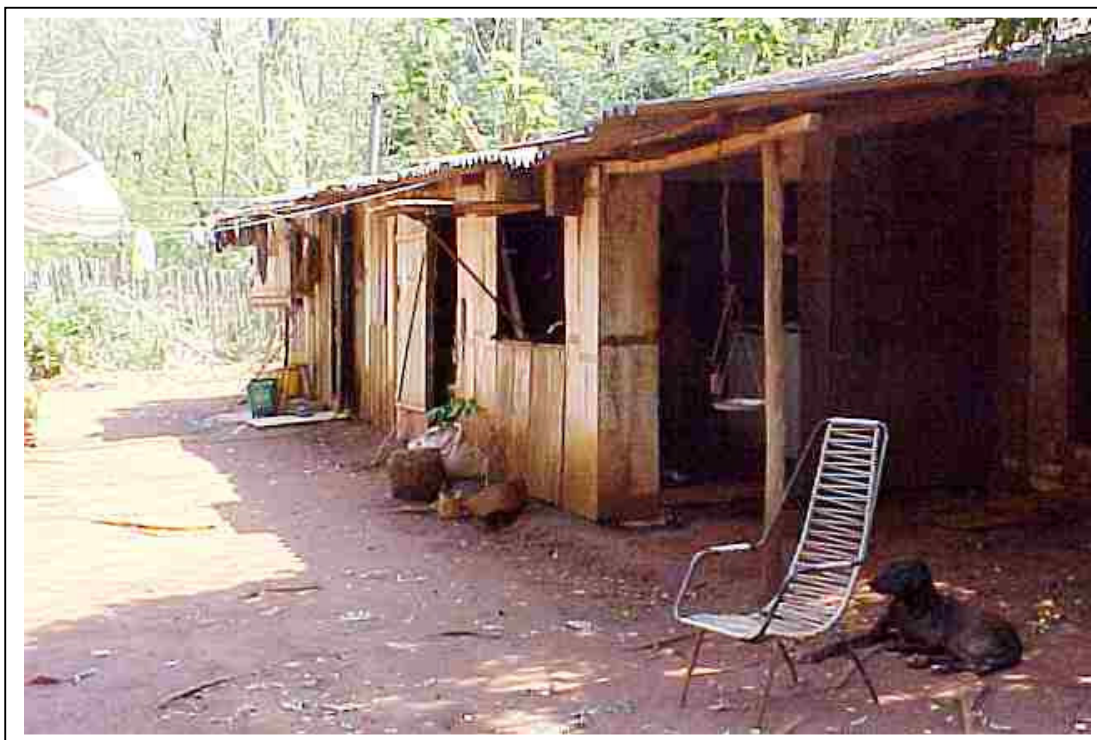
FIGURA 6 – FOTO DE UM AJUDANTE DE PESCA

FONTE: ITAIPU-UEM/NUPÉLIA, 2002, p. 18.

NOTA: Cônjuges e filhos de pescadores podem ser registrados como ajudantes e atuar no mesmo barco do profissional.

Tal individualização do trabalho não impede que haja cooperação entre os pescadores. Muitas vezes uns ajudam aos outros na limpeza dos peixes, no conserto de algum equipamento e na revista de redes. Também há tempo para conversas, jogos de baralho, rodas de chimarrão e refeições coletivas. Os próprios “barracos”, como denominam os pescadores, são, na verdade, uma só edificação repartida entre os pescadores. No ponto de pesca 35 (Figura 7), por exemplo, o mesmo barraco é dividido em quatro partes com entradas próprias, nas quais habitam duas famílias, um casal e um pescador. A criação de vilas de pescadores próximo aos pontos de pesca, no molde das vilas rurais³⁷, é uma das reivindicações dos pescadores para melhorar suas condições de vida e poderem trazer a família para perto de si.

³⁷ O programa de vilas rurais foi uma iniciativa do Governo do Paraná que financiava áreas de 5000 m² com uma residência para famílias de áreas rurais que não possuíam habitação e trabalhavam em empresas rurais ou urbanas.

FIGURA 7 - FOTO DO “BARRACO” DE UM PONTO DE PESCA

FONTE: Projeto de Pesquisa “Trajetórias sociais e trabalho na fronteira”

NOTA: “Barraco” do ponto de pesca n.º 35, localizado próximo à comunidade de São Vicente Chico. Pode ser observada a simplicidade da construção, edificada pela Colônia de Pescadores Nossa Senhora dos Navegantes. Neste “barraco” duas famílias possuem residência fixa; um pescador e um casal de pescadores a utilizam também como alojamento, já que possuem residência na sede do Município.

Uma visita constante nos pontos de pesca é a do “peixeiro”, o qual realiza a compra de peixe dos pescadores e revende na cidade e também fornece para mercados. O peixeiro, segundo muitos, é quem realmente ganha dinheiro, enquanto os pescadores ficam com o ônus do trabalho e das despesas, as quais geralmente são praticamente as mesmas, independente de pescar pouco ou bastante. Além da questão financeira, as intempéries climáticas, os perigos do Lago e a distância da família tornam a profissão de pescador árdua, problemas que, no entanto, são enfrentados ou pela necessidade ou mesmo pelo gosto pela atividade.

Durante a análise das narrativas dos pescadores do Lago de Itaipu, será desvendado mais do universo desses sujeitos, poder-se-á entender um pouco mais de sua cultura, história e linguagem, construindo passo a passo uma compreensão de suas identidades.

3 LINGUAGEM E IDENTIDADE

A fundamentação teórica da presente pesquisa compõe-se de um referencial interdisciplinar, o qual procura dar conta da complexa relação existente entre linguagem e identidade. Optou-se por discutir nesse capítulo as principais teorias e autores utilizados nas análises realizadas, objetivando fornecer ao leitor um “caminho teórico” a partir do qual poderá compreender as interpretações produzidas.

A simples leitura das narrativas dos pescadores e pescadoras de Itaipu, sem algum rigor teórico-científico, não possibilitaria uma interpretação a contento das relações entre sua linguagem e identidade. Por isso, discutiu-se nesse capítulo como é concebida *a identidade cultural na (pós)modernidade*, o que possibilita pensar a comunidade de pescadores num contexto mais amplo: na sociedade (pós)moderna ocidental, época em que a “identidade” tem se transformado em “identidades”. Apresentar-se-á também um debate acerca das *narrativas orais*, as quais são pensadas aqui como espaços de construção do sujeito em situações enunciativas, portanto, concebidas (as narrativas) como discursos, e em especial nessa pesquisa, discursos de sujeitos que vivem da pesca traçando suas trajetórias de vida. Reservou-se ainda um subtópico para interligar *linguagem e identidade*, dando especial atenção ao método utilizado para ler as identidades nas narrativas dos pescadores, como estes se vêem e como se apresentam à sociedade. Num trabalho sociolingüístico não poderia faltar uma apresentação da *linguagem como variação* e, no caso desse trabalho, associada à *identidade do sujeito*, haja vista que toda comunidade lingüística e seus componentes revelam-se através da língua/linguagem que utilizam. Por fim, concluir-se-á o capítulo com uma fundamentação teórica sobre *preconceito e estigma*, já que, na comunidade de pescadores de Santa Helena, depara-se com esses fenômenos sociais, os quais são construídos e desconstruídos “na” e “pela” linguagem.

Os subtópicos a seguir foram organizados de acordo com os capítulos que compõem essa dissertação, porém não implica que a fundamentação aqui discutida não diga respeito, de modo geral, direta ou indiretamente, a todos os capítulos da dissertação. Por outro lado, serão citadas outras teorias e autores ao longo do trabalho que servirão para discussões mais localizadas.

3.1 A IDENTIDADE CULTURAL NA (PÓS)MODERNIDADE

Os estudos sobre a identidade têm recebido muita atenção por parte de estudiosos das Ciências Humanas e Sociais, principalmente nos últimos anos. Conforme Moita Lopes (2003, p. 15), “exatamente agora todo mundo quer conversar sobre ‘identidade’... a identidade só se torna uma questão quando está em crise, quando algo entendido como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”. Esta crise de identidade do homem moderno, segundo Hall (2003), deve-se a um descentramento das identidades, ou seja, na época atual, em função da globalização econômica, do desenvolvimento dos transportes e da comunicação, e dos grandes movimentos migratórios, não mais se pode falar, ao menos nas comunidades modernas, de uma identidade, mas sim de “identidades”.

Para Moita Lopes (2003, p. 15),

há nas práticas cotidianas que vivemos um questionamento constante de modos de viver a vida social que têm afetado a compreensão da classe social, do gênero, da sexualidade, da idade, da raça, da nacionalidade etc., em resumo, de quem somos na vida social contemporânea.

Este questionar-se sobre si mesmo é motivado justamente porque a velocidade das transformações culturais faz com que os cenários sociais modifiquem-se depressa e põe o sujeito em contato com experiências diferenciadas, o que o leva a questionar-se e a questionar a sociedade. Tais questionamentos atingem centralmente os modos tradicionais de vida, pois, de acordo com Moita Lopes (2003, p. 16), “vivemos tempos em que a vida tradicional, ou

seja, muitos valores, éticas, ideologias e percepções da vida social entendidos como verdades naturalizadas, estão sendo profundamente questionados”.

Hall (2003, p. 07) afirma que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”. Atualmente, portanto, vive-se a época do descentramento identitário, ou seja, para Hall a identidade do homem moderno seria multifacetada, especialmente no que se refere a sua classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Esse descentramento, segundo o autor, pode ser considerado um fenômeno da pós-modernidade.

Para Hall (2003, p. 10-13), há três concepções correntes de identidade:

a) Sujeito do Iluminismo: individual, centrado em si mesmo, sua identidade imerge de um núcleo interior, racional, ativo e consciente.

b) Sujeito sociológico: cultural, não é centrado em si somente, mas está no centro de uma rede de influências. Há interação entre a identidade e o eu, ou seja, entre a sociedade e o eu, preenchendo-se o espaço entre o mundo exterior e o mundo interior.

c) Sujeito pós-moderno: a estabilidade presente no sujeito sociológico estaria dando lugar a um indivíduo de múltiplas identidades, fragmentado da mesma forma que a sociedade o é. A identidade passa a ser móvel e definida historicamente, eliminando-se critérios biológicos.

Analisando as definições acima, pode-se afirmar que, paulatinamente, passou-se de uma concepção de identidade atomizada (sujeito do Iluminismo) para um conceito mais amplo, o qual concebe a identidade como a união do individual (eu) com o coletivo (sociedade) e, por fim, uma concepção que concebe a identidade como dinâmica e multifacetada. Isso implica a afirmação de que o “eu” iluminista/moderno cede lugar para um “eu” pós-moderno.

A natureza mutante do indivíduo/identidade possibilitou o surgimento do chamado “homem moderno”, vulgarmente chamado de “homem individual” ou “individualizado”. O indivíduo tradicional estava atrelado a estruturas estáveis, já o homem moderno está ligado a campos móveis de poder. Na sociedade tradicional, o indivíduo não é soberano, já na concepção moderna originada do Renascimento/Reforma/Iluminismo/Cientificismo, o homem passa a ter poder sobre as próprias ações/destino. Descartes afirmava: “penso, logo existo”, organizando o dualismo entre os planos pensante e material (Hall, 2003, p. 23-30).

À medida que a sociedade moderna tornava-se mais complexa, a identidade individual baseada na razão passou a deslocar-se para uma realidade mais coletiva e social (burocracia estatal, organização industrial etc.). O indivíduo passou a ser concebido como integrante dessas redes sociais: de um lado surgiu o biologismo de Darwin e de outro as modernas Ciências Sociais (Hall, 2003, p. 30).

Os desdobramentos dessa nova concepção de sujeito foram contraditórios:

a) O indivíduo soberano permaneceu como centro das reflexões da economia e leis modernas;

b) As Ciências Sociais dividiram-se entre as que estudam a mente (Psicologia) e as que estudam as relações sociais (Sociologia);

c) Com o Modernismo, surgem concepções ou criações de indivíduos isolados, alienados, exilados do universo social. É uma concepção de vanguarda, que rompe com o dualismo interno-externo, mente-matéria, proposto por Descartes e retomado pelos cientistas sociais do início do século XX. Seria, para Hall (2003, p. 33), um prenúncio do homem pós-moderno.

Hall (2003, p. 34-46) apresenta cinco posições teóricas que postulam o descentramento do indivíduo cartesiano:

a) O primeiro descentramento é a leitura althusseriana de Marx, o qual negaria uma

essência individual do homem, atribuindo ao social todas as determinações da história individual, assim, o homem não seria soberano, mas, sim, assujeitado às estruturas sociais.

b) O segundo descentramento deve-se a Freud e a sua teoria da psicanálise, ao descobrir o inconsciente. Essa teoria desmistifica a concepção cartesiana de que a razão pode orientar todas as ações do indivíduo, assim como o auto-conhecimento torna-se parcial. A impressão de se ter a identidade resolvida não passa de fantasia.

c) O terceiro deslocamento é atribuído a Ferdinand de Saussure, o qual defende que a língua é um sistema social e não individual, portanto o que se fala não é produção própria, pois o indivíduo está atrelado a um sistema lingüístico sintático e semântico definido sócio-culturalmente. Assim como o indivíduo não pode definir ao bel prazer o significado final de sua fala, também não pode modular o significado de sua identidade.

d) O quarto descentramento deve-se às idéias de Michel Foucault, o qual formulou uma genealogia do sujeito moderno, gerado pelo poder da “disciplinação”, que visa tornar o indivíduo dócil e produtivo. Os espaços de vigilância estão no centro da atenção de Foucault, como os hospitais, hospícios, prisões e escolas. O controle do indivíduo estende-se à sociedade e o próprio vigilante passa a ser vigiado. É importante observar que quanto mais complexa a organização coletiva, mais individualizada torna-se a vida humana, à medida que o corpo torna-se alvo da disciplina.

e) O quinto descentramento é o impacto do feminismo, tanto em sua variação teórica quanto do movimento social. O feminismo faz parte dos movimentos sociais de 1968 (antibelicismo, anti-racismo, direitos civis, contracultura etc.).

Tais transformações conceituais não surgem ao acaso, são, sim, fruto de uma sociedade marcada pelas mudanças. Diferente das sociedades tradicionais, a mudança é um aspecto inerente à modernidade tardia. Também conhecida como globalização, este processo interfere diretamente na identidade cultural. Além das mudanças materiais, próprias do eterno

refazer capitalista, a sociedade moderna também vive um constante repensar-se, o que interfere em sua constituição (Hall, 2003, p. 14).

As mudanças mais sensíveis e importantes relacionam-se ao espaço a ao tempo, constituindo-se no que Giddens³⁸ *apud* Hall (2003, p. 15) chama de “deslocamento do espaço social”, promovendo um processo histórico descontínuo (e não evolutivo linear). Laclau³⁹ *apud* Hall (2003, p. 16-17) dirá que não há na sociedade moderna um centro de poder, como nas sociedades tradicionais, mas, sim, uma pluralidade de poder, proporcionada pelo constante deslocamento de forças. Graças à pluralidade de poder é possível a diferença de identidade, já que o indivíduo está sempre se transformando e adaptando-se a novos contextos.

O descentramento do sujeito - outrora atomizado, de acordo com o pensamento iluminista – implica nos seguintes fatores, os quais se relacionam à questão das identidades que compõe o sujeito pós-moderno, conforme Hall (2003, p. 20-21):

- a) as identidades são contraditórias, cruzando-se ou deslocando-se mutuamente;
- b) as contradições identitárias atuam tanto externamente ao indivíduo (na sociedade) quanto internamente (“dentro” de sua cabeça);
- c) nenhuma identidade singular pode alinhar em torno de si as demais identidades, portanto não há identidade que sozinha possa ser base para ação política, nem mesmo a identidade de classe social;
- d) as diferentes identidades aliam-se e confrontam-se, conforme a situação social;
- e) as identidades são politizadas, assim, conforme a representação do indivíduo, a identidade manifesta-se ou é abandonada.

Considerando o que foi exposto até aqui, fica patente que o interesse pelo estudo das identidades está relacionado a uma crise identitária provocada pelo descentramento das

³⁸ GIDDENS, A. **The Consequences of Modernity**. Cambridge: Polity Press, 1990.

³⁹ LACLAU, E. **New Reflections on the Revolution of our Time**. Londres: Verso, 1990.

identidades no homem pós-moderno. Discutir-se-á agora, com base em Woodward (2003) e Silva (2003), como essas identidades se formam e o que leva o sujeito a assumi-las. Um primeiro pressuposto relevante para esse debate é conceber “a construção da identidade (...) *tanto* simbólica *quanto* conceitual” (WOODWARD, 2003, p. 10). Tal pressuposto insere a linguagem como um dos elementos constituintes da identidade, justificando, portanto, a opção por estudar as relações entre a linguagem e a identidade dos pescadores de Itaipu.

Woodward (2003, p. 17-19) explica que a identidade está intrinsecamente relacionada às representações que o indivíduo faz do mundo e de si mesmo. Os significados que atribui às coisas do mundo estão relacionados à sua cultura e formam sistemas de representação, os quais são referências para suas posições-de-sujeito, ou seja, identifica-se ou não com tais representações. Portanto, os sistemas de representação produzem identidades. Nas palavras de Woodward (2003, p. 17):

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar.

Conforme o último período da citação acima, não apenas a identidade presente, mas também os futuros posicionamentos identitários já podem estar sendo formulados a partir dos sistemas de representação aos quais se está exposto na cultura comunitária: “A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões” (WOODWARD, 2003, p. 17). Ou seja, estudar a cultura de uma comunidade pode ajudar a compreender a identidade individual e coletiva de seus integrantes, o que justifica o esforço empreendido no Capítulo 2 dessa dissertação, ao se realizar um levantamento sócio-histórico-geográfico da comunidade de pescadores profissionais de Santa Helena, o qual subsidiará as análises das narrativas nos capítulos seguintes.

Conforme Silva (2003, p. 90), esta concepção de representação não remonta à

clássica formulação da filosofia ocidental, para a qual “a idéia de representação está ligada à busca de formas apropriadas de tornar o ‘real’ presente – de apreendê-lo o mais fielmente possível por meio de sistemas de significação”, sejam eles externos (pintura, linguagem etc.) ou internos (consciência). Segundo Silva (2003, p. 90), para a representação *pós-estruturalista*, “a representação é concebida como um sistema de significação, mas descartam-se os pressupostos realistas e miméticos associados com sua concepção filosófica clássica”. O autor explica que

no registro pós-estruturalista, a representação é concebida unicamente em sua dimensão de significante, isto é, como sistema de signos, como pura marca material. (...) A representação não é, nessa concepção, nunca, representação mental ou interior. A representação é, aqui, sempre marca ou traço visível, exterior. (SILVA, 2003, p. 90-91)

Além de negar a representação como mimese da consciência, a perspectiva pós-estruturalista de representação, aqui abordada, incorpora todas as características de indeterminação, ambigüidade e instabilidade atribuídas à linguagem:

a representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. Como tal, a representação é um sistema lingüístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder. (SILVA, 2003, p. 91)

Woodward (2003, p. 18-19) também chama a atenção para o fato de que “todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído”. Em outras palavras, o posicionamento do sujeito frente às representações sociais não se dá de modo totalmente livre, pois nem sempre uma posição que deseja assumir é viável materialmente ou tolerada pela sociedade. Se, por um lado, “a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade”, por outro lado, “somos constringidos, entretanto, não apenas pela gama de possibilidades que a cultura oferece, isto é, pela variedade de representações simbólicas, mas também pelas relações sociais” (WOODWARD, 2003, p. 18-19).

Um dos principais mecanismos de construção de identidades é a marcação de

diferenças, a qual pode se dar através de sistemas simbólicos de representação ou por formas de exclusão social. Assim, conforme Woodward (2003, p. 39), “a identidade (...) não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença”. Conforme a autora, tais marcas de diferença, ao menos em parte, provêm de sistemas classificatórios, teoria essa formulada por Émile Durkheim⁴⁰, para o qual os sistemas classificatórios estipulam um princípio de diferença a uma população e suas características, dividindo-a ao menos em dois grupos - nós/eles ou eu/outro – funcionando esse mecanismo como forma de organizar e ordenar a vida social e lhe atribuir significados, os quais são afirmados nas falas e rituais (WOODWARD, 2003, p. 40).

A classificação simbólica permite o estabelecimento de fronteiras entre as identidades, fornecendo ao sujeito diferentes possibilidades de posicionamento, em geral divididas entre o que é aceito socialmente e o que é excluído socialmente. Woodward (2003, p. 41) define da seguinte forma o papel da diferença no estabelecimento da identidade:

As formas pelas quais a cultura estabelece fronteiras e distingue a diferença são cruciais para compreender as identidades. A diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições (...) no qual as identidades são construídas por meio de uma oposição entre “nós” e “eles”. A marcação da diferença é, assim, o componente-chave em qualquer sistema de classificação.

A diferença, portanto, produz a identidade e não o inverso. Silva (2003, p. 76) explica que, para essa concepção ser coerente, é

preciso considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas como o processo mesmo pelo qual *tanto* a identidade *quanto* a diferença (compreendida, aqui, como resultado) são produzidas. Na origem estaria a diferença – compreendida, agora, como ato ou processo de diferenciação.

A marcação da diferença, conforme Woodward (2003), pode se dar pela negação ou pela afirmação. A primeira constitui-se, em geral, pela exclusão ou marginalização dos “outros” ou “forasteiros”, enquanto a segunda pauta-se pela caracterização enriquecedora da diferença, na busca de afirmar uma identidade pela política de valorização da diversidade,

⁴⁰ DURKHEIM, E. *The Elementary Forms of the Religious Life*. Londres: Allen & Unwin, 1954.

heterogeneidade e hibridismo. A autora lembra que esta oposição binária é criticada por muitos pelo fato de que essa oposição sempre privilegia um dos elementos da dicotomia, atribuindo-lhe mais valor ou força. Outra crítica, formulada por Derrida⁴¹ *apud* Woodward (2003, p. 49-53), é de que as oposições binárias, além de serem estabelecidas por relações de poder, em geral apresentam os significados como fixos, quando, na opinião do autor, os significados são deslizantes, influenciados justamente pelas relações de poder sob as quais estão calcados os processos de significação. Conforme Woodward (2003, p. 53):

Derrida questionou as visões estruturalistas de Saussure e Lévi-Strauss, sugerindo que o significado está presente como um “traço”; a relação entre significado e significante não é algo fixo. O significado é produzido por meio de um processo de diferimento ou adiamento, o qual Derrida chama de *différance*. O que parece determinado é, pois, na verdade fluido e inseguro, sem nenhum ponto de fechamento. O trabalho de Derrida sugere uma alternativa ao fechamento e à rigidez das oposições binárias. Em vez de fixidez, o que existe é contingência. O significado está sujeito ao deslizamento.

O exposto até aqui aponta para o fato de que se vive numa época em que o descentramento das identidades tem produzido uma crise de identificação no homem pós-moderno, o que gera o interesse e a necessidade de estudar as identidades. Afirmou-se também que a identidade torna-se possível a partir do posicionamento do sujeito frente às representações que se faz das coisas do mundo e que tais representações são originadas a partir de sistemas de classificação simbólicos, os quais produzem significados a partir da marcação de diferenças. Transposto para a essa pesquisa, alguns questionamentos já podem ser adiantados aqui, como, por exemplo, se os pescadores de Itaipu vivem esse processo de descentramento identitário e em qual lado das relações de diferença se posicionam: como os incluídos ou os excluídos? Em relação a que ou a quem marcam suas diferenças?

Para encontrar tais respostas, apenas saber se há crise identitária e como as possíveis identidades são formadas não é suficiente, é necessário também saber por que as pessoas investem em algumas posições e não em outras e por que existe esse investimento pessoal. Para explicar esse processo, Woodward (2003, p. 55) recorre à distinção e inter-relação entre

⁴¹ DERRIDA, J. **On Grammatology**. Baltimore/Londres: MD/Johns Hopkins University Press, 1976.

identidade e subjetividade no posicionamento do sujeito:

“Subjetividade” sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre “quem nós somos”. A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais individuais. Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade. Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos. Os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso e devem, eles próprios, assumirem-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios. As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades.

A subjetividade é, portanto, um traço do indivíduo - incluindo seu inconsciente - que o leva a tomar posições de identidade às vezes de forma racional, outras vezes de forma irracional, o que explica, por exemplo, possíveis contradições entre as posições escolhidas e também posições particulares do indivíduo, diferentes de posições hegemônicas presentes no grupo social em que esse vive.

Louis Althusser⁴² *apud* Woodward (2003, p. 59-60) formulou o conceito de “interpelação” para explicar o processo inconsciente que leva o indivíduo a assumir determinadas posições-de-sujeito construídas socialmente. Trata-se de um esforço para introduzir a psicanálise como teoria explicativa do fenômeno de investimento em uma posição identitária por parte do sujeito, assim como do apego desenvolvido pelo sujeito por essa posição. Apesar de compartilhar da teoria marxista, a qual centra no substrato material a explicação de funcionamento da sociedade e também da produção das representações simbólicas (ideologias), Althusser percebe que os posicionamentos dos indivíduos não podem ser explicados exclusivamente pelo plano material, já que o indivíduo não realiza sempre escolhas conscientes.

A base dos argumentos de Althusser para explicar a “interpelação” está na psicanálise de Lacan, desenvolvida a partir das idéias de Freud. Para Lacan⁴³ *apud* Woodward (2003), o inconsciente constitui-se nos desejos reprimidos dos indivíduos, estruturando-se

⁴² ALTHUSSER, L. **Lenin and Philosophy, and other Essays**. Londres: Left Books, 1971.

⁴³ LACAN, J. **Écrits: a selection**. Londres: Tavistock, 1977.

como uma linguagem, portanto independente do controle da consciência, a qual está intrinsecamente vinculada à coerção social. Tal distinção entre nível consciente e inconsciente do sujeito colabora com a compreensão da identidade e da subjetividade:

A idéia de um conflito entre os desejos da mente inconsciente e as demandas das forças sociais, tais como elas se expressam naquilo que Freud chamou de supereu, tem sido utilizada para explicar comportamentos aparentemente irracionais e o investimento que os sujeitos podem ter em ações que podem ser vistas como inaceitáveis por outros, talvez até mesmo pelo eu consciente do sujeito. (WOODWARD, 2003, p. 62)

Os conflitos estabelecidos na psique do sujeito entre o inconsciente (id) e o consciente (supereu ou superego, o qual representa as forças sociais) são administrados pelo ego. Dessa forma, não é possível conceber o sujeito centrado e racional do Iluminismo, mas sim um sujeito dividido e movido pelo duelo entre o racional e o emotivo. Apesar das críticas contra a psicanálise, especialmente a suas interpretações sobre a construção da identidade de gênero, Woodward (2003, p. 66) ressalta que “o trabalho de Lacan é importante sobretudo por causa da ênfase no simbólico e nos sistemas representacionais, pelo destaque dado à diferença e por sua teorização do conceito de inconsciente”.

O que se pode apreender da teoria psicanalítica é que as experiências de vida do sujeito constituem sua subjetividade, a qual é elemento fundamental da definição de seus posicionamentos de identidade. Portanto, para estudar a identidade dos pescadores de Itaipu, buscar-se-á em suas narrativas orais de história de vida subsídios para, através de suas interpretações, responder as indagações postas por essa pesquisa.

3.2 AS NARRATIVAS ORAIS

Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2004, p. 1996), pode-se conceituar narrativa como “exposição de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos mais ou menos encadeados, reais ou imaginários, por meio de palavras ou de imagens”. Apesar de esse ser um verbete e não necessariamente um conceito científico,

embasado em uma dada teoria, pode-se depreender dele alguns elementos importantes, os quais, somados a outros elementos que serão vistos na seqüência, podem esclarecer a importância da narrativa, especialmente da narrativa oral, para o trabalho sociolinguístico e para o estudo da identidade.

Efetivamente, uma narrativa é a organização de fatos diacrônicos de uma forma pelo menos mais ou menos lógica, a fim de expressar algum acontecimento. Porém, pretende-se aqui ir além da simples materialidade textual, acrescentando ao relato uma leitura da circunstância de sua produção e também dos sujeitos envolvidos, inclusive o interlocutor/pesquisador, o qual coleta a narrativa.

Labov⁴⁴ *apud* Tarallo (2003, p. 23-26) propõe que o sociolinguista faça uso das narrativas, em especial as conseguidas através de entrevistas que versem sobre fatos emotivos, para desenvolver análises sobre a linguagem do sujeito. Certeau (2003) afirma que a partir de sua narrativa o sujeito expressa sua cultura, sua identidade e produz resistência contra quem ou o que o oprime. Portanto, através da narrativa pessoal se podem descobrir muitos dos jogos sociais que povoam uma coletividade, haja vista o caráter social do ser humano, e também as táticas cotidianas utilizadas pelos indivíduos para constituírem-se como sujeitos.

O objetivo é justamente conseguir obter do entrevistado uma narrativa que revele sua cultura. Por cultura não se deve entender apenas os elementos elitistas que tradicionalmente são evocados como tais (a dita “alta cultura”), mas, sim, toda dimensão que compõe o conhecimento do indivíduo e mais amplamente da comunidade por ele habitada (SANTOS, 2003). Por conhecimento também não se deve limitar àquilo que é dito científico, mas, sim, todas as formas de fazer, expressar e viver que uma comunidade comporta. Cultura e conhecimento são, portanto, sociais, dinâmicos e históricos.

Certeau (2003, p. 37-53) advoga a importância da cultura popular, da cultura

⁴⁴ LABOV, W. **Language in the inner city**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

daqueles que são tratados como portadores do senso comum, um conhecimento estigmatizado, entendido como supersticioso e vulgar. Para Certeau, é no fazer do dia-a-dia que o sujeito nega essa posição, que, aos olhos de muitos “cientistas”, é de assujeitado. Para o autor, no cotidiano as pessoas estabelecem relações de aceitação e refutação com os chamados poderes instituídos, utilizando-se de táticas que aproveitam o momento para subverter em seu favor o que for possível, fazendo acreditar-se ter aceitado as “instruções” vindas de cima, mas que, na verdade, são assimiladas e utilizadas de formas diversas (basta ver o exemplo da cristianização de índios e negros no Brasil, um catolicismo em nada europeu⁴⁵).

As narrativas desses sujeitos são, para Certeau, riquíssimas fontes para se ler e entender um pouco da atitude do sujeito perante as circunstâncias que esse vive. Por isso, não se pode ignorar, ao analisar uma narrativa oral, a enunciação. Certeau busca em Benveniste⁴⁶ elementos para esclarecer o que entende por enunciação e defender a circunstância como fundamental para entender a narrativa. Conforme Certeau, a partir da obra de Benveniste,

Em lingüística, a “performance” não é a “competência”: o ato de falar (e todas as táticas enunciativas que implica) não pode ser reduzido ao conhecimento da língua. Colocando-se na perspectiva da enunciação, objeto deste estudo, privilegia-se o ato de falar: este *opera* no campo de um sistema lingüístico; coloca em jogo uma *apropriação*, ou uma reapropriação, da língua por locutores; instaura um *presente* relativo a um momento e a um lugar; e estabelece um *contrato com o outro* (o interlocutor) numa rede de lugares e relações. (CERTEAU, 2003, p. 40)

Assim, quando se fala em enunciação, está se considerando uma interação social operada por interlocutores através da linguagem, constituindo-se em evento único entre esses participantes. Por isso, ao analisar as narrativas dos pescadores de Itaipu é indispensável tomar por base as circunstâncias enunciativas presentes em suas produções.

Koch (1997, p. 13-14) reforça tal entendimento afirmando que

A Teoria da Enunciação tem por postulado básico que não basta ao lingüista preocupado com questões de sentido descrever os enunciados efetivamente produzidos pelos falantes de uma língua: é preciso levar em conta, simultaneamente, a *enunciação* – ou seja, o evento único e jamais repetido de produção do enunciado. Isto porque as condições de produção (tempo, lugar, papéis representados pelos interlocutores, imagens recíprocas, relações

⁴⁵ Sobre esse assunto ver HOLANDA (1995)

⁴⁶ BENVENISTE, E. **Problèmes de linguistique générale**. t. 1, Paris: Gallimard, 1966.

sociais, objetivos visados na interlocução) são constitutivas do sentido do enunciado: a enunciação vai determinar a que título aquilo que se diz é dito.

Para Certeau, sempre que se produz uma narrativa ao mesmo tempo faz-se algo, ou seja, “todo dizer é um fazer” (KOCH, 1997, p. 19), como propõem os adeptos da Teoria dos Atos de Fala. Dessa forma, a narrativa ganha *status* de produto de um fazer, o que significa não ser a narrativa relato completamente fiel dos fatos, mas construção a partir das seleções executadas pelo sujeito narrador, a partir das circunstâncias que o envolvem e norteadas pelos objetivos que esse tem, em especial seus objetivos em relação ao seu interlocutor.

Ao falar de sua experiência, o sujeito narrador estará produzindo sua versão de sua trajetória de vida. Este “fazer” verbal é, pois, o produto único daquela circunstância enunciativa e é um ato que está a serviço de seus objetivos. Para Certeau

A “trajetória” evoca um movimento, mas resulta ainda de uma projeção sobre um plano, de uma redução. Trata-se de uma transcrição. Um gráfico (que o olho pode dominar) é substituído por uma operação; uma linha reversível (que se pode ler nos dois sentidos) dá lugar a uma série temporalmente irreversível; um traço, a atos. Prefiro então recorrer a uma distinção entre *táticas* e *estratégias*. (CERTEAU, 2003, p. 46)

Aqui se encontra um nódulo central na proposta de Certeau para entender as práticas (ou artes) de fazer cotidianas, dentre as quais se encontram as narrativas. As estratégias, como poderá ser visto, são práticas mais elaboradas, claramente delimitadas e que são realizadas por corpos (corporações, governos, empresas etc.) complexos e detentores de poder, sendo a estratégia geralmente explícita e previsível. Nos termos de Certeau:

Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica e científica foi construída segundo esse modelo estratégico. (CERTEAU, 2003, p. 46)

Já as táticas não obedecem a um estatuto definido, dá-se na circunstância, não possui um planejamento, por isso o sujeito (em especial o chamado “homem ordinário”) em sua vivência cotidiana se utilizará de táticas, aproveitar-se-á das oportunidades que surgirem para sobreviver num meio social eivado por estratégias de poder e dominação. Certeau (2003, p.

46) formula da seguinte forma sua proposição sobre “tática” como contraponto à “estratégia”:

Denomino, ao contrário, “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias.

Tais práticas de fazer podem ser narradas pelo sujeito. Segundo Certeau (2003, p. 152), “a narrativização das práticas seria uma ‘maneira de fazer’ textual, com seus procedimentos e táticas próprios”. Nessa perspectiva, pretende-se aqui analisar as narrativas dos pescadores de Itaipu, para, a partir de suas construções textuais, revelar um pouco de sua arte de fazer cotidiana, sua cultura e identidades.

3.2.1 A Relevância da Enunciação na Produção de Sentidos

Cabe ainda fazer algumas reflexões mais profundas acerca da enunciação como fundamental na produção de sentidos e, portanto, na revelação (não no sentido metafísico) das identidades dos sujeitos através de suas narrativas (aqui entendidas como discursos).

Um dos objetivos ao produzir as entrevistas com os pescadores de Santa Helena é explorar a experiência humana destes indivíduos, a qual, na visão de Thompson (1981, p. 81), os torna sujeitos:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo [experiência humana] – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida, “tratam” essa experiência em sua consciência e em sua cultura (...) das mais complexas maneiras (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.

Depreende-se, dessa perspectiva, que há espaço para a ação do sujeito, o qual a partir de suas experiências de vida encontra margem para agir (não de forma totalmente autônoma) sobre a situação social que vive.

É a partir da experiência humana que também se produz a linguagem e, portanto, os

discursos, os quais estão atrelados a uma ideologia: “Para Bakhtin (Volochinov), o signo verbal só pode ser apreendido na sua totalidade se considerado dentro de seu domínio específico. Este domínio, como o de qualquer outro signo, coincide com o da ideologia” (VOGT, 1989, p. 79).

O *corpus* da pesquisa (discursos de pescadores) é aqui entendido a partir de seu caráter social. Por mais que o signo seja defendido por alguns como componente de um sistema abstrato, como desejava Saussure, ou como elemento da *psique* individual, como desejava Vossler, optou-se pela perspectiva bakhtiniana:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. (BAKHTIN, 1997, p. 123)

O contexto da interação em que foi produzido o *corpus* necessita, portanto, ser explicitado, a fim de que se possam entender tais discursos, haja vista que não cabem apenas ao emissor os sentidos, nem apenas ao sistema lingüístico. O sentido presente no emissor e no receptor é assim resumido por Vogt (1989, p. 85): “Este dinamismo da linguagem faz com que só se possa entender a palavra como um ato de duas faces, no sentido de que é determinada tanto por quem a emite como por aquele para quem é emitida”.

Bakhtin (1997, p. 113) utiliza a metáfora da ponte para explicar seu raciocínio de que inevitavelmente emissor e receptor estão unidos pela linguagem, sendo a interação entre ambos o produtor da palavra:

Essa orientação da palavra em função do interlocutor tem uma importância muito grande. Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, refino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor.

Dessa forma, chega-se à conclusão de que as entrevistas concedidas pelos pescadores devem ser analisadas dentro da particularidade histórica dessa interação. Provavelmente o

discurso desses sujeitos em outro contexto, composto por outros interlocutores, em outra data, com outro objetivo, geraria discursos em algo diferentes, não só em forma como em conteúdo.

A respeito da significação do enunciado, Vogt (1989) acrescenta ainda que há participação relevante da memória (vozes que já o povoaram) e da história (situação discursiva):

Todo enunciado tem a sua significação mediada sempre pelas vozes que já o povoaram e pela orientação discursiva que estabelece no momento mesmo em que é proferido. É o enunciado como um todo que constitui a verdadeira unidade de significação lingüística. Como totalidade ele só se realiza no fluxo do intercâmbio verbal. A totalidade, por sua vez, se define por seus limites e estes seguem a linha de contato entre um enunciado dado e o meio verbal, constituído por outros enunciados e a situação discursiva na qual se dá a sua produção. (VOGT, 1989, p. 86)

Brait (2002, p. 37) acrescenta ainda que ao incluir a memória e a história no processo de significação da linguagem Bakhtin vai além de outras concepções interacionistas:

o conceito de interação bakhtiniano não coincide inteiramente com outras concepções interacionistas que circunscrevem a situação como a instância central para a produção e compreensão de sentidos. Ao apontar para “texto mais amplo”, Bakhtin já acena com a participação do interdiscurso, ou seja, da história e da memória, nem sempre explícitas na situação, mas sem dúvida participantes ativas da produção de sentidos.

A idéia de interdiscurso é fundamental para a presente investigação, pois é através do interdiscurso que uma ideologia (ou a representação) se revela nas falas dos sujeitos. É o interdiscurso que também possibilita o surgimento de contradições, pois a confrontação de formações discursivas diferentes, num mesmo discurso, denuncia a incompletude das ideologias. Convém explicar que a identidade, assim como a ideologia, possui uma face simbólica, e entender as idéias dos pescadores ajudará entender também suas identificações.

Brait também aborda a discussão que Bakhtin produz em torno do aspecto dialógico do texto, ou seja, o texto somente existe se estiver dialogando com o contexto:

O texto vive unicamente se está em contato com outro texto (contexto). Somente em seu ponto de contato é que surge a luz que ilumina para trás e para frente, fazendo o texto participar de um diálogo. Salientamos que esse contato representa um contato dialógico entre textos (enunciados), e não um contato mecânico de “oposições” que só é possível dentro dos limites de um texto (e não entre texto e contextos) entre os elementos abstratos desse texto (entre signos dentro do texto) e que é indispensável somente para uma etapa da compreensão (compreensão do significado, mas não do sentido). Por trás desse contato, há o contato de pessoas e não de coisas. (BAKHTIN, 1982: 384⁴⁷ *apud* BRAIT, 2002, p. 35)

⁴⁷ BAKHTIN, M. (1976/1982) **Estética de la creación verbal**. México, Siglo Veintiuno Editores.

O último período da citação pode ser relacionado com a idéia de experiência humana antes mencionada. Quando se analisa discursos, está-se diante da ação de sujeitos, não de um mero sistema lógico de signos, nem do discurso exterior ao indivíduo.

Outra discussão fundamental está relacionada aos gêneros discursivos abordados por Bakhtin. Como dito antes, as entrevistas realizadas, de forma alguma, podem ser consideradas similares aos outros gêneros discursivos adotados pelos pescadores. Esta modalidade – entrevista formal para pesquisa acadêmica –, inclusive, era inédita para alguns deles, que nunca haviam gravado suas trajetórias de vida, ao menos numa circunstância formal de entrevista. Brait (2002, p. 39) lembra que

Não podemos falar de gêneros sem pensar na esfera de atividades específicas em que eles se constituem e atuam, aí implicadas as condições de produção, de circulação e de recepção. Caso se deixe de lado esses ingredientes ou mesmo um deles, poderemos cair numa idéia mecanicista de gênero discursivo, escamoteando um fato fundamental da teoria bakhtiniana que é, precisamente, a atenção dada às especificidades das atividades humanas e as especificidades dos gêneros discursivos que as constituem e que com elas entretêm uma relação inteiramente dialética, profundamente viva.

Os gêneros discursivos constituem-se a partir das especificidades da interação verbal, portanto, como lembra Brait (2002, p. 40), “o gênero discursivo diz respeito às coerções estabelecidas entre as diferentes atividades humanas e os usos da língua nessas atividades, isto é, as práticas discursivas implicam necessariamente coerções”.

Pode-se concluir essa seção com a citação a seguir de Brait (2002, p. 41), a qual demonstra ser o pensamento de Bakhtin partidário da interdisciplinaridade, da qual se valeu essa pesquisa para investigar as relações entre linguagem e identidade:

Seu pensamento (de Bakhtin), como atitude diante do conhecimento significa um contato dialógico com o *corpus* selecionado, um *continuum* cujo acabamento, mesmo que visível, é sempre inconcluso, participa de uma dinâmica permanente que interroga permanentemente o analista e o obriga a buscar, até mesmo em outras disciplinas, conceitos, noções, que possam ajudar na análise da complexa relação existente entre as atividades humanas e as atividades discursivas a ela afeitas.

3.2.2 Aspectos da Narrativa Oral: estrutura e tempo

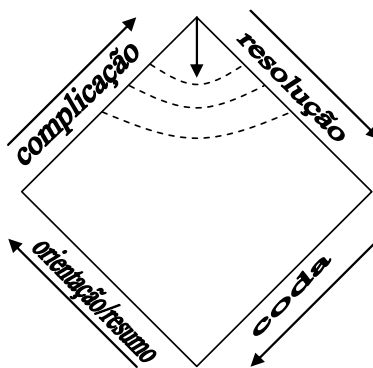
Como já citado no início deste tópico, Labov defende as narrativas como valioso *corpus* para investigações sociolinguísticas, especialmente quando, na produção de tais narrativas, o sujeito não esteja se preocupando com o modo como fala, mas, sim, com o que está falando. Labov fez uso das narrativas para explicações sintáticas, morfológicas, semânticas, de avaliação de comportamento linguístico (MONTEIRO, 2000) e, atualmente, sua proposta de estruturação de narrativas está norteando trabalhos sociolinguísticos de investigação de identidades (BAMBERG, 2002; MISHLER, 2002).

Tarallo (2003, p. 23-26), citando Labov⁴⁸, define as partes da estrutura narrativa da seguinte forma: resumo, orientação, complicação da ação, resolução da ação, avaliação e coda. Segundo Tarallo,

cada uma dessas subpartes é composta de unidades mínimas de narração, denominadas “orações narrativas”. Especialmente na complicação e na resolução da ação a ordem dessas orações narrativas não pode ser alterada, pois é sua seqüência que marca a ordenação dos eventos, e não qualquer traço morfológico no verbo. (TARALLO, 2003, p. 23)

A seguir, apresenta-se um diagrama (Figura 8) que sistematiza os componentes da narrativa, segundo a proposta de Labov⁴⁹ *apud* Tarallo (2003, p. 26):

FIGURA 8 - DIAGRAMA DOS COMPONENTES DA NARRATIVA



⁴⁸ LABOV, W. *Language in the inner city*. Op. cit.

⁴⁹ Idem.

Com base em artigo de Labov e Waletzky⁵⁰, publicado em 1967, Antonio (2002, p.

14) sintetiza da seguinte forma o conceito das partes da estrutura da narrativa:

- (1) orientação: essa parte fornece ao leitor/ouvinte informações sobre o pano de fundo da narrativa, tais como personagens, lugar, tempo, situação;
- (2) complicação: é a parte essencial da narrativa; traz os eventos que complicam as ações;
- (3) avaliação: é a parte da narrativa que revela a atitude do narrador em relação à narrativa;
- (4) resolução: apresenta a solução para os eventos que complicam a ação;
- (5) coda: é uma parte adicional à resolução que retorna a perspectiva verbal para o momento presente.

Percebe-se que nessa síntese não consta a definição de “resumo”, o qual serve para introduzir “as linhas gerais da ação” (TARALLO, 2003, p. 24) e “serve para chamar a atenção do interlocutor” (MELO, 2002, p. 153). Mas não é apenas isso que se alterou do texto produzido por Labov em conjunto com Waletzky: “ele [Labov] adverte que precisava modificar o esquema em Labov e Waletzky (1967) ‘a fim de mostrar que A (Avaliação) é um ponto de onde partem ondas de avaliação que penetram toda a narrativa’” (MELO, 2002, p. 152). Essa distinção é fundamental, já que a partir das avaliações do sujeito para com sua narrativa é possível depreender muito de suas posições-de-identidade.

Melo (2002, p. 152) chama atenção para o fato de que Labov não tinha pretensão de atribuir valor universal a seu modelo de narrativa, mas, sim, fornecer subsídios para sua análise, de forma a levar em conta que uma narrativa não é uma simples organização de conteúdos, mas, sim, a organização de diversos discursos. A autora ressalta ainda que, “freqüentemente, as narrativas comportam ‘organizadores dominantes’ e (...) a avaliação, a última categoria isolada por Labov é, sem dúvida, a mais original” e representa “aquilo que torna o texto digno de ser contado” (MELO, 2002, p. 152).

Labov⁵¹ *apud* Melo (2002, p. 154) define a avaliação como “os procedimentos que o narrador emprega para indicar o propósito de sua história, sua razão de ser: porque ele conta, aonde quer chegar. Porque há muitos modos de contar a mesma história, e podemos fazê-lo

⁵⁰ LABOV, W. & WALETZKY, J. Narrative analysis: oral versions of personal experience. In: HELM, J. (ed.) *Essays on the Verbal and Visual Arts*. Washington: University of Washington Press, 1967.

⁵¹ LABOV, W. La transformation du vécu à travers la syntaxe narrative. *Le parler ordinaire, la langue des ghettos noirs des États-Unis*. Paris: Muinuit, 1978.

dizer coisas muito diferentes, ou nada”.

Não se pode perder de vista que as narrativas contadas pelos pescadores de Itaipu são histórias de vida, ou seja, são os narradores os protagonistas de suas narrativas. Isto é relevante, pois a avaliação que fazem do que estão narrando recai sobre eles próprios. Segundo Bamberg (2002, p. 149-150), quando se realiza esse contar sobre si mesmo, “não apenas projetamos um enredo retrospectivo de nossa vida quando a colocamos, ou a seus episódios, em formato narrativo, mas também parece que construímos o que chamamos de nossas memórias em configurações narrativas”. Ou seja, o indivíduo constrói através da materialidade lingüística uma definição de quem ele é com base em suas memórias.

Apesar desse material (memória) ser indefinido, dinâmico e fragmentado (como quase tudo que é lingüisticamente composto), as narrativas de vida baseiam-se em narrativas pré-configuradas (muito provavelmente já contadas, recontadas e, nesse movimento, reconstruídas). Sobre uma possível pré-configuração das narrativas pessoais, afirma Bamberg (2002, p. 150) que,

possivelmente, construímos até mesmo aquilo que tomamos como sendo as nossas experiências muito pessoais em unidades já pré-formatadas que têm origem narrativa: segmentamos o fluxo de tempo como se tal fluxo de fato ocorresse na forma de acontecimentos, eventos e episódios, isto é, atribuindo fronteiras temporais a um lado esquerdo e a um lado direito imaginários da unidade criada e experienciando essas fronteiras em seqüência e com uma orientação para adiante aparentemente intrínseca.

Em outras palavras, o tempo da narrativa não é marcado por fronteiras temporais oficiais, mas por fronteiras particulares estipuladas pelo próprio sujeito, o qual organiza os acontecimentos numa organização própria, tecendo uma narrativa de vida singular, a qual provavelmente nunca será repetida de forma idêntica, pois, como visto, cada situação de enunciação produz um novo enunciado⁵².

A singularidade de cada narrativa oral acaba gerando polêmica em torno da

⁵² Maingueneau (1996, p. 5) resume da seguinte forma a relação entre enunciação e enunciado: “Todo **enunciado**, antes de ser esse fragmento de língua natural que o lingüista procura analisar, é o produto de um acontecimento único, sua **enunciação**, que supõe um *enunciador*, um *destinatário*, um *momento* e um *lugar* particulares. Esse conjunto de elementos define a **situação enunciativa**”.

autenticidade dessas e, por consequência, das identidades que revelam. Sobre a construção de narrativas em entrevistas e sobre a autenticidade das identidades relatadas, Bamberg (2002, p. 150) alerta para alguns fatos que devem ser considerados pelo pesquisador:

Primeiro, a fala narrativa está situada em cenários interacionais e ajustada para uma audiência específica, isto é, sempre planejada em termos de propósitos interacionais específicos (...). Segundo, o modo como o *self* é delineado nas narrativas, isto é, como o “eu” é posicionado pelo narrador diante de outros personagens no mundo da história, é igualmente dependente do propósito discursivo da interação. E, terceiro, uma fala que tematiza o *si-mesmo* do falante ou fenômenos experienciais (...) é, provavelmente, pré-configurada por técnicas de entrevista e restrições institucionais.

Novamente fica claro que a situação enunciativa é fundamental para se entender não só o conteúdo das narrativas, mas também o porquê do que é dito. Como já comentado, cada entrevista realizada é singular e o contexto de enunciação deve ser considerado para que se possa realizar uma interpretação coerente das narrativas e entender as relações entre linguagem e identidade. Apesar das dificuldades eminentes, Bamberg (2002, p. 151) concorda que

as narrativas em primeira pessoa e as experiências passadas parecem carregar consigo a conotação de que oferecem acesso melhor e mais direto a experiências e identidades do que os meios tradicionais de investigação psicológica. E parece ser também por essa razão que tais narrativas são o tipo privilegiado de formato discursivo para a pesquisa de identidades, especialmente na Psicologia.

Mishler (2002) realiza uma crítica com relação ao modelo de tempo adotado pela estrutura narrativa proposta por Labov, ao qual denomina modelo do relógio ou cronológico. Para Mishler (2002, p. 98), o modelo de tempo adotado é ainda mais importante do que a estrutura que compõe a narrativa:

embora seja um critério necessário, a ordem temporal [da narrativa] não é suficiente, especialmente se quisermos fazer uma distinção maior entre seqüências de eventos que são meramente listas e seqüências que são histórias. Isto é, uma narrativa deve ser mais do que uma coisa depois da outra.

O modelo de tempo proposto por Mishler é o de tempo narrativo, ou seja, o tempo inerente à história contada em particular e não o modelo linear simbolizado pelo relógio:

o modelo narrativo de tempo enfatiza a importância do contexto na produção de narrativas, ao mostrar como a ordenação temporal é uma função tanto das preferências culturais por histórias bem formadas quanto da natureza situada que caracteriza a atividade de contar

histórias, por exemplo, quando geradas em entrevistas ou expressas no curso de conversas em ocorrência natural. (MISHLER, 2002, p. 98)

Conforme a proposta de Labov, apresentada na Figura 8, as partes narrativas são encadeadas numa ordem lógica, ou seja, uma após a outra (resumo → orientação → complicação → resolução → coda) atravessadas por ondas avaliativas. Mishler (2002) afirma que nunca se conta uma história partindo do seu início sem saber de antemão o final, o que revela uma mão dupla do tempo. Em outras palavras, inicia-se a história do final e cada parte é influenciada não só pela sua precedente, mas também por sua procedente. Aqui há uma substituição da narrativa como um encadeamento lógico de fatos por uma perspectiva que contempla a narrativa como uma sucessão de instantes, conforme defende Paul Ricoeur⁵³ *apud* Mishler (2002, p.101): “um enredo estabelece a ação humana não apenas no âmbito do tempo... mas também no âmbito da memória”.

Para Mishler, adotar o tempo narrativo significa humanizar as análises de narrativas, pois “... o uso de um modelo de tempo do relógio para estudar sujeitos humanos – e outras espécies vivas com capacidade variável para memória, consciência etc. – somente se justifica se os despirmos, teoricamente, é claro, dessa capacidade e se os tratarmos como objetos materiais” (MISHLER, 2002, p. 104). Em outras palavras, assumir apenas o tempo cronológico no estudo de uma narrativa de vida significaria concebê-la como uma organização de fatos desprovidos da interferência subjetiva do sujeito, como se os fatos estivessem prontos e acabados à disposição do narrador, o qual teria o trabalho de encaixá-los em ordem.

A crítica de Mishler é pertinente, pois o próprio Labov assume que seu modelo escrito em conjunto com Waletzky precisa ser reformulado (MELO, 2002), passando a considerar que as avaliações do narrador não se dão em momentos isolados da narrativa, mas, sim, se constituem em ondas que atravessam toda a narrativa. Ou seja, os fatos são

⁵³ RICOUER, P. Narrative time. *Critical Inquiry*. 7 (1), 1980. p. 169-190

organizados temporalmente, porém a presença do sujeito através de suas avaliações transforma a narrativa num discurso, portanto, produto da (inter)ação humana. Por outro lado, Mishler, citando Paul Ricoeur⁵⁴, também assume que as narrativas de vida contemplam uma organização temporal cronológica (encadeamento lógico dos fatos), a qual é articulada a uma configuração narrativa (o enredar dos acontecimentos realizado pelo narrador):

o ato de narrativizar reatribui significado aos eventos em termos das suas conseqüências, isto é, de como a história se desenvolve e termina, e não em termos do seu lugar temporal na seqüência de eventos. [Ou seja,] o tempo narrativo é central para a maneira como uma história é estruturada e entendida, e o ordenamento temporal é simplesmente uma estratégia para organizar os eventos em um enredo. (MISHLER, 2002, p. 106)

Pode-se depreender desse debate que as narrativas de vida possuem uma configuração episódica (fatos encadeados de forma lógica) e uma configuração narrativa (o enredo organizado e significado pelo sujeito). São temporalidades distintas, mas que atuam concomitantemente e, portanto, devem ser consideradas nas leituras de identidades. No próximo tópico, abordar-se-á a relação intrínseca entre linguagem e identidade e também será apresentada uma proposta metodológica de leitura de identidades a partir das narrativas dos pescadores de Itaipu.

3.3 A RELAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E IDENTIDADE

Os pressupostos teóricos apresentados nos dois subtópicos anteriores apontam para uma relação intrínseca entre linguagem e identidade. Apresentar-se-á agora algumas dessas imbricações, especialmente a função da linguagem no estabelecimento dos significados que permitem ao sujeito posicionar-se identitariamente.

Conforme já abordado no subtópico 3.1, a diferenciação é um dos principais processos de produção de identidades. Silva (2003, p. 76), afirma que tanto a diferença quanto a identidade são “criaturas da linguagem” e não “elementos da natureza”:

⁵⁴ RICOUER, P. Narrative time. *op. cit.*

Dizer que [a identidade e a diferença] são o resultado de atos de *criação* significa dizer que não são “elementos” da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. (SILVA, 2003, p. 76)

Ratifica-se a partir dessa definição a idéia de que a identidade do sujeito é construída socialmente. Por mais que o indivíduo tenha participação fundamental nas suas escolhas, tais escolhas estão condicionadas a um número grande, mas limitado, de possibilidades identitárias postas à sua disposição, sem esquecer que essas identidades são dinâmicas e históricas, podendo transformar-se ou até extinguir-se.

Silva (2003, p. 76-77) complementa sua definição explicando que “dizer, por sua vez, que identidade e diferença são o resultado de atos de criação *lingüística* significa dizer que elas são criadas por meio de atos de linguagem. (...) É apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais”. Recupera-se aqui a afirmação de Certeau (2003) de que o indivíduo se apropria da linguagem para se colocar como sujeito, ou seja, se apropria da linguagem para construir sua identidade.

É preciso tomar cuidado, porém, para não conceber as identidades como dadas e acabadas, em outras palavras, na atualidade fala-se em “múltiplas identidades”, o que é correto, porém cada uma das identidades que compõe tal multiplicidade é relativamente instável. Silva (2003) explica esse fenômeno como reflexo da instabilidade da própria linguagem, a qual é a base material da construção dos significados que compõem as identidades:

ocorre que a linguagem, entendida aqui de forma mais geral como sistema de significação, é, ela própria, uma estrutura instável. É precisamente isso que teóricos pós-estruturalistas como Jacques Derrida vêm tentando dizer nos últimos anos. A linguagem vacila. (SILVA, 2003, p. 78)

A linguagem é em certa medida indeterminada porque o signo possui o papel de substituir algo não presente, ou seja, o signo significa algo concreto, o conceito de algo

concreto ou mesmo algo abstrato, mas nunca será aquilo que está significando. Sempre que é preciso definir um signo recorre-se a outros signos, produzindo um movimento incessante de significar. Portanto, adia-se a presença do significante através do recurso a outros signos. Em concomitância, o signo também possui em si o traço da diferença. Se um signo significa algo é porque não significa outra coisa, ou seja, se um pescador diz que pescou uma “corvina” é porque não pescou um “armado” ou um “mandi”. Segundo Silva (2003, p. 79):

o signo carrega sempre não apenas o traço daquilo que ele substitui, mas também o traço daquilo que ele não é, ou seja, precisamente da diferença. Isso significa que nenhum signo pode ser simplesmente reduzido a si mesmo, ou seja, à identidade. (...) A mesmice (ou a identidade) porta sempre o traço da outridade (ou da diferença).

Pode-se depreender, então, que a diferença e a identidade são tão instáveis quanto à linguagem da qual, em parte, dependem para serem construídas.

Se a identidade é construída socialmente e materializa-se, de forma instável, através da linguagem, então ela não se presta à pura descrição, em outras palavras, a linguagem não se presta a descrever uma identidade, mas sim a construí-la. Um dos recursos que a linguagem oferece é a “performatividade”, a qual, num sentido mais estrito, conceitua enunciados proferidos que resultam em ação imediata (“eu juro...”, “eu declaro...”, “eu absolvo...” etc.), mas que, num sentido mais amplo, concebe descrições com poder performativo. De acordo com Silva (2003, p. 93):

Em geral, ao dizer algo sobre certas características identitárias de algum grupo cultural, achamos que estamos simplesmente descrevendo uma situação existente, um “fato” do mundo social. O que esquecemos é que aquilo que dizemos faz parte de uma rede mais ampla de atos lingüísticos que, em seu conjunto, contribui para definir ou reforçar a identidade que supostamente apenas estamos descrevendo.

A produção da identidade, portanto, passa pela possibilidade que a linguagem oferece de algo ser repetido ao ponto de tornar-se parte integrante da identidade em questão. O que ingenuamente pode parecer uma descrição desprezível é um ato de fala que contribui para construir uma determinada identidade. Derrida⁵⁵ *apud* Silva (2003), nomina

⁵⁵ DERRIDA, J. **Limited Inc.** Campinas: Papyrus, 1991.

“citacionalidade” a capacidade de repetibilidade da linguagem (de um signo ou de um enunciado), o que possibilita que algo seja dito várias vezes, em contextos diferentes, reforçando uma determinada identidade. Em suma, “é exatamente essa ‘citacionalidade’ da linguagem que se combina com seu caráter performativo para fazê-la trabalhar no processo de produção da identidade” (SILVA, 2003, p. 95).

A possibilidade de se construírem novas identidades através da repetição de sentenças performativas, significa que “velhas” identidades podem ser extintas se as repetições forem suspensas, mesmo as identidades hegemônicas podem ser atingidas. Silva vê, na compreensão de como se formam identidades, o recurso necessário para combater as identidades hegemônicas que insistem em subjugar identidades diferentes, geralmente as minorias:

Segundo Judith Butler (1999), a mesma repetibilidade que garante a eficácia dos atos performativos que reforçam as identidades existentes pode significar também a possibilidade da interrupção das identidades hegemônicas. A repetição pode ser interrompida. A repetição pode ser questionada e contestada. É nessa interrupção que residem as possibilidades de instauração de identidades que não representem simplesmente a reprodução das relações de poder existentes. É essa possibilidade de interromper o processo de “recorte e colagem”, de efetuar uma parada no processo de “citacionalidade” que caracteriza os atos performativos que reforçam as diferenças instauradas, que torna possível pensar na produção de novas e renovadas identidades. (SILVA, 2003, p. 95-96)

Essa passagem demonstra claramente as imbricações políticas presentes na construção de identidade, o que revela ser a linguagem um “mecanismo”, um “sistema” à disposição de significar, de fixar e de extinguir identidades, mas sem perder de vista que a linguagem funciona a partir da interação social: a linguagem é um fenômeno social e por isso se dá no embate entre indivíduos. Por isso, considerou-se relevante inserir algumas considerações do “socioconstrucionismo” acerca das relações entre linguagem e identidade.

Na perspectiva socioconstrucionista, a identidade é um fenômeno social que se revela a partir da linguagem concebida como discurso. Conforme Moita Lopes (2003, p. 19):

a temática das identidades surge em meio a uma concepção de linguagem como discurso, ou seja, uma concepção que coloca como central o fato de que todo uso de linguagem envolve ação humana em relação a alguém em um contexto interacional específico. Ou seja, todo uso

da linguagem envolve alteridade (Bakhtin 1929/1981⁵⁶) e situacionalidade (Lindstrom 1992⁵⁷).

É a partir do discurso que as pessoas se identificam e se revelam socialmente. Há aqui um maior espaço para o âmbito social na construção da identidade e menos uma perspectiva subjetivista. Desde o início do presente texto, tem se tentado demonstrar que a identidade é uma construção social, porém certas posições tomadas pelos sujeitos, às vezes, só podem ser explicadas por sua subjetividade. O que importa no socioconstrucionismo, então, é sua concepção do processo discursivo como meio de construir identidades:

o que estou chamando aqui de identidade é um construto de natureza social – portanto, político –, isto é, identidade social, compreendida como construída em práticas discursivas, e que não tem nada a ver com uma visão de identidade como parte da natureza da pessoa, ou seja, identidade pessoal, nem com sua essência nem com um si-mesmo unitário, ou seja, “tomo como básico não a subjetividade interior do indivíduo, mas os processos sociais ocorrendo entre as pessoas” (Shotter 1989, p. 137) nos discursos em que estão situadas. (MOITA LOPES, 2003, p. 20)

Os discursos a que se refere Moita Lopes são, cada um deles, identidades que se assume ou rejeita-se, sendo, portanto, um conceito muito próximo do que se chama “representação” ou “ideologia”. O discurso não é entendido aqui como um texto proferido, mas, sim, como um construto de idéias situado histórica, cultural e institucionalmente, o qual atua, em conjunto com demais discursos, na construção da identidade das pessoas. Já a combinação de múltiplos discursos garante a singularidade dos sujeitos.

Conforme Moita Lopes (2003, p. 23), “o entendimento básico [da concepção socioconstrucionista] é que ‘os objetos sociais não são dados ‘no mundo’ mas são construídos, negociados, reformados, modelados e organizados pelos seres humanos em seus esforços de fazer sentido dos acontecimentos no mundo’ (Sarbin e Kitsuse 1994, p. 3⁵⁸)”. Isso indica que o sujeito constrói sua identidade através de seus atos de linguagem, no caso da presente pesquisa, no ato de narrar suas histórias de vida: o fazer lingüístico resulta no fazer

⁵⁶ BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

⁵⁷ LINDSTROM, L. Context contests: debatable truth statements on Tanna (Vanuatu). In: DURANTI, A. & GOODWIN, C. (eds.) **Rethinking context**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

⁵⁸ SARBIN, T. R. & KITSUSE, J. I. (eds.) **Constructing the social**. Londres: Sage, 1994.

identitário. Para Moita Lopes (2003, p. 24),

quando vamos investigá-las as identidades não estão prontas e fixas, mas, sim, situadas nos processos discursivos de suas construção, “já que suas próprias origens estão localizadas dentro do intercâmbio entre as pessoas, dentro do processo de fazer a comunicação cotidiana inteligível (Shotter e Gergen 1989, p. x⁵⁹) ou não.

Portanto, a situação comunicativa envolvendo pesquisador (entrevistador) e pesquisado (entrevistado) é uma situação enunciativa na qual está sendo “processada” a identidade do entrevistado, haja vista o esforço que este está fazendo para dizer “quem é”, “qual sua história de vida”, “o que pensa sobre as coisas do mundo”. O pesquisador, por seu turno, não é mero espectador ou analista imparcial dos dados, é também participante da construção da narrativa do entrevistado e intérprete de seu discurso (não mero descritor).

Baseando-se na Análise Crítica do Discurso, Moita Lopes (2003, p. 25) afirma que

quando se envolvem na construção do significado, as pessoas estão agindo no mundo por meio do discurso em relação aos seus interlocutores e, assim, se constroem e constroem os outros. Desse modo, o discurso deve ser entendido também por sua força constitutiva e, portanto, como ação.

Na seqüência, abordar-se-á como os sujeitos, ao narrar, constroem identidades.

3.3.1 A Leitura de Identidades a partir de Narrativas Orais

Ao produzir uma narrativa oral de sua história de vida, o sujeito está através da linguagem produzindo respostas para questões como “quem sou eu?”, “qual a minha história?”, “com o que eu me identifico?” etc. A narrativa oral, além de não ser totalmente previamente planejada, depende, entre outras coisas, das imposições da situação comunicativa e também da memória do narrador. Nesse complexo ambiente interativo, o sujeito assume posições que revelam traços de sua identidade; conforme explica Bamberg (2002, p. 152),

a posição a partir da qual a ordem narrativa passa a existir emerge no decorrer da exposição efetiva da unidade de narração; a ordem passa a existir no processo de tentar ativamente ocupar um espaço discursivo específico, normalmente na presença de outros e sob a

⁵⁹ SHOTTER, J. & GERGEN, K. (eds.) **Texts of identity**. Londres: Sage, 1989.

monitoração interacional cerrada desses.

A análise do posicionamento do sujeito em suas narrativas é, portanto, um dos procedimentos chave para desvendar sua identidade. Por isso, Bamberg (2002, p. 152) afirma que, ao analisar a posição do sujeito em sua narrativa,

precisamos prestar muita atenção à ordem dentro da unidade da história, ao lugar, no tempo e no espaço, em que os personagens são posicionados uns diante dos outros, assim como precisamos prestar muita atenção à ordem que emerge na situação de contar a história, em que o narrador e a audiência adentram um tipo específico de relação discursiva. Tanto a ordem dentro da história quanto a ordem da atividade de contar estão entrelaçadas e são relevantes para o desfecho da interação e para a construção de quem somos em termos de um *self* e de uma identidade emergentes.

O que Bamberg procura esclarecer é que o sujeito narrador e o sujeito da narrativa são a mesma pessoa, assim como a situação enunciativa está entrelaçada à situação interna da narrativa. Portanto, situações enunciativas específicas produzem narrativas igualmente específicas. Percebe-se claramente esse processo nas entrevistas com os pescadores de Santa Helena, os quais foram entrevistados como pescadores profissionais e, na maior parte de suas narrativas, era dessa forma que se posicionavam (o que não quer dizer que em vários momentos da narrativa não tenham assumido a posição de pai, de mãe, de ex-agricultor etc.).

Esses cuidados servem também para lembrar que as identidades são dinâmicas, estão em construção. Para Bamberg (2002, p. 153), a identidade não é um processo consumado, ao contrário, é dinâmico e está sempre em reformulação: “*self* e identidade não são, de forma nenhuma, fatos consumados, mas, sim (...), são constantemente renegociados, e (...) as situações comunicativas e interacionais são a base sobre a qual ocorre esse processo de negociação, na forma de rascunho de projetos”. Do mesmo modo que a identidade possui mecanismos para ser construída, através do uso da linguagem por sujeitos em situações interativas, a fim de se posicionar perante o mundo e perante si mesmos, também há mecanismos que podem ser utilizados para realizar a leitura dessas identidades. Esses procedimentos são assim apresentados por Bamberg (2002, p. 153-154):

Iniciando com essa noção de *self* e identidade como projetos sob constante revisão, o campo

discursivo onde tais projetos são testados pelos interagentes (...) é a arena onde as identidades são realizadas e consolidadas microgeneticamente e onde podem ser acessadas microanaliticamente.

A proposta de leitura de identidades em narrativas de Bamberg é inspirada “em práticas de desenvolvimento e análise da conversa que examinam a estrutura sequencial da interação falada a partir da qual se constroem e passam a existir contexto e significado, o conceito de *si-mesmo* e dos outros, e o que é compartilhado como cultural”. Portanto, a ocupação ativa e interacional de espaços discursivos por parte do falante produz significados que constroem sua identidade, e é preciso por parte do analista identificar as pistas deixadas pela contextualização para que possa ler tais identidades.

Para Bamberg (2002, p. 156-158), as narrativas podem ser divididas em três níveis diferentes de ordenação das atividades:

Primeiro, em falas sobre os outros e sobre o próprio *self*, criamos linguisticamente personagens no plano do assunto do qual a fala trata. (...) Em resumo, nesse nível de análise, escrutinamos os métodos lingüísticos que estabelecem os personagens na história – o modo como eles são caracterizados e colocados em relação uns aos outros – de maneira que possamos responder à pergunta que indaga sobre o que a história trata (nível 1 de posicionamento [enfoca o conteúdo da história]).

Neste primeiro nível, fica clara a inspiração na estrutura narrativa proposta por Labov (apresentada no subtópico 3.2.2), correspondendo ao resumo e a orientação da narrativa, os quais enfocam o conteúdo da história. É preciso lembrar que não se trata aqui de narrativas prontas, mas em construção no momento da interação, sem os recursos de reconstrução possibilitados pela escrita, a qual só vem a público quando deseja seu redator. Então, no momento interativo, o narrador está posicionando os personagens da história (inclusive a si mesmo, já que são histórias de vida) e tal posicionamento revela seu esforço para comunicar ao ouvinte sua versão dos fatos.

De acordo com a proposta de Bamberg (2002, p. 156-158), o segundo nível de posicionamento da narrativa revela a posição do narrador diante do(s) outro(s):

Em segundo lugar (...), os falantes estão continuamente se colocando (e recolocando) uns diante dos outros. (...) É nesse nível, novamente para fins analíticos, que perguntamos por

que uma história é contada em um dado ponto da interação – ou, mais especificamente: por que o narrador toma a palavra nesse ponto específico da conversa para contar a história? O que ele ou ela está tentando alcançar com a história (nível 2 de posicionamento).

Tem-se, portanto, no nível dois de posicionamento, um enfoque centrado na interação. As entrevistas realizadas com os pescadores de Santa Helena visaram a garantir liberdade para que suas narrativas fluíssem “naturalmente”, sem imposição de um formulário pré-formatado. Assim, muitas das histórias relatadas surgiam durante a interação por “livre” iniciativa do entrevistado, e entender por que essas histórias foram contadas torna-se importante para entender seus intentos de posicionamento.

Já o terceiro nível é aquele em que fica patente o posicionamento identitário do sujeito, ou seja, como ele quer ser entendido e conhecido:

O falante transcende o nível dos personagens da história e o nível interacional de “como eu quero ser entendido por vocês, a audiência” e tenta construir uma resposta (localizada) para a pergunta: “quem sou eu?”. (...) é essencial para propor algum tipo de identidade com o qual os outros irão trabalhar, construir, e na qual poderão se basear, porque é orientada para formas culturalmente compartilhadas de continuidade, incluindo o potencial para coerência (nível 3 de posicionamento). (BAMBERG, 2002, p. 156-158)

Em resumo, os dois primeiros níveis de posicionamento servem para orientar o interlocutor/pesquisador na análise das opções que o narrador faz por determinados discursos culturais e como se posiciona diante desses discursos, revelando assim sua(s) identidade(s).

Com relação à análise propriamente dita das narrativas a partir dos posicionamentos dos sujeitos, Bamberg (2002, p. 159) esclarece que

o arranjo seqüencial desses três níveis de posicionamento de um a três não é uma coincidência. Para fins de análise, parece apropriado começar com o que demonstra ser mais explícito no âmbito do arranjo textual, partindo daí para o nível de como os falantes se colocam interacionalmente, e daí para como esses falantes chegam a fazer sentido de si próprios – e não o inverso.

O autor justifica essa ordem porque não se pode partir do pressuposto de que o *self* está pronto e preparado para interagir e produzir um relato de si, já que é a narrativa que produz o *self*. Pode-se observar que o procedimento do narrador chamado de “avaliação” por Labov (conforme apresentado no subtópico 3.2.2) está presente em todos os níveis de posicionamento, pois é o narrador que avalia o que deve ser contado e também avalia o

conteúdo do que conta, revelando suas concepções e identificações ou não com os fatos. Retoma-se, então, a concepção de Labov de que a avaliação atravessa a narrativa em forma de “ondas” e não em momentos específicos e isolados.

Para completar a fundamentação sobre a leitura de identidade em narrativas, será retomado o que propõe Mishler (2002) sobre o tempo narrativo. Parece claro que a proposta de Bamberg não fecha questão com uma estrutura narrativa inflexível, mas, sim, procura estabelecer um método seqüencial de análise. No entanto, é importante ressaltar que a narrativa não começa a ser produzida com um fim indeterminado, mas, sim, existe já um pré-final que pode sofrer alterações à medida que a narrativa é produzida, especialmente porque o narrador está diante de interlocutores igualmente ativos e que podem influenciar em sua narração. Para Mishler (2002, p. 104),

Construídos retrospectivamente, por meio de um olhar retrovisor desde o presente, os enredos nessas narrativas pessoais são “governados como um todo” pelos seus modos de finalização, isto é, pela situação na qual os contadores se encontram depois de algo que lhes aconteceu no passado. Eles explicitam e documentam a “mão dupla do tempo”.

Assim, é preciso conceber o tempo narrativo como um constante “ir e vir”, a partir do qual as narrativas são construídas, avaliadas, reconstruídas... ganhando contornos que nem sempre serão os mesmos, já que o presente do narrador estará sempre influenciando suas memórias e avaliações sobre seu passado. Além do mais, eventos marcantes na vida de uma pessoa podem fazer com que ela modifique seu posicionamento frente a um determinado fato de sua história de vida, ou seja, as pessoas podem avaliar de forma diferente, em momentos diferentes, seu passado ou pelo menos parte dele. Para Mishler (2002, p. 112),

tais rupturas nas trajetórias de carreira, como os pontos de virada (...), não são incomuns, e sugerem que tanto nossos modelos de desenvolvimento de identidade quanto nossas teorias e métodos para a pesquisa narrativa precisam incluir esses movimentos que vão além de um trajeto progressivo e linear. Nem as trajetórias de nossas vidas, nem as histórias que construímos para entender a nós próprios e aos outros são serenas, contínuas e progressivas. Cada uma é marcada por solavancos e turbulências, desvios e hiatos.

Pode-se depreender que as histórias de vida dos pescadores de Itaipu podem revelar suas identidades, porém é importante frisar que tais identidades dizem respeito àquele

momento histórico (o da narração) e influenciado pela situação enunciativa (interação em forma de entrevista formal). Da mesma forma, as interpretações feitas aqui dessas narrativas são influenciadas pelo olhar do pesquisador e representam *uma* leitura⁶⁰ possível e não *a* leitura possível de suas identidades.

Para concluir essa seção, apresenta-se a seguir a proposta de Mishler (2002, p. 166) sobre como o pesquisador deve proceder na leitura das narrativas de vida:

Os pesquisadores da narrativa se baseiam, da mesma maneira e no mesmo grau que os narradores que estudamos se baseiam, no final de uma história para fazer sentido dessa história. Nós nos movemos para trás e para frente, entre nossos entendimentos do todo e de suas partes, engajando-nos em uma reciclagem repetitiva de movimentos interpretativos em direção a um entendimento mais profundo e abrangente de uma história e de como ela é encaixada. Nesse processo, à medida que aprendemos mais sobre como o enredo é construído e como ele termina, nos movemos em direção a uma interpretação de como a seqüência de eventos é conectada para resultar em uma unidade significativa.

Pretende-se, então, ao ler as narrativas dos pescadores de Itaipu, acompanhar seus movimentos de construção a fim de desenvolver um movimento de interpretação, capaz de compreender os significados de suas histórias e revelar aspectos de suas identidades.

3.4 VARIAÇÃO DA LINGUAGEM E IDENTIDADE LINGÜÍSTICA

Todas as línguas variam no tempo e no espaço e, inclusive, numa mesma comunidade lingüística. Tal pressuposto é basilar para a Sociolingüística, a qual rejeita a idéia de homogeneidade de uma língua. Alkmim (2003, p. 33) afirma que “língua e variação são inseparáveis: a Sociolingüística encara a diversidade lingüística não como um problema, mas como uma qualidade constitutiva do fenômeno lingüístico”.

Rejeitada a homogeneidade, aflora a aceitação da heterogeneidade lingüística. Conforme Mollica (2004, p. 09),

todas as línguas apresentam um dinamismo inerente, o que significa dizer que elas são heterogêneas. Encontram-se assim formas distintas que, em princípio, se equivalem

⁶⁰ Leitura aqui entendida como “resultado” da interpretação e não como o “procedimento” interpretativo.

semanticamente no nível do vocabulário, da sintaxe e morfossintaxe, do subsistema fonético-fonológico e no domínio pragmático-discursivo.

Tal heterogeneidade atesta que existe variação em uma língua, ou seja, há possibilidades diferentes de se realizar a mesma língua, sendo tais possibilidades denominadas “variantes lingüísticas”. Basta ouvir os “patrícios” de além mar para se perceber diferenças marcantes do português do Brasil para o português de Portugal, porém não há somente essa distinção e, para muitos, não mais se trata de diferentes variantes, mas diferentes línguas (BAGNO, 2003 e 2004). Há também distinções dentro do português do Brasil, seja por interferências extralingüísticas geográficas (diatópicas), sociológicas (diastráticas) ou contextuais (diafásicas) ou interferências internas à língua (PRETI, 2003, p. 17; MOLLICA & BRAGA, 2003; BRANDÃO, 1991, p. 79-81).⁶¹

Dessa forma, pode-se partir do pressuposto de que os pescadores de Santa Helena falam o português brasileiro e que compartilham de uma ou mais variantes lingüísticas. Ainda com relação à variação lingüística, cabe ressaltar a validade de todas as variantes como sistema de interação verbal. Mollica (2004, p. 13) afirma que,

numa perspectiva científica, (...) todas as manifestações lingüísticas são legítimas e previsíveis (...). Embora os julgamentos de valor não se apliquem, os padrões lingüísticos estão sujeitos à avaliação social positiva ou negativa e, nessa medida, podem determinar o tipo de inserção do falante na escala social.

Ou seja, mesmo a variante do sujeito servindo para plena interação com seu grupo social não significa que esta variante seja reconhecida como “correta”, pois o modo “correto” de falar, geralmente, é o modo prescrito pela norma padrão da gramática tradicional (BAGNO, 2003; POSSENTI, 1996). Sobre esse aspecto valorativo das variantes lingüísticas, Alkmim (2003, p. 39) explica que

em qualquer comunidade de fala, podemos observar a coexistência de um conjunto de variedades lingüísticas. Essa coexistência, entretanto, não se dá no vácuo, mas no contexto das relações sociais estabelecidas pela estrutura sociopolítica de cada comunidade. Na realidade objetiva da vida social, há sempre uma ordenação valorativa das variedades lingüísticas em uso, que reflete a hierarquia dos grupos sociais. Isto é, em todas as

⁶¹ Os termos diatópica (*diatopisch*), diastrática (*diastratisch*) e diafásica (*diaphatisch*) foram, originalmente, cunhados por Coseriu com base em Flydal (ALBRECHT; LÜDTKE & THUN, 1988, p. 15-37).

comunidades, existem variedades que são consideradas superiores e outras inferiores.

A tendência nas comunidades ocidentais, no Brasil inclusive, é de se instituir um modelo gramatical padronizado, geralmente adotado nas publicações escritas e no ensino escolar. Nada mais é do que mais uma forma de falar/escrever, porém, além de modelo, acaba por ser considerado o modo “correto”. A gramática tradicional da língua portuguesa é resultado histórico de um tempo em que Portugal era uma monarquia colonizadora, e a variante lingüística da corte era imposta a ferro e fogo aos colonizados (GNERRE, 1994). Hoje, o Brasil nem mais é colônia portuguesa, mas ainda convive com a gramática tradicional elaborada nos moldes da época. Perini (1993, p. 85-88) propõe que o português-padrão brasileiro seja considerado aquele utilizado em publicações técnicas e jornalísticas, por apresentarem uma regularidade bastante consistente em todo o território nacional e representar a forma contemporânea de divulgação de informação e conhecimento. Essa proposta reflete a variação diacrônica da língua – o padrão se altera -, a qual é simultânea à variação sincrônica, ou seja, a coexistência de diferentes variedades lingüísticas. Ainda quanto ao padrão, Alkmim (2003, p. 40) afirma que

A variedade padrão de uma comunidade – também chamada norma culta, ou língua culta – não é, como o senso comum faz crer, a língua por excelência, a língua original, posta em circulação, da qual os falantes se apropriam como podem ou são capazes. O que chamamos de variedade padrão é o resultado de uma atitude social ante a língua, que se traduz, de um lado, pela seleção de um dos modos de falar entre os vários existentes na comunidade e, de outro, pelo estabelecimento de um conjunto de normas que definem o modo “correto” de falar.

Um dos condicionantes extralingüísticos fundamentais para a manutenção da variante padrão na sociedade moderna é o grau de escolarização. É função da escola ensinar o padrão por motivos práticos e sociais: por um lado é a variante da escrita e dos contextos formais, por outro lado - e não independente das questões práticas - é a forma lingüística de maior *status* social. Por isso, sujeitos sem escolarização ou com baixa escolaridade, em sua maioria, tendem a dominar somente a variante de sua comunidade lingüística, o que não significa que uma pessoa não possa comportar as duas (ou até mais) variantes, como sugerem

os Parâmetros Curriculares Nacionais para a língua portuguesa (BRASIL, 1998, p. 29-31).

A questão escolarização é importante para a presente discussão porque os pescadores entrevistados compartilham de duas características similares: uma, que tiveram pouca escolarização, em média até a 4ª série do Ensino Fundamental; outra, que possuem uma auto-avaliação de que não dominam a língua portuguesa, haja vista não dominarem “a gramática”. Votre (2004) discute a relevância da variável escolaridade na fala dos indivíduos e ressalta que, se, por um lado, a escola promove certo conservadorismo, por resistir a muitas mudanças lingüísticas, por outro, funciona como democratizadora da variante de prestígio. Dessa forma, àqueles que não receberam o legado democratizador da escola somente sobra o legado conservador, ou seja, acreditarem que não dominando a variante padrão não dominam a língua portuguesa.

É importante ressaltar, como frisa Alkmim (2003, p. 34), que “os falantes adquirem as variedades lingüísticas próprias a sua região, a sua classe social etc.”, não tendo, portanto, nenhuma vinculação com nascer em uma determinada região ou classe social, muito menos que sejam deturpadores da língua “correta”. Portanto, a(s) variante(s) utilizada(s) pelos pescadores de Santa Helena é(são) resultado(s) da comunidade em que vivem, da herança lingüística recebida e da relação com outros segmentos sociais. Alkmim (2003, p. 37) ensina que

Aprende-se a falar na convivência. Mas, mais do que isso, aprendemos quando devemos falar de um certo modo e quando devemos falar de outro. Os indivíduos que integram uma comunidade precisam saber quando devem mudar de uma variedade para outra. Segundo Fishman (1972)⁶², os membros de qualquer comunidade “adquirem lenta e inconscientemente as *competências comunicativa* e *sociolingüística*, com respeito ao uso apropriado da língua”.

Essas informações levam a concluir que um sujeito pode dominar mais de uma variedade lingüística, o que, por conseqüência, implica afirmar que uma comunidade não possui apenas uma variante, o que não quer dizer que não possua (tanto sujeito quanto

⁶² FISHMAN, J. A. A Sociologia da linguagem. In: FONSECA, M. S. V. & NEVES, M. F. (orgs.) **Sociolingüística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974 (título original, 1972)

FIGURA 10 - CONTÍNUO DE ORALIDADE-LETRAMENTO



FIGURA 11 - CONTÍNUO DE MONITORAÇÃO ESTILÍSTICA



Didaticamente separados pela autora, os contínuos conforme Bortoni-Ricardo são categorias simultâneas. Da mesma forma, os fatores sociais que influenciam a linguagem do sujeito, apontados pela Sociolinguística Variacionista (sexo, classe social, regionalismo, escolaridade, situação comunicativa etc.), atuam conjuntamente no uso lingüístico do sujeito.

Ao se analisar a linguagem dos pescadores, deve-se considerar que suas variantes, de modo geral, são caracterizadas como rurbanas, haja vista, por um lado, serem advindos do meio rural ou ainda habitarem propriedades rurais e distritos interioranos e, por outro, estarem em contato com o meio urbano, através do comércio e da associação de pescadores, por exemplo. A oralidade e a variação na monitoração de estilo são outras marcas constantes das narrativas coletadas, pois foram realizadas entrevistas gravadas, o que induz, especialmente no início, a um maior controle da fala pelo entrevistado, porém no decorrer da entrevista revelaram-se monitorações menores, seja pela mudança de tópico, pela emoção ou mesmo pela diminuição da tensão do entrevistado.

A análise da linguagem dos pescadores pode demonstrar muito de suas identidades sociais, pessoais e lingüísticas. Como não há possibilidade de observar todos os aspectos, optou-se por trabalhar o léxico da pesca, especialmente os termos técnicos utilizados pelos pescadores para nominar suas atividades, instrumentos, ambiente e relações sociais, compondo um socioleto da pesca.

3.5 PRECONCEITO E ESTIGMA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Ao entrar em contato com os pescadores de Santa Helena e ouvir suas narrativas de vida, constatou-se um forte estigma entre eles com relação a sua posição social e a sua linguagem. Para compreender tal estigmatização, é preciso investigar as relações sociais dos sujeitos em foco e, com isso, identificar suas atitudes e comportamentos perante sua posição social. Em outras palavras, buscar entender em que bases se sustenta o estigma quanto ao ser-pescador e também quanto ao seu falar.

Em sua obra “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”, Goffman (1988, p. 13) normalmente utiliza “o termo estigma, (...) em referência a um atributo profundamente depreciativo”, porém ressalta que “o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos”, pois “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso”. Transpondo a definição de Goffman para a realidade dos pescadores de Itaipu, pode-se dizer que ser-pescador pode ser estigmatizante em certas relações sociais, porém ser normal em outras (por exemplo, nas reuniões da colônia de pescadores). Para o autor,

pode-se dar por estabelecido que o estigmatizado e o normal têm a mesma caracterização mental e que esta é, necessariamente, a caracterização-padrão de nossa sociedade; a pessoa que pode desempenhar um desses papéis, então, tem exatamente o equipamento necessário para desempenhar o outro e, na verdade, em relação a um ou outro estigma, é provável que ela tenha adquirido uma certa experiência para fazê-lo. (GOFFMAN, 1988, p. 141-142)

Goffman (1988) e Elias & Scotson (2000) concordam que o preconceito é o grande fomentador de estigmas sociais, os quais podem ser originados desde uma motivação biológica (deformações de nascença, acidentes, violências várias...) ou por motivações estritamente sociais, como raça, religião, opção sexual, classe social, entre outras. A existência de um estigma sempre revela que há valores em jogo e, muitas vezes, espaços de poder: disputas étnicas, fundamentalismo religioso, divisão de classes econômicas, conflitos de gênero etc.

O trabalho etnográfico realizado por Elias & Scotson (2000) que trata das relações entre “estabelecidos e *outsiders*” – revelando um binômio que, às vezes, aparece como “incluídos e excluídos” ou “nativos e forasteiros” – é uma obra relevante para se compreender as relações de preconceito contra pessoas ou grupos que não gozam de um *status* social elevado, além do que é uma obra que oferece uma interessante metodologia de análise, chamada pelos autores de “Teoria Configuracional”, a qual se pretende aplicar ao contexto dos pescadores de Itaipu. Por isso, realizar-se-á aqui uma breve apresentação dessa obra.

O interessante do trabalho Elias & Scotson é que os pesquisadores constataram que não é necessariamente a divisão em classes sociais que gera preconceitos e estigmas entre grupos sociais, mas também outras relações, como, por exemplo, as de antiguidade. Na década de 1950, durante três anos, os dois pesquisadores observaram as relações sociais de uma pequena comunidade inglesa, ficticiamente chamada Winston Parva, primeiramente com o interesse de investigar os motivos da delinqüência juvenil, depois, ao descobrir que analisando somente a delinqüência pela delinqüência não haveria resposta satisfatória, resolveram observar as relações de poder como um todo naquela comunidade. O que descobriram foi um processo de estigmatização dos antigos moradores com relação aos novos moradores, estigma tão forte que se pode falar em sectarismo de ingleses contra ingleses! De pobres contra pobres!

A denominação escolhida para os incluídos – *establishment* ou estabelecidos – vem em inglês no singular, ou seja, formavam um grupo, baseado na tradição, na autoridade e na influência. Já os *outsiders* (ou não-incluídos) são tratados em inglês no plural, pois não formam um grupo coeso e, sim, uma população de estranhos. Os *outsiders* eram identificados pelo *establishment* como anômalos sociais, ou seja, eram vinculados à delinqüência, à violência e à desintegração social. A partir da análise desta figuração social em particular, Elias & Scotson trazem à tona conteúdos de ordem universal. A pesquisa empírica aqui

dialoga com a teoria, e, em conjunto, tornam-se um poderoso mecanismo para compreensão da sociedade de Winston Parva e capaz de abstrair o que há de universal nessas relações de poder. Como se lê no prefácio da obra, assinado por Elias & Scotson,

nossa intenção foi manter o equilíbrio entre a simples exposição dos fatos e as considerações teóricas. Não temos nenhuma certeza de havê-lo conseguido. Mas procuramos não permitir que nossos interesses teóricos preponderassem sobre nosso interesse pela vida social das pessoas da própria comunidade de Winston Parva. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 16)

Ao estabelecer os conceitos de estabelecidos e *outsiders*, os autores comparam essa distinção a divisões sociais presentes na história, como, por exemplo, a relação nobre *versus* vilão ou aristocracia *versus* plebe. Para eles, os estabelecidos formam um grupo de pessoas que se julga melhor e que quer fazer os outros crerem que realmente são piores. Já os *outsiders*, por serem recém chegados, “os de fora”, por não possuírem laços de coesão social, acabavam geralmente por se resignar à condição de excluídos. Os autores apontam diversos mecanismos para que essa relação de poder se estabeleça, entre as mais eficientes está o uso de fofocas elogiosas (em favor dos estabelecidos) *versus* fofocas depreciativas (contra os *outsiders*). O interessante, observam, é que em Winston Parva a materialidade (classe social) não sugeria a diferença que se estabelecia no plano de poder moral. A diferença real em Winston Parva era o tempo de residência das pessoas/famílias, as quais atingiam maior grau de coesão grupal, enquanto os novos moradores eram estranhos aos antigos e aos outros novos. Efetivamente, além da fofoca, os estabelecidos garantiam espaços importantes da comunidade para seus membros e mantinham sua identidade, inclusive apartando-se dos *outsiders*. Os estabelecidos atribuíam a si a imagem de sua “melhor” parcela e aos *outsiders* a imagem de sua “pior” parcela (dos *outsiders*). Acontece então o que Elias & Scotson chamam de “sociodinâmica da estigmatização”, na qual um grupo inferioriza outro. Segundo os autores, geralmente a concepção de estigma é reduzida à idéia (individual) de preconceito, ou seja, um indivíduo inferiorizando ou sendo inferiorizado. Porém, no caso de Winston Parva, o estigma deve ser entendido a partir de fatores grupais (interdependência entre grupos) e

individuais.

Outro mecanismo utilizado para manter a divisão social é a retaliação: à medida que *outsiders* diminuem diferenças sociais com relação aos estabelecidos, estes tendem a retaliar. O carisma grupal cultivado entre os estabelecidos *versus* a atribuição de desonra grupal aos outros (mesmo que fictícia) é outra forma de garantir coesão e manter a divisão, já que o indivíduo que não respeita as regras do grupo perde o carisma, estando entre esses desvios de conduta relacionar-se com os *outsiders*.

A linguagem também tem a função especial (além da fofoca, regras etc.) de produzir um vocabulário próprio do grupo para estigmatizar os *outsiders*. É relevante notar que não há como insultar os estabelecidos (chamar um branco de branco não causa efeito negativo, já chamar alguém de preto ou negro...). Os autores observam que a partir do momento em que se chamar os estabelecidos por termos que os identifiquem e soar pejorativamente é sinal de que as relações de poder estão mudando. Já os *outsiders*, muitas vezes, são levados a crer que sua inferioridade de poder é sinônimo de inferioridade humana, o que seria a face mais perversa do estigma. Os *outsiders* são associados à sujeira, e essa estigmatização pode afetar intelectual e afetivamente pessoas destes grupos. Elias & Scotson lembram que os *outsiders* podem ser descartáveis (exterminados – veja os judeus para os nazistas) ou necessários (estigmatizados – escravos, por exemplo), porém as vantagens econômicas não são as únicas explicações para a divisão, a qual tende a ser mais acentuada quando há grande diferença de poder financeiro. Para os autores o fator econômico pode ser iniciador da divisão, mas não exclusivo, pois as carências humanas além do econômico também são reais.

Elias & Scotson afirmam que um conflito (silencioso ou aberto) sempre permeia a relação entre estabelecidos e *outsiders*, um conflito entre “nós” *versus* “eles”, porém nem sempre se está claro o porquê desta divisão. Em Winston Parva, os *outsiders* não sabiam exatamente porque eram estigmatizados, assim como os estabelecidos não conseguiam

transcender os seus sentimentos imediatos para explicá-los. Os autores afirmam que o autocontrole individual (seguir as regras) e a opinião grupal estão articulados entre si. Dessa forma, identidades grupal e individual estão intimamente ligadas, sendo que a imagem do ideal de “nós” deve ser considerada junto ao ideal do “eu” como parte da estrutura da personalidade.

Vai ganhando contorno, dessa forma, uma teoria da figuração estabelecidos-*outsiders*, que pode ser pensada no nível “micro” de Winston Parva, ou ser pensada *mutatis mutandis* no nível “macro” da nação ou mesmo num contexto geopolítico internacional: “mesmo num âmbito tão pequeno como o de Winston Parva, algumas dessas características (estabelecidos *versus outsiders*) puderam ser observadas. Pareceu útil permitir que o microcosmo de uma pequena comunidade esclarecesse o macrocosmo das sociedades em larga escala e vice-versa” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 49).

Transpondo as considerações sobre estabelecidos e *outsiders* para o contexto dessa pesquisa, pode-se constatar que as narrativas dos pescadores apontam para a posição de não-estabelecidos (*outsiders*) do ser-pescador, estabelecendo-se uma confrontação em particular com o ser-agricultor (estabelecidos). Na opinião de Elias & Scotson, não se deve buscar culpados pelas tensões entre os grupos, nem querer explicar apenas por dados quantitativos os motivos das tensões. Para eles, as estruturas sociais não são a-históricas e mesmo fatos aparentemente localizados (“pequenos”) são frutos de grandes movimentos sócio-históricos e que, no caso de suas pesquisas, Winston Parva é um paradigma da impotência frente ao desenvolvimento dos fatos sociais, constatação que pode ser transplantada para outros microcosmos sociais.

Um dos mecanismos utilizados pelos estabelecidos para perpetuarem-se como tais é a ocupação dos espaços disponíveis nas hierarquias de poder (entidades, administrações públicas etc.) (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 92-106). Em Winston Parva, comentam os

autores, formou-se uma hierarquia de *status* em que uma minoria conseguiu estabelecer quem mandava na localidade e, nesse caso, venceu a minoria por sua maior coesão e por ocupar os postos-chave da comunidade. Porém tais diferenças de *status* não existem sem atritos, pois, em geral, as pessoas da comunidade têm conhecimento de sua posição no *status* social definido, além da posição dos outros, sendo que os de baixo tentam subir enquanto os de cima procuram manter um fosso divisor. Os pescadores de Santa Helena, ao menos em suas narrativas, colocam-se no “andar” de baixo da sociedade, como poderá ser visto no capítulo 6 da presente dissertação.

Outro fator importante na manutenção dos grupos estabelecidos são os laços geracionais, garantidos em Winston Parva pelas “famílias matrifocais” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 85-91), nas quais além da “casa da mãe” ser o local do lazer doméstico, essas tinham também a incumbência de cuidar dos netos enquanto as filhas trabalhavam nas indústrias. Criavam-se, então, laços geracionais (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 103-106), o que aumentava a coesão destas famílias, sem contar que as famílias se entrelaçavam, criando uma grande rede, na qual “todos” estabelecidos eram parentes de alguma forma. Já entre os *outsiders* não havia possibilidade das famílias manterem laços geracionais. Os autores procuram demonstrar aqui como uma relação “pequena” e localizada consegue estabelecer condições para que uma determinada hierarquia de *status* se estabeleça, independente de ser ligada a áreas de grande interesse sociológico como a política ou a economia, por exemplo. Para a presente pesquisa, a constatação da manutenção geracional de um grupo é particularmente importante, haja vista que os pescadores de Santa Helena, em sua maioria, não formam uma comunidade tradicional, mas, sim, um grupo recente que ainda busca construir-se e, quem sabe, conseguir estabelecer-se geracionalmente.

Elias & Scotson (2000, p. 121-133) reservam um capítulo inteiro para fazerem “observações sobre a fofoca” como mecanismo de produção do estigma social. Conforme os

autores, a fofoca depende das normas e crenças coletivas e das relações comunitárias. Os estabelecidos, por exemplo, acolhiam com prazer mexericos sobre os *outsiders*. A coesão dos estabelecidos exigia grande número de fofocas para mover o “moinho” do “diz-que-diz”, o que, geralmente, acontecia depois dos encontros sociais. O fato de haver uma maior rede de ligações sociais fazia com que os estabelecidos possuíssem mais interesses em comum, demandavam maior “comunicação” interna, além de “tempero” para a vida cotidiana, tornado-se as fofocas, em muitos casos, um entretenimento. Elias & Scotson ressaltam que as fofocas não eram necessariamente maldosas quando tratavam dos estabelecidos: fofocas elogiosas estimulavam a ajuda comunitária (solidariedade) e muitas vezes eram direcionadas no sentido de elevar o *status* de algumas famílias. Por outro lado, fofocas de censura e rejeição eram mais frequentes e tinham função integradora de grupos já existentes, na medida em que os separava dos outros. Havia ainda competição para ver quem portava a fofoca mais ácida contra *outsiders* e quanto maior fosse a insegurança dos estabelecidos, maior a distorção da realidade (construção de imagens), positiva em seu favor e negativa contra os excluídos. Os estabelecidos deturpavam a visão sobre os *outsiders*: rejeitavam sua participação e os rejeitavam por não participarem, e a fofoca era instrumento de censura, rejeição e estigma. Romper com o preconceito coletivo exigia muita coragem (de ambos os lados). Entre os *outsiders* os boatos eram difusos e não funcionavam como fator de integração; havia reservas nas fofocas, pois, em geral, remetiam ao seu próprio bairro, denegrindo-o. Os autores lembram que a fofoca compunha-se daqueles que a circulam e sobre quem era circulada; dessa forma, os *outsiders*, geralmente, apareciam como o objeto das fofocas, e desviá-las, não reproduzi-las, era uma forma de proteção, já que o sujeito não consegue escapar individualmente da estigmatização de seu grupo nem do *status* inferior.

Além do mais, a mobilidade social, dizem Elias & Scotson (2000, p. 165-177), vai além da classe social, alguém não se torna rico e pronto, pois quem muda de classe

geralmente tende a ser *outsider* na nova classe (basta ver o desdém das elites em relação aos “novos ricos”). Da mesma forma, a *anomia* não pode ser interpretada por si mesma, para entendê-la é preciso investigar seu inverso: a *nomia*, ou seja, o que se diz “normal”, já que ser normal depende de uma definição social (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 177-181). Goffman (1988, p. 146) lembra que “o estigmatizado e o normal são parte um do outro; se alguém se pode mostrar vulnerável, outros também o podem” e que

o estigma envolve não tanto um conjunto de indivíduos concretos divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de normais, quanto um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida. O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro. (GOFFMAN, 1988, p. 148-149)

Portanto, o sujeito pode, em determinados momentos, não estar portando uma identidade estigmatizada e, em outro momento, sim. Da mesma forma, determinadas identidades estigmatizadas em uma época histórica ou espaço geográfico podem não o ser em outras épocas e espaços.

Por fim, Elias & Scotson afirmam que a “Teoria Configuracional”, utilizada por eles, não pode ser fragmentária – é preciso pesquisar o conjunto da comunidade; não se pode ser maniqueísta – não há bons ou maus sujeitos, há, sim, sujeitos sociais; não se podem ignorar as interdependências – o indivíduo não pode viver em sociedade sem relacionar-se com os outros indivíduos; e, não se pode polarizar sociedade e indivíduo: “É fácil perceber que os pressupostos teóricos que implicam a existência de indivíduos ou atos individuais sem a sociedade são tão fictícios quanto outros que implicam a existência de sociedades sem os indivíduos” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 182).

A “Teoria Configuracional” pressupõe que os indivíduos sempre se apresentam em configurações (sociais) e tais configurações são irreduzíveis, por isso não há possibilidade de se partir de um único indivíduo para compreender a sociedade e também ser impossível entender a sociedade ignorando esta ser composta por indivíduos. A sociedade, dizem os

autores, realmente é coercitiva, mas tal coerção (poder) reside na interdependência entre os indivíduos e não fora deles, em outras palavras, as configurações sociais limitam as ações dos indivíduos, por isso, somente conhecendo-as será possível uma maior autonomia frente à sua força coercitiva (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 182-186).

Partindo da perspectiva de análise configuracional para desvendar preconceitos e estigmas entre os pescadores de Itaipu, lançar-se-á mão do mesmo exercício proposto para entender suas identidades (até mesmo porque preconceito e estigma são componentes da identidade do sujeito). Ou seja, a partir da leitura de suas narrativas orais de história de vida, relacionadas entre si (as várias narrativas coletadas), com a realidade sócio-histórico-geográfica e também com a situação enunciativa, tentar-se-á descrever alguns preconceitos e estigmas presentes entre os pescadores e apontar algumas explicações sobre suas motivações.

Por essa pesquisa se tratar de um estudo sociolinguístico, abordar-se-á com maior ênfase o preconceito linguístico (já discutido no tópico 3.4), o qual, conforme Bagno (2003), constitui-se na discriminação das variantes linguísticas que não correspondem à usada pela classe dominante de uma sociedade.

Como afirma Gnerre (1994, p. 6-7), “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’, na sociedade, os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”. Por estar tão intrinsecamente relacionada à situação social do falante, é fundamental pensar o preconceito linguístico de uma determinada comunidade de forma associada a sua realidade social mais ampla. Portanto, o preconceito quanto ao ser-pescador também gera preconceito quanto ao falar do pescador.

O embate social entre “elite” e “classes baixas” produz diferenças culturais em todas as dimensões que a atravessam (SANTOS, 2003), seja nos modos de agir, de pensar, de produzir, de conceber ou de expressar. Como afirma Goffman, “os membros da classe baixa (...), de forma bastante perceptível, trazem a marca de seu *status* na linguagem, aparência e

gestos (...), em referência às instituições públicas de nossa sociedade, descobrem que são cidadãos de segunda classe”. As classes baixas, como já afirmado, pensadas como comunidades (não como indivíduos que conseguem, às vezes, se apropriar de bens culturais prestigiados), não utilizam a variante de prestígio social, muitas vezes denominada de “variedade padrão”, como afirma Alkmim (2003, p. 40):

Constata-se, de modo muito evidente, a existência de variedades de prestígio e de variedades não prestigiadas nas sociedades em geral. As sociedades de tradição ocidental oferecem um caso particular de variedade prestigiada: a variedade padrão. A variedade padrão é a variedade lingüística socialmente mais valorizada, de reconhecido prestígio dentro de uma comunidade, cujo uso é, normalmente, requerido em situações de interação determinadas, definidas pela comunidade como próprias, em função da formalidade da situação, do assunto tratado, da relação entre os interlocutores etc.

Como já abordado no tópico 3.4, não há uma variante padrão única para o português, nem mesmo se considerar-se o português do Brasil. Mesmo a chamada “norma culta” ou “norma padrão gramatical” ou mesmo “norma da gramática escolarizada” não existe como variante de uso real, haja vista ser calcada em uma produção abstrata baseada em uma língua portuguesa que não é usada no Brasil, mas sim na variedade lingüística da Corte Portuguesa, interessada em utilizar-se da padronização da sua língua como forma de disseminação e concretização de seu poder (GNERRE, 1994).

Pode-se depreender, portanto, que a valorização de uma língua não se dá por questões de superioridade de uma variante sobre outra, mas, sim, de uma avaliação social que, num regime capitalista, classifica as pessoas pelo que têm e pelo que representam na comunidade (como visto em Elias & Scotson, nem só o poder financeiro define os “incluídos” e os “excluídos”). Alkmim (2003, p. 42) resume dessa forma a problemática em torno da avaliação das formas lingüísticas:

as línguas não são homogêneas e a variação observável em todas elas é produto de sua história e do seu presente. Em que se baseiam, então, as avaliações sociais? Podemos afirmar, com toda tranqüilidade, que os julgamentos sociais ante a língua – ou melhor as atitudes sociais – se baseiam em critérios não lingüísticos: são julgamentos de natureza política e social. (...) Em resumo, julgamos não a fala, mas o falante, e o fazemos em função de sua inserção na estrutura social.

O efeito do preconceito é, portanto, o estigma de variedades lingüísticas desprestigiadas, gerando problemas para o sujeito falante, que pode não conseguir um bom emprego, uma namorada ou mesmo expressar livremente seu pensamento. Ao contrário de outras discriminações que existem e são frontalmente atacadas pela legislação e pelo discurso “politicamente correto”, a discriminação lingüística é corriqueira e aprovada pelos que fazem uso (ou ao menos acreditam fazer uso) da variedade prestigiada. Alkmim (2003, p. 42) atesta que

A intolerância lingüística é um dos comportamentos sociais mais facilmente observáveis, seja na mídia, nas relações sociais cotidianas, nos espaços institucionais etc. A rejeição a certas variedades lingüísticas, concretizada na desqualificação de pronúncias, de construções gramaticais e de usos vocabulares, é compartilhada sem maiores conflitos pelos não especialistas em linguagem.

O que será revelado, então, a partir das narrativas dos pescadores de Santa Helena, é a percepção destes com relação aos preconceitos contra a sua profissão de pescador, contra sua linguagem, além de ser analisado como se originam estigmas em função destes preconceitos.

4 A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES ATRAVÉS DA LINGUAGEM

Ao realizar as entrevistas com os pescadores profissionais de Santa Helena, o grupo de pesquisa “Trajetórias sociais e trabalho na fronteira” foi muito bem recebido e, por estar vinculado à universidade, tornou-se um interlocutor interessante para os pescadores, os quais viam nos pesquisadores possíveis apoiadores e mensageiros de suas reivindicações por melhores condições de trabalho.

Verificou-se, *in loco*, o que Certeau (2003) afirma sobre a arte do fazer textual do narrador, ou seja, os entrevistados produziram narrativas que pudessem persuadir os interlocutores a fim de se solidarizarem com eles. Interessante salientar que as entrevistas foram individuais, porém a prática de “puxar a brasa para o seu assado” predominou entre os pescadores, o que não quer dizer que apresentaram as mesmas idéias ou que selecionaram os mesmos temas em seus discursos.

Aos poucos, os entrevistados foram traçando suas trajetórias de vida a partir de suas experiências. Iniciando de suas infâncias até chegarem ao momento presente das entrevistas, revelou-se a heterogeneidade cultural de componentes de uma mesma categoria de trabalho e que convivem numa mesma comunidade. No percurso da narração, a ênfase dos entrevistados foi direcionada à atividade de pesca, provavelmente por ser o que mais lhes interessava: sua sobrevivência, e provavelmente por ser o tema que desejavam tratar com seus interlocutores, pois também possuem objetivos com suas narrativas.

Oscilando entre passado e presente, os entrevistados revelaram que suas narrativas estão constantemente em construção, recorrendo à memória e à seleção do que pode e o que não pode ser dito e ainda o que é fundamental ser dito; além disso, nesse jogo, suas narrativas revelam contradições e repetições: não há um discurso pronto, suas histórias de vida estão sempre sendo reelaboradas. Certeau (2003) provavelmente diria que as táticas para a produção

de seus textos estão atreladas ao momento da conversação, pois uma entrevista em outro local ou em outro dia provavelmente revelaria elementos diferentes e ocultaria outros revelados nestas entrevistas.

Para realizar as análises, selecionaram-se trechos de entrevistas com pescadores e pescadoras, os quais serão apresentados, assim como a situação enunciativa, à medida que suas narrativas forem citadas. Num primeiro subtópico (4.1) optou-se por transcrever e analisar os trechos iniciais de algumas narrativas, sem fragmentá-los, a fim de investigar como os entrevistados constroem suas trajetórias de vida até o momento presente da entrevista. Já num segundo subtópico (4.2), a escolha foi por trechos das falas dos pescadores, organizados por temas que atravessam constantemente suas narrativas e ajudam a entender um pouco de suas identidades como pescadores profissionais.

4.1 TRAJETÓRIAS DE VIDA: o vir a ser pescador

Ao ouvir as narrativas dos pescadores profissionais de Santa Helena, percebeu-se que muitas semelhanças e diferenças compunham suas trajetórias de vida, assim como suas avaliações quanto à pesca variavam. Em virtude das entrevistas serem extensas, não se conseguiria transcrevê-las e analisá-las na íntegra, por isso optou-se por trechos significativos para alcançar o objetivo geral do presente trabalho, que é estudar as relações entre a linguagem e a identidade desses sujeitos.

Nesse subtópico, apresentar-se-á o início de algumas narrativas, nas quais foi solicitado pela equipe de pesquisa que os entrevistados relatassem suas histórias de vida desde a infância até a atualidade como pescadores. Os resultados foram heterogêneos, alguns construíram longas falas, outros foram extremamente sintéticos, inclusive sendo necessário questioná-los novamente para que a questão fosse integralmente respondida. De qualquer

forma, o resultado foi a construção de narrativas bem estruturadas e que permitem revelar uma amostra de como os entrevistados vêem a si mesmos e a sua trajetória de vida, como se identificam individual e socialmente. É preciso ressaltar que, por ser o início das entrevistas, a monitoração da fala e do conteúdo falado é muito intensa por parte do entrevistado, por isso é perceptível alguma formalidade no vocabulário escolhido e na pronúncia, além de cuidado com os conteúdos abordados.

A escolha das entrevistas entre as que compõem o banco de dados da pesquisa para o presente subtópico levou em conta não utilizar as falas de irmãos, já que poderiam apresentar repetições desnecessárias. Escolheu-se também entrevistas com mulheres pescadoras, mesmo essas sendo minoria no universo pesquisado, para que não fosse omitida a visão feminina sobre a pesca. Tomou-se ainda cuidado para que diferentes gerações de pescadores fossem representadas, ou seja, aqueles que iniciaram na pesca profissional antes do Lago de Itaipu ser formado; aqueles que se iniciaram na pesca assim que o Lago de Itaipu se formou; e ainda aqueles que ingressaram na profissão mais recentemente - com isso pretende-se que as narrativas individuais contem um pouco da trajetória coletiva da comunidade de pescadores. Quanto aos trechos das narrativas, serão apresentados em blocos únicos, porém segmentados e numerados, para que seja facilitada a remissão aos trechos em análise. Durante as análises, alguns temas tornam-se recorrentes nas falas, por isso serão abordados com menor ênfase nessas recorrências, a fim de evitar repetições desnecessárias.

4.1.1 Pescadores do Rio Paraná

Até o alagamento do Rio Paraná pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no final de 1982, o número de pescadores profissionais em Santa Helena era bastante reduzido. Alguns remanescentes dessa época ainda atuam profissionalmente no Lago de Itaipu. Foram

entrevistados quatro deles, dos quais serão apresentadas, neste subtópico, as trajetórias de dois: os pescadores AZ e ELM.

O pescador AZ vive em Santa Helena desde 1961 e iniciou-se na pesca profissional no Rio Paraná com 22 anos. Proveniente de família de agricultores migrantes do Rio Grande do Sul, AZ há 33 anos vive da pesca, a maior parte desse tempo em Santa Helena. O mesmo foi entrevistado no ponto de pesca onde reside e trabalha, no dia 18 de fevereiro de 2004, alguns dias antes de encerrar o período de defeso, durante o qual é proibida a pesca a fim de garantir a desova dos peixes.

AZ1: lá naquela época o meu pai era colono... meu pai era colono lá... trabaiava na lavora... aqui em Santa Helena também começemo na lavora...

AZ2: daí surgiu que... que a lavora não tava dando bem não... daí eu comecei mexê com o negócio de pescaria... eu e meu primo... aonde fumo que eu te contei aquele caso do cipó... da corda de cipó que fizemo que não tinha dinheiro pra comprá... linha memo pra pescá... linha anzol chumbada nós ia a Foz do Iguaçu ou Medianera comprá... e até a () até esse época... não sei que ano foi... não me lembro... a Marinha de Foz do Iguaçu chegô tirô nossas rede amontoô no baranco e falô que... a gente falô que era nossa rede e entregaram de volta... que era proibido aquela veiz... e... () cortaram as corda e largaram (na água) de novo...

AZ3: só que aquela época era época braba... não tinha venda de peixe... a procura que tem hoje... hoje você vende em qualquer lugar... em qualquer lugar você vende peixe... aquela época tinha que levá a Cascavel... ou Foz do Iguaçu... o peixe... que não vendia aqui não... não tinha comércio aqui... que a cidade era pequena aquela época... não tinha... não tinha recurso né?...

AZ4: i outra coisa que eu não contei pra voceis... mercadoria nossa nós comprava... por... as lancha vinham de Foz do Iguaçu... pegava maderera... maderá ali... no Paraguai... nós (colhia) mercadoria ali... a nossa mercadoria... negócio de comida... farinha... sal... açucré... essas parte ali né?... vinha tudo de Foz do Iguaçu... por água até... até a estrada era muito feia... feia mesmo...

“*Lá naquela época*” significa o tempo da infância de AZ no Rio Grande do Sul, quando o pai do entrevistado trabalhava na lavoura. Aqui se tem duas informações que se repetem em praticamente todas as entrevistas: o pertencimento dos entrevistados a famílias migrantes do sul do país e que vieram em busca de terras para trabalhar. Portanto, não são sujeitos que, ao menos profissionalmente, fazem parte de uma tradição geracional ligada à pesca, mas, sim, à agricultura. Ainda em AZ1, percebe-se que o entrevistado realiza

imediatamente a transição para o novo espaço ocupado pela família, ou seja, Santa Helena, e que o mesmo se coloca como personagem da narrativa ao utilizar o verbo na primeira pessoa do plural: “*aqui em Santa Helena também começemo na lavora...*”. Interessante observar que o advérbio de lugar “*aqui*” ganha também valor temporal, já que indica, além do espaço “Santa Helena”, a época em que trabalhavam na lavoura – logo após a migração para o Paraná.

Em AZ2, o entrevistado começa a narrar sua entrada na pesca. É importante observar que ele sintetiza seus primeiros vinte anos de vida em poucas palavras que relatam a mudança de espaço e a dependência da agricultura. Já ao centrar sua atenção na pesca, o mesmo apresenta mais detalhes, revelando uma predominância da pesca sobre a agricultura em sua trajetória de vida, caracterizando a entrada na pesca no que Mishler (2002, p. 108-110) chamaria de “ponto de virada”. A narração de três fatos que demonstram as dificuldades de pescar na época – a dificuldade de conseguir comprar material por falta de recurso e pelo difícil acesso a esses materiais, além da fiscalização da Marinha⁶³ - serve não só para ilustrar um panorama da época, mas também para valorizar o “pioneirismo” na profissão. O caso específico relacionado à apreensão de materiais pela Marinha e devolução após a identificação dos pescadores - “*a gente falô que era nossa rede e entregaram de volta...*” – aponta, nas entrelinhas, para uma autovalorização, já que pescar “*era proibido aquela vez*”.

O trecho AZ3, introduzido por “*só que aquela época era época braba*”, parece sugerir uma contradição, pois se o entrevistado já vinha falando das dificuldades da pesca, não se justifica uma expressão adversativa para o início deste trecho. No entanto, se retomarmos o que foi dito no parágrafo anterior, sobre a autovalorização expressa, evidencia-se que fazer corda com cipó revela criatividade, ir comprar material em outros municípios sugere esforço e o diálogo com a Marinha expressa distinção. A afirmação em AZ3 de que o

⁶³ Não se pode esquecer que o Rio Paraná é uma divisa internacional e que nos anos 1970 o Brasil vivia sob o regime militar, o qual controlava as áreas de “segurança nacional” com patrulhamento, além da indicação de prefeitos municipais “biônicos” para municípios de fronteira internacional, como Santa Helena, por exemplo.

comércio era difícil somente irá reforçar a autovalorização, pois se poderia ler nas entrelinhas uma mensagem parecida com “não era fácil ser pescador em Santa Helena como é hoje em dia”, revelando até mesmo uma espécie de divisão entre os antigos e os novos pescadores, ou mesmo para informar aos não-pescadores que essa profissão não tem nada de fácil, como é sugerido em ditados populares do tipo “tá nervoso, vai pescar”⁶⁴.

Ainda em AZ3 e AZ4, o entrevistado revela um pouco da história de Santa Helena, como o fato de a cidade ser pequena e com poucos recursos na década de 1970, com estradas ruins e depender do Rio Paraná como meio de transporte de mercadorias provenientes de Foz do Iguaçu. É preciso se questionar porque essas informações aparecem na fala do entrevistado quando é questionado sobre a sua trajetória de vida. Uma possível explicação seria a necessidade que o mesmo tem de justificar a entrada na pesca, fechando a explicação inicial de que a lavoura não rendeu o necessário para a sua família sobreviver. A pesca para AZ surgiu como uma solução para um problema premente: a falta de recursos para sobreviver em um município ainda em estruturação. A pesca, que por um lado fornece elementos para o entrevistado se autovalorizar, por outro não é vista necessariamente como uma atividade valorizada, mas, sim, necessária.

A entrevista de ELM, pescador profissional há 31 anos na região, também revela um início associado à frustração na agricultura. ELM foi ouvido em sua residência, na sede de Santa Helena, também poucos dias antes de encerrar o período de defeso. Diferente de AZ, ELM permanece no ponto de pesca para trabalhar durante a semana e geralmente retorna para a cidade nos finais de semana. ELM trabalha em conjunto com sua esposa, a qual também é pescadora profissional. Sua trajetória de vida assemelha-se a de AZ e de vários outros pescadores: a família proveniente de Santa Catarina radicou-se em Porto Mendes, distrito de Marechal Cândido Rondon, onde ELM iniciou-se na profissão de pescador. Depois de

⁶⁴ A frase “tá nervoso, vai pescar” é muito encontrada em adesivos nas traseiras de automóveis, direcionadas a quem não tem paciência no trânsito.

diversas mudanças para outros municípios e para o Paraguai, acabou fixando residência em Santa Helena em 1993. Na sua primeira fala - ELM1, o entrevistado resume sua trajetória a sua saída de Santa Catarina, município de Palmitos; à fixação em Porto Mendes; ao trabalho na agricultura até os vinte anos; e à pesca:

ELM1: eu primero... eu... eu saí de Palmitos com oito ano... quatro ano qué dizê não oito ano... e chegemo no Paraná ali em Porto Mendes... trabalhei na agricultura até vinte ano... e depois eu passei pro rio... com vinte ano fui pro rio e tô até hoje no rio... pescando

Assim como AZ, ELM valoriza o espaço e a atividade desenvolvida, especialmente os “pontos de virada”, já que a migração geográfica e a migração profissional significaram para ele mudanças de identificação muito fortes. Por ter sido muito sintético, o entrevistado foi motivado pelos entrevistadores a revelar mais sobre sua trajetória de vida:

PERGUNTA1 - e o senhor na... na época era agricultor... trabalhava de empregado pros outros?... com os pais?

ELM2: trabaia com os pais e também trabaia por dia... trabaia às veiz um pouco assim... por dia... numas firma uns mês... assim tudo... trabaia direto né?... hoje em dia não trabaia mais como antigamente... lá nós trabaia ainda...

Na citação ELM2, o entrevistado revela não só o que fazia na época da agricultura, mas também uma avaliação sobre a atividade: para ele se trabalhava muito mais na agricultura do que hoje, mas não no sentido de quantia de empregos, os quais diminuíram com a mecanização, mas na intensidade com que o trabalhador agrícola atuava. Essa avaliação revela também uma autovalorização de ELM, pois deixa claro que ele trabalhava intensamente, transparecendo uma “moral do trabalho” muito difundida, ao menos discursivamente, na região⁶⁵. Por ter suspenso sua narração, novamente ELM foi questionado, mas agora diretamente sobre a pesca, então sua narrativa passou a fluir mais, provavelmente por ser um tema de maior importância para ele, já que há trinta anos essa é sua atividade principal:

PERGUNTA2 - Então por que o senhor escolheu trocar esse serviço pela pesca?

⁶⁵ Sobre esse assunto ver SCHREINER (1997), o qual disserta sobre a formação da cultura do trabalho no Extremo-Oeste do Paraná.

ELM3: é que o pai ele vendeu a terra dele... e nós ahm... daí fumo morá... fizemo um salão de baile... e... aí nós tivemo uma zebra lá... tormenta derubô duas veiz as parede do salão... foi mal feito... e daí o pai faliu com tudo né?... ficamo na rua...

ELM4: aí eu... eu decidi i pro rio sem nada... eu fui só com a roupa pro rio... e comecei de pescá... com otro eu ganhava quinze por cento... com otro pescador profissional em... em setenta e quatro... eu dormia até em cima de umas rede véia... pnhava um só um lençol em cima e um cobertorzinho pra me cobri né?... dormia... o meu colchão era uma rede... véia...

ELM5: e assim fui... fui... ele aumentô pra trinta... daí eu... eu pesquei dois ano com ele... daí no terceiro ano eu já... já comecei de pescá com otro... mas a meia... ele me deu tudo os material e fiquei pescando as meia daí...

ELM6: aí com um ano de pesca já... comprei as coisas que era dele... congelador... nós morava onde é que era o quartel lá em Porto Mendes... e instal... instalação de luz... congelador... o (auto) dele... os móveis dele... fiquei com tudo... ele só saiu... foi (embora)... e eu num ano de pesca que fiz com ele a meia fiquei com tudo aquilo lá...

ELM7: e daí segui sozinho... daí em setenta e sete casamo... daí... daí a mulher me ajudava a pescá e até hoje tamo... tamo (se virando nisso aí)...

ELM8: e daí oh!... setenta e oito a Itaipu fechô lá embaxo... aí deu uma zebra pra nós lá em cima... não vinha mais peixe... com vinte dia que fechô ali... o desvio... que a água saiu no desvio... com vinte dia nós não pegamo mais nada... era um ou outro pexinho... não dava pra nós trabalhá... aí eu fui me pnhá numa roça lá e perdi tudo... daí eu fui pra Foz pescá... e... esperei Itaipu me indenizá... até hoje não vi a cor do dinheiro

No trecho ELM3, o entrevistado introduz a problemática que o levou a pescar: a mudança de ramo do pai da agricultura para o comércio⁶⁶ e do comércio à falência. Ou seja, assim como aconteceu com AZ, a agricultura, objetivo inicial da migração para o Paraná, acabou não sendo o que se esperava e a pesca tornou-se alternativa. A narrativa em ELM4 revela as dificuldades: sem recurso, trabalhar por comissão, viver em condições precárias e aos poucos construir o que é seu. Uma trajetória de construção do ser-pescador, o qual no início não tinha nada e acaba se transformando num profissional. No trecho ELM5, encontra-se uma mudança qualitativa na condição do novo pescador, que consegue condições de igualdade com seu novo sócio: *“daí no terceiro ano eu já... já comecei de pescá com otro... mas a meia... ele me deu tudo os material e fiquei pescando as meia daí...”*. Enquanto o sócio entra com o material, ELM entra com o trabalho e o resultado é dividido igualmente, ou seja, ao menos na concepção capitalista, a qual considera o trabalho uma espécie de capital,

⁶⁶ Os salões de bailes interioranos funcionavam diariamente como bar e local de jogos, alguns até como pequenas mercearias.

nenhuma das partes saía lesada. Outra marca interessante nessa passagem é que ELM utiliza o advérbio de tempo “já”, indicando que sua ascensão no ramo foi rápida.

Na seqüência, em ELM6, há nova mudança qualitativa: “*aí com um ano de pesca já... comprei as coisas que era dele...*”. Novamente o uso do advérbio “já” indica a avaliação do entrevistado de que essa mudança foi rápida, revelando que o mesmo se considera um bom pescador. A enumeração dos itens que ELM adquiriu do sócio serve para valorizar ainda mais seu desempenho, ou seja, conseguiu não só sua emancipação, mas também uma boa estrutura para prosperar no ramo da pesca.

Na passagem ELM7, o entrevistado fala de seu casamento, fato particularmente relevante, pois a esposa é parceira na pesca, constituindo um casal de pescadores, o que não é raro, porém que se tornou mais comum após o reconhecimento profissional, pelos órgãos oficiais, das esposas e filhos de pescadores. Ao final do trecho em questão, o ELM tende a um fechamento da narrativa – “*e até hoje tamo... tamo (se virando nisso aí)...*” – porém abre novamente para uma nova passagem: a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Na fala inicial de AZ, o mesmo não havia citado esse fato, que influenciou decisivamente os pescadores profissionais que viviam no Rio Paraná e toda a população da região. A fala de ELM8 remete ao ano de 1978, quando para construir a Usina de Itaipu foi aberto um desvio para o Rio Paraná, em Foz do Iguaçu. Segundo ELM isso prejudicou a migração dos peixes e ele desistiu de pescar, voltando para a agricultura, no entanto não teve sucesso e voltou a pescar, porém abaixo da Usina, onde a pesca não fora prejudicada.

A passagem final da narrativa de ELM revela reprovação ao projeto da Itaipu Binacional. ELM8 demonstra-se indignado por não ter sido indenizado pelas perdas provocadas pelo alagamento, assim como foram indenizados agricultores que perderam suas terras. O descontentamento de ELM ficará patente nas narrativas de pescadores que se iniciaram na profissão em função do surgimento do Lago de Itaipu, analisadas a seguir.

4.1.2 A formação do Lago de Itaipu: novos pescadores

Como se pôde constatar no subtópico 4.1.1, pescadores profissionais que atuavam no Rio Paraná, em geral, advinham de famílias agricultoras que não conseguiram sustento exclusivamente da atividade agrícola. Já os pescadores pós-Lago de Itaipu, que em sua maioria são de famílias ligadas de alguma forma à agricultura, ingressaram na pesca por terem perdido seus trabalhos ou porque a indenização paga por Itaipu não proporcionou condições para comprar novas terras no município, as quais foram inflacionadas, ou porque não houve condições para migrar novamente ou mesmo porque não houve o desejo de migrar. Depreende-se de tudo isso que para os “novos pescadores” do Lago de Itaipu o processo de entrada na profissão foi mais conflituoso, para não dizer traumático.

O resultado desse processo social gera trajetórias diferentes daqueles pescadores do Rio Paraná, que também foram atingidos pelo Lago de Itaipu, mas que se sentiram lesados por perder produtividade na pesca, enquanto alguns novos pescadores sentiram-se lesados por terem sido tirados de suas terras ou por sua profissão antiga ser prejudicada. Por outro lado, alguns novos pescadores não perderam suas terras nem seu trabalho e viram no Lago de Itaipu uma alternativa de renda, fazendo com que seus discursos não sejam ofensivos ao projeto de Itaipu e, conseqüentemente, produzindo menos conflitos identitários com a nova profissão.

Foram escolhidas, para este subtópico, três narrativas: duas que apontam para uma leitura negativa do surgimento do Lago de Itaipu e uma que interpreta a pesca como uma nova alternativa de trabalho. Todos são pescadores que iniciaram suas atividades na década de 1980, época em que aumentou significativamente o número de pescadores no Lago de Itaipu e que formam junto com os pescadores da época do Rio Paraná o grupo mais “tradicional” da comunidade de pescadores. Os três entrevistados destacam-se ainda como lideranças da categoria, possivelmente por figurarem entre os pescadores mais “antigos”.

A entrevista que se segue, realizada com o pescador HS, foi gravada em 31 de outubro de 2003, véspera do início do período de defeso. A entrevista foi gravada no ponto de pesca em que HS vive com a esposa, também pescadora profissional, e seus dois filhos. Além de registrada em fita cassete, também foi filmada em formato “vhs”, gerando, provavelmente, uma grande monitoração da fala do entrevistado. Como se verá no trecho de sua narrativa, HS é nascido em Santa Helena e seus pais migraram do Sul do país para trabalhar com lavoura, porém a família teve suas terras alagadas e optou pela pesca como novo ramo de atividade. HS, portanto, se enquadraria como uma segunda geração de pescadores, já que seu pai também é pescador, porém ambos iniciaram praticamente juntos nesta profissão, o que anula uma possível transmissão geracional da arte da pesca.

HS1: então eu começo falando que nasci em Santa Helena né?... distrito de Santa Helena que antigamente chamava-se Porto Verde... que hoje se encontra debaixo da água né?... e... de lá eu vinha estudando... estudava na escolinha da comunidade... meu pai era agricultor na época...

HS2: e com o Lago dexô da agricultura e foi pescá... e com a indenização... a gente saiu do local... e fomos morá pro Mato Grosso... aí fiquemo oito meses no Mato Grosso... moramos oito meses lá... de lá... não deu certo as coisa como era pra dá né?... com meu pai... que a pescaria lá era muito... muito enérgica... a fiscalização era muito enérgica... era em cima né?... aí não se adaptamo ()... no lugar... no local de... da profissão do meu pai na época né?...

HS3: aí resolvemo regressá pra Santa Helena de volta... mais como tão poco dinheiro que a Itaipu pago a nós né?... não podia mais localizá uma casa e moradia em Santa Helena né?... paramo um tempo com a minha... com a minha avó né?...

HS4: aí... que fomos morá pra Foz do Iguaçu i... voltemo... de lá meu pai veio pescando... porque (numa) profissão pescando né?... nós estudando... i naquela época... nós era meio... meio pobre no dinheiro né?... como diz o otro... aí eu tinha que ajudá meu pai com o sustento da casa né?... aí eu tinha que saí do estudo... assim levando só o primero grau o ginásio né?...

HS5: aí ajudando o meu pai... viemo pescá no Lago... isso já foi pra fim de oitenta e dois... oitenta e treis... a pesca naquele tempo atualmente tava ainda proibida aqui no Lago... mais nós já dava umas escapada... aí pescando de lá vem... e foi que tô levando essa profissão né?... comecei pegá o ritimo do meu pai... e assim encaminhei minha primera cartera... que nem era... que naquele tempo nem era cartera de profissional... aprendiz de pesca né?...

HS6: trabalhei um tempo com meu pai... pesquei sozinho depois... me separei do meu pai... formei minha minha... minha equipe de pesca... barco... motor... rede... foi eu... fazendo minha vida... que eu já tinha naquela época já idade já né?... pra me virá né?... então comecei a me virá por mim mesmo... aí vim pescando tal... fiz minha cartera... logo em seguida de.. da... de profissional né?... e venho levando essa atividade de pesca de lá até aqui né?...

HS7: aí... tive vários... vários... várias parada no meio do tempo de pesca né?... como no... fui pro garimpo... lá que eu passei oito meses... vim pra cá... pesquei aqui mais um tempo... fui pra... pro rio Taquari... que é o Coxim né?... que é o... que é a cidade de Coxim... pesquei quatro ano no Pantanal... i sempre levando essa vida né?... de lá aqui pescava um tempo aqui... pescava um tempo lá...

HS8: i... há dez ano conheci minha esposa né?... tenho dois... dois filhos... e venho levando a pescaria de lá aqui... mais dá pra subrivivê... não passa tão... tão apertado... mas dá pra subrivivê né?...

HS9: i o que eu tenho pra dizê é que... eu no meu tempo... no meu ramo de pesca... já vem de origem de meu pai... porque devido à situação né?...

HS10: porque se eu hoje fosse mais novo... i pudesse te as condições de vida de mantê um estudo... eu não ia tá nessa profissão... não quiria tá nessa profissão... que essa profissão é uma profissão muito... muito sofrida... porque você enfrenta chuva... enfrenta vento... a tua saúde... se quebra muito na saúde... porque eu não sô a pessoa que era uma vez... eu já tive vários problema de rim e continuo ainda sofrendo um poco dos rim né?... de vez em quando me ataca...

HS11: e então eu digo uma... o pescador leva aquela vida sofrida... e é uma... um exemplo que eu... que eu queria dá pra quem tivesse a idéia de pescá... que se tem um estudozinho... que não vá pescá... arume otro serviço... porque é sofrido... cada vez fica pió né?... o peixe tá ficando escasso... dá pra se dizê no Brasil intero os rio que tem peixe você não pode pescá... porque é proibido... como (Telles) Pires... diversos rios né?... rio que tem peixe em abundância não pode pescá... rio que tem peixe mais que a fiscalização não permite você usá a rede... que você pegue em quantias né?... então você... você pega pra subrivivê também... então não é um... um... uma vida que você... que você tem altos lucro... dá pra você subrivivê né?...

HS12: e (eu).. eu pra falá bem a verdade que... o que eu fiz de pesca né?... agradeço muito a Deus que tenho meus filho sadio né?... o primero era meio duentinho... mais agora já... o mais velho né?... mais agora já tá tudo... tá bom de saúde graças a Deus... i não tenho o que reclamá... é meia sofrida mais dá pra vivê... vivo com minha família tranqüila né?... não tenho inimizade com ninguém... ajudo meu companhero de... de ponto né?... pescaria... ajudo se for preciso limpá né?... peixe... ajudo também né?... então onde pudé dá uma mão eu dô... i nos fim de semana... eu gosto de passá mais com a família... batê uma bolinha né?... na... aqui perto na comunidade... que nem eu falei pro... pro Zico ((Jones Jorge Machado, colaborador da pesquisa)))... vô chamá pelo apelido porque esqueci o nome ((risos)) e... a gente vai levando a vida

Essa fala de HS foi, entre todos os entrevistados, o início de narrativa mais extenso e revela uma descrição relativamente bem detalhada de sua trajetória de vida da infância até o momento atual, sendo que toda ela é atravessada por avaliações quanto à pesca como profissão, além de revelar relações sociais que envolvem os pescadores. Em HS1, aparece uma introdução de como era sua infância: morava em Porto Verde, interior de Santa Helena, possuíam terras e ele estudava, ou seja, uma vida estável e dentro daquilo que buscava a grande maioria das famílias migrantes que vieram para a região.

Em HS2 percebe-se um desequilíbrio dessa estabilidade, o advento do Lago de Itaipu fez com que o pai deixasse da agricultura e ingressasse na pesca, o que ocasionou também a mudança de espaço geográfico, já que a família mudou-se para o Mato Grosso. É importante observar que o fracasso da pesca no Mato Grosso é atribuído pelo entrevistado à fiscalização de órgãos ambientais, e não a outros possíveis fatores, como escassez de peixe ou inexperiência do pai como pescador. O retorno para a região, narrado em HS3, revela que a indenização que Itaipu pagara era insuficiente para voltar a ter uma casa e uma moradia (terras) em Santa Helena e precisaram morar de favor⁶⁷. Nesse ponto da narrativa a estabilidade anterior ganha seu momento mais dramático, mas até aqui, apesar da reincidência do uso do pronome plural “*nós*”, significando a família, o protagonista ainda é o pai, o qual permanece nesta condição no trecho HS4, o qual revela mais uma perda para o entrevistado: a impossibilidade de continuar nos estudos por ter que ajudar no sustento da família. Esse trecho revela ainda como HS inseriu-se no mundo do trabalho, mais especificamente na pesca, sua profissão: está-se diante da construção por parte do narrador de sua identidade pessoal e social. A culminância dessa transição qualitativa na vida do narrador consolida-se no trecho HS5, quando diz que iniciaram a pesca no Lago de Itaipu no final de 1982, quando ainda era proibido, ou seja, revela-se aqui uma reivindicação ao “pioneirismo” de atuar no Lago de Itaipu, mas aqui já não é apenas o pai o protagonista da pesca, HS já se inclui como pescador – “*viemo pescá no Lago*” – e consolida essa condição ao encaminhar sua “*primera cartera*”, que “*nem era cartera de profissional*” e sim de “*aprendiz de pesca*”. O que se pode depreender, no caso de HS, é que efetivamente sua primeira profissão foi de pescador, já que a agricultura fez parte apenas de sua infância, a qual o tempo foi apagando aos poucos, como se revela no início da narrativa de HS, em que o entrevistado quase que imediatamente abordou a formação do Lago de Itaipu.

⁶⁷ “Morar de favor” é uma expressão corriqueira na região e designa a prática de viver na casa de alguém ou com alguém sem pagar locação ou estadia.

Em HS6, o entrevistado narra sua emancipação definitiva: a aquisição de sua própria equipe de pesca. No próximo capítulo será abordado com mais ênfase o léxico da pesca, porém deve ficar claro que “*equipe*” significa equipamentos e não um grupo de profissionais. Segundo a regulamentação para a pesca profissional, todo pescador precisa de seu próprio barco e material de pesca registrado. Isso significa que HS passou a ser independente e começou uma nova etapa em sua trajetória de vida, a qual perdura até o momento presente. É importante observar sua avaliação de que na época “*já tinha (...) idade (...) pra me virá*”, ou seja, um homem não pode passar a vida toda dependendo do pai. Outro fato relevante para o narrador foi passar da condição de “pescador aprendiz” para “pescador profissional”, o que revela maior *status* social.

No trecho HS7, o entrevistado retorna no tempo de sua narrativa e insere alguns comentários, o que demonstra que nas narrativas orais não há uma ordem cronológica estanque e que muitas vezes as lembranças forçam um “ir” e “vir” na narrativa. O que o entrevistado, neste ponto, achou mais relevante foi mencionar que tentou outras alternativas de trabalho e mesmo pescar em outros lugares que pudessem oferecer melhor produção, porém sempre retornando a Santa Helena. Em HS8 uma transformação relevante em sua vida é relatada: o seu casamento e os dois filhos, fatos que inserem novos caracteres em sua identidade pessoal e social: além de pescador, é marido e pai. Chama a atenção que, após assumir-se protagonista definitivo de sua narrativa, a partir do momento que monta sua própria “*equipe*” de pesca, HS não divide essa condição, nem mesmo com a esposa, a qual já era pescadora antes de casar-se com ele e inclusive também é profissional. A conclusão do trecho HS8 tanto encerra um ciclo de narrativa, quanto apresenta uma avaliação sobre a pesca: “dá para sobreviver”, ou seja, fornece o mínimo ao pescador e sua família. O trecho HS9 funciona como uma “*coda*” (fechamento), ou seja, retorna ao tempo presente da narrativa, resumindo que sua entrada na pesca vem do tempo do seu pai, por causa da situação em que

se encontravam. Desse ponto em diante, HS faz um longo comentário sobre as dificuldades que o pescador enfrenta e inclusive recomenda que, quem puder, não entre nesse ramo. Como não faz exatamente parte de sua trajetória como iniciante da pesca, essa fala será analisada em outros momentos deste capítulo.

A segunda narrativa escolhida para esse subtópico foi realizada no dia 17 de fevereiro de 2004 com o pescador RS, na residência de seu irmão NIS, também pescador. Os dois moram no mesmo pátio, numa pequena propriedade rural, próximo ao ponto em que pescam. RS nasceu no Rio Grande do Sul e veio criança⁶⁸ com sua família para Santa Helena. Iniciou-se na pesca profissional porque o Lago de Itaipu reduziu a quantia de terras para arrendar e também o trabalho com maquinário rural.

RS1: na época nós chegô aí era puro matão... quando meu pai chegô pra cá né?... i era pequeno né?... i eu na época não fazia nada né?... (nenê dá pra dizê)... (i a vida) foi levando né?... meu pai foi abrindo as tera... derubando o mato... abrindo lavora...

RS2: com sete ano já comecei ajudá... né?... i bastante lavora... nós tinha na época um boi... par de boi né?... i na maioria serviço braçal... até nos ano setenta e um por aí... daí já foi comprado maquinário... já comecei aprendê com maquinário né?... trator... cum... treze ano de idade... i foi levando sabe?... i ia ajudando o pai a mãe né?...

RS3: daí depois veio o Lago de Itaipu... daí aonde eu virei pescador...((silêncio longo))... se não fosse do... do Lago... hoje eu () nem pescador não era... ia tá trabaiaando com colhedera né?... tinha muito tera assim... muita tera depois abriu né? (a indenização)... meu pai comprô o trator... nós pegava muita tera arendada sabe?... mais sei que nós (amparava) o pai nas lavora... i nós só foi subindo na época né?...

RS4: depois veio a Itaipu... acabô com tudo... ao menos aonde eu vinha... no meu trabalho né?... que nós arendava tera né?... colhia pra fora... i dali pra cá... né?... eu venho (tentando) fazê dinheiro sabe?...

O entrevistado revela já no início sua origem de família agricultora migrante. O protagonismo⁶⁹ em RS1 é dividido entre pai e filho. O fato de o entrevistado ser ainda criança confere ao pai destaque como aquele que abriu as terras, derrubou o mato, abriu as lavouras. Uma breve releitura das quatro narrativas analisadas até aqui revelam esse protagonismo do pai e em alguns momentos da família nas trajetórias dos entrevistados, porém a figura

⁶⁸ “Veio criança” é expressão coloquial utilizada para designar o fato de alguém migrar quando ainda era criança.

⁶⁹ “Protagonismo” é usado aqui como espaço do(s) protagonista(s) do acontecimento narrado.

feminina, mesmo da mãe ou da esposa, pouco aparece, revelando um modelo patriarcal comum na cultura brasileira⁷⁰. Inclusive a fala em RS1 atribui valorização positiva ao “desbravamento” operado pelo pai e que recebe apoio do entrevistado quando esse ainda era muito jovem, revelando que sua entrada no mundo do trabalho se deu muito cedo, o qual aos sete anos “já” trabalhava no serviço braçal e aos treze com maquinário agrícola. Assim como encontrado na narrativa de HS, havia uma estabilidade na vida da família de RS que foi desequilibrada pelo advento do Lago de Itaipu, o qual, conforme RS3, o levou a se tornar pescador. Muitas vezes o silêncio pode falar muito (POLLAK, 1989): a parada que o entrevistado faz na fala, após citar a formação do Lago de Itaipu e seu ingresso na pesca, pode ser interpretado como um pesar, especialmente pelo comentário posterior de que “*se não fosse do... do Lago... hoje eu () nem pescador não era...*” e que “*nóis só foi subindo na época né?...*” com o trabalho de arrendamento e mecanização de terras, mas que acabou quando o Lago de Itaipu foi definitivamente formado (RS4), “*ao menos aonde eu vinha... no meu trabalho né?... que nóis arendava tera né?... colhia pra fora*⁷¹...”. A conclusão da narrativa, dizendo que até hoje RS vem tentando fazer dinheiro revela seu descontentamento com a mudança que o Lago de Itaipu operou em sua trajetória de vida e reforça a leitura de que o seu silêncio, instantes antes, realmente deveu-se a um “pensamento” negativo sobre esse ponto de virada em sua vida.

Mas não é somente sentimento de perda que o Lago de Itaipu ocasionou. Alguns pescadores vêem no Lago uma nova oportunidade, como se pode constatar na fala do pescador AK, o qual veio do Rio Grande do Sul com a família em 1970, atuava como agricultor, mas perdeu suas terras na década de 1970 por causa de conflitos de terras, e hoje vive num distrito próximo ao ponto em que pesca, onde foi entrevistado:

⁷⁰ A importância do patriarcalismo na formação cultural brasileira é muito bem trabalhada por Freyre (1994).

⁷¹ Expressões como “colher pra fora”, “lavar pra fora”, “costurar pra fora”, entre outras, designam a prática de prestar serviços para terceiros. Se bem observado, são atividades que fazem parte do universo de trabalho doméstico e que acabam se tornando fonte de renda.

AK1: vim de Três Passos Tiradentes... cheguei aqui mil novecentos e setenta né?... i daí eu era um agricultor aqui... daí eu comecei depois disso... comecei trabaiá tamém na... nas firma né?...

AK2: então depois das firma... trabalhei anos... aí a gente interessô quando o Lago... fechô né?... a gente via muita gente trabalhando em cima do Lago... fazendo... bastante trabalho... fazendo bastante... dinheiro... como se diz né?... então aonde que a gente também se interessô... através de um piá meu... que começô mexê com isso...

AK3: ele arumô uns treis metro de rede dos amigo aí... começô trabalhá... i daí ele começô me influenciando⁷² naquilo e comecemo lutá... e até no fim acabei comprando material e acabei sendo um pescador profissional... i daí então... a gente seguiu esse ramo...

AK4: hoje nós tamo com dezessete a dezoito ano de trabalho... que primeiramente quando a gente começô... a gente trabalhô muito... feiz uinto dinheiro... e graças a Deus criamo cinco filhos... eu e minha esposa R. né?... e... aí... seguimo nosso trabalho... criemos os filhos...

AK5: i depois foi devastrando... ano após ano devastrando a pesca... sacrificando... chujando... i hoje a gente tá bastante judiado... neste trabalho... ao longo do tempo que a gente trabalhô né?... a gente tá judiado em termos de financera... como tamém assim de saúde... a gente tamém sofreu muito é... parte de doenças né?... como a gente passô a malária né?... passô... graças a Deus a gente né? conseguiu recuperá...⁷³

AK6: mais... seria otro... otro problema se a nossa fiscalização fosse mais severa... mais séria... mais honesta em cima do Lago... pra segurá mais aquele predador... aquele predador que judia muito na época da piracema... ele não respeita nada... agora nós como pescadores antigo... nós respeitamo muito esse... época da piracema... agora tem os predadores que não respeita de jeito nenhum... que se fosse a nossa autoridade mais séria... mais firme em cima... eu acho que não tinha chegado neste ponto que nós cheguemo com nosso trabalho de pesca...

AK7: graças a Deus que nossos governantes... enxergaram isso... e agora entraram pra repovoá esse Lago novamente... então aonde que eles botaram os tanque-redes... e tão botando os tanque-redes... pra repovoá esse tipo de trabalho nosso... pra melhorá amanhã depois... quando os neto... quando os bisneto... da geração mais pra traiz né?... amanhã depois vivê que nem o vô viveu primeiramente quando entrô no Lago né?...

AK8: então graças a Deus... que agora... a nossas autoridade... nossos governantes tão enxergando... e chegô no ponto de repovoá isso... de reconstruí novamente o Lago... porque ele tá praticamente falido... em termos de pexe... por causo dessas coisas né?... então fosse regularizá... fosse cuidá... quando nós tava trabalhando não podia tê chegado... não precisava tê chegado nesse ponto que chegô... não...

AK9: se a nossa justiça fosse séria desde começo... não tinha chegado nesse ponto... como chegô né?... que agora tão vendo... mais quase é tarde... mas nunca se é tarde... pra repovoá... pra refazê... então... agora... parece que... vai renová o nosso trabalho... novamente... então se fosse... os cem por cento fazê quemem eu faço... e os demais antigo pescadores fazem... não ia chegá nesse ponto... não... nós podia tá vivendo todo mundo tranqüilo... mais infelizmente aconteceu né?... aconteceu isso... então... vamo fazê o quê né?... vamo esperá de agora... agora pra frente né?

⁷² Variação da palavra “influenciando”.

⁷³ Aqui aparecem variações interessantes, como “chujando” em lugar de “sujando”, freqüente entre descendentes italianos e alemães; “devastrando” em vez de “devastando”; e “judiado” como sinônimo de “desgastado”.

Lê-se em AK1 um sintético relato de sua vinda de Três Passos, Rio Grande do Sul, em 1970, quando trabalhava como agricultor e que depois passou a trabalhar de empregado de firmas. Em AK2 o entrevistado já realiza a transição para sua entrada na pesca, que irá acontecer em 1986. Se se levar em conta que naquele ano o entrevistado já possuía cerca de quarenta anos de idade, conclui-se que ele resumiu quatro décadas de trajetória em algumas palavras. Na seqüência da entrevista, ele foi questionado e revelou muitas histórias dessa época, porém o que chama atenção é o apagamento voluntário destes acontecimentos. É claro que o fato de ele estar sendo entrevistado como pescador influencia nessas escolhas.

Deve-se perceber que a pesca não representa para AK um ponto de conflito, diferentemente do que representa para HS e RS, os quais se sentiram lesados pelo Lago de Itaipu. Fica evidente em AK2 que o fato de muitas pessoas estarem “*fazendo bastante... dinheiro... como se diz*” soa positivo na fala do entrevistado. Outro elemento interessante é o fato do filho de AK iniciar na pesca e influenciar o pai (AK3), diferente da maioria dos casos verificados, nos quais em geral o pai acaba repassando para o filho a profissão, o que demonstra ter sido a pesca profissional uma novidade para a época, apesar de já existirem alguns pescadores com mais tempo na atividade.

A avaliação positiva quanto à pesca profissional também pode ser verificada no trecho AK4. O entrevistado associa à pesca, ao trabalho, à família e a Deus os méritos de ter criado os cinco filhos. Tem-se aqui um resumo daquilo que AK e a maioria dos pescadores possuem como elementos de valor, pois se constata a reincidência constante desses quatro elementos como fundamentais na vida dos entrevistados. Sempre fica a ressalva de que não se pode perder de vista que essas entrevistas são formais, gravadas e, nessa situação enunciativa, o sujeito procura se construir não só como se vê, mas também como gostaria de ser visto pela sociedade. Isso não quer dizer que não acreditem nesses elementos de valor, porém não quer dizer que acreditem apenas nesses elementos (pode haver outros) ou ainda que os valorizem

tanto como dizem valorizar.

No trecho AK5 há uma guinada brusca na avaliação da pesca, pois, segundo o entrevistado, houve uma paulatina e constante degradação do Lago de Itaipu, o que afetou a lucratividade e gerou dificuldades não só financeiras, mas também físicas, pois aumentou a carga de trabalho do pescador. Revela-se aqui um traço marcante em todas as narrativas dos pescadores: a reivindicação por melhorias em suas atividades de trabalho. Em AK6 a reivindicação ganha argumentos para solucionar os problemas: maior fiscalização para coibir a pesca predatória, ou seja, a culpa é das autoridades que não fiscalizam e dos pescadores que não respeitam as regras, especialmente a piracema⁷⁴ dos peixes. Note-se que em AK6 aparece um marco diferenciador entre os pescadores: pescadores antigos *versus* pescadores novos, portanto AK considera-se um pescador antigo, ou seja, pertence a uma tradição de pescadores que atua desde o início do Lago de Itaipu e que preserva e respeita a integridade do Lago. O recurso da diferença é, como discutido no Capítulo 3, um dos principais meios de se fixar a identidade: a diferença entre ser e não ser pescador, a diferença entre ser pescador profissional e ser pescador amador, a diferença entre ser um pescador novato⁷⁵ e ser um pescador antigo etc. Fica evidenciado que ser um pescador antigo é algo positivo para AK e, provavelmente, é símbolo de *status* dentro da comunidade de pescadores profissionais.

No trecho AK7, o tom politizado do discurso do entrevistado continua, porém ele estabelece um novo marco diferenciador, só que agora entre os governos anteriores e o governo atual, pois um pouco antes havia dito que as autoridades não haviam sido sérias e firmes o suficiente para coibir os abusos no Lago de Itaipu (AK6), no entanto as novas autoridades “*enxergaram*” o problema e resolveram repovoar o Lago de Itaipu e melhorar as condições para os pescadores. A fala de AK ganha factibilidade porque em 2003, com a posse do novo Governo Federal, houve uma troca significativa nos quadros de direção da Itaipu

⁷⁴ Piracema é o período em que os peixes desovam. No Lago de Itaipu, a época proibida para pesca, chamada “período de defeso”, vai de 1º de novembro a 28 de fevereiro.

⁷⁵ “Novato” designa o indivíduo iniciante em um ofício.

Binacional, a qual era comandada por pessoas ligadas ao mesmo grupo político praticamente desde a sua fundação. A nova direção assumiu um discurso de responsabilidade social e passou a apoiar as atividades dos pescadores, inclusive oferecendo a eles a possibilidade de criar peixes em tanques-rede, o que na prática seria conceder aos pescadores o estatuto de criadores de peixe e não mais só de coletores de peixe. Num município em que a agricultura é a atividade mais valorizada e relevante economicamente, a visão positiva de AK sobre os tanques-rede pode ser explicada porque o pescador passaria a piscicultor, ou seja, de coletor a produtor. Outra afirmação relevante em AK7 é a vontade de que a atividade pesqueira crie laços geracionais. Será visto, ainda nesse trabalho, que muitos pescadores não querem deixar esse legado aos filhos, preferindo que estudem e encontrem outra profissão. Já AK gostaria que seus netos e bisnetos tivessem possibilidade de viver do Lago de Itaipu, porém como foi no início do Lago e não como é agora, o que é possível, conforme fala o entrevistado em AK8.

AK encerra essa primeira parte de sua narrativa reafirmando a necessidade de recuperar o Lago de Itaipu. Se fosse feita uma crítica da fala do pescador, poder-se-ia contestá-lo quanto a “refazer” o Lago, já que esse nunca esteve em perfeito equilíbrio nestes vinte e três anos de existência. Porém, analisando pontualmente a reivindicação, é possível depreender que o desejo é que haja maior controle da pesca para que aumente o número de peixes. No trecho AK9, pode-se novamente perceber a divisão entre pescadores antigos *versus* pescadores novos, o que reforça o argumento de que a culpa não é de AK, nem de seu filho, nem daqueles que iniciaram na pesca há mais tempo. Pode-se considerar que o sentimento de ser lesado não é proveniente do Lago de Itaipu, como constatado nas narrativas anteriores, mas, sim, resultado de falta de controle governamental e irresponsabilidade de pescadores novos. As últimas palavras, que revelam certo conformismo, contraditório com o discurso forte de denúncia e reivindicação anterior, talvez não possam ser lidas literalmente,

pois o mesmo afirma que “*nunca é tarde*” e “*vamo esperá de agora (...) pra frente*”. Ou seja, o mesmo está transferindo para alguém a responsabilidade de resolver os problemas do Lago de Itaipu e da pesca profissional, esse alguém, como ficou evidente antes, são as autoridades governamentais.

4.1.3 A Pesca como Alternativa de Trabalho Atualmente

Além dos pescadores remanescentes da época do Rio Paraná e daqueles que iniciaram na atividade com o advento do Lago de Itaipu, também se pode classificar uma faixa de pescadores que tem optado por ingressar na pesca atualmente. Um recorte temporal coerente seria incluir nessa lista pescadores que começaram a atuar nos dez últimos anos, quando já havia se formado a Colônia de Pescadores Nossa Senhora dos Navegantes e período em que houve uma redução no número de pescadores no Lago e também na produtividade da pesca. Ou seja, esses novos pescadores não se inserem no grupo “tradicional” dos pescadores do Rio Paraná/Lago de Itaipu, nem foram necessariamente impulsionados à atividade pesqueira por terem sido “lesados” com a formação do Lago de Itaipu, nem foram atraídos pela perspectiva de fazerem “*bastante dinheiro*”, como narrou o pescador AK.

Selecionou-se, para representar esses pescadores, a narrativa do pescador SIC. Natural de Santa Catarina, SIC aprendeu o ofício da pesca ainda criança, com seu pai em Santa Catarina, porém como pescador profissional de Itaipu atua há cerca de sete anos. A sua entrevista foi gravada em 31 de outubro de 2003, no ponto de pesca em que atua.

SIC1: lá em Santa Catarina... eu comecei pescá no Rio Santo Antônio... desde a idade de... seis sete ano já... eu já era pescador do Rio Santo Antônio... pescava com meu pai... depois... eu já fui ficando mais velho... aí comecei a pescá sozinho... e aí nossa vivência era... trabaiá na roça... e pescá nos domingo... e dias de feriado....

SIC2: e aí com dezessete... dezesseis dezessete ano eu vim pro Paraná... e aí no Paraná... andei por muitos lugar.... tive em Pato Branco... depois Pato Branco vim pro Chopinzinho...

Chopinzinho onde fiquei mais ou menos... vinti e poucos ano morando lá... aí que achei a minha companhera... e que dessa companhera temos nove filho né? ((risos))...

SIC3: e aí... nessa... com essa andança por aqui... por ali... o serviço ficou fraco no Paraná... porque meu serviço era desbravá mato... derrubá mato... e foi o serviço ficando fraco... e eu fui pro Paraguai... nos anos de sessenta e sete... eu fui pro Paraguai... e no Paraguai... aí eu derubei muito mato... só numa fazenda eu derubei mil cento e sessenta alquere de mato... fiz... trinta e cinco quilômetros de... de cerca... plantei trezentos alquere de... de pasto... fui gerente três ano e meio dessa firma...

SIC4: e aí depois saí da firma... e fui tocá o meu serviço por conta... só que quando eu saí da firma... saí bem de vida né?... depois comecei ficá doente... a família ficou doente e... foi indo e... foi indo... fiquei... quage na lona... e aí na idade que a gente já tá né?... o serviço... (apesar do) serviço que nem eu... eu sei... sô motorista... sô tratorista... eu sô... só não sei matá e roubá ((risos))... nunca fiz né?... mas... o resto que pra ganhá dinheiro já fiz né?...

SIC5: e aí... foi o assunto que... que eu gostava da pesca já desde pequeno... e aí eu falei pra minha mulher... “óia! a única solução... eu vô voltá pro Brasil”... que eu tava no Paraguai... “vô voltá pro Brasil e pra entrá na colônia de pesca... e vô pescá”... porque otro serviço já é difícil pra mim... achá... pegá um outro serviço... porque já... tanta gente novo que tem né?... e só o pessoal quer gente novo... que gente velho... diz-se que não dá mais nada ((risos))...

SIC6: mais às vez... mais às vez... às vez a gente entende melhor de que... de que... os novo né?... por exemplo... estudo... estudo eu tenho só dois meis de aula na minha vida... e fui gerente de firma... da firma grande que a... o patrão era um suíço... paraguaio né?... e ali surgiu a... muitas vez que eu... que o suíço é uma gente instruído... gente sabido... gente de estudo né?... e eles me perguntaram... “como é que... que estudo você tem pra podê”... que teve tempo que de eu teve 300 peão no meu costeio... na minha administração... “como é que você pode fazê assim?... e que estudo você tem?”... “poh!?... eu não sei... meu estudo de aula... foi dois meis de aula que eu tive né?”... e agora... diz ele... “porque na Suíça uma pessoa que nem pra administrá um serviço que nem você... tem que sê gente formado”... “pois é.. eu tive (só) esse estudo e tô administrando”... muitas vez (inaudível)...

SIC7: e aí... eu trabalhei com essa firma três ano e meio... e daí eu saí... daí foi a causa que... passô mais três ano que eu tive... que eu saí da firma... daí eu passei vindo pro Brasil... de novo do Paraguai e entrei na colônia de pesca... e tô aqui já pra cinco ano... nesse ponto... pescando... dá de levá a vida... comê e bebê... e assim a gente vai levando a vida até que... Deus quiser que a gente viva né?... porque a gente não sabe que tá... pra qui pra frente né?

Observe-se que o entrevistado em SIC1 faz questão de ressaltar que é pescador desde criança, apesar de ficar claro que era pescador de domingos e feriados, ou seja, sua atividade principal até os dezessete anos era a agricultura familiar. Os demais entrevistados analisados até aqui deixavam muito claro o percurso de sair da lavoura para entrar na pesca, já SIC prefere legitimar-se imediatamente como pescador. Provavelmente ele realize esse exercício discursivo porque seu passado como agricultor não está associado à região, nem mesmo foi um “prejudicado” pelo Lago de Itaipu. Assim, para SIC, o importante é dizer que, mesmo

pescando há apenas cinco anos (isso em 2003), pode ser considerado um pescador experiente, se não antigo pescador do Lago de Itaipu, mas ao menos antigo na prática da pesca. Veja que a auto-afirmação como pescador antigo visa a diferenciá-lo de possíveis aventureiros, que ingressam na pesca sem experiência alguma, geralmente sendo fadados ao fracasso.

Em SIC2, o entrevistado realiza um percurso temporal de cerca de trinta anos, no qual realizou várias transições em sua vida: da lavoura para o ramo de derrubada de mato; de Santa Catarina para o Paraná; de solteiro para casado e pai de família. Muito possivelmente uma das épocas mais profícuas na formação de sua identidade pessoal e social, porém não muito relevante para o tópico principal: a pesca, portanto não se delonga.

O entrevistado, em SIC3, dá um “salto” para o ano de 1977, quando se muda do Paraná para o Paraguai. Tem-se aqui um processo interessante, pois é uma mudança geográfica internacional, importante na vida de qualquer pessoa, mas a naturalidade com que trata essa mudança revela como o Paraguai está presente na vida regional, já que a região Extremo-Leste paraguaia é habitada por muitos brasileiros e existe um fluxo muito grande de pessoas e produtos entre ambos os países. Outro fator presente neste texto que deve ser salientado é a atividade da derrubada de mato, a qual hoje provoca polêmica e reações contrárias, em virtude de questões ecológicas, mas que na época não existia e, inversamente, era um grande orgulho ser um desbravador de matas, um empreendedor agrícola, símbolo de progresso. Se observado com atenção, o entrevistado diz *“eu derubei muito mato... só numa fazenda eu derubei mil cento e sessenta alquere de mato... fiz... trinta e cinco quilômetro de... de cerca... plantei trezentos alquere de... de pasto”*, fazendo uso da primeira pessoa do singular “eu” - “derubei”, “fiz”, “plantei” - apenas depois fica explicitado que ele era o gerente e tinha 300 funcionários para fazer o serviço. SIC usa muito bem essa imagem positiva de desbravador e assume ainda os méritos de outrem para construir sua trajetória, e a utiliza para demonstrar que não foi um fracassado, que já teve dias melhores em sua vida.

Após relatar seu sucesso como gerente de firma, SIC narra sua emancipação da condição de funcionário, passando a “*tocá o meu serviço por conta*”, o que aconteceu porque estava “*bem de vida*”, mas ficou doente, sua família adoeceu também e acabou perdendo o que tinha. Veja que não há referência a que tipo de doença, mas somente ao resultado financeiro: “*fiquei... quage na lona*” - expressão que significa “falido” - que se seguiu de outro drama: estar velho. Aqui uma avaliação da sociedade é realizada pelo entrevistado: no mundo moderno ser velho é um problema, mesmo para uma pessoa como ele, trabalhadora (tem-se aqui, novamente, a presença de uma moral do trabalho) e experiente, que já fez de tudo na vida para sobreviver, apenas não cometeu crimes (novamente uma moral, agora da licitude dos atos).

Nesse contexto de necessidade financeira e dificuldade, por causa da idade, de conseguir um trabalho no ramo em que já atuava, SIC opta pela pesca. Portanto, a pesca profissional acaba sendo uma última saída, apesar de SIC gostar desde criança da prática. No momento que SIC toma essa decisão, a Colônia de Pescadores já é uma referência estabelecida. A maioria dos “pescadores antigos” iniciou-se na pesca e depois regularizou sua profissão. Já SIC faz o caminho contrário: regulariza sua profissão para poder pescar, o que demonstra que o ingresso na pesca possui novo formato, mais regularizado e fiscalizado, além do que, os “novatos” devem juntar-se aos “antigos”, os quais possuem o controle da instituição corporativa oficial.

O comentário final em SIC5, atribuindo à sociedade uma prática de valorização dos jovens em detrimento dos velhos, motiva o entrevistado a realizar uma defesa dos mais experientes em SIC6. Assim como recorreu à experiência de pescador desde a infância para legitimar-se como pescador, SIC recorre a sua trajetória pessoal para afirmar que a experiência pode superar dificuldades, seja de idade ou mesmo de falta de escolaridade. SIC nasceu em 1939, portanto possuía cerca de 40 anos de idade e dois meses de escolaridade

quando começou a gerenciar a firma de um patrão suíço. Para SIC, “*suíço é gente instruído... gente sabido... gente de estudo*”, portanto, não trabalhou para “qualquer” empresa, o que torna ainda mais evidente sua tese de que a experiência pode superar limitações. Nunca se pode perder de vista o porquê de certas escolhas ao narrar: por que esse fato de gerenciar a firma no Paraguai é tão importante para SIC? É muito provável que seja essa a imagem que o entrevistado queira que fique dele, uma imagem do passado, de quem ele foi e não é mais, uma imagem e um *status* que a pesca, apesar de lhe ser prazerosa e suficiente para sobrevivência, não lhe renderá. Em SIC7, o entrevistado retorna ao presente da pesca, deixando claro que esse passado de sucesso não deverá voltar, e que cabe a Deus o comando sobre a vida das pessoas, restando esperar o que vem pela frente. Nessa fala final, restou pouco do desbravador, gerente de firma, homem de sucesso. O que ficou, talvez se possa afirmar, é um homem que se orgulha do que fez e que tem na atividade atual a possibilidade de sobreviver e manter uma dignidade construída através de sua trajetória de vida.

4.1.4 Mulheres Pescadoras

A existência de mulheres pescadoras profissionais há pouco tempo tem sido uma realidade no Lago de Itaipu. Atividade predominantemente masculina, muitas vezes contava com a colaboração das esposas e filhas, porém não eram reconhecidas oficialmente. A sistemática de reconhecimento do pescador profissional era um dos principais empecilhos, já que só podia haver “um” pescador por barco, o que inviabilizava o reconhecimento das mulheres, já que nem sempre havia condições para que elas possuísem um barco próprio, além da grande dificuldade em função da força física necessária para o trabalho com redes.

Ouvindo as narrativas dos pescadores, em geral, as mulheres aparecem como ajudantes, o mesmo acontecendo na fala delas, pescadoras, que dizem auxiliar o marido na

pesca. O reconhecimento oficial das mulheres como pescadoras também, geralmente, é como ajudante de pesca, pois seu registro está vinculado ao barco do marido ou do pai. Não se localizou nas visitas de campo nenhuma mulher pescadora independente dessa condição de ajudante, por isso, optou-se por selecionar a fala de três pescadoras, realizadas para o projeto “Trajetórias sociais e trabalho na fronteira” pela acadêmica de História Fábila Spiegel. As entrevistas foram gravadas em suas casas, somente com a presença da entrevistadora, o que foi positivo, já que no ambiente da pesca, normalmente, existe uma “imposição” masculina, refletindo, o que já se comentou antes, uma tendência patriarcal na cultura familiar dos pescadores. Uma evidência disso é que em outras três entrevistas, que contaram com a presença de casais de pescadores, as esposas ficaram à margem, apenas como “personagens secundárias” da situação enunciativa, protagonizadas pelos maridos pescadores.

A primeira narrativa a ser analisada aqui será da entrevistada MS. Nascida em Santa Helena, ela vive e trabalha com o marido num ponto de pesca. Apesar de atuar há mais de dez anos na pesca, sua carteira de profissional foi expedida há cerca de cinco anos, o que demonstra demora no reconhecimento de sua profissão. Além de pescadora, MS cuida da casa e dos filhos, fazendo uma dupla jornada de pescadora e dona de casa. A entrevista com MS foi realizada no dia 31 de outubro de 2003, no mesmo dia e em separado do seu marido HS.

MS1: minha infância foi bastante sofrida assim (...) nós morava no Paraguai né?... mais nós nascemo aqui no Brasil... daí nós fumo morá no Paraguai... daí meu pai sofreu um acidente lá né?... caiu num poço lá... daí nós tivemos que vim embora pro.. pra Santa Helena... daí assim quando meu pai ficô... parô um poco... daí nós fumo trabaiá na roça... eu e meu irmão mais véio...

MS2: então daí a minha infância falá assim... “oh!... eu nunca brinquei como criança”... eu vejo os meus filhos brincando hoje... eu nunca brinquei que nem eles... que tinha que i na roça... porque meus pais são bem pobre também... daí eu ia na roça com eles pra ganhá mais dinheiro né?... naquele tempo... então daí a minha infância foi assim... mais trabalhá né?... então estudá... eu só estudei até a terceira série só...

PERGUNTA1: e com que idade que você foi pra... pro Paraguai?

MS3: pro Paraguai... eu era recém nascida... (...) eu vim de lá tinha oito anos...

PERGUNTA2: você trabalhava na roça lá?

MS4: sim... roça

PERGUNTA3: quando vocês chegaram aqui... voçeis continuaram?

MS5: sim... nós trabaiva de bóia-fria... daí aqui no Brasil... () nós era tudo tipo bóia-fria

PERGUNTA4: e como começô essa... esse interesse pela pesca?

MS6: bom... quando... daí quando meu pai... ()... parô de i na roça i acabô (as carpida)... daí ele e o meu... o irmão dele compraro o material e começaro pescá... foi dali que eu comecei também ajudá ele no rio né?... daí depois () nós viemo morá mais pro centro... daí também... eu achei serviço de doméstica... daí o pai também pegava lote pra carpi... daí quando eu casei com meu marido... daí ele já era pescador... daí de lá só vivemo da pesca...

Questionada sobre sua infância até o presente momento da entrevista, MS concentra-se na infância e narra sua história como criança trabalhadora rural, uma história sofrida. Percebe-se que sua origem de família rural não difere da origem da maioria dos pescadores homens, inclusive da dificuldade para estudar e a necessidade de trabalhar desde cedo para ajudar no sustento da família. O que particularmente dificultou a vida para MS foi o acidente com o pai, que a impulsionou a trabalhar de bóia-fria junto com o irmão. Em MS1 predomina a narração dessa infância, enquanto em MS2 a avaliação é introduzida em forma de conclusão: sua infância foi pobre, então não teve muito tempo para brincar – como seus filhos hoje brincam – nem tempo para estudar – futuro que ela sonhava para si e hoje sonha para seus filhos. O que se pode depreender nas entrelinhas é que para MS a vida atual, dependendo da pesca, é melhor do que a vida que teve como trabalhadora rural, já que seus filhos brincam como ela nunca pôde brincar.

Como não prosseguiu a narração, a entrevistadora procurou motivá-la (perguntas 1, 2 e 3), para que prosseguisse do ponto em que parou na infância, no entanto se sente que a entrevistada preferiu dar apenas respostas pontuais, apenas confirmando o que já havia dito em MS1 e MS2. Quando a pergunta 4 foi formulada, a entrevistada reatou sua narrativa, já que o assunto se tornou mais presente: a entrada na pesca. É importante observar em MS6 que houve uma transformação na realidade do trabalho rural, com a redução das “*carpida*”, ou seja, a redução do trabalho volante nas propriedades rurais, também conhecido como “*bóia-*

fria”, já que os trabalhadores iam para a lavoura trabalhar e levavam junto sua refeição, a qual era consumida fria. A necessidade impulsionou o pai para a pesca e MS acabou auxiliando o pai na função. Houve ainda, segundo ela relata, a busca por trabalho na área urbana como doméstica, porém MS acabou conhecendo HS, na “*baranca do rio*”, como ela conta em sua narrativa, e casaram-se. O fato dos dois atuarem na pesca colaborou para que se tornassem um casal de pescadores, conhecedores da função e formando uma segunda geração de pescadores, com a ressalva de que tanto MS quanto HS iniciaram na pesca praticamente de forma concomitante aos pais, portanto não se pode dizer de forma taxativa que herdaram a profissão.

Se confrontadas as falas de HS e MS, ver-se-á que HS a partir do momento em que se emancipa do pai, assume o protagonismo de sua trajetória como pescador, inclusive após casado. Já MS se coloca como ajudante do pai, porém ao citar o casamento, assume uma posição de equidade “*daí de lá só vivemo da pesca*”, revelando que se coloca como pescadora e não como ajudante.

Outro caso de mulher pescadora é o de DS, casada e mãe de seis filhos, ela possui carteira de pescadora profissional desde 2001, já o marido atua como profissional há quase doze anos. DS também foi entrevistada por Fábria Spiegel em sua residência, na sede de Santa Helena, no dia 17 de abril de 2004.

DS1: () eu vim criança né?... daí eu me criei no Paraná... aí depois fui embora pro Paraguai... lá (em pleno) Paraguai... casei... tive as criança... só que as criança uma parte foi em Santa Helena né?... i despois vim embora de lá pra Santa Helena... (tá) com doze ano que eu moro aqui em Santa Helena agora...

PERGUNTA1: quanto tempo vocês passaram lá no Paraguai?

DS2: ah! no Paraguai acho que foram... acho que uns vinte pocos ano...

PERGUNTA2: o que a senhora fazia lá?

DS3: lá nós trabaiava na roça

PERGUNTA3: trabalhava de agricultor?

DS4: sim

PERGUNTA4: roça própria?

DS5: é de... dos otro... cuidava pros otro também né?... uma vez nós tinha... depois foi largado né?... daí fumo cuidá pros otro... cuidá de criação e... cuidava assim pros otro

PERGUNTA5: aham ()

DS6: sim

PERGUNTA6: como é que a senhora se tornô pescadora aqui em Santa Helena?

DS7: porque era difícil o serviço né?... e aí meu marido (nóis) trabalhava de bóia-fria... daí foi foi... daí inté que... que pudemo comprá os material de pesca... daí comecemo a pescá... e tamo até hoje pescando

PERGUNTA7: então... quando a senhora veio... faz doze anos aqui em Santa Helena... a senhora ainda era agricultora?

DS8: ainda trabaiava aqui na... de bóia-fria ainda né?... daí passemos a pescador...

PERGUNTA8: era difícil?

DS9: é difícil... que nem com o meu marido memo né?... única coisa que ele faiz é pescá... porque serviço ele não agüenta muito né?... que é... por causa desses trapaio que deu nele né?....

Como se pode perceber, a narrativa de DS é pouco fluente, mostrando-se sintética e pontual em seus relatos, exigindo da entrevistadora diversas intervenções que acabam por induzir demais o entrevistado. Porém alguns elementos da trajetória de vida de DS vêm à tona e esclarecem um pouco de como veio a ser pescadora e como avalia essa atividade. Em primeiro lugar, sua origem do Rio Grande do Sul, sua atividade na agricultura, a ida e volta ao Paraguai em busca de terras – uma segunda onda migratória daqueles que vieram do Sul⁷⁶ - aponta para uma regularidade que já vista em outras entrevistas. A entrada na pesca também é narrada como uma necessidade, não como uma escolha espontânea.

Em DS1 a narrativa se concentra na trajetória migratória da entrevistada. Não há referência à pesca, apesar de questionada no início da entrevista. Se observado bem, em todo trecho anterior, a identificação com a pesca é muito pequena e também conflituosa. Percebe-se, principalmente em DS5, que não conseguir manter terra própria foi uma perda grande, porém deixar de ser bóia-fria para ser pescadora, conforme DS7, já soa positivo. Em suma, ser

⁷⁶ Sobre a identidade de brasiguaios ver TEIS (2004).

pescador é melhor do que ser bóia-fria, no entanto pior do que ser proprietário rural.

No último trecho selecionado acima, DS9 responde que é difícil ser pescadora para a pergunta “era difícil”, a qual provavelmente foi direcionada pela entrevistadora à prática de bóia-fria. Talvez a resposta para essa pergunta já houvesse sido dada, pois fica claro que havia o desejo de deixar de ser bóia-fria, o que não quer dizer que ser pescadora seja fácil. Por outro lado, a pesca é uma profissão que não possui os caracteres de um trabalho convencional que exige da pessoa o que não pode fazer, pois é o próprio pescador que dita seu ritmo e estilo de pesca. O marido de DS, como ela explica, teve problemas físicos – *“por causa desses trapaio que deu nele”* - e a única coisa que pôde fazer foi pescar, explicação parecida com a do pescador SIC, para o qual a sociedade não quer pessoas velhas, por isso ingressou na pesca.

A pescadora AVR também reclama da falta de outras possibilidades e que a pesca é uma saída possível e não necessariamente desejável. Entrevistada em sua casa no dia 18 de março de 2003 por Fábria Spiegel, AVR divide sua rotina entre o serviço da casa e a pesca com o marido. Da mesma forma que aconteceu com DS, a entrevistadora teve que intervir várias vezes para que a narrativa fluísse.

AVR1: eu saí de lá com três ano... do Rio Grande do Sul... e daí moremo uns tempo em Santa Catarina... e depois viemo morá em.. ali em... no Município de Santo Antonio do Sudoeste... de lá... eu saí de lá casada... daí viemo morá ali... ali em... no Município de Matelândia... na linha Jacaré que eles falam... e moremo ali doze ano... daí dali nós vendemo lá e viemo pra Santa Helena

PERGUNTA1: seus pais lá no Rio Grande do Sul... eles faziam o quê?

AVR2: trabaiavam na lavora

PERGUNTA2: eles eram agricultores?

AVR3: eram agricultores

PERGUNTA3: éh!... era terra própria?

AVR4: é... me criei trabaiando na roça com meus pais... fiquemo trabaiando na roça

PERGUNTA4: depois que a senhora casou... continuou?

AVR5: trabaiando na roça...

PERGUNTA5: como agricultora?

AVR6: é... nós ia... nós se criamo na roça... trabaiano na roça

PERGUNTA6: e a senhora veio pra cá faz quanto tempo... pra Santa Helena?

AVR7: aqui já faiz deisde... nós saímo de lá de tempo morá aqui... agora aqui nessa casa já faiz treze ano que nós mora

PERGUNTA7: treze anos?

AVR8: aham... nessa casa

PERGUNTA8: e quanto tempo faz que a senhora começô a pescá?

AVR9: () já faiz treis ano

PERGUNTA9: três anos com cartera?

AVR10: é cartê... a minha cartera tá com treis ano...

PERGUNTA10: três anos... então (queria sabê um poquinho) como que é pescá... assim?

AVR11: ah!... nós fomo obrigado i pescá né?... a gente não tinha estudo... e daí a... o meu marido não tinha estudo... daí ele pensô “vô... vô fazê a cartera”... então tirô né? ()... pra tirá o sustento da casa... que naquele tempo não era fácil ()... daí nós tamo vivendo... dá pra vivê... pra cumê pelo menos né?... sustentá a casa dá...

PERGUNTA11: e quanto tempo seu marido pesca?

AVR12: ele já tá com uns... tá uns seis ano

Coincidentemente, AVR traça um relato idêntico ao de DS no início de sua fala, concentrando-se na sua migração do Rio Grande do Sul até chegar a Santa Helena. A origem de família rural é confirmada, desde o tempo de infância até durante certo tempo de casada. Novamente não se fez referência à pesca, ficando implícito uma tênue identificação com a profissão. Somente quando é formulada a pergunta 8, referindo-se diretamente ao início na pesca a entrevistada responde que “*já faiz treis ano*”, tempo relativamente pequeno, mas que vem introduzido pelo advérbio “*já*” o que demonstra, ao menos na visão da entrevistada, ser um tempo considerável, porém não fica claro se ela começou a pescar em 2001 ou fez a carteira profissional em 2001, já que o marido atuava, em 2004, há “*uns seis ano*” (AVR12).

Em AVR11, pode-se perceber uma avaliação não muito positiva da pesca, já que a entrevistada afirma que “*fomo obrigado i pescá*”, por ela e o marido não terem estudo, o que o

motivou a “*fazê a cartera*”. Para AVR, no tempo em que ingressaram na pesca a situação era ainda pior e que com a pesca é possível sustentar a casa. Depoimento, aparentemente, contraditório, pois se melhorou com a pesca, por que avaliá-la negativamente? Como se verá no Capítulo 6, a avaliação da profissão de pescador nem sempre é positiva, mesmo entre os pescadores. O que se pode ler nas entrelinhas da narrativa de AVR é uma espécie de justificativa por ter entrado na pesca e estar vivendo dela, talvez por isso não haja por parte dela um elogio explícito à pesca por tê-los tirado de uma situação ainda mais difícil.

Em linhas gerais, essas falas de pescadoras demonstram que foram introduzidas na pesca por influência de pais e maridos, praticamente todos impulsionados pela necessidade de conseguir sobreviver e acabaram se mantendo nesse ramo por terem dificuldades para migrar para outra profissão, já que não possuem capital financeiro nem escolaridade para tanto. As mulheres, apesar de se firmarem como profissionais da pesca, assumem uma posição de ajudantes, ratificada na fala dos pescadores homens e pelo próprio sistema que as caracteriza como ajudantes de pesca.

4.2 ENTRELAÇANDO DISCURSOS: temas em comum presentes nas narrativas de pescadores

O *corpus* que está sendo analisado força a seleções. Por isso, além das narrativas analisadas no subtópico 4.1, selecionou-se para essa seção temas que “atravessam” as narrativas dos pescadores profissionais de Santa Helena, revelando comportamentos, idéias, representações que fazem de si e da sociedade. Procurou-se selecionar algumas temáticas recorrentes e que tenham ligação direta com a sua condição como pescadores, buscando com isso ampliar o conhecimento sobre essa comunidade e também sobre a identidade de pescador.

Cada subtópico dessa seção trará uma temática central, a qual estará inevitavelmente relacionada com outras temáticas, sendo, portanto, uma divisão didática. Metodologicamente, haverá algumas diferenças quanto à forma com que se procedeu até agora, pois será trabalhado mais com recortes curtos e de vários pescadores que falam sobre o mesmo tema e não trechos narrativos mais longos, como feito em 4.1. Também se optou por apresentar o entrevistado, caso ele ainda não tenha sido citado, no momento da análise de sua citação e não os apresentando antecipadamente. Quer-se com isso aproximar dados contextuais da fala do entrevistado, objetivando facilitar a compreensão da análise.

Os temas escolhidos são os seguintes: *o gostar da profissão; o passado idilizado pela memória; as contradições nas narrativas de pescadores; o descentramento da identidade profissional; o ser-pescador profissional de verdade; a narrativa como instrumento de denúncia; as relações entre os pescadores e as “organizações”; a compreensão de fronteira desenvolvida pelos pescadores; e, a relação entrevistador e entrevistado.*

Antes de iniciar, cabe enfatizar que são alguns temas selecionados, analisados sob uma ótica possível, portanto, o *corpus* disposto pela pesquisa possibilita outras abordagens, as quais poderão ser feitas em trabalhos futuros.

4.2.1 O Gostar da Profissão

Apesar de os entrevistados apresentarem um panorama negativo quanto ao aspecto financeiro da pesca - especialmente aqueles que tiveram transformada sua situação profissional, ou por mudar a pesca de rio para de lago ou por perder oportunidades na agricultura - ao abordarem sua relação afetiva com a atividade demonstraram gostar do ofício. Talvez o “gostar” de pescar seja uma das explicações para que esses sujeitos mantenham-se pescadores, apesar das adversidades, em conjunto, é claro, com o fator necessidade financeira.

Conforme o pescador RS1, a pesca é como um dom ou um vício, do qual o sujeito não consegue mais se livrar:

RS1: óia!... a hora que o cara né?... começa mexê na pescaria... éh!... o dom que a pessoa pega... que... que se gostá ele não larga mais... é pior... um vício pior vício que tem uma pessoa pegá... costumá pescá...

Percebe-se que na tentativa de caracterizar o “gosto” pela pesca, RS1 vai do sagrado ao profano, da “vocaçãõ” ao “prazer”, do “dom” ao “vício”. São figuras simbólicas que demonstram o quanto o comportamento humano pode transcender à simples materialidade de suas relações com o mundo. Da mesma forma, a identidade não pode ser somente entendida em seu aspecto social e material, mas também a partir das identificações individuais e emocionais (WOODWARD, 2003). A fala do entrevistado LH1 confirma a hipótese de que o “gostar” pode estimular o sujeito a suportar as adversidades e se manter numa profissão:

LH1: não... é... a gente pega... e tá na atividade... porque gosta mesmo... mais é... de dizê que tem lucro... não tem porque... que o preço do material é caro... e tu tem que tá em cima... do material... que é muito roubo (...)

LH2: então não é... não é uma atividade que te... te gera lucro... tem que tê otras... otros... meio... ahmm... pra tu sobrevivê... não só da pesca... porque não consegue... maioria daí tem... tem caxa de abelha... daí consegue... eu... por exemplo... eu se é pra mim voltá e depende da... da pesca... eu não... não voltaria só dependê da pesca... que não consegue sobrevivê

Conforme LH1 é preciso “*gostar mesmo*”, de outra forma não é possível se manter na pesca, inclusive, como dito em LH2, é preciso mais uma fonte de renda para conseguir se manter na pesca. Depreende-se que há certa “teimosia” por parte dos pescadores, que resistem à idéia de deixar de pescar. O próprio LH diz que não voltará a viver exclusivamente da pesca, pois não conseguiria sobreviver. Nota-se um conflito identitário, pois confronta a “vontade” com a “possibilidade” de ser exclusivamente pescador. Questionado sobre o porquê de muitos pescadores conseguirem menos de um salário mínimo por mês na pesca, LH3 dá uma resposta aparentemente contraditória à sua fala anterior:

LH3: mas eu não sei o que que... o porquê que ele... ele... se não dá... pegando nada... e não tá tirando ahmm... nem pra quase sobrevivência... eu não sei porque que teima naquilo lá... acho que é o gostá da (vida)

Antes, em LH1, a resposta era o “gostar”, dito de forma categórica. Aqui, em LH3, a resposta é hipotética. A incoerência pode ser resolvida contextualizando os trechos retirados da narrativa, já que na primeira afirmação LH1 fala de si mesmo, de sua realidade, de sua identificação com a pesca. Em LH3 o comentário é sobre um terceiro, não um sujeito em especial, mas um grupo de vários pescadores que ganham muito pouco na atividade e que, para o entrevistado LH, devem gostar da vida de pescador para suportar tamanhas adversidades.

Pelo menos duas coisas podem ser depreendidas dessa discussão: uma é que não é apenas a necessidade material que motiva os sujeitos entrevistados a serem pescadores; a outra é que a compreensão da emotividade pode ajudar a entender outros caracteres das identidades dos pescadores de Itaipu, especialmente os conflitantes, alguns dos quais serão analisados nos subtópicos subseqüentes deste capítulo.

4.2.2 O Passado Idilizado pela Memória

É sempre importante ter presente que as narrativas orais obedecem ao fluxo da memória do indivíduo. Dessa forma, as narrativas orais não saem “perfeitas”, com início, meio e fim, mas, sim, perfazendo um percurso motivado por lembranças e esquecimentos, algumas vezes voluntários outras vezes involuntários; e a circunstância é fundamental no processo de seleção pelo locutor do que é importante ou dizível no momento da narração.

Da mesma forma, as reminiscências não são recuperações exatas do passado, podendo ser influenciadas pelas emoções. A fala do entrevistado SIC1 demonstra esse estado de espírito, que pode tomar conta do narrador, ao ser questionado sobre seu tempo de juventude:

PERGUNTA: e o que que o senhor não gostaria de lembrar de lá?... ((silêncio)) tem alguma coisa ou não?... se não tiver não tem problema

SIC: não... não tem... o que que eu vou dizê que eu não gostaria... () eu só não gosto de lembrá do tempo que passô né?... porque se a gente pudesse voltá de novo naquele tempo...

Ao narrar sua história de vida, muitas vezes a emoção da lembrança ou agruras do presente podem fazer com que o passado possa parecer bem melhor do que o presente (talvez o fosse!). Vários exemplos poderiam ser apresentados, escolheram-se alguns que são representativos: a saudade da infância, a agricultura, a pesca no Rio Paraná e a pesca inicial no Lago de Itaipu.

Em sua entrevista, HS ligou preferencialmente a sua identidade à pesca, por isso suas lembranças do passado, em especial o período anterior à pesca, acabaram por ser comparadas com a atual situação do entrevistado. A recuperação de uma infância relativamente distante demonstra que o Lago de Itaipu gerou um marco divisório em sua vida, o antes do Lago – agricultura, infância, abundância – e o depois do Lago – pesca, vida adulta, carestia:

HS1 - a minha infância... () eu... quando eu me conheci como gente... nós vivia em abundância... né?... a lavora... criação... galinha... porco... até muito nós brincava... né?... atirá pedra em passarinho... catava uma pedra não achava pedra... ah!... tanta galinha que tinha... pnhava pelo terero... tinha ovo pelo terero... catava um ovo mesmo... ssship ((imitação do arremesso do ovo))... hoje... se... se eu quisé uma dúzia de ovos eu tenho que i lá na... lá na supermercado comprá... então eu... pra isso a Itaipu... o... a indenização ajudô muito... mais pra uns...

No trecho selecionado HS1, o entrevistado faz um relato da abundância em que viviam na agricultura (havia ovos até para jogar em passarinho). No juízo do narrador, era uma vida de abundância se comparada com a atual vida da pesca (hoje tem de ir ao mercado comprar ovos). Ao final do trecho HS demonstra que o algoz dessa vida foi a Itaipu Binacional, porém a crítica/denúncia vem velada (“*a Itaipu... o... a indenização ajudô muito... mais pra uns...*”). Apesar da transcrição cursiva não demonstrar toda riqueza de recursos comunicativos utilizada pelo entrevistado, a expressão “*ssship*”, uma onomatopéia do som do ovo sendo lançado (o qual foi acompanhado pelo gesto do entrevistado), revela que nesse momento há uma imersão na narrativa e um pouco da criança que viveu aquela infância é

revelada no ato de narrar, porém, logo após, o entrevistado esmorece ao não completar a sua crítica a Itaipu.

HS2 - eu... eu praticamente me criei... até os... doze ano... nessa vida... pequenininho... até os doze ano né?... onde é que nós tinha lavora... nós tinha abacaxi... nós tinha bacaxizal... uma área de fruta que dava quase meia arquere... só no pomar tudo que espécie de fruta... que hoje eu... que eu me recordo até hoje... às vez até chega sonhá ainda... pensá naqueles antepassado né?... que tá tudo lá embaxo da água né?... tá certo que nós tinham... tivemos uns... uns vário imprevisto na nossa... na nossa família né?... que tivemo a irmã que... sofreu muito lá... pequenininha né?... gastemos bastante... fomos no Mato Grosso... não se demo bem... não coseguimo...

O trecho HS2 reforça o item anterior, quando o entrevistado fala da fartura de frutas e que até chega a sonhar com aquilo que hoje está submerso pelo Lago. É uma infância que realmente não volta mais, seja pela inexorabilidade do tempo, seja pelo desaparecimento do espaço em que se deu. Observe-se que durante a narrativa, apesar da afirmação adversativa “*tá certo que nós tinham... tivemos uns... uns vário imprevisto na nossa... na nossa família*”, o indicativo é sempre de que a família de HS teve uma degradação na qualidade de vida. As reminiscências de um passado de abundância parece se confrontar com um presente de carestia.

Enquanto HS brincava, em sua infância, AZ já era pescador profissional no Rio Paraná. O trecho AZ1 é uma resposta à questão se era melhor pescar no Rio Paraná ou no Lago de Itaipu, e revela que diferente da saudade que HS sente de sua infância na propriedade que a Itaipu alagou, AZ sente saudade do Rio Paraná que a Usina de Itaipu represou:

AZ1: ah!... eu ia te falá... eu ia te dá uma resposta mais não convém agora... no tempo do Paraná era bem melhor... bem melhor... mexia com peixe bom... hoje em dia o peixe que nós peguemo aqui... ele era isca pra nós... aquela vez ((risos))... era isca... ele num... hoje em dia esse peixe do Lago não... parece que tá cada vez mais fraco... eu não sei se é material... ou... essas água que abaixom... tudo... época do... da piracema... baxo... não sei se... pra mim é isso aí... que ele... o peixe não tá se criando tanto

O motivo da preferência pela pesca do passado é que o Lago de Itaipu transformou a natureza em que AZ atuava. A mudança do tipo de peixe inclusive rende uma brincadeira – os peixes atuais eram iscas na época – que vem acompanhada por um tom desanimado – “*parece que tá cada vez mais fraco*”. AZ até busca uma explicação no presente para a atual

decadência da pesca – material inadequado ou oscilação no nível das águas do reservatório -, porém está claro no início da fala, especialmente na repetição “*bem melhor... bem melhor*”, que é um passado que não volta mais, pois o Lago não tem potencial para competir com o Rio. O mesmo sentimento pode ser observado na fala de ELM1:

ELM1: só que o... o dia de maré aí... pegá esses armadinho porcaria na rede que te corta tudo os dedo... você se lembra sempre do Paranazão... Deus o livre... eu me lembro... cada poco eu falo pra mulher assim... “ah! nós... o tempo de... de limpá aqueles pexão” né?... agora você tem que limpá um imundície de um armado ali que te dá duzentos grama... cem grama... duzentos ou trezentos grama... ma vá tomá banho... isso é o fim... e ainda te arrebetá as mão... e você não podê pegá nada com as mão... de tanto que estraga as mão... e vai fazê o que né?... não tem outro jeito...

Mais do que nostalgia, a fala de ELM1 traz revolta. A motivação para o saudosismo é o comentário sobre a pesca atual, que em dias de vento produz ondas (“*maré*”) muito fortes, dificultando a revista das redes, especialmente do peixe “*armado*”, que já possui esse nome por causa de seu ferrão. Nesse momento da narrativa, o entrevistado inicia a digressão para o tempo em que pescava no Rio Paraná (“*Paranazão*”) e por alguns instantes utiliza um tom de “contos de fada” (era uma vez um rio muito pródigo...) para, logo em seguida, irromper em xingamentos contra a nova condição de pesca. Observe-se que o emocional produz reações antagônicas, que podem ir da nostalgia à revolta.

Porém, não é só da pesca no Rio Paraná que alguns pescadores sentem saudades. Os primeiros anos do Lago de Itaipu também são recordados com nostalgia, especialmente pelos que não viveram da pesca no Rio Paraná, mas que ingressaram ainda na década de 1980 e permanecem até hoje. O entrevistado LH1 veio para Santa Helena em 1989 para ser agricultor, mas acabou complementando sua atividade com a pesca, que na época era mais produtiva:

LH1: bom... quando comecei a pesca era... era bom... porque pegava bastante peixe... hoje ahmm... se tu vê mesmo... achque noventa por cento não sobrevive da... da pesca... porque tem... tem otros manera de... de sobrevivência porque não conseguem sobrevivê com a pesca... então eu acho que tá cada vez mais difícil a... a pesca

Essa fala de LH ratifica a do entrevistado AK, realizada no subtópico 4.1.2, e que

denuncia uma queda significativa na quantidade de peixes no Lago de Itaipu, segundo AK porque o mesmo foi devastado por “*predadores*”. De forma geral, fica evidente uma identificação positiva desses entrevistados com seu passado, que em certa medida é construído através de suas lembranças e influenciado por seu presente. É óbvio que nem todos recordam de seu passado com nostalgia, basta recordar a fala de MS no subtópico 4.1.3, a qual se resente por não ter tido uma infância como hoje seus filhos, felizmente, têm.

4.2.3 As Contradições nas Narrativas de Pescadores

A presença de contradições em narrativas orais é um fato comum, especialmente em entrevistas, pois a produção verbal é imediata e, muitas vezes, coloca o locutor em situação de contradição. Outro fator é o próprio nervosismo, o qual pode “complicar” a situação do narrador. Mas, em se tratando de narrativas pessoais, talvez a necessidade de estar construindo e reconstruindo sua trajetória de vida e estar moldando sua identidade faz com que o sujeito entre em conflito sobre suas posições. O constante questionamento por parte do entrevistador, mesmo que sem intenção de criticar ou contradizer o entrevistado, pode fazer com que esse (o entrevistado) olhe para o acontecimento de formas diferentes e acabe mudando sua posição, entrando assim em contradição.

O lado emocional também está muito presente nessas contradições discursivas, especialmente quando confronta o “querer” e o “poder”. O entrevistado HS, em sua narrativa, por diversas vezes, fez referência a sua condição de pescador e também sobre a pesca como profissão, das quais foram selecionadas algumas para ilustrar como a identificação⁷⁷ com sua atividade é eivada de contradições. Os fragmentos da fala de HS foram organizados na mesma

⁷⁷ Conforme Hall (2003), ao tratar de identidade, deve-se considerar que: a) as identidades são contraditórias; b) as identidades atuam externa e internamente ao indivíduo; c) nenhuma identidade singular pode nortear uma ação política, nem mesmo a classe; d) as diferentes identidades aliam-se e confrontam-se, conforme a situação social; e) as identidades são politizadas, assim, conforme a representação do indivíduo, a identidade manifesta-se.

ordem que aparecem em sua narrativa:

HS1 - ... venho levando a pescaria de lá aqui... mais dá pra subrivivê... não passa tão... tão apertado... mas dá pra subrivivê né? (...)

HS2 - ... porque se eu hoje fosse mais novo... i pudesse te as condições de vida de mantê um estudo... eu não ia tá nessa profissão... não quiria tá nessa profissão... que essa profissão é uma profissão muito... muito sofrida (...)

HS3 - ...um exemplo que eu... que eu queria dá pra quem tivesse a idéia de pescá... que se tem um estudozinho... que não vá pescá... arume otro serviço... porque é sofrido... cada vez fica pió né?

Observe-se que em HS1 o entrevistado deixa claro que não dá para se contentar com a profissão de pescador, pois não traz muitos benefícios, porém é suficiente para sobreviver. Poder-se-ia classificar como uma “avaliação de meio termo”, equilibrando pontos negativos e pontos positivos. Já em HS2 o pescador deixa claro que em condições diversas (maior grau de escolaridade) não teria optado por ser pescador, manifestando uma negação da profissão, o que é explicitamente confirmado em HS3 ao aconselhar que não se entre neste ramo se tiver outra oportunidade.

HS4 - ... não é um... um... uma vida que você... que você tem altos lucro... dá pra você subrivivê né?... e (eu)... eu pra falá bem a verdade que... o que eu fiz de pesca né?... agradeço muito a Deus que tenho meus filho sadio né? (...)

HS5 - ... não tenho o que reclamá... é meia sofrida mais dá pra vivê... vivo com minha família tranqüila né?... não tenho inimizade com ninguém (...)

HS6 - ... eu me orgulho que hoje... que eu... eu com mais... com mais deiz anos... nove anos... eu seria um cara aposentado... eu me orgulho de te esses vinte e um ano de cartera mesmo que eu não me aposento né?... mais me orgulho... com todo sofrimento... me orgulho de tê a cartera... fala “oh! eu sô um profissional... eu tenho cartera porque eu pesco... eu vivo na bera do rio... eu moro dentro do rio... pesco... minha família veve de pexe”... né?

Em HS4, há novamente um meio termo na avaliação do pescador: ele volta a afirmar que apesar de não conseguir grandes lucros a pesca foi suficiente para viver e inclusive agradece a Deus pelo que fez na pesca e ter podido criar seus filhos com saúde. Já em HS5 a positividade aumenta - *“não tenho o que reclamá... é meia sofrida mais dá pra vivê”* – chegando ao auge em HS6 – *“me orgulho de tê a cartera... fala ‘oh! eu sô um profissional... eu tenho cartera porque eu pesco... eu vivo na bera do rio... eu moro dentro do rio... pesco...*

minha família veve de peixe'...". Salta aos olhos o recurso lingüístico de estabelecer a própria fala como discurso direto dentro de sua narrativa, simulando um discurso público direcionado para aqueles que pescam ilegalmente (sem carteira) e aos que tem carteira, mas não pescam (apenas se utilizam dela para receber benefícios públicos).

HS7 - ... morei já um tempinho... uns dois treis meis na cidade... trabaiaando... até inclusive numa fábrica de caxão... não consigui subrivivê i fui obrigado a voltá pra bera do rio... né?... i aqui... eu... eu levo a vida... uma vida mansa... eu não me preocupo... preocupo com nada... eu trabalho meio período do dia só... o resto tô de folga... vô consertá o material vô fazê qualqué coisa... ajudo minha esposa... varo o terero... (eu) decido o que fazê... levo a minha vida mansa... não me preocupo com... com... com nada né?... então é a... é a vida que eu quero... não gosto de se mandado pelos otros (...)

HS8 -... já veio aquela trajetória do meu pai... da... da profissão do meu pai... então eu sigui o... o ritmo dele né?... e achei bom de um lado... sofrido mais achei bom né?... apesar de tão poco peixe que tá dando no Lago né?... que dá... dá pra subrivivê... mais futuro tu não vai fazê... futuro tu não faiz aqui... fazias... né?

No trecho HS7, há uma outra contradição que se afronta diretamente com HS2, pois o entrevistado afirma que já morou na cidade, mas não gosta, pois não quer ninguém mandando nele e que a vida que ele leva no ponto de pesca é a que ele quer, podendo decidir o que fazer, sem ninguém mandar nele, muito diferente da afirmação de que se pudesse não viveria mais da pesca, o que novamente contradiz em HS8 ao afirmar que achou boa a profissão que herdou do pai, apesar das dificuldades do ramo.

HS9 - em primero lugar certo?... eu... esse... essa profissão... pros meus filhos não quero dá... tomara a Deus... se Deus... permiti... eu não quero dá pros meus filho... quero dá um estudo digno pra eles... i... uma profissão digna pra eles... que eles possam ganhá mais... e um dia se orgulhá e falá... "pai... tu tinha razão... tinha razão"...

Por fim, em HS9, toda positividade de avaliação em relação à profissão de pesca cai por terra ao dizer que para os filhos não quer a pesca, mas sim estudo e profissão digna, o que permite inferir que a pesca para ele não é digna, a mesma pesca que o orgulha por ter 21 anos de carteira profissional. Inclusive em HS9 pede ao mesmo Deus, ao qual agradeceu pelo que conseguiu fazer através da pesca (HS4), que o auxilie a dar outra profissão aos filhos.

Retomando o que diz Certeau (2003) sobre as táticas de que fazem uso os sujeitos em seus embates cotidianos, pode-se encontrar lógica na narração contraditória de HS. Em

primeiro lugar, parece evidente que o fato dele estar efetivamente envolvido com a atividade de pesca exige que ele apresente avaliações positivas sobre a profissão, de outra forma seria uma autodepreciação de si e de seu trabalho, além do que dificultaria reivindicar melhorias para sua categoria. Por outro lado, o histórico de dificuldades da pesca faz com que deseje aos filhos outra profissão, para isso é preciso reivindicar um bom estudo e também aos poucos convencer os filhos para que não sigam os passos dos pais.

Uma última consideração (não que não haja outras) remete ao aspecto afetivo - seja pela vida rural que teve na infância ou pela indisposição de se submeter a uma hierarquia - o qual faz com que HS não tolere a vida urbana nem chefias. Tem-se aí uma confrontação entre as dificuldades financeiras e intempéries da pesca e a possibilidade de “liberdade” e sossego oferecidos pela profissão. Enfim, a contradição narrativa revela o jogo de contradições da vida cotidiana do sujeito. Situação similar encontra-se na fala do pescador LZ:

LZ1: a gente feiz... como eu fui pra Mato Grosso... trabaiei uns ano lá... depois não deu certo... acabei voltando... diz que quando bebe da água do rio... o (pescador) acaba voltando

PERGUNTA1: ah!... então você passô um tempo no Mato Grosso... foi tentá a vida lá?

LZ2: foi...

PERGUNTA2: com pesca também ou com outra coisa?

LZ3: na lavora... trabaiei empregado de fazenda também... mais não... não deu certo não...

PERGUNTA3: então entre a vida do empregado e a do pescador... é melhor ser pescador?

LZ4: é melhor se pescador... nem que você ganha de repente menos... mais é teu... você não é mandado (...)

LZ5: acho que de bão poca coisa tem... acho que se fosse pedi pros pescadores pra... se fosse querê... tê outra profissão acho... que tirava tudo do rio... acho... do Lago... eu (pen)... eu penso assim

A fala do entrevistado em LZ1 “dialoga” com a fala de RS, subtópico 4.2.1 (para o último, a pesca é um vício que não se perde mais). Conforme LZ1, quem “*bebe*” da água do rio sempre volta e ele é prova disso, pois tentou outra atividade (LZ3), mas não teve sucesso e voltou para a pesca. Em LZ4 encontra-se um discurso similar ao de HS7, o qual rejeita a idéia

de ser mandado pelos outros. Então o “gostar” de ser pescador não está associado somente à prática de pescar, mas também à “liberdade” que propicia ao sujeito, o qual não precisa se submeter ao comando de ninguém, o que pode ser até melhor do que ganhar um pouco mais financeiramente.

Lendo LZ5, porém, observa-se a contradição: se fosse pedir para os pescadores se gostariam de ter outra profissão todos diriam sim. “Todos” inclui LZ, portanto a água do rio perdeu sua “magia”! Porém, os pescadores não podem ser condenados pelas contradições presentes em suas narrativas, pois isso é resultado de uma crise identitária envolvendo muitos elementos, como a necessidade financeira, o desemprego, a baixa escolaridade dos pescadores, a idade avançada de alguns etc.

Serão apresentados ainda mais dois exemplos dessa crise identitária que se faz presente entre os pescadores de Santa Helena. Um deles é o do entrevistado AZ, o qual diz que ficaria “*doido*” se ficasse longe da vida de pescador que leva, porém afirma também que é obrigado a permanecer e não começaria de novo na pesca:

AZ1: nem me fala... aqui... se eu ficá uma semana fora... eu tô parece doido da cabeça... acostumado aqui... (posei) na casa da mãe lá... fiquei por dois dia lá... eu já não ()

PERGUNTA1: ela mora onde?

AZ2: () Vila Iolanda... São Clemente... Vila Iolanda acho né?... eu fico dois... eu fico dois dia eu fico loco da cabeça... parece que não tá certo comigo... acostuma... (ali tu) acostuma aquele ritmo (...)

AZ3: a gente é obrigado continuá... porque... você não... a gente não tem otro ramo né?... o pescador (te um otro ramo) que dá... ganhá um poquinho mais...((estrala os dedos)) já tinha largado a pescaria faiz tempo... (mais você não tem otro ramo) tem que güenta né? (...)

AZ4: a vida não é fácil... pra tu começá pescá mesmo como precisa... eu não voltava... capital não tem... pra tu como começá memo pescá... pescá mesmo... sério... esse dinheiro pra botá em... botá em motor... barco... rede... frizê... eu não voltava não... eu jogava em otra parte... eu ia jogá... que a pescaria mesmo não tá dando futuro não

Em AZ1 e AZ2, assim como em boa parte de sua narrativa, o entrevistado demonstra ser afetivamente ligado à pesca, inclusive, como se pode ler acima, se sente mal em passar alguns dias longe do seu ambiente – AZ vive no ponto em que pesca – chegando a dizer,

figuradamente é claro, que fica “*doido*”, “*loco*” se se afasta do ponto. Fica patente a sua tentativa em descrever seu estado emocional frente a tal situação. Já em AZ3, o mesmo atribui somente à inexistência de outra alternativa econômica o fato de ainda permanecer pescando, revelando uma avaliação pragmática e racional, antagônica a sua afirmação anterior. Em AZ4 há uma ratificação do que foi dito em AZ3, ou seja, racionalmente não seria um bom negócio iniciar hoje na pesca, o melhor seria apostar em outra atividade que desse futuro. É claro que, para alguém em fim de carreira – AZ pesca desde 1972 – é sempre mais difícil (e nem sempre inteligente) mudar de profissão, por questões de aposentadoria, já possuir estrutura e experiência, por exemplo. Mas, por outro lado, sempre fica a pergunta: por que em mais de trinta anos esse sujeito não construiu outra alternativa? Talvez sua identificação pessoal com a atividade tenha “falado mais alto” do que as pressões materiais; ou, ao contrário, as pressões materiais impediram outra alternativa.

O último exemplo a ser apresentado é o do entrevistado RS, o qual, como já visto no subtópico 4.1.2, entrou na pesca após a formação do Lago de Itaipu e, segundo sua narrativa, foi prejudicado, pois perdeu oportunidades no trabalho agrícola. Inclusive, se for recordada a sua fala, transcrita parcialmente abaixo em RS1, verificar-se-á um tom nostálgico do tempo anterior à pesca, sugerindo que sua mudança de condição não foi positiva:

RS1: nós pegava muita terra arendada sabe?... mais sei que nós (amparava) o pai nas lavora... i nós só foi subindo na época né?... depois veio a Itaipu... acabô com tudo... ao menos aonde eu vinha... no meu trabalho né?... que nós arendava terra né?... colhia pra fora... i dali pra cá... né?... eu venho (tentando) fazê dinheiro sabe?...

Lendo RS1, pode-se deduzir que o mesmo gostaria que o Lago de Itaipu não tivesse surgido. No entanto em 4.2.1, apresentou-se uma citação de RS dizendo que a pesca é um “*dom*” ou um “*vício*”, o que é ratificado em RS2:

RS2: ah! eu acho bom... se eu pudesse ficá direto no Lago né?... eu ia fazê muito dinheiro... tê um motor bom né?... aí nem lavora eu queria...

O que se pode deduzir da citação RS2 é que a agricultura tem um espaço muito mais presente na racionalidade de RS, enquanto a pesca ganhou com o tempo o espaço da

emocionalidade. A condição de vida perfeita seria pescar e ganhar bastante dinheiro, dessa forma a lavoura poderia ser descartada. É claro que o entrevistado diz isso num momento específico da narrativa, quando trata de uma situação ideal da pesca, mas não se pode ignorar essa escolha hipotética, a qual poderia ser inversa: preferir a lavoura e ganhar bastante dinheiro e largar da pesca, o que não foi dito.

4.2.4 O Descentramento da Identidade Profissional

O que foi apresentado até aqui já deixou claro que muitos pescadores não conseguem viver exclusivamente da pesca, por um lado pelas limitações naturais do Lago de Itaipu, por outro pela falta de estrutura material, ou ainda pela legislação que impede a pesca por quatro meses do ano. Dessa forma, a busca por outras atividades muitas vezes gera o conflito identitário do sujeito: “sou ou não sou pescador profissional?” Uma resposta simplista diria que basta pescar para ser pescador. Porém o mundo moderno é coercitivo e exige das pessoas que assumam uma identidade, como se elas pudessem ter apenas uma identidade (HALL, 2003).

Além do contexto de dificuldade de sobrevivência exclusivamente da pesca, a origem de muitos pescadores em outras atividades, principalmente a agricultura, também gera essa contradição. Assim, pode-se dizer que a(s) identidade(s) desses sujeitos (e bem provavelmente de todos nós) passa(m) por um processo de metamorfose (CIAMPA, 2001), transitando de um “deixar-de-ser” para um “vir-a-ser” ao mesmo tempo em que há o descentramento identitário do sujeito (HALL, 2003), o que pressupõe comportar-se mais de uma identidade. Se esse quadro teórico sobre a identidade estiver correto, não é estranho que muitas vezes o sujeito não consiga se definir exatamente sobre sua identificação, pois ele deveria buscar unidade na diversidade e não tentar encontrar um centro cristalizado.

É claro que nas entrevistas coletadas ninguém se assumiu como não-pescador, por várias motivações: uma porque foram procurados como pescadores, ou seja, foram influenciados a assumir essa posição; outra porque realmente trabalham na pesca; e, entre outras mais, porque se assumir como não-pescador publicamente poderia significar perda de seu registro de pesca profissional. O que se quer investigar, nesse subtópico, é se existem marcas de descentramento identitário quanto à profissão dos entrevistados. A trajetória do entrevistado LH pode fornecer algumas pistas:

LH1 - vim pra Santa Helena... que meus pais moravam em Santa Helena... eram pescador... eles eram pescador... e comprei uma chacinha ali... como era poco a... a... a chácra pra criá vaca... essas coisa... daí eu ingressei na pesca... já faiz treze... treze ano que eu sô sócio aqui (...)

LH2: ... má vim... má não com... é... querê dizê que ia sê pescador... fui pescador causa que... porque a gente tinha as vaca de leite... vendia leite na cidade... i daí... no meio do tempo... tinha bastante folga... daí complementei a... a pesca como... meio de... sobrevivência

A fala de LH1 demonstra que ele veio para Santa Helena para trabalhar como agricultor - depois de ter uma infância na agricultura e atuar em empresas agrícolas -, porém a propriedade pequena o impulsionou para a pesca, influenciado pelos pais que já pescavam – o pai de LH atuou no Lago de Itaipu desde a sua formação até falecer em 2002. Inicia-se uma divisão entre ser-agricultor e ser-pescador, o que aconteceu por contingência, como se pode ler em LH2, pois a pesca pôde ser realizada no período de folga na pequena propriedade. Quando da entrevista, LH já não atuava mais na pequena chácara, mas sim conciliava a pesca com o ofício de guarda-noturno, enquanto os filhos ficaram trabalhando na propriedade. Ou seja, não há mais a divisão ser-agricultor *versus* ser-pescador, mas sim ser-pescador *versus* ser-guarda-noturno.

De todas as relações contrastivas, a mais presente é com a agricultura. A narração de LH não apresenta muita tensão, porém alguns pescadores têm dúvida se fizeram a escolha certa ao deixar a agricultura. O pescador LZ diz que talvez não tenha sido correto trocar a agricultura pela pesca na década de 1970:

LZ1: eu acho... correta mesmo não... mais só que... na época a lavora tamém não dava né?... i... i... pescá sempre... fazia aqueles troquinho... todo dia fazia aqueles troquinho pra mantê... e a lavora que tamém era poca... era só ano em ano né?... então... eu acho que coreta mesmo não foi

Para LZ1, não foi a vontade, mas a necessidade que impulsionou a saída da agricultura para a pesca. Já para seu irmão AZ1, a solução para o pescador é justamente conciliar as duas atividades, o que ratifica a avaliação de LZ1:

AZ: a colonha dá... sabe que jeito... fosse o pescador... cada pescador tê um alquere de tera... tê sua vaquinha de leite... tê seus porquinho... tê suas galinha... i pescá... ele tem futuro... ele tem futuro... mais senão... pescá (pra vendê) o peixe não tem futuro não... ele dá pra você quebrá um gaio... pode sobrá um meis... pode sobrá um tanto... otro meis já pode não sobrá tanto... ele fica naquela média ali óh!... ele não... não tem muito futuro não... porque o peixe aqui enfraqueceu... o peixe miúdo não... e o preço não ajuda... o preço não ajuda o peixe não...

É importante frisar que no início de AZ1 o entrevistado diz que para a pequena agricultura dar certo deve ser complementar à pesca, já que como atividade principal, para sua família, não deu certo. Mas, na medida em que narra, muda um pouco sua avaliação, dizendo que a pesca somente dá futuro se for complementada pela agricultura, especialmente nos meses de pouco pesca. Na verdade a incoerência é somente aparente, pois sua tese é a de que uma depende da outra, ficando como profissão a pesca e a agricultura como subsistência, afirmação também coerente, já que a discussão central da narrativa é a pesca e a agricultura entra como coadjuvante. Da mesma forma, pode-se dizer que se há um descentramento da identidade de LZ e AZ, a identidade de pescador predomina sobre a de agricultor.

O pescador ELM também viveu o processo de transição da agricultura para a pesca, inclusive oscilando entre uma e outra mais de uma vez. O resultado, segundo ele mesmo, foi de que o melhor teria sido escolher a pesca desde o início, mas que o seu gosto pela agricultura ainda existe. No trecho ELM1, o entrevistado narra algumas de suas idas e vindas, já depois da construção de Itaipu, quando teve de deixar de pescar no Rio Paraná:

ELM1: no Paraguai... Paraguai e Argentina... e lá daí tamém... tava bom lá de peixe... só peixe bom né?... aí a... aquela usina de baixo... tamém fizeram usina entre Paraguai e Argentina... aí de novo deu um tropicão ne mim de novo... otra veiz...

O fato de ter sido pela segunda vez “expropriado” de sua profissão, em função da

construção de uma usina hidrelétrica, levou ELM2 a atuar novamente na agricultura, no Paraguai, porém novamente não teve sucesso (assim como seu pai já havia falido uma vez, conforme relatado em 4.1.1):

ELM2: aí eu me ponhei na roça de novo... plantá hortelã... e fali de novo... daí vim aqui sem nada de novo... pelado de novo... eu vim com quatro mil real... de dezessete ano de serviço... quatro mil real que eu vim pra cá... e... por tudo é jeito ainda apliquei esse dinheiro erado... em vez de comprá lote aqui... comprei em Rondon... comprei um troço ilhado depois ainda... ilhô depois e perdi ()...

As idas e vindas fizeram com que ELM3 opta-se por Santa Helena e pela pesca, buscando uma estabilidade que insistia em não acontecer. Segundo ele, a opção foi correta e hoje ele não está mais aplicando seu dinheiro em “*bobageras*”. Não fica explícito que “*bobageras*” seriam essas, no entanto, a julgar que a narrativa tratava das idas e vindas para a agricultura, supõe-se que ELM tenha escolhido sua profissão definitiva:

ELM3: aí eu agora tô pescando aqui... já... oito... nove... nove ano já tô pescando aqui... i... agora consegui me aplumá um poco de novo né?... não muito né?... mais... deu pra inquilibrá... i fiz um poco de novo só que agora também não tô aplicando mais nesses troço bobagera... tô fazendo minha casa aí do lado né?... devagarzinho agora... abelha... tenho abelha também... tô me salvando com aquilo um eito né?... abelha me socorreu bastante esse ano

Porém, como já dito anteriormente, a identidade pessoal não se molda apenas pelas pressões materiais: o emocional é decisivo e, no caso de ELM4, nem mesmo sucessivas falências o fizeram desgostar da profissão da juventude:

ELM4: olha... eu não sinto sabe?... porque eu... eu sempre gostei da minha profissão... eu sempre gostei da pesca... só que eu gosto muito de tê a minha rocinha... eu tinha um... um pedacinho que fosse né?... pra plantá umas coisinha pra comê

ELM4 diz que não sente ter trocado a agricultura pela pesca, até porque ela lhe oferece duas coisas que ele valoriza: renda e satisfação. Mas a vontade de poder associar uma à outra é evidente, assim como se pode constatar na fala de AZ1. Alguns pescadores têm a oportunidade de realizar essa junção, como no caso de RS1, que diz ter as duas profissões:

RS: óia!... eu quando vô né?... pescá... a minha mulher e meus filho cuida da... da lavora... e cuida das vaca de leite tamém... e eu vô mantê a otra função minha... que é a pescaria né?... se eu não mantenho essas duas eu não consigo vivê... como é pra sê

O trabalho familiar possibilita a RS1 conjugar a pequena agricultura com a pesca,

proporcionando a ele e sua família duas profissões, a de agricultor e a de pescador. Como para ele essa situação torna sua vida mais confortável, já que se não manter as duas ele não consegue “vivê... como é pra sê”, o descentramento de sua identidade não se revela tão traumática, como para outros que tiveram de optar ou que nem sequer puderam optar.

4.2.5 O Ser-Pescador Profissional de Verdade

A problemática gerada pelo descentramento da identidade do indivíduo não atinge somente o plano da identificação pessoal. Ela está associada também à projeção social do que é ser-pescador profissional. Podem existir várias projeções, desde a oficial, passando pela do senso comum, até a projeção que os próprios pescadores fazem de sua profissão. Como o *corpus* dessa pesquisa é composto por narrativas de pescadores, é essa última projeção que será traçada aqui. Primeiro, é preciso lembrar que todos os entrevistados têm a pesca como atividade única ou principal, por isso, se fossem entrevistados pescadores menos assíduos, sua projeção poderia resultar de forma diferente.

O que se quer dizer é que, muito provavelmente, essa projeção de ser-pescador profissional de verdade reflita as práticas dos entrevistados, ou seja, através da projeção que fazem acabam legitimando sua própria condição de ser-pescador. Em outras palavras, pode-se dizer que, ao narrar/comentar como é um pescador de verdade, os entrevistados estão falando de si mesmos e não de seres hipotéticos.

O entrevistado RS1 é extramente sintético ao referir-se sobre o que é ser pescador profissional de verdade:

RS1: profissional tem que vivê da pesca mesmo... senão...

O entrevistado nem sequer conclui a frase, indicando que está muito claro o traço principal de um pescador profissional. Já foi comentado no Capítulo 2 o contexto desses

pescadores, os quais somente são admitidos se comprovarem habilitação para pilotar um barco, terem um barco e não tiverem outra renda que seja elevada, sendo geralmente tolerada a propriedade de uma pequena área rural:

RS: é que maioria né?... de... que pescam... os cara tem um pedacinho de tera... tem gente que não tem tera... e tão pescando... que empresário... nessas parte não pode tê... nem ganha a cartera se já tem registro de empresário no nome... já não ganha a cartera de pesca...

Ou seja, existe uma classificação social para ser pescador profissional no Lago de Itaipu: ser “pobre”⁷⁸. E a própria forma como é regulamentada a pesca, como também já foi discutido, impede que transcendam dessa condição. É praticamente consenso também, entre os entrevistados, que se o sujeito possuir outra atividade ela deve ser necessariamente complementar e não complementada pela pesca, como afirma ELM1:

ELM1: tem que tê uma coisa pra... pra mexê junto né?... mas tem que sê lá no rio né?... que nem tem muitos aí na cidade... eles tão aí trabaiaando... daí só vão pescá... um poquinho assim... de vez em quando... agora aquele já não é pescador tamém... ele tem que fazê um troço lá memo no rio... não morá lá na cidade pra trabaiaá em firma ou servente... essas coisa... aí já não... isso não é completá a pesca daí... eu acho que não

A descrição de um pescador profissional de ELM1 vem embutida de uma denúncia: a de que muitos se beneficiam da pesca nas épocas de maior produtividade e que na época da piracema utilizam da carteira profissional para conseguir o seguro-desemprego, como poderá ser constatado com mais clareza no subtópico 4.2.6.

Conforme o pescador AZ1, entre os pescadores, eles sabem identificar quem é e quem não é pescador:

AZ: ah! sim... entre nós... entre nós sim... assim uma comparação... não digo tudo né?... mais (maior parte) que trabaia perto assim... onde é nosso aqui... a gente sabe quem que é e quem que não é né?...

Além dos traços até aqui apontados – viver da pesca, pelo menos como atividade principal – outros caracteres menos “oficialistas” são utilizados, um deles é o respeito à categoria e ao produto da pesca, os peixes, como afirma ELM2:

ELM2: ... se eu tô pescando já vinte nove ano de profissão... eu sei que que é isso aí... um peixe desses... mas esses que fazem isso porque... eu digo que não é pescador... porque ele...

⁷⁸ O termo “pobre” é empregado pelos entrevistados e utilizado para designar pessoa de poucas posses materiais.

ele tinha que soltá... porque ele se cria... é um peixe (que) vai dá futuro né?... não sei se ele pega ele... mais não interessa quem pega ele... esses que eu solto eu nunca vou pegá... mas um outro vai pegá ele bom depois...

Além de defender o respeito ao tamanho do peixe, fica bem claro que não se deve pensar apenas individualmente se se atua num espaço comum. Apesar da pesca ser individual, a concepção de que outros pescadores serão prejudicados faz parte de um comportamento profissional. Observe-se também que ELM2 inicia dizendo que possui vinte e nove anos de profissão, o que significa ser sua experiência fundamental para legitimá-lo como um profissional da pesca e para permiti-lo dizer o que diz sobre a pesca e sobre os pseudopescadores profissionais.

A importância do coletivo e da experiência na formação do pescador profissional também fica evidente na fala de RS2:

RS2: se não tem ajuda... (se encontra dificuldade)... se o cara tem um começo beleza pura... mais... se não tem... tê que financiá tudo... () e se o cara não sabê... o cara novo começá a pescá... começá tudo... ele pára... ele não vai sabê onde tá o peixe... ele não vai sabê armá a rede... ele olha por cima da água tudo limpinho... mais ele não sabe o que tem embaxo...

Para RS2, novatos na pesca precisam de ajuda de pescadores que conheçam o ofício, o Lago e os hábitos dos peixes, além de precisarem de dinheiro para adquirir o material básico. Ou seja, segundo a legislação, o candidato a pescador profissional deve ser “pobre”, porém não pode ser tão “pobre” ao ponto de não ter um barco e material. Somado a essas características, o pescador profissional precisa ter força física para agüentar, conforme RS3:

RS3: pra puxá a rede ()... muita gente vem “é... aruma um pexinho aí óh!... beleza né?”... mais só que... eles não sabe o peso que a pessoa puxa... que é pior (que pra) erguê um saco de soja... () de sessenta quilogramas... e... de trinta metro de fundura... o... quarenta... uns dez metro pra cima de fundura já é brabo puxá a rede... quem nunca puxô... vai lá puxa dez metro não que sabê mais de puxá rede... não qué sabê mais de puxá rede...

RS4: nós vamo acostumando né?... () no baixinho... depois indo no fundo... você vai pegando equilíbrio né?...

RS5: i maioria que nunca pescô... tem pescador que faiz cartera... começa pescá... pesca um meis e desiste né?... já não qué mais sê pescador... pensa que a vida é fácil em cima do Lago... mais não é como eles pensam...

Em RS4 desponta pelo menos mais duas características de um pescador profissional

de verdade: inteligência e paciência. Inteligência para descobrir as técnicas corretas e paciência para adquirir a habilidade necessária. O resultado, se o pescador novato não tiver essas características, conforme RS5, é a desistência, já que, para ser um pescador de verdade é preciso, além de tudo, ser trabalhador.

4.2.6 A Narrativa como Instrumento de Denúncia

A presença de integrantes da universidade fez com que os pescadores identificassem nestes um “interlocutor-mensageiro”, capaz de levar adiante suas reivindicações. Os entrevistados realizaram este procedimento discursivo: pedir através do outro. Conforme Certeau (2003), essa seria uma boa tática do sujeito querendo aproveitar-se da capacidade estratégica da universidade. Os excertos a seguir revelam um tom político no discurso dos pescadores profissionais, revelando uma identificação com a defesa de sua categoria.

A primeira narrativa selecionada é a do pescador HS, o qual defende uma fiscalização mais rígida, para que pescadores profissionais de verdade não sejam prejudicados por aqueles que apenas se aproveitam da condição de pescador para beneficiar-se (especialmente do governo). Essas denúncias trazem a marcação da diferença como forma de construir identidades (HALL, 2003; WOODWARD, 2003; SILVA, 2003). Apesar de anônimas, ou seja, os entrevistados não citavam nomes em suas denúncias, os alvos ficam explicitados pelas práticas, as quais são antíteses dos caracteres analisados no tópico 4.2.5.

Todos os fragmentos abaixo foram narrados de um fôlego só pelo entrevistado, revelando, por um lado, a preocupação com o problema e, por outro, que se trata de um tema muito discutido por ele junto aos seus pares. A necessidade de haver uma maior rigidez na concessão da carteira de pesca e também maior fiscalização da pesca predatória faz com que HS denuncie as práticas ilegais.

HS1: ... eu me orgulho de tê esses vinte e um ano de cartera mesmo que eu não me aposento né?... mais me orgulho... com todo sofrimento... me orgulho de tê a cartera... fala “oh! eu sô um profissional... eu tenho cartera porque eu pesco... eu vivo na bera do rio... eu moro dentro do rio... pesco... minha família veve de peixe”... né?... não aqueles pescador que fala que “sô pescador... tenho a cartera”... e não tem... vão lá e pagam pra recebê... só pra tê pra recebê o seguro-desemprego com treis ano de cartera... já passam a recebê o seguro-desemprego né?... é um dinheiro que o... que o governo paga em vão pra esses tipo de pescador...

No fragmento HS1 há a denúncia contra aqueles que se passam por pescadores profissionais para poderem receber o seguro-desemprego pago pelo Ministério do Trabalho em períodos de piracema. Observe que HS1 deixa claro que ele vive da pesca, portanto ele é um legítimo pescador, porém não nomina quem infringe a lei, utilizando apenas o pronome relativo “*aqueles*” para os infratores.

HS2: que eu acho que devia havê uma fiscalização em cima do Ministério da Agricultura... que cede a cartera pra nós... o nosso documento... vinha em cima do ponto a ponto... fazê uma fiscalização... “oh o H. ... vão lá fiscalizá o H. ... no ponto trinta e cinco... onde é que ele mora”... pra vê () realmente se ele é um pescador... e vim aqui e me encontrão no rio... “ah! de fato... o H. é um pescador profissional”... agora se ele chega aqui no rio aqui... vem aqui... “o senhô... o senhor H. S. ... ele é pescador ele reside neste ponto de pesca... pesca neste ponto de pesca?”... “não... nem conhecemo quem que é esse caboclo”... né?... então esse camarada não é pescador...

Em HS2 tem-se uma cobrança direta ao Ministério da Agricultura para que fiscalize melhor a distribuição das carteiras profissionais. Nas entrelinhas, pode-se ler uma denúncia com relação ao desleixo do governo em relação a esta questão. Interessante observar que novamente há omissão de nomes, tanto que HS2 utiliza o próprio nome - “*H.*” - para exemplificar uma situação de fiscalização, revelando que a denúncia é feita com cautela, haja vista que no embate do cotidiano o discurso pode ferir e também atrair problemas. Outro recurso lingüístico interessante é o uso do discurso direto na narrativa, pois HS2 insere falas hipotéticas em sua narrativa como forma de ilustrar um diálogo entre pescadores e fiscais.

HS3: então eu acho que tem que havê uma fiscalização em cima disso aí... pra determiná... pra vê quem é quem... porque se o... (se o órgão) vem ali na baranca do rio... chega lá... “o seu Zico pesca?”... né?... “ah! o Zico não pesca... quem é esse Zico?”... vem outra semana de novo... ()... “queremo sabe se o seu Zico pesca aqui?”... “ah! aqui não tem nenhum Zico”... né?... vamo cortá a cartera desse camarada... esse camarada tá usando a cartera e tá trabalhando na cidade pra... pra... recebê o benefício do governo... que é o seguro-desemprego... como tem muitos fazendo né?...

Observe-se que no trecho HS3 o entrevistado deixa subentender que há “falsos”

pescadores, ou seja, pessoas com registro de pesca profissional, mas que não atuam, e propõe a cassação de suas carteiras. Dessa vez, o nome utilizado para exemplificar a denúncia (“Zico”) foi escolhido por HS junto ao grupo participante da entrevista, já que “Zico” é o apelido de Jones Jorge Machado, colaborador externo do projeto de pesquisa “Trajetórias sociais e trabalho na fronteira”, ou seja, o cuidado com a denúncia, e nesse caso com a reivindicação de sanção contra os infratores, mantém-se cautelosa.

HS4 - ... tem muito turista que faz... que... que... que faz a carteira de amador pra pescá de vara... vai ali ponha mais de mile metro de rede na água... mais que o pescador... tem turista que pesca mais de rede do que pescador... então... pra uma fiscalização mais severa em cima do pescador... o turista vai obedecê tamém... vai respeitá tamém... né?...

Em HS4 surge uma nova denúncia, dessa vez contra os turistas, que recebem autorização como pescadores amadores, o que implica no uso exclusivo de varas de pesca, porém muitos utilizam redes e realizam pesca predatória, inclusive no período da piracema. O interessante aqui é que HS4 propõe uma maior fiscalização sobre os pescadores profissionais a fim de gerar maior pressão sobre os turistas. Aqui parece clara uma tática de demonstrar que os pescadores profissionais de verdade não querem tudo para si, porém querem as coisas funcionando conforme as regras, em outras palavras, turista pode pescar, mas de vara e só.

HS5 - eu acho que tem que vim a fiscalização mais severa em cima desse... desse tipo... e o órgão do Ministério da Agricultura que cede a carteira... cortá a carteira desses... dessas pessoa que... têm a carteira e não utiliza... a pesca... como... profissional... né?... como serviço dele mesmo né?... tem que cortá pra dá o exemplo pros otros... que cortando a carteira deles... não vai se aquele H... que trabalha lá na prefeitura... vai vim... vai fazê uma carteira de profissional pra pescá... botá um monte de rede na água ali... tirá o peixe do miserável que tá lá precisando... então seria isso mais o meno né?... nessa questão aí... que eu quero... eu... eu... eu quero... quero... eu vô brigá... e vô brigá cada vez mais em cima disso... desse tipo aí

No trecho HS5, o entrevistado retoma as denúncias anteriores e insere sutilmente mais uma: a de que pessoas trabalhando na prefeitura de Santa Helena estão utilizando carteira profissional indevidamente. Novamente o uso do próprio nome como recurso retórico deixa encoberto o nome daqueles que fazem uso desse expediente. Ao final HS5 assume explicitamente seu papel político de “*brigar*” contra quem tira o sustento dos miseráveis (no caso os próprios pescadores profissionais).

É interessante observar a pergunta que desencadeou tal narrativa, realizada pelo professor Robson Laverdi:

RL1 – É... H. ... você... antes de começá a entrevista... falô com muito... orgulho... disse assim... “oh!... são vinte e um anos de cartera”... né?... o que significa vinte e um anos de cartera de profissional de pesca pra você?

O que RL1 questiona é respondido rapidamente num primeiro instante (HS1), porém o fluxo narrativo toma outro rumo e a narrativização segue a temática que HS gostaria que os entrevistadores ouvissem, ou seja, a temática das irregularidades que prejudicam os pescadores em seu dia-a-dia. Revela-se nesse procedimento uma tática do sujeito que quer denunciar uma situação desfavorável a si e a sua comunidade, utilizando-se da oportunidade de estar dialogando com uma instituição socialmente autorizada e reconhecida – a universidade – e com isso amplificando sua voz de descontentamento.

Ainda sobre o assunto da pesca ilegal no período de defeso, o pescador LZ1 realiza uma denúncia contra pescadores que pescam nessa época e revela a falta de fiscalização:

LZ1: não egiste... não egiste fiscalização... tem mais rede na água agora... na... na proibição... de quando tá liberado...

PERGUNTA1: é mesmo?

LZ2: é... assim é o comentário... todo mundo fala

Novamente não aparecem nomes, e a denúncia de LZ1 soa como um “eco” dos comentários da comunidade de pesca, pois é num locutor “*todo mundo*”, presente em LZ2, que o entrevistado busca fundamentar a denúncia, ganhando força por representar uma voz coletiva e, ao mesmo tempo, desresponsabilizando em parte o próprio LZ, já que no máximo ele pode ser mais um de “*todo mundo*”. Como dito acima, são táticas utilizadas pelos pescadores para realizarem suas denúncias sem se colocarem em situação de perigo.

O pescador AZ também demonstra habilidade para executar sua denúncia contra os pescadores que não respeitam o período de defeso:

AZ1: óia... eu e esse meu irmão aqui... nós não botemo um palmo de rede na água até hoje...

AZ2: tem gente... que eu ouvi falá... não tenho certeza... que eu não vô botá a mão no fogo por causo dos otro... tão pescando... só que eu não sei quem que é... eu não sei nada...

AZ3: a turma mexe... mais eu... nós não mexemo... nós falá a verdade (não temo) lambari pra isca... (não temo compradô)... não tem nada...

Analisando o fragmento narrativo acima, apenas subdividido para facilitar a referenciação, percebe-se que AZ1 já de início deixa claro que ele e o irmão dele, LZ, não desrespeitam a piracema, para depois afirmar que ouviu falar que tem gente pescando (AZ2). Sem querer ser categórico, não confere confiabilidade total a fonte da informação e não a revela. Já a respeito dos possíveis infratores, também afirma não saber quem é, inclusive diz não saber “*nada*”. No entanto em AZ3 o entrevistado é taxativo: “*a turma mexe*”, ou seja, a relativização anterior cai frente a essa afirmativa, que é seguida novamente pela afirmativa de que ele e seu irmão não pescam na piracema, reforçada pela comparação de que eles não têm nem “*lambari pra isca*”.

Se forem ouvidas todas as narrativas dos pescadores, em todas há denúncias, seja quanto à pesca ilegal, ao roubo de redes, à discriminação contra pescadores etc. Pode-se concluir que se trata de um traço da cultura do pescador reivindicar seus direitos e denunciar o que acreditam estar errado. Porém, fica claro que a forma indireta com que realizam suas denúncias também é um traço cultural, portanto constituinte de sua identidade.

4.2.7 As Relações entre os Pescadores e as “Organizações”

A partir da década de 1930, com o advento do “fordismo”, modelo industrial que confere à empresa o controle total da produção, desde a matéria-prima até a distribuição comercial, é implementada a “organização”, uma nova concepção de relação social pautada no racionalismo administrativo, na hierarquia funcional (sinônimo de *status* social) e numa lógica científica de funcionamento (independente dos membros que a compõem). O fordismo estabeleceu uma nova forma de divisão do trabalho: de um lado o operário, que se torna

especialista em uma função braçal, perdendo a visão do conjunto da produção; de outro o gerente científico, ou seja, aquele que é competente para comandar o processo de produção. O modelo da organização fordista acaba se disseminando pela sociedade, retirando o *status* de “agentes” ideológicos do pai, do patrão, do padre ou pastor, do professor, do sábio. A ideologia agora emana da organização e das “leis do mercado” (CHAUÍ: 2003, p. 102-108). O estado também assumiu a forma impessoal e racional disseminada nas estruturas privadas, instituindo-se como uma “organização pública racional”, apesar da forte influência que o patrimonialismo exerceu no estado brasileiro (HOLANDA: 1995, p. 141-146).

Tais organizações surgiram no discurso dos pescadores, e o que mais se repetiu foi a referência aos organismos, em especial aos de estado e de classe, como se possuíssem vida própria, independente das pessoas que os compõe. Na seqüência, serão apresentadas algumas dessas falas, as quais ratificam a autoridade desses órgãos, ou seja, conferem-lhes o estatuto de “organização”, revelando a relação dos pescadores com eles:

LH1 ... a colônia significa uma coisa boa pra... pros pescador... por que a hora que eles querendo é... seguro-desemprego... auxílio-maternidade... auxílio à doença... tudo eles... é através da colônia (...)

LH2: tivemo que mandá um... um documento pro Ministério do Trabalho... éh!... dizendo que... o Ministério do Trabalho falô que... não existia mais... que o pessoal de Santa Helena tinha mandado um documento pro Ministério do Trabalho que já não existia a Nossa Senhora dos Navegantes... i daí então eles pediram pra todos associado assiná e fazê um documento... uma ata... pra mandá pra lá... daí nós mandemo... cum treis dias eles liberaram o seguro-desemprego (...)

LH3 - o pescador faiz o requerimento do ponto... e nós mandemo pra Itaipu... e daí quando tá liberado dá pra entrá...

PERGUNTA1: é a Itaipu que define?

LH3: é... a Itaipu que define que se pode ou não pode [entrar no ponto de pesca] (...)

LH4 não... na verdade memo... o... a... o IAP não... ele não tá... não tão assim... fiscalizando porque não tem barco... não tem nada... a Florestal tá... tá batendo... que nem agora tempo de... de piracema... eles tão... tão batendo... achque bateram umas par de vez... mais não... pegaram pouco

O pescador LH há 14 anos pesca e participa da diretoria da Colônia de Pescadores Nossa Senhora dos Navegantes desde que foi fundada. Quando da entrevista, LH era

responsável pelos contatos com os órgãos competentes. Apesar de em sua fala criticar alguma legislação ou prática destes organismos, em nenhum momento questiona a autoridade deles. É interessante perceber que não há sujeitos, mas apenas a organização, como, por exemplo, em LH2 “... o Ministério do Trabalho falô...”, LH3 “... é... a Itaipu que define...”, LH4 “... a Florestal tá.. tá batendo”. Quando um esboço de sujeito aparece, continua sem identidade, como no trecho a seguir, em que o representante da Itaipu é tratado como “cara”:

LH5: eu acho que nessa reunião que vai tê... até é pra vim... é... o cara da Itaipu... é pra tá aí... porque ele também... na verdade ele... ele tava achando que não existia mais a Nossa Senhora dos Navegantes... na verdade existe

Uma conclusão preliminar a respeito da relação entre os pescadores e as organizações é de que, por um lado, há o entendimento que a organização dos pescadores, nesse caso a Colônia de Pescadores Nossa Senhora dos Navegantes, é algo positivo para a comunidade de pesca, como fica claro em LH1. Porém, há uma relação ambígua com as demais entidades diretamente relacionadas com a Colônia, haja vista elas terem funções reconhecidas pelos pescadores, porém não as desempenharem a altura do esperado, como fica claro em LH4 a respeito do IAP.

Essa relação de cobrança, aqui já explicitada no subtópico anterior (4.2.6), revela uma identificação de categoria muito forte, em especial no embate político em defesa dos interesses da Colônia de Pescadores. Como Certeau (2003, p. 46) afirma, contra as estratégias das organizações o indivíduo lança mão de táticas de contravenção, inclusive através de suas narrativas, fazendo-se sujeito através da linguagem.

A relação dos pescadores com as organizações sempre está sob uma linha tênue que separa a cooperação da reivindicação. Nesse embate, citar o organismo e não as pessoas é uma tática para manter a impessoalidade e não atrair sobre si possíveis retaliações, afinal numa democracia os organismos públicos devem estar à disposição do cidadão. AZ1 se utiliza dessa tática ao cobrar maior atenção da Itaipu Binacional:

AZ1: não quero falá contra a Itaipu não... a Itaipu por enquanto não ajudô o pescador muito

não... prometeu de ajudá e não ajudô não... ((pausa longa)) e agora esse governador que ele... novo... presidente... falô que... pescador tem que se virá... que ele não vai dá nada de mão-dada não... vamo vê

Inicialmente, o entrevistado AZ1 afirma não querer falar contra a Itaipu, ou seja, não quer indispor-se contra a entidade que mantém o Lago de Itaipu e também controla diretamente a pesca no reservatório. Isto é óbvio, à medida que a parte mais fraca é o pescador. Mas, logo em seguida, AZ1 diz que a Itaipu prometeu ajudar e nunca ajudou. Observe-se com atenção, logo após a pausa, a afirmação de que o novo presidente disse que pescador tem que se virar, que não vai ser dado nada de graça. Pode-se até dizer que nesse ponto AZ1 tendeu da organização para o pessoal, mas não, pois presidente é uma instituição e não uma pessoa. Em segundo lugar, apesar de haver um leve tom de crítica ao novo presidente, não é a ele que AZ1 confere a responsabilidade pelas falsas promessas, já que ele não é apenas sucessor do presidente anterior, mas representa uma nova direção, empossada por um novo Governo Federal.

Já o pescador SIC1, ao comentar o roubo de suas redes, critica a “delegacia” de Missal, que não prendeu o suspeito:

SIC: eu pensei... isso aí... tem que descobri... a pessoa que faz isso né?... e daí... tem que mandá a autoridade dá um jeito de mandá ele pará né?... I só que... ele morava... que pertencia pra Missal... então não deu para fazê nada... aquela época por causa disso que... que foi em Santa Helena... e em Santa Helena pediro pra delegacia de Missal prendê o cara e... e os caras de Missal não queriam fazê nada com o cara

Veja que “*em Santa Helena pediro pra delegacia de Missal prendê o cara*”... não há identificação de quem “pediu”, a “*delegacia*” é que foi solicitada e o “*cara*” que roubou as redes não foi preso, ou seja, não há identificação pessoal nenhuma. Inclusive a “*delegacia*” deveria prender o suspeito, não os policiais, os quais são citados como “*os caras de Missal*”.

No entanto a relação com as organizações não é apenas de crítica. O pescador LZ comenta que existem atividades colaborativas, como a pesquisa desenvolvida pelo Nupélia e o acompanhamento de Itaipu:

LZ1: é... a Nupélia tá... todo mês eles vêm... eles fazem... além dessa... dessa ficha... eles fazem pesquisa com o peixe... uma vez por mês eles vêm ali... eles... peixe... peixe sem limpá... eles... eles fazem a pesquisa do peixe... vêem se é fêmea... macho... quantos quilo... () tamanho... peso... tudo eles... uma vez por mês eles vêm aí... a Itaipu também... tão sempre acompanhando a gente... agora o IAP é difícil vim aí...

PERGUNTA1: a relação com essas entidades é tranqüila?

LZ2: tranqüila... não tem...

PERGUNTA2: não há nenhuma resistência dos pescadores com essas entidades? Sempre colabora?

LZ3: sempre... tanto que eu sei sempre... aqui mesmo sempre... a hora que precisá... a gente tá à disposição... eu desconfio que é uma coisa pra atrapaiá o pescador (não tão fazendo)... então é pra ajudá... sabe?...

No trecho LZ1, o entrevistado diz que “*a Nupélia tá*” e logo depois complementa dizendo “*todo mês eles vêm*”, ou seja, do singular ao plural indica uma transição da organização para as pessoas que a compõem, porém não são identificados pessoalmente. Quanto a Itaipu também há um tratamento plural: “*tão sempre acompanhando a gente*”, sugerindo as pessoas que a integram. Observe-se que são organizações que enviam seus funcionários diretamente aos pontos, portanto há uma relação face a face. Já o “*IAP é difícil vim*”, aqui o plural não existe e, pelo relato, há pouco contato dos pescadores com os representantes do órgão. Poder-se-ia concluir que quanto maior a impessoalidade de relação entre o sujeito e a organização, mais essa última acaba sendo personificada em seus discursos.

Por fim, a fala do entrevistado em LZ3 é emblemática da relação conflituosa com as entidades, já que o mesmo afirma ter relação tranqüila com os órgãos oficiais, porém ele “desconfia” que o que fazem não é para atrapalhar os pescadores. Parece que a tônica do ditado popular “deve se confiar desconfiando” está presente na fala de LZ.

4.2.8 A Compreensão de Fronteira Desenvolvida pelos Pescadores

Os pescadores de Itaipu pescam numa região de fronteira internacional. A poucos quilômetros está a República do Paraguai, porém a fronteira é histórica e, de certa forma,

imaginária, já que não há materialmente uma divisa e, sim, uma construção lingüística da fronteira, ou seja, a fronteira é histórica e se dá “na” e “pela” linguagem. Deseja-se desvendar qual a compreensão de fronteira produzida pelos pescadores e observar como esse conceito se manifesta em suas narrativas. Particularmente interessante é o fato de que os pescadores brasileiros não podem pescar no Paraguai, porém, onde fica o Paraguai? Até onde pescam os brasileiros? Além do que, vários entrevistados, como se pode observar nas narrativas de ELM, SIC, MS e DS já viveram no Paraguai.

Campigoto (2005)⁷⁹, em seus estudos sobre narrativas de fronteira, a partir de entrevistas com transeuntes da fronteira Brasil-Paraguai, descobriu que os mesmos atribuíam valor semelhante entre o “*aqui*” (Brasil) e o “*lá*” (Paraguai), afirmando que é “*tudo igual*”, transgredindo com tal afirmação a lógica imposta pelo pensamento ocidental da diferença entre nacionalidades. Para Campigoto, tal cosmopolitismo que elimina diferenças poderia ser explicado pela tradição greco-romano-cristã, seja através da “teoria estoicista” de que “o igual e o diferente fazem parte da mesma substância” e que a humanidade compartilha do “mesmo pasto comum”; ou pelo direito romano que prevê a “lei de todos”; ou mesmo a partir da doutrina cristã que prevê uma irmandade em Deus.

A tendência acadêmica, segundo Campigoto (2005), de buscar no pensamento greco-latino as explicações para os fatos do mundo, no entanto, faz esquecer que o espaço em estudo fora outrora habitado majoritariamente por povos indígenas, que concebiam esse espaço a seu modo, diferentemente das teorias européias, narrando suas andanças migratórias motivadas por eventos naturais, levando os povos indígenas a se deslocarem/migrarem em função da necessidade de um recomeço. Para Campigoto a narrativa dos brasileiros transeuntes da fronteira Brasil-Paraguai aproxima-se desta realidade ancestral, motivados pela busca de um começo ou recomeço. Apesar de não existir uma filiação entre as linguagens indígenas e a

⁷⁹ Um estudo mais completo sobre a concepção de fronteira, associada à fronteira entre Brasil e Paraguai pode ser visto em Campigoto (2000).

língua portuguesa, é possível compreender as narrativas indígenas e identificar-se com elas, demonstrando-se com isso que “a linguagem é o lugar em que as coisas se dão à compreensão e não se resume ao código por meio do qual as coisas são expressas”. Assim como para os indígenas as atuais fronteiras geopolíticas não existiam, para os transeuntes atuais, no mínimo, o sentido dessa fronteira não é o mesmo consagrado pela diplomacia internacional, pois, por um lado, ela é reconhecida como existente, no entanto, por outro lado, não separa diferentes, mas sim iguais.

Não se pretende aqui aprofundar a discussão sobre a filiação da tradição narrativa ou mesmo filosófica das narrativas dos pescadores, e sim observar como a concepção de fronteira é enunciada implícita ou explicitamente nas narrativas de pescadores, seja no trabalho com a pesca ou em suas andanças entre o Brasil e o Paraguai. A fala de AZ1 revela como o Paraguai faz parte da “intimidade” dos pescadores:

AZ1: i outra coisa que eu não contei pra voceis... mercadoria nossa nós comprava... por... as lancha vinham de Foz do Iguaçu... pegava maderera... maderá ali... no Paraguai... nós (colhia) mercadoria ali... a nossa mercadoria... negócio de comida... farinha... sal... açúcar... essas parte ali né?... vinha tudo de Foz do Iguaçu... por água

Ao narrar que a alimentação industrializada, nas décadas de 1960 e 1970, vinha de Foz do Iguaçu em embarcações que pegavam madeira “*ali no Paraguai*”, deixa implícito, a partir do advérbio de lugar “*ali*” uma relação de proximidade muito grande, já que normalmente emprega-se o advérbio “*lá*” para distâncias maiores.

O movimento migratório do Brasil para o Paraguai, como já dito, se faz presente nas trajetórias de vidas de muitos pescadores, o que reduz em parte a carga simbólica e a fronteira pode operar no imaginário das pessoas que nunca a cruzaram. A fala de ELM1 demonstra essa “naturalização” do “*ir*” e “*vir*” na fronteira:

ELM1: eu me meti numa roça no Paraguai... fali com tudo...

ELM2: eu fui pescá na Foz... só tinha lancha e motor... i comecei na Foz de novo... daí me levantei um pouco lá de novo... só que cheguei lá também com treis meis fundiu o meu motor... aí... aí eu tive que comprá um motor novo... aí foi otro atrapalho né?... até que eu paguei de novo... só que na Foz deu bem peixe né?...

ELM3: i... e sabe que nós fumo... fomo pro Paraguai... lá pra baxo... fiquemo um ano lá...

ELM4: voltemo de novo na Foz... fiquemo um ano na Foz...

ELM5: e voltemo de novo pro Paraguai... no memo lugar lá...

Chama atenção, além da naturalidade de ELM1 em narrar suas andanças, os verbos empregados para descrever o “ir” e “vir”. Normalmente, partindo do ponto de origem, diz-se que “foi-se” e “voltou-se”, se se partir do fato de ser brasileiro, então “foi-se” ao Paraguai e “voltou-se” ou, ainda, “veio-se” para o Brasil. Na primeira menção sobre sua ida ao Paraguai, ELM1 diz que “*me meti*” numa roça no Paraguai, ou seja, nem “ir”, nem “lá” ou “ali”. É claro que o verbo “meter”, de certa forma, expressa uma ação, um movimento de um ponto a outro, mas talvez não fosse o mais adequado para descrever um processo de migração internacional (pelo menos é o que diriam os puristas da língua). Na seqüência ELM2 “foi” do Paraguai para Foz do Iguaçu (Brasil), o que, pode-se dizer, fere o sentido de “ir” e “vir” proposto a partir de uma ótica migratória brasileira: em tese, ELM2 deveria ter “voltado”. De Foz do Iguaçu... foram (o entrevistado e sua esposa) para o Paraguai, “*lá pra baxo*”, ou seja, distante da fronteira com o Brasil, já nos limites entre Paraguai e Argentina. Aqui é interessante observar a marcação de espaço, pois quando se referia ao Paraguai na região de fronteira com o Brasil o entrevistado não realizou uma marcação de lugar, provavelmente pela proximidade, diferente da região paraguaia em que foi pescar, que nas palavras de ELM “*da frontera... dá cento e quarenta quilômetro pra lá*”, ou seja, da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, mais cento e quarenta quilômetros Rio Paraná abaixo.

Depois de um ano pescando no Paraguai, ELM4 e sua esposa “*voltaram*” para Foz do Iguaçu e, passado mais um ano, ELM5 e a esposa “*voltaram*” para o Paraguai. Anteriormente já se havia observado que a descrição do movimento de “ir” e “vir” para outro país havia sido “burlado” pelo narrador, pois o mesmo “*foi*” do Paraguai para o Brasil; aqui a mesma “transgressão” é realizada, na medida em que diz terem “*voltado*” para o Paraguai, se o Brasil é seu local de origem. Essas considerações beiram o pedantismo, porém servem para perceber

como o movimento migratório entre Brasil e Paraguai pode reduzir esse espaço geográfico a um plano comum nas narrativas dos pescadores e de outros transeuntes dessa região.

Essa “planificação” do espaço regional pode também ser percebida no espaço do Lago de Itaipu, o qual possui uma divisão política definida pela diplomacia internacional, porém tal divisão oficialista pode ser interpretada de formas diferentes. O entrevistado AZ2, por exemplo, revela que seu lugar de trabalho nos últimos trinta anos, tanto no Rio Paraná quanto depois no Lago de Itaipu, é o Brasil-Paraguai:

AZ2: a gente... pessoa mais nova que a gente... () que passô... no Brasil aqui... Brasil-Paraguai... a gente... de vez em quando mais novo dá risada na cara da gente... mais... o que já passamo de brabo também já...

Em tese não existe nenhum lugar que seja, ao mesmo tempo, Brasil e Paraguai. Mesmo na represa da Itaipu Binacional há uma faixa amarela indicando o limite entre os dois países, apesar de haver uma legislação especial que permite aos funcionários brasileiros e paraguaios transitar dentro da barragem livremente. Talvez uma leitura similar seja feita por AZ2 ao dizer que os pescadores mais antigos já passaram por muitas situações difíceis no Brasil-Paraguai. Aliás, é interessante notar a correção em AZ2, o qual ia dizendo que passou situações no Brasil e imediatamente reconstrói a fala e diz “*aqui... Brasil-Paraguai*”, pois somente o espaço “*Brasil*” não seria fidedigno à realidade.

Como para os pescadores brasileiros a pesca é proibida no lado paraguaio do Lago de Itaipu, nas entrevistas gravadas houve poucas manifestações sobre a transposição da fronteira ou mesmo sobre a pesca no Paraguai. Questionados sobre essa prática, muitos afirmaram que há pescadores atuando além da divisa, mas nenhum entrevistado assumiu tal prática. Quando falavam sobre isso, usavam o tempo passado ou futuro, ou seja, narravam uma pesca que não acontece mais ou uma pesca hipotética. A fala do entrevistado AB revela essa tática:

PERGUNTA3: o senhor disse que... pescô dez anos no Paraguai... o senhor parô de pescá por motivos econômicos... não compensá... ou por... por causa que o senhor comentô... do... do... do problema de atravessá... de medo?

AB1: a travessia começô complicá mais depois... né?... antigamente era melhor... mais facilitado o negócio (...)

AB2: o tucunaré existe... existe aqui... agora no Paraguai... conforme a área lá (existe) tucunaré... ele gosta daquela paulerinha⁸⁰ onde tem aqueles marequinho assim sabe?... no meio... vê eles tombá... e tem lugar lá viu... eu largo a rede e jogo... aposto que me cai um ou dois...

Observe-se que em AB1, o entrevistado responde à questão do porquê ter deixado de ir pescar no Paraguai. Sua resposta é lacônica - tanto que não é possível entendê-la em separado da pergunta - e aponta para um recrudescimento da fiscalização. AB1 também confirma que não pesca mais no Paraguai, eximindo-se de alguma responsabilização. Já em AB2, ao comentar sobre a existência do peixe tucunaré, o qual surgiu após o Lago de Itaipu, o entrevistado deixa claro que no Paraguai há tucunarés e que inclusive ele conhece lugares bons para pescá-los, no entanto seu exemplo está no tempo futuro, não há afirmação de que ele tenha pescado, mas que se pescasse conseguiria pegar alguns.

Em muitos momentos das narrativas, os entrevistados também citam a pesca no “leito”, no “canal”, no “canalão”, nomes que designam a parte central do Lago de Itaipu, onde passa (ou passava?) o leito original do Rio Paraná. Quando questionados sobre onde fica a divisa entre o Brasil e o Paraguai, os pescadores dizem que é o “canalão” a divisa, mas se questionados se sabem exatamente onde é a divisa dizem que não, mas que a Marinha e a Polícia Florestal, tanto brasileira quanto paraguaia tem meios de saber. Na verdade, essa é uma “ignorância” cômoda, pois descompromete os pescadores que pescam no centro do Lago de estarem infringindo a lei. Por outro lado, por não ser materialmente visível, mas sim histórica e construída lingüisticamente, a fronteira realmente torna-se difusa, e, como já exemplificado acima, num contexto de constante “ir” e “vir”, acaba se diluindo.

O último trecho narrativo selecionado para esse subtópico exemplifica com clareza a diluição da fronteira entre Brasil e Paraguai no discurso dos pescadores. Trata-se de um trecho

⁸⁰ “Paulerinha”, diminutivo de “paulera”, é uma expressão coloquial utilizada para designar as árvores que foram submersas pelo Lago de Itaipu.

da narrativa do entrevistado AK, na qual relata uma tempestade que enfrentou com o filho, quando pescavam justamente no “canalão”. Por ser relativamente extensa, optou-se por negritar as partes que se referem à fronteira:

AK1: um dia nós tava revistando o material **lá no leito**... e daí o piá sempre me avisava... porque ele tava livre atrais... ele só dirigia o motor... e cuidava... coisa e tal né?... aí ele falô... “paiê... solta essas rede e **vamo embora**”... “nã-nã-nã... tá branco de peixe... ich!... vô soltá nada... vô tirá essas sardela primero”... i óh!... depressa... depressa... e eu vinha ()... i eu depressa tirando os peixe... piá... “paiê... solta essas rede vamo embora... não sei se nós vamo consegui escapá”... disse... “nã-nã... pera aí... eu vô apurá aqui... dexa aí”... aí eu comecei tirá... “vamo limpá essas rede... porque não pode ficá peixe pra trais... apodrece até de noite... ou amanhã”... né?... e fui tirando esses peixe... aí... de repente oiei assim pra cima... digo... “filho”... aquelas nuvem branca sabe?... levanta assim aquelas volta... umas onda pesada... quando vem assim... veio vindo aqueles tombo d’água... daí eu disse... “tá na hora memo piá... liga o motor já”... nós tinha um quinze na época... aí ligô o motor... e eu soltei as rede... **aí deu meia volta e daí começô tocá**... e aquele tombo de água veio vindo atrais de nós... atrais de nós... nós tinha uns quinze metro de luz... nós na frente... e aquele tombo de água vinha vindo... que tombo de água... ich!... i nós vinha vindo... mais **não deu mais pra fazê a volta pra entrá na nossa entrada**... que nós ia... tem que costia... ou... jogá virá o barco contra... **aí nós tinha que i contra**... porque não sabe se... se voceis sabe como é que se manobra um barco em cima do Lago?... tu só deve andá contra a maré... tu não deve andá a favor... porque é muito perigoso... ela pode te fechá... uma onda dentro da outra... então quando tu anda tem que andá contra a maré... e tentiá pra saí pra costia né?... pra costia... i daí então nós tava sendo atropelado pela maré... daí eu vi que nós não conseguimos fazê a volta daí eu mandei o piá... digo... “pega a esquerda piá... pega a esquerda... já”... **ele virô o barco i entramo na esquerda... no mato**... mais deu tempo pra o barco **em cima da tera** e daí veio aquele tombo d’água... aaaaahhh!... aquele rolo... () da altura de uma casa assim... () ventania... tormenta e chuva... aí nós fiquemo lá... fiquemo lá... i fiquemo lá... daí eu tinha uma loninha dentro do barco... jogamo aquela loninha por cima de nós... sentemo na frente... enchuguemo bem o barco... (protegemo) da chuva lá... se defendemo ali... aquele tempo não quis pará... não quis pará... de repente o piá diz... “pai... que tu acha se nós vamo tocá?”... disse... “filho... óia bicho... aí não é bão não... (a onda) é alta”... ele disse... “pai... se soltá o caico por cima daquele toco... eu pego de frente... pego de frente o maretão... e lá no meio eu vô tentiá de cortá o maretão... tentiá de cortá o maretão”... i eu disse... “i se não dá tempo de chegá naquele toco... como é que fica?”... “mais não... eu vô dá um jeito”... que o piá era piloto... piloto número um... i é ainda... aí eu disse... “bão... se tu acha que dá vamo ariscá”... i ele não sabe nadá nada... o meu piá... não nada nada... é um

PERGUNTA4: o senhor nada?

AK2: uh!... eu nado... vich!... eu do jeito que caio na água eu saio...

PERGUNTA5: tava usando colete?

AK3: não... nunca usava... nem conhecia colete... tudos ano... nunca conhecia colete ... conheci colete agora... poco tempo... que a Marinha egigiu muito... aí a gente comprô... ((tossiu))... aí... digo “então vá lá”... eu empurei o barco... e ele... puxô a (fiera)... soltô o bicho.. daí ele virô... rolo em cima... aí ele tocô... tocô um eito pra cima... pra cima do que ele marcô...daquele toco... aí ele foi cortando a maré... foi cortando de bico... cortando... **até atravessá mais que a metade... daí ele virô**... e foi... e foi tentiando assim... **daí peguemo a costera do lado de cá... nosso lado**... daí foi costiando... a costera né?... aí peguemo atrais do mato... aí viemo costiando... aí nós chegamo... ((rindo)) **chegamo no ponto... não**

precisamo ficá lá... né?... se não nós tava trancado lá quem sabe até hora da noite né?... mais sorte que... se tu tem um piloto... se tu sabe manobrá... é tudo em cima do Lago... é tudo...

Além de ser dotada de todo um dramatismo, não completamente revelado pela escrita, a passagem acima demonstra como o Lago de Itaipu é entendido como uma unidade e que a linha política de fronteira, especialmente em experiências pessoais dramáticas⁸¹, não impede materialmente o trânsito, nem ganha importância na narrativa. Inclusive uma leitura pouco atenta dessa passagem poderia deixar passar em branco a presença do Paraguai como espaço da narrativa. No início, AK1 relata estar pescando com o filho no “leito” do Lago, portanto, como os próprios pescadores falam, na divisa entre os dois países, mas isso não importa na narrativa, o fato importante é a vinda da tempestade. Enquanto o filho insiste para irem “*embora*” (para casa, ou seja, Brasil) o pai reluta e quer retirar todos os peixes aprisionados nas redes. Quando resolvem dar “*meia volta*” para retornar, a tempestade os alcança e não conseguem fazer a “*volta*” necessária para entrar na barra do Lago que os levaria para casa. Precisaram então ir “*contra*” a maré, ou seja, contra as ondas, conseguiram virar para a “*esquerda*” (a esquerda de quê? Até nesse ponto não é possível dizer). Essa manobra possibilitou aportarem em “*tera*” salvando-se da onda “*da altura de uma casa*”. Graças à experiência do filho como piloto, conseguiram voltar ao Lago e conseguiram, conforme AK3, “*atravessá mais que a metade*” (do Lago, supõe-se) e virar rumo à “*coastera do lado de cá... nosso lado*”. O uso do pronome possessivo “*nosso*” talvez seja o primeiro elemento lingüístico que efetivamente dê certeza em que ponto do Lago ambos estavam: “*nosso lado*” ou lado brasileiro. Logo em seguida, ao mencionar que “*chegamo no ponto... não precisamos ficá lá*”, completa a referência entre o “*cá*” Brasil e o “*lá*” Paraguai. Mas, na narrativa, isso não é importante, o importante é que os “heróis” acabaram bem.

⁸¹ Salvo quando se refere a fugas, migrações, conflitos bélicos, atos ilícitos ou seja, a situações pessoais em que o jogo geopolítico esteja valendo. É claro que a pesca no lado paraguaio encaixa-se no ilícito, porém não é disso que trata a narrativa de AK.

4.2.9 A Relação Entrevistador e Entrevistado: quando os papéis se invertem

Labov (1983) comenta o chamado “paradoxo do observador”, segundo o qual a presença do pesquisador acaba por alterar o seu objeto. Pretende-se expor aqui algumas falas finais dos entrevistados, nas quais se dirigem diretamente aos entrevistadores e analisar sob qual ótica os últimos são tratados. Seguramente, como já defendido durante essa dissertação, cada situação enunciativa é singular, portanto há influência na narrativa dos entrevistados. O que se quer então é tentar entender como o entrevistador foi visto e avaliar como isso pode ter interferido na pesquisa.

Em vários momentos das entrevistas houve um diálogo entre entrevistador e entrevistado, porém nas considerações finais ficou mais explícito que os entrevistados falavam em primeiro lugar aos entrevistadores e, em função desses, posicionavam-se nas suas narrativas; e, em segundo lugar, entendiam que as gravações seriam levadas adiante, através da publicação das pesquisas, o que poderia ser positivo para o entrevistado e, principalmente, para a categoria de pescadores profissionais. Portanto, não pode haver ingenuidade na análise dessas e de quaisquer narrativas, já que sempre há interesses envolvendo as interações comunicativas. O entrevistado LH1 demonstrou entender que a entrevista poderia ajudar os pescadores e fez questão de abrir as portas da associação para futuras entrevistas, inclusive indicando o dia da reunião mensal:

LH1: eu quero agradecê a (visita) de voceis... i se querendo vim na... na reunião... dia cinco... querendo fazê uma entrevista com os pescador no dia cinco... a partir das duas hora tem reunião da colônia...

A mesma postura é adotada por RS1, o qual explicita que uma boa relação entrevistador-entrevistado, pesquisador-pescador, pode trazer benefícios para ambos:

RS: desde já agradeço a oportunidade que vocês tão dando pra gente né?... conversá... i... (tamo) de portas abertas a hora que voceis precisá de novo... só vim sabe?... (nóis) tamó aí pra ajudá... um ajuda o otro e assim se leva a vida pra frente né?... eu agradeço que voceis compareceram aqui né?...

LZ1 também expressa essa disposição, de forma sucinta, mas efetiva:

LZ1: a gente está à disposição... se precisarem

Relendo as três primeiras citações, observa-se que há uma forma diplomática na linguagem dos entrevistados, ao usarem o condicional para sugerir uma nova vinda dos entrevistadores: “*i se querendo vim*”, “*querendo fazê*” (LH1); “*a hora que voceis precisá de novo*” (RS1); “*se precisarem*” (LZ1). Todos os três despedem-se de maneira formal. Já outros mesclam formalidade com informalidade, como, por exemplo, ELM:

ELM1: a hora que voceis quisé i lá... pode i lá e nós conversa mais... nós gravá mais umas duas fita né? ((risos)) (...)

ELM2: eu agradeço também vocês virem aí... vê a gente um pouco... vê as coisas como é que funciona... ((várias falas ao mesmo tempo)) vê como a gente mexe... como a gente sobrevive da pesca ou como... ou como é que vai né?... fico contente

Em ELM1 uma brincadeira do entrevistado convidando para ir ao seu ponto de pesca “*gravá mais umas duas fitas*” revela um relativo grau de informalidade entre entrevistadores e entrevistado. Logo em seguida, ELM2 assume um grau um pouco maior de formalidade para agradecer a atenção dada pelos entrevistadores à realidade dos pescadores profissionais.

Outro exemplo de informalidade assumida foi a do entrevistado SIC1, o qual deu à entrevista e ao trabalho de campo em si uma conotação fraternal, revelando sua concepção religiosa de vida e planificando as relações entrevistador-entrevistado, ou seja, atribuiu à entrevista uma conotação de diálogo entre iguais:

SIC: o que eu gostaria de... de... dizê pra voceis que... que eu quero agradecê muito voceis... por... por essa portunidade... de estarem aqui comigo... já (vô) falá como irmão... como seis irmão ao todo né?... até nós se dedicá como irmão né?... e que Deus possa ajudá a cada um de voceis... que... que nós todo... que ()... possa tê poder de capacítá cada um de nós... de nós entrá nesse entendimento... um dia nós quem sabe tá lá no céu discutindo... conversando como nós tamo aqui... nós tá lá no céu... dizendo... “oche! que aquele dia nós falamo tanta coisa boa... i é verdade”

Observe-se que, ao final, o hipotético diálogo celestial acaba servindo para revelar a avaliação do entrevistado quanto à entrevista, já que ele afirma que “*falamo tanta coisa boa... i é verdade*”, ou seja, não se trata de um mero formalismo agradecer pela entrevista, mas sim uma efetiva avaliação positiva. Ainda mais uma vez SIC2 ratifica sua atribuição de valor aos

entrevistadores: “*amigos*”; e coloca-se, como todos os outros entrevistados, à disposição para mais entrevistas:

SIC2: o ponto aqui tá à disposição de... de todos os amigo... se senti bem... se sentiram bem... podem vim mais veiz aí ((aplausos))

É sempre difícil avaliar o grau de sinceridade em qualquer elogio ou agradecimento. Porém as considerações finais das entrevistas, abrindo para a possibilidade de outros contatos, sugerem ao menos duas coisas: primeiro que os entrevistados avaliaram como positiva a experiência e que a mesma pode continuar sendo útil de algum modo; em segundo lugar, que a entrada em campo foi em grande parte exitosa, pois todas as entrevistas pré-agendadas aconteceram e foram levadas até o final sem contratempo, o que confere ao *corpus*, usado nas interpretações, um relativo grau de fidedignidade.

As narrativas apresentadas nesse capítulo dão uma mostra de como se processa, através da linguagem, a identificação das pessoas que vivem da pesca com a identidade social de pescador. Pode-se observar que o ingresso na pesca em momentos diferentes produz identificações diferentes, da mesma forma que motivações diferentes podem levar o sujeito a produzir representações diferentes de si mesmo e da categoria profissional. Um exemplo são as mulheres pescadoras, que em geral inserem-se na pesca através dos pais ou maridos e ganham *status* de ajudantes, mesmo que desempenhem as mesmas atividades que os homens.

As diversas temáticas que atravessam as narrativas analisadas também revelam posições distintas quanto ao ser-pescador e também quanto às relações sociais que envolvem a comunidade de pescadores. Regularidades e diferenças comprovam que as identidades são descentralizadas, contraditórias e históricas. Portanto, não se pode dizer que ser-pescador é a mesma coisa para todos, nem que todos se vêem da mesma forma. Homogeneizações quanto à identidade servem apenas para camuflar a realidade, induzindo ao erro. Portanto, ao se falar da identidade social de pescador, pode-se afirmar que é possível traçar uma totalidade na

diversidade, que diversos traços distintos compõem uma leitura da identidade de pescador profissional e, no caso dessa pesquisa, especificamente, do Lago de Itaipu, em Santa Helena.

Se levado em conta aspectos pertinentes ao indivíduo, ou seja, à identidade individual do sujeito, perceber-se-á que a diversidade torna-se ainda maior. Pode-se e deve-se tentar entender a identidade do sujeito nos planos individual e social, assim é possível encontrar uma multiplicidade de identidades coexistindo na totalidade do indivíduo. Da mesma forma, deve-se ler a composição de uma identidade social levando em consideração não somente os aspectos sócio-históricos coletivos da comunidade, como, também, os indivíduos que a compõem (ELIAS & SCOTSON, 2000). Dessa forma, compreende-se que não há relação de subordinação entre individual e social, mas relação de coexistência.

Buscou-se, como ficou explícito, analisar a identidade social dos pescadores profissionais que atuam em Santa Helena, no Lago de Itaipu. Leram-se suas narrativas tentando articulá-las com a realidade sócio-histórica da comunidade de pescadores e com a individualidade do narrador, sempre a luz de teorias que conferem ao narrador *status* de sujeito e à narrativa *status* de discurso. Os resultados, como já frisado, são uma interpretação possível e, com certeza, não dão conta de toda amplitude e complexidade da comunidade investigada, mas são coerentes com as narrativas produzidas pelos pescadores de Itaipu, revelando, com isso, suas identidades.

5 ASPECTOS DA LINGUAGEM DOS PESCADORES DE ITAIPU

A concepção variacionista de língua, fruto de discussões sociolingüísticas, aceita as várias possibilidades de realização de uma língua, desde que seja compartilhada por um grupo de fala, em nosso caso, a comunidade de pescadores. Nesse capítulo, abordar-se-ão *aspectos da linguagem dos pescadores*, os quais auxiliarão conhecer um pouco das variantes lingüísticas utilizadas por estes sujeitos. Portanto, não se afirma aqui a existência de uma variante lingüística própria da comunidade de pescadores, o que se comprovou em suas narrativas, mas, sim, que há realizações lingüísticas homogêneas entre os entrevistados.

Optou-se, então, por analisar a constituição de um *socioleto da pesca* a partir do *léxico relacionado com a atividade pesqueira*. Quer-se, com isso, demonstrar que, apesar de historicamente recente e não possuir uma variante lingüística própria, esta comunidade já apresenta traços particularizantes em sua linguagem, constituindo-se como elemento de identificação dos pescadores.

Antes de prosseguir, é preciso descrever a situação comunicativa em que se deram as entrevistas. Utilizando a proposta de contínuo de variação de Bortoni-Ricardo (2004), pode-se estabelecer que os entrevistados, apesar de não serem agricultores - alguns ainda partilham a atividade da pesca com a agricultura – são de famílias de agricultores e vivem na área rural ou próximo a ela, portanto, pode-se concluir que se trata de usuários de uma variante “rurbana”. Com relação ao contínuo “oralidade-letramento”, as gravações foram todas orais, sem planejamento prévio mediado pela escrita. O contínuo estilístico foi monitorado, já que o gravador e a presença de entrevistadores ligados à universidade produziram um ambiente formal. É claro que, em diversos momentos a monitoração foi menor, assim como a variante “rurbana” tendeu para uma variante “rural”, devido ao envolvimento do entrevistado com a narrativa. Propõem-se, então, duas escalas gráficas para as situações comunicativas: a Figura

12 representa a entrevista em seu início ou quando abordava assuntos mais formais; já a Figura 13 demonstra situações mais informais ou emotivas, portanto menos monitoradas.

FIGURA 12 - CONTÍNUO DAS GRAVAÇÕES – MOMENTOS MAIS FORMAIS

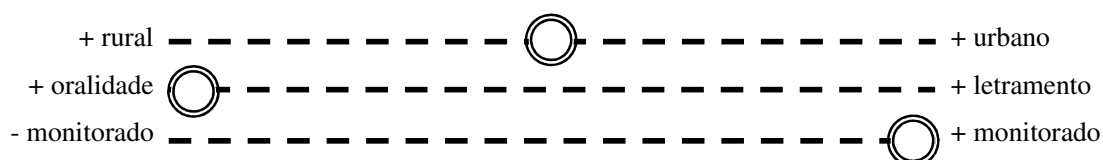
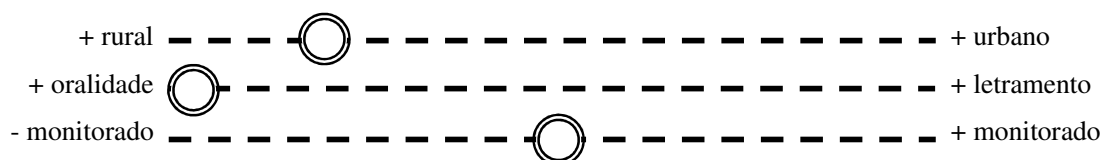


FIGURA 13 - CONTÍNUO DAS GRAVAÇÕES – MOMENTOS MAIS INFORMAIS



Os dados presentes nas figuras 12 e 13 são relevantes para se compreender o falar dos pescadores, o qual já foi exemplificado no Capítulo 4, quando se analisou a construção da identidade social dos pescadores profissionais; no presente Capítulo, no qual serão abordados aspectos da identidade lingüística dos pescadores de Santa Helena; e no Capítulo 6, no qual serão discutidos preconceito e estigma na comunidade de pescadores de Santa Helena.

5.1 O LÉXICO DOS PESCADORES DE SANTA HELENA

A investigação do léxico de uma comunidade lingüística pode revelar mais do que palavras que compõem o vocabulário deste grupo, pode também revelar aspectos de sua história, de sua organização social, de sua cultura, enfim, pode oferecer uma noção ampla da

vida dessa comunidade.

A comunidade em estudo é composta por pescadores profissionais que atuam no Lago de Itaipu, município paranaense de Santa Helena. São sujeitos organizados em torno de sua atividade profissional, a qual possui um caráter artesanal/de coleta, e que é controlada por órgãos ambientais, ministeriais e pela Itaipu Binacional. Portanto, além da identificação pela atividade, os pescadores são unidos em função de aspectos legais, o que os leva a uma organização trabalhista.

Ao se realizar entrevistas com diversos pescadores, pôde-se constatar que várias expressões lexicais utilizadas por eles são específicas de sua realidade como pescadores, sejam termos que descrevem o ambiente em que vivem e trabalham, sejam termos utilizados para denominar instrumentos de trabalho, a pesca e sua organização como categoria.

Far-se-á uso de referencial teórico da Sociolinguística, da Semântica Linguística e das Ciências do Léxico, particularmente da Lexicologia, para embasar as discussões e revelar um pouco não só do léxico dos pescadores de Itaipu, mas também conhecimentos, história, sistema de vida e visão de mundo expressos por sua língua/linguagem.

5.1.1 O Vocabulário Pesqueiro: fundamentação teórica

O vocabulário dos pescadores do Lago de Itaipu reflete algumas tendências sociais, ideológicas, tecnológicas e políticas dessa comunidade em sua busca de organização social e exercício de seu trabalho profissional. O fato de ser uma comunidade recente e ainda em fase de organização potencializa esse processo de busca e, por isso, o léxico que utilizam para nomear os diferentes aspectos que os identificam como comunidade ainda é recente e flexível.

Para Isquerdo (1998, p. 89),

partindo-se do princípio de que investigar uma língua é investigar também a cultura, considerando-se que o sistema lingüístico, nomeadamente o nível lexical, armazena e

acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, o estudo do léxico regional pode fornecer aos estudiosos dados que deixam transparecer elementos significativos relacionados à história, ao sistema de vida, à visão de mundo de um determinado grupo. Deste modo, no exame de um léxico regional analisa-se e caracteriza-se não apenas a língua, mas também o fato cultural que nela se deixa transparecer. Essa perspectiva de análise favorece uma melhor compreensão do próprio homem e da sua maneira de ver e de representar o mundo.

Do mesmo modo, De Pretto (1998, p. 74), ao estudar o vocabulário jurídico da área trabalhista no Brasil, efetuou a recuperação de dados contextuais, como aspectos históricos, econômicos, políticos, religiosos para entender melhor os itens lexicais examinados, o que, na visão da pesquisadora, “possibilitou, ao mesmo tempo, a configuração de um grupo sócio-profissional e da cultura de uma comunidade, bem como uma melhor elucidação do significado das unidades que integram uma categoria de vocabulários especiais”. Da mesma forma, realizar-se-á a recuperação de elementos extralingüísticos com o intuito de entender melhor os itens lexicais utilizados pelos pescadores profissionais do Lago de Itaipu.

Os significados dos itens lexicais em análise aqui foram fornecidos pelos próprios pescadores, a partir de entrevistas de história de vida. Portanto, não foram utilizados questionários e, sim, a narrativa dos pescadores que fez emergir os termos próprios de sua atividade pesqueira e também os conceitos a eles relacionados. Por vezes, os entrevistadores perguntavam o significado dos termos utilizados, a fim de esclarecer seus conceitos, já que muitas vezes lhes eram estranhos.

A opção dessa pesquisa é trabalhar o nível semântico do signo lingüístico, tomado como reflexo da realidade extralingüística. Muitos termos selecionados não são de uso exclusivo da pesca, mas a ela estão relacionados ou pelas especificidades contextuais, como, por exemplo, as denominações do ambiente, ou por serem tomadas emprestadas a outros campos de significação e assumindo significado específico para a pesca. De Pretto (1998, p. 75) afirma “que unidades de uso comum, tomadas individualmente e/ou combinadas em sintagmas, assumem significado monossêmico característico em função do uso numa área específica, tornando-se, assim, termos próprios de uma especialidade”.

As mudanças do espaço geográfico, o movimento humano e as transformações econômicas vividas na região do Lago de Itaipu alteraram o contexto sócio-histórico regional, o que também refletiu na língua/linguagem dos habitantes. Os pescadores, em especial os “neopescadores” do Lago de Itaipu, também tiveram a necessidade de denominar seu novo contexto de vida e de trabalho. Isquerdo (1998, p. 89-90) explica que é fundamental

analisar o papel do referente na construção do significado, verificando a força exercida pelo contexto extralingüístico no processo de nomeação de um novo elemento da realidade. A despeito de, nesse campo, grande parte das lexias terem sua gênese em formas lingüísticas já existentes, o acréscimo de traços semânticos específicos é motivado por condicionantes sócio-culturais muito característicos do meio. Assim, no processo de nomeação dos novos referentes percebe-se a manifestação da interação entre elementos lingüísticos e não-lingüísticos que acaba por gerar o significado contextual das diferentes lexias.

Isquerdo (1998, p. 97) comenta que suas pesquisas sobre o léxico da seringa demonstraram que “o seringueiro recorreu a lexias já conhecidas e de uso comum na língua e lhe atribuiu certos traços específicos de maneira que pudessem expressar o que desejava comunicar”. Da mesma forma, os pescadores do Lago de Itaipu também recorreram a unidades léxicas conhecidas a fim de poder comunicar aspectos de sua atividade profissional. Para a Lexicologia, esse fenômeno é classificado como uma “ressemantização” de palavras com vistas a atender a necessidades novas de denominação, conforme explica Isquerdo (1998, p. 98), ao comentar suas pesquisas com seringueiros do Acre:

Constatamos, pois, no emprego dessas lexias no contexto dos seringais, uma “ressemantização” de unidades da língua com vistas a atender às necessidades de nomeação de elementos inerentes à realidade imediata do grupo. Trata-se da “reciclagem” de velhas palavras para nomear novos referentes (Cf. Alinei, 1980, 1984 e 1994⁸²). Consoante ao exposto, podemos verificar a presença da motivação no momento da gênese de um novo significado atribuído a um signo lingüístico.

As entrevistas realizadas com pescadores revelam que está em curso a formação de um tecnoleto da pesca do Lago de Itaipu. Além das (res)significações, também há recorrência a neologismos para denominar aspectos da atividade pesqueira. Conforme Alves (1998, p.

⁸² ALINEI, M. The structure of meaning revisited. In: **Quaderni di Semantica**. Bologna, Anno 1, n.º 2, p. 289-305, december de 1980; ALINEI, M. Le due strutture del significato. In : _____. **Língua e dialetti**: struttura, storia e geografia. Bologna: Ed. Il Mulino, 1984, p. 13-21; ALINEI, M. Trentacinque definizioni di etimologia, ovvero: il concetto di etimologia revisitato. In: **Quaderni di Semantica**, Bologna, Anno XV, n.º 2, p. 199-221, december de 1994.

25), citando Boulanger⁸³, uma das atividades atribuídas contemporaneamente ao conceito de neologia é o “processo prático de criação de novas unidades lexicais, na língua geral ou nos tecnoletos, por meio do recurso consciente ou inconsciente aos mecanismos de criatividade lexical habituais em uma língua”. Termos advindos de outros campos semânticos ou mesmo figurações são utilizados para denominar o ambiente, as práticas, instrumentos e a organização da pesca.

Para Alves (1998, p. 25), os neologismos da língua comum divergem em alguns aspectos dos neologismos do tecnoleto, pois os primeiros constituem-se em unidades lexicais, ao passo que os últimos constituem termos, “elementos que integram uma terminologia”, ou seja, “conjunto dos termos que representa um sistema de conceitos de uma subárea particular”. A mesma autora afirma ainda que “os neologismos tecnoletais resultam de uma criação motivada, ditada pela necessidade de denominação inerente ao desenvolvimento das ciências e das técnicas”. Associando esta perspectiva de relação neologismo-tecnoleto à comunidade lingüística dos pescadores pesquisados, pode-se atestar que realmente a necessidade de denominar as técnicas da pesca motivou a criação de um tecnoleto específico, porém não se pode atribuir um caráter planejado a esse processo, haja vista ser uma atividade essencialmente artesanal, vinculada mais ao meio científico especializado no estudo da fauna e flora aquática⁸⁴ do que com especialistas da pesca.

De acordo com Alves (1998, p. 26), a formação de tecnoletos segue os mesmos processos que a formação de elementos lingüísticos: “derivação, composição, transferência semântica, truncação, formação sintagmática e por siglas, empréstimos oriundos de outros sistemas lingüísticos”. Porém, enquanto na língua comum os neologismos geralmente correspondem a unidades lexicais simples com um único elemento, nos tecnoletos geralmente

⁸³ BOULANGER, J.-C. L'évolution du concept de NEOLOGIE de la linguistique aux industries de la langue. In: SCHAETZEN, C. de. **Terminologie diachronique**. Paris: Conseil International de la Langue Française, 1989. p. 193-211

⁸⁴ Podemos citar como exemplo pesquisadores do Nupélia/UEM, da Itaipu e do curso de Engenharia de Pesca da Unioeste/Campus Toledo.

os neologismos são compostos por dois ou mais elementos, formando um sintagma que corresponde a um único conceito. Apesar de não seguirem uma estrutura única, em geral essas formações sintagmáticas são compostas por um substantivo determinado, correspondente a um conceito genérico, especificado por um adjetivo ou locução adjetiva determinante.

A transferência semântica, chamada por Isquierdo (1998) de “ressignificação”, é outro processo muito produtivo na formação de um tecnoleto. Conforme Alves (1998, p. 27), tanto unidades lexicais da língua comum, quanto de um outro tecnoleto, podem vir a integrar um tecnoleto, adquirindo a partir dessa transferência um novo conceito.

Coerentemente com a proposta de conceber a linguagem em sua enunciação, utilizar-se-á algumas formulações propostas por Guimarães (2002) a respeito da designação e sua relação com o sentido dos signos lingüísticos (aqui por nós denominados como “léxico”). Para Guimarães (2002, p. 07), “o que se diz é incontornavelmente construído na linguagem”, portanto é preciso entender o significado a partir de uma semântica do acontecimento, ou seja, “uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer”.

Sobre o conceito de designação, Guimarães (2002, p. 09) argumenta que

A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. É neste sentido que não vou tomar o nome como uma palavra que classifica objetos, incluindo-os em certos conjuntos. Vou considerar, tal como considera Rancière (1992)⁸⁵, que os nomes identificam objetos.

Em outras palavras, o que Guimarães propõe é que não se entenda a relação de sentido entre o signo e seu referente de forma estanque, mas, sim, construída e reconstruída incessantemente durante os acontecimentos enunciativos. Sobre o conceito de acontecimento, Guimarães (2002, p. 11) diz o seguinte:

Considero que algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem. E o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato *no tempo*. Ou seja, não é um

⁸⁵ RANCIÈRE, J. **Os Nomes da História**. Campinas: Pontes, 1994. (original 1992)

fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes *no* tempo. O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa a sua diferença.

Depreende-se que o tempo da enunciação não emana do sujeito do discurso, mas, sim, do acontecimento enunciativo. Esse acontecimento produz uma temporalidade própria e a partir do acontecimento é possível identificar um tempo passado, um tempo presente e um tempo futuro latente à enunciação: “não é o sujeito que temporaliza, é o acontecimento. O sujeito não é assim a origem do tempo na linguagem. O sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento” (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

A seguinte citação de Guimarães (2002, p. 12) permite entender melhor a temporalidade do acontecimento:

E o que é esta temporalidade? De um lado ela se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. O acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro. Por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável. A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de convivibilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação.

Por fim, pretende-se depreender do processo de significação a partir do acontecimento lingüístico que os sentidos não são estáveis e estão intrinsecamente relacionados com a realidade sócio-histórica na qual são utilizados/construídos. A linguagem é dinâmica e os sentidos presentes nas designações são em parte resultado de um acúmulo histórico, em parte resultado do presente enunciativo e sempre abertos a futuras significações.

Tendo esses pressupostos em vista, abordar-se-á o léxico dos pescadores a partir do acontecimento enunciativo das entrevistas realizadas e pretende-se explorar sentidos presentes nas designações utilizadas pelos pescadores quanto a sua atividade profissional, ciente de que

são sentidos imanentes especificamente a estas enunciações, portanto admitindo-se que outros sentidos são possíveis.

5.1.2 Aspectos do Léxico dos Pescadores do Lago de Itaipu

Não há a intenção aqui de produzir um trabalho lexicográfico da pesca, ao menos no sentido exaustivo de investigar e registrar todos os termos relacionados à pesca, mas, sim, uma abordagem sociolinguística do léxico dos pescadores, numa perspectiva sincrônica. Utilizaram-se trechos das entrevistas realizadas, as quais foram identificadas pelas iniciais do entrevistado mais um número seqüencial, a fim de facilitar a referência aos exemplos. A transcrição seguiu o modelo ortográfico, buscando reproduzir a pronúncia dos entrevistados, porém sem utilizar notações fonético-fonológicas, já que o objetivo é explorar o significado dos termos escolhidos para análise.

Para organizar os elementos escolhidos para esse subtópico, estabeleceu-se a divisão do “Campo da Pesca” em quatro subcampos: *o ambiente da pesca, os instrumentos da pesca, a prática pesqueira e as relações sociais dos pescadores*. Em cada um será apresentado o significado do elemento destacado e algumas considerações que o presente estudo permite revelar.

5.1.2.1 O ambiente da pesca: local de estadia e espaço de trabalho

Dividiu-se, nesse subtópico, o ambiente da pesca em dois subcampos: o *local de estadia*, ou seja, onde os pescadores residem ou acampam no período em que estão trabalhando; e o *espaço do trabalho*, subentendido como o Lago de Itaipu e seus afluentes, ou seja, onde os pescadores pescam.

5.1.2.1.1 O local de estadia

Os pescadores profissionais que atuam no Lago de Itaipu possuem um local definido pela Itaipu Binacional para se instalarem. Alguns fixaram residência nesses locais, denominados pela Itaipu como “pontos de pesca”, outros possuem residência em propriedades rurais próximas ou em áreas urbanas. Chama a atenção a variedade de referentes lexicais utilizados pelos pescadores para denominar esse espaço: *beira do rio*, *rio*, *ponto*, *ponto de pesca* entre outros, como se verá nos exemplos a seguir.

Uma das denominações mais utilizadas é a posição geográfica próxima às margens do Lago de Itaipu, o que originou a expressão *beira do rio*, mesmo que, na maioria dos casos, o leito original do Rio Paraná passava a quilômetros do local.

HS1: meu lugar é aqui na *bera do rio*... sô pescador... é aqui que eu tenho que morá... eu sô pescadô

Em alguns casos, os pescadores abreviam a expressão e fazem referência a viver no *rio*, confundindo o morar com passar boa parte do tempo trabalhando na água. No exemplo de HS2, abaixo, percebe-se o uso das duas expressões *beira do rio* e *no rio* (*dentro do rio*):

HS2: oh! eu sô um profissional... eu tenho cartera porque eu pesco... eu vivo na *bera do rio*... eu moro *dentro do rio*... pesco... minha família veve de pexe

Já a fala em ELM3 faz referência direta a *viver no rio* e, quando questionado, se não seria *viver do rio*, o mesmo confirma em ELM4 que ele quis dizer *viver no rio*, revelando uma associação direta entre o ser pescador e passar muito tempo na água praticando a profissão:

ELM3: que *vivem do no rio*... direto... que vivem mesmo... acho que não tem... sessenta

PERGUNTA: que *vivem do rio* né?

ELM4: *no rio* memo... que tão *no rio*... que *vivem* memo... *na água*... não faiz otra coisa... que nem eu assim... eu não faço otra coisa... se eu *tô no rio* é a pesca

A nomenclatura oficial para o local em que residem ou instalam-se os pescadores acaba também por ser adotada por estes. O termo *ponto* pode vir sozinho, como podemos ver na citação SIC5; acompanhado pelo adjunto adnominal *de pesca*, citação HS6; pelo *número*

do ponto, o qual também é definido pela Itaipu Binacional e pode ser constatado em HS7; ou ainda por uma referência à localização deste junto a uma comunidade, como citado em ELM8:

SIC5: e tô aqui já pra cinco ano... nesse *ponto*... pescando

HS6: ele é pescador... ele reside neste *ponto de pesca*

HS7: “oh! o H. ... vão lá fiscalizá o H. ... no *ponto trinta e cinco*... onde é que ele mora pra vê () realmente se ele é um pescador”

PERGUNTA: O ponto do senhor é o número?

ELM8: *trinta e cinco... São Vicente Chico*

O termo mais utilizado pelos pescadores para a habitação construída nos pontos de pesca é *barraco*. Conforme relato dos pescadores, eram proibidas construções em alvenaria nos pontos de pesca⁸⁶. Além do mais, a localização na faixa de proteção, muitas vezes distante de redes de energia elétrica e de água, confere ao local um caráter de sub-habitação.

No exemplo ELM9 é possível observar que o termo *barraco* inclusive transcende a habitação em si e denomina o entorno também:

ELM9: ... eu tinha um... um pedacinho que fosse né?... pra plantá umas coisinha pra comê... isso eu sempre gostei de ter e... pode i lá no *baraco* vê né?... sempre tem minha rocinha... tem esses pé de banana que ta lá no *baraco* são meu... e... tenho no otro lado uns quantos pé de banana plantado... e agora daí eu tinha uma rocinha ali... tinha o *baraco*... mais nós ia trocá o *baraco*...

Em AZ10 pode-se perceber que o termo *barraco* ganhou sentido de habitação do ponto de pesca e não simplesmente uma forma rudimentar e provisória de habitação:

AZ10: até... aonde... até aquela ilha... sabe aquela ilhazinha que a balsa passa ali... dali pega as esquerda ali... entra uma bara ali... lá tem dois *baraco*... sim *baraco não*... fazemo *baraco de lona* pra ficá ali... pescando ali... aquela distância... (ia pescá) lá... cada dois dia... três dia voltemo... hora que termina o gelo... que tá fraco... daí voltemo de volta...

A faixa de proteção do reservatório da Itaipu Binacional (Figura 14) é denominada pelos pescadores e também por moradores da região de *reserva*, provavelmente como referência ao termo *reserva ambiental* ou *reserva florestal*, porém essa modalidade de área

⁸⁶ Recentemente (final de 2005), a Itaipu Binacional começou a projetar novas habitações para os pontos de pesca, agora em alvenaria, seguindo o que determina a CTIM (1999, p. 31-33), porém até o momento não foram edificadas. No Capítulo 2, Figura 7, foi apresentada uma foto de um *barraco* de ponto de pesca.

protegida a Itaipu mantém apenas no Paraguai. A palavra *reserva* utilizada pelos pescadores expressa não exatamente a moradia, mas o local onde está fixada a moradia:

ELM11: eu não sei porque a Itaipu não qué... que dexe abeia na *reserva* né?... porque óh!... é um... uma coisa boa pro pescador aquilo ali... eu acho...

HS12: esse aí é um projeto da... da... da prefeitura né?... e é a prefeitura cede as caxa de abeia... que... que a... o pescador ele pode tê até oito caxa de abeia dentro da *reserva* né?...

A fala de ELM13 explicita claramente que a *reserva* é o local de moradia e utiliza, na seqüência da fala, o termo *barraco* como sinônimo de *reserva*:

ELM13: eu sempre gostei desses coisas de roça né?... mais eu... de uma vaquinha... mais não tem jeito né?... você mora na *reserva*... não pode tê... só que... que nem galinha ali no *baraco* não pode tê tamém... mas eu sempre tenho um pouco de galinha...

FIGURA 14 – FOTO DA FAIXA DE PROTEÇÃO DO RESERVATÓRIO DE ITAIPU



FONTE: www.itaipu.gov.br

NOTA: Os pontos de pesca ficam dentro da faixa de proteção.

Um novo local de estadia para os pescadores pode vir a ser construído, conforme os próprios pescadores informam. Apesar de ainda ser um projeto, uma expressão já está sendo utilizada pelos pescadores: *vila rural pra pescador*. A expressão empresta em parte o nome dado a um projeto habitacional do Governo do Paraná, chamado de *Vila Rural*, o qual financiava casas populares com uma área de 5000 m² para que as famílias complementassem

sua renda e produzissem para sua subsistência:

HS14: tão prometendo de fazê *vila rural pro pescador* né?... eu tô contando com isso... o dia que eu ganhá uma vilinha rural pra mim não precisa nem... eu não preciso ganhá seguro-desemprego mais...

5.1.2.1.2 O espaço de trabalho com a pesca

O espaço reservado para o trabalho de pesca é o Lago de Itaipu e seus braços, ou seja, rios que eram afluentes do Rio Paraná e tiveram parte do seu trecho transformado em lago também. É importante salientar que o Lago de Itaipu é uma criação do homem. A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu represou o Rio Paraná, formando um grande reservatório para geração de energia. A geografia regional foi modificada radicalmente. O caudaloso Rio Paraná transformou-se, no trecho que inicia a norte no município de Guaíra e termina a sul em Foz do Iguaçu, num grande lago artificial. Este é o espaço de trabalho de mais de mil pescadores profissionais. Muitos são os termos utilizados pelos pescadores para descrever o Lago e também o Rio Paraná.

O Rio Paraná ainda existe no trecho do Lago de Itaipu? O nome do rio, ou seu apelido, *Paranazão*, geralmente é evocado pelos pescadores para narrar o passado – ELM15 - ou para referir-se aos trechos que não foram alagados – HS16. Essa distinção fica clara à medida que não foi coletada nenhuma narrativa em que conste o *Rio Paraná/Paranazão* como o local atual de trabalho dos pescadores de Santa Helena:

ELM15: só que o... o dia de maré aí... pegá esses armadinho porcaria na rede que te corta tudo os dedo... você se lembra sempre do *Paranazão*

HS16: o peixe... dorado... pintado... o bagre que é o mandi... otro peixe... tudo peixe violento... é tudo da água corenteza... ele vai desova lá em cima... lá... lá pra queles mundão lá pra cima... no *Rio Paraná*... lá que devia existi... eu acho que devia existi... que nê... de Guaíra pra cima... piracema... aqui no *Lago* não

As evocações do *Rio Parná/Paranazão* geralmente denotam nostalgia de um tempo em que a pesca era mais produtiva. Em ELM15, citado acima, e HS17 fica patente esse

sentimento:

HS17: na minha atividade pesquera... piorô muito... porque antigamente (se) no *Paranazão*... antes da baragea... da baragem... tinha peixe em abundância

A nova realidade geográfica, às vezes, faz com que o pescador perca a clareza da notação de tempo e utilize a atual designação para relatar fatos dum passado em que não havia o Lago:

HS18: foi por causa do *Lago*... senão (nóis) nunca... nunca tinha saído da... da bera do *Lago* né?

PERGUNTA: do *Rio Paraná* né?... porque o *Lago* não existia

HS19: é... do *Rio Paraná*... porque nós fumo indenizado ali imediatamente... porque... tinha as família que ainda tavam morando nós já tinha ido embora já né?

A designação *Rio Paraná/Paranazão* também é utilizada quando se procura demarcar no tempo a mudança na forma de pescar, como no exemplo de AZ20:

AZ20: só de rede... no tempo do *Paranazão* eu pescava com otro material... mais agora só de rede... só... só de rede

A respeito do dilema colocado a pouco, sobre existir ou não o Rio Paraná onde hoje é o Lago de Itaipu, pode-se recorrer a uma explicação de Guimarães (2002, p. 10), para o qual o fato de haver um significado construído historicamente para os termos *Rio Paraná* ou *Paranazão* dispensa de haver uma existência material deste rio:

O que significa dizer que o nome próprio não tem sentido (tal como diz Russell)? Esta é uma solução que está ligada ao referencialismo e empirismo de sua posição e assim leva a pensar que à linguagem cabe só indicar (de modo transparente) as coisas existentes. Esta solução não considera que as coisas existentes são referidas enquanto significadas, e não simplesmente enquanto existentes. E é isso que tomar a questão pela lingüística permite considerar. E, assim, a partir do fato semântico de que as coisas são referidas enquanto significadas e não enquanto simplesmente existentes, podemos considerar que é possível referir porque as coisas são significadas e não simplesmente existentes. Podemos referir algo com a palavra *pedra* porque a linguagem significa o mundo de tal modo que *identifica* os seres em virtude de significá-los.

Um passado que significa o termo *Rio Paraná* permite a significação da palavra *rio* como o espaço atual da pesca, o que revela uma associação com o passado (Rio Paraná) transfigurado no presente (o rio que não é rio é lago)⁸⁷. Observe-se que em ELM21 o termo

⁸⁷ Campigoto (2000) lembra que na tentativa de definir fronteiras entre terras portuguesas e espanholas, já se mencionava no Tratado de Madri, no ano de 1750, a existência de um rio de nome *Igurei* nesta região, porém o cálculo geográfico estava errado e descobriu-se que o Tratado de Madri produzira um “nome sem rio”, o que

rio vale para dois momentos: quando o pescador em questão iniciou-se na pesca, em 1974, no Rio Paraná, e atualmente no Lago de Itaipu:

ELM21: com vinte ano fui pro *rio* e tô até hoje no *rio*... pescando

Em SIC22, percebe-se a associação da redução no nível do reservatório de Itaipu com a baixa do *rio*. Se se radicalizasse numa análise geográfica, chegar-se-ia à conclusão de que a baixa havida no Lago em nenhum momento chegou sequer ao nível original do Rio Paraná, ou seja, o que baixou foi o *lago* e não o *rio*. Portanto, pode-se classificar nessa ocorrência *rio* como sinonímia de *lago*:

SIC22: o adevogado (...) queria cobrá uma indenização da Itaipu pelas... pelas... pelas baixa de *rio*... que deu... sabe?... no tempo de piracema né?... e não achô brecha

A fala a seguir de ELM23 deixa bem claro que o *rio* é lugar de trabalho da pesca:

ELM23: tem que tê uma coisa pra... pra mexê junto né?... mas tem que sê lá no *rio* né?... que nem tem muitos aí na cidade... eles tão aí trabaiaando... daí só vão pescá... um poquinho assim... de vez em quando... agora aquele já não é pescador tamém... ele tem que fazê um troço lá memo no *rio*

Além da expressão *rio*, a expressão *lago* é muito recorrente, evidentemente por ser a denominação oficial e reflete a atual característica geográfica. Os exemplos ELM24 e HS25, a seguir, relatam a chegada do *Lago*, o que induziu muitos a optar pela pesca. Observe-se ainda em ELM24 que *lago* e *rio* aparecem como sinônimos:

ELM24: o *Lago* chegou na... na vilinha lá... e... então... maioria ficou sem as tera e outros morava na cidade e não tinha mais nada... aí... foram pro *rio* tamém... só que... a pesca lá tamém não tá tão bom...

HS25: meu pai era agricultor na época... e com o *Lago* dexô da agricultura e foi pescá... e com a indenização... a gente saiu do local... e fomos morá pro Mato Grosso

O *Lago* como espaço atual de trabalho fica claro nas falas de ELM26 e HS27:

ELM26: contra o turismo... eu não tenho nada sabe de contra... e tamém é um troço que tamém é bom... só que... eu acho que os dois cabe no *Lago* aqui... não precisa tirá nem um e nem o outro... porque onde nós pesca eles não pesca

HS27: já veio aquela trajetória do meu pai... da... da profissão do meu pai... então eu sigui

demonstra a capacidade da linguagem em significar. A própria expressão “Paraná”, na língua indígena guarani, significa “rio igual ao mar, grande como o mar”, a partir da composição dos elementos “*para*” que equivale a “rio” e “*nã*”, equivalente a “mar”, nome produzido pelos “homens de letras” do Império, no século XIX, a fim de “fundar” as fronteiras nacionais (p.30-31). Já na língua indígena caingangue, o nome do Rio Paraná é *Goibang*!

o... o ritmo dele né?... e achei bom de um lado... sofrido mais achei bom né?... apesar de tão pouco peixe que tá dando no *Lago* né?

Para caracterizar os elementos componentes do Lago em que pescam, os pescadores fazem uso de um vasto vocabulário. Muitas palavras são de uso da língua comum e outras são ressignificadas, a fim de descrever o espaço da pesca. O termo *barranca*, por exemplo, é uma variação de *barranco*, termo que também é utilizado, porém com menor incidência. Os exemplos abaixo mostram que *barranca(o)* pode expressar a margem seca do Lago ou mesmo a margem de água próxima à terra. Em ELM28, *barranca* significa a margem seca do Lago:

ELM28: até hoje... eu acho que uns... deiz por cento que foi pago dos pescador... o resto não foi... tudo teve que saí assim... sabe?... pra não morê de fome na *baranca* ali... e “fazê o quê?”... e tinha que saí

Já na fala de SIC29, aparece a variante *barranco*, o qual acaba tendo dois sentidos, pois na primeira ocorrência “*aproximar do barranco*” fica claro ser a margem seca, enquanto a ocorrência “*o peixe passa só no barranco*” só pode ser a margem molhada:

SIC29: tem dia que se... tem que se aproximá do *baranco*... que o peixe tá só no *baranco*... você põe uma rede... um pano de rede de cinqüenta metro... mais ou meno até trinta metro pega peixe... depois de trinta já não pega mais

Muitos afluentes deságuam no Lago de Itaipu e recebem denominações dos pescadores, as quais variam conforme o tamanho ou configuração do afluente. É interessante observar que esses afluentes são vistos da perspectiva do Lago, ou seja, denomina-se *entrada de rio* ou *arroio*, apesar do fluxo da água ser no sentido do Lago. Outra denominação recorrente para essas entradas é a palavra *banhado*:

ELM30: eu falei pra... porque o... essas *entrada de rio*... que tem as *entrada de aroio* né? assim... umas entrada de quinhentos metro... mil metro né?... de *aroinho*... eu falei pra eles que isso tinha que ponhá uma bóia saindo do *banhado* uns trezentos metro... uma bóia marcando

Na fala de RS, o termo *alagado* substitui o termo *banhado*, permitindo-se afirmar que são sinônimos:

RS31: tem lugar que você arma a rede... às vez o peixe não passa... você vai procura ele... você armô a rede lá pegô... você fica pescando naquele lugar... () *canal de rio*... mais pro meio... nas (*rosca*) onde faiz volta né?... *entradas de rio*... *alagado* né?

No exemplo acima (RS31) aparecem mais dois termos utilizados para descrever a geografia do Lago: *canal de rio* e *rosca*. O termo *canal* é utilizado para designar onde passava o leito original dos rios afluentes e do próprio Rio Paraná, para o qual se utiliza também a expressão *canalão*. Já as *roscas* são as curvas dos rios e do Lago. Outra expressão corriqueira é *cabeceira*, utilizada para designar as nascentes dos rios:

HS32: o peixe pega um tamanho aqui e se emigra... pra água corenteza... o peixe de água violenta não pára aqui... é difícil pará aqui... então o que se pega () por perto aqui... é peixe que vai nas *cabecera de... de riozinhos* aqui

A subida das águas do reservatório de Itaipu também deu origem a várias ilhotas, denominadas de *ilhas* ou *ilhazinhas* pelos pescadores, as quais muitas vezes servem de ponto de acampamento para os pescadores. Em AZ33 aparece a utilização desses termos:

AZ33: até... aonde... até aquela *ilha*... sabe aquela *ilhazinha* que a balsa passa ali... dali pega as esquerda ali... entra uma *bara* ali... lá tem dois *baraco*... sim *baraco* não... fazemo *baraco* de lona pra ficá ali... pescando ali... aquela distância... (ia pescá) lá... cada dois dia... três dia voltemo... hora que termina o gelo... que tá fraco... daí voltemo de volta...

Em AZ33 há também a ocorrência da expressão *barra*, a qual denomina um trecho de água entre duas porções de terra firme. Outras descrições também podem ser observadas na narrativa de “diferentes estados da água”, o que revela um rico vocabulário para denominar os diversos aspectos que o espaço da pesca pode apresentar:

ELM34: eu pescava numa *água bem braba* sabe?... era difícil trabalhá... não é que nem uma água que nem lá pra baixo... depois eu pesquei... parecia que eu tava numa *lagoa*

Como se pode constatar em ELM33, *uma água bem braba* se opõe à *lagoa*, ou seja, o substantivo *lagoa* acaba tendo valor de adjetivo significando *calma*. Já o adjetivo *brava* (“*braba*”) é um termo mais próprio aos seres vivos do que aos rios. Nos exemplos abaixo – ELM35 e HS36 outras expressões são usadas para designar águas turbulentas: *rebojo*, *fervedor*, *redemoinho*, *correnteza*, *violenta*:

ELM35: a *água* lá era só um *rebojo* assim... i... i fazia *fervedor* e *redemoinho* né? ... (...) lá era *brabo*... eu trabalhei... lá era feio... só que... era bom de peixe... bom de peixe... só peixe de escama mais né?

HS36: com o tempo... o Lago aqui... tudo mundo sabe que tá assoriando... a água todo ano tá puxando mais... ela tá ficando mais *corenteza*... e o peixe... de *água braba*... ele procura a

corenteza... aonde é que vai esse peixe

HS37: o peixe pega um tamanho aqui e se emigra... pra *água corenteza*... o peixe de *água violenta* não pára aqui... é difícil pará aqui....

No exemplo a seguir, HS38 apresenta o termo *parada* para designar a água calma.

Sabe-se que o Lago de Itaipu renova sua água a cada 40 dias em média, portanto de forma alguma a água é literalmente *parada*:

HS38: eu não vejo porque piracema aqui no Lago... porque aqui é *água parada*... o peixe não desova aqui... só existe três peixe que desova aqui e... e cuida da ovada... que é o tucunaré... a traíra... e o cará né?... esse cuida da ova porque ele desova aqui... por isso que ele desova aqui

Um termo ressignificado interessante é *maré*, o qual se tratando do mar significa um “fenômeno cíclico de elevação (preamar) e abaixamento (baixa-mar) das águas do mar, com a respectiva corrente, por atração do Sol e da Lua em suas posições relativas” (HOUAISS, 2004, p. 1851). Já para os pescadores de Itaipu significa as ondas produzidas pelo vento:

ELM39: ... só se a *maré* tivé muito feia... que nós não podemo i... que a mulher vai junto... nós... se a *maré* que dé pra i nós tamo indo... é difícil num mês nós... nós perdê um dia de pesca... às vez acontece perdê um dia num mês... por causa da... da *maré*

A *maré* pode ser considerada a grande “vilã” da pesca, pois em dias de vento as ondas atingem vários metros de altura, dificultando a pesca e podendo ocasionar acidentes:

ELM40: chuva... frio... não me ataca no rio... o que me ataca é a *maré grande* que às vez... um dia por meis ou até dois... que a gente não pode trabalhá

AZ41: o que eu passei de apuro em cima dessa água aí sem salva-vida... sem nada... salva-vida é só prá achá o cara morto... se é uma *maré forte* é só prá achá o corpo boiando...

Observando as falas de ELM40 e AZ41, constata-se que a *maré* é um fenômeno perene, ou seja, sempre há *maré* no Lago de Itaipu, o que pode variar é a intensidade desta – “*maré grande*”, “*maré forte*”. Além de adjuntos adnominais para indicar a intensidade da *maré*, em alguns casos é utilizado o grau superlativo, porém sem uma regularidade do sufixo:

MS42: dava bem mais de cinco quilômetro... ich!... dava bem mais... por causa que a água né?... iich!... nós atravessava o *canalão* (...) ih!... medo é o que mais tinha... meu Deus... aquelas *marezona* lá... meu... só pedi pra Deus pra protegê nós... porque Deus me livre...

AK43: de repente o piá diz... “pai... que tu acha se nós vamo tocá?”... disse... “filho... óia bicho... aí não é bão não... (a *onda*) é alta”... ele disse... “pai... se soltá o caico por cima

daquele toco... eu pego de frente... pego de frente o *marecão*... e lá no meio eu vô tentiá de cortá o *marecão*... tentiá de cortá o *marecão*”

A fala de MS42 revela que as marés grandes acontecem mais freqüentemente no *canalão*, como já dito, aproximadamente onde passava o leito original do Rio Paraná. Segundo a entrevistada, pedia a Deus para protegê-la e a seu marido das *marezonas*, ou seja, das marés grandes. O aumentativo mantém o gênero feminino, o que não acontece na fala de AK43, em que maré grande virou *marecão*. Uma diferença no referente, porém, pode ser a justificativa para essa distinção, já que MS refere-se às várias ondas que enfrentavam, portanto, apesar de não haver marca de plural em *marezona*, o pronome *aquelas* indica o plural; enquanto AK refere-se ao *marecão*, ou seja, às ondas tomadas em seu conjunto, no singular, aproximando-se do termo “turbilhão” (um “turbilhão de marés”?!).

5.1.2.2 Os equipamentos de trabalho

A pesca no Lago de Itaipu é de caráter artesanal. Os pescadores podem ter apenas um barco e somente podem ser auxiliados pelo cônjuge ou filho(a). Além da embarcação, a remo ou motorizada, a rede é o principal instrumento de trabalho. Outros acessórios são utilizados para a captura, coleta, limpeza e armazenamento do pescado. As nomenclaturas adotadas, em geral, são de uso corrente na pesca artesanal não só do Lago de Itaipu.

O conjunto de instrumentos de trabalho dos pescadores é denominado *equipamento*. Portanto, pode-se definir o termo “equipamento” como um arquilexema desse campo de significação. Partindo dos depoimentos dos pescadores, percebem-se variações deste termo como *equipe*, *equipagem* e *equipes*:

HS44: trabalhei um tempo com meu pai... pesquei sozinho depois... me separei do meu pai... formei minha minha... minha *equipe* de pesca... barco... motor... rede... foi eu... fazendo minha vida

ELM45: eu tenho rede pra... o tipo de peixe que dá mais... se dá peixe boiado... ou dá armado... eu tenho a *equipagem* tudo assim... pra qualquer peixe

HS46: é... o... () o turista que... que pesca com grandes *equipes* de redes

As falas acima revelam que as expressões *equipe* e *equipes* não devem ser entendidas como um conjunto humano, como nos torneios amadores de pesca, dos quais equipes participam, ou mesmo confundidas com equipes de profissionais da pesca. Portanto, as expressões destacadas aqui são variações ou sinônimos de *equipamento*.

5.1.2.2.1 A embarcação

Ao falar dos seus equipamentos, pode-se perceber que normalmente os pescadores realizam uma separação entre o barco e os demais materiais. A importância do barco para o pescador, além da prática da pesca, está vinculada ao próprio reconhecimento da profissão:

RS47: prá começá... arumá documento... primeira coisa tem que tê o registro do *barco* e o *barco*... senão hoje não consegue mais documento de pesca

Entre os pescadores, o barco recebe diversas denominações, nem sempre ficando claro se há distinção entre o significante e o significado:

ELM48: *barco*... já () teve um assalto lá... eles assaltaram nós... nós do baraco ali... levaram duas *lança* e dois *motor* de nós lá... só que meu não levaram porque veio um outro pescá aquele dia... justo veio pra pescá... porque era o destino era o meu e do que era o presidente da colonha... o E. S.

Pode-se depreender que o termo *barco* é mais genérico, designando qualquer tipo de embarcação, porém o termo *lança* vem geralmente acompanhado de *motor*, como no exemplo anterior (ELM48) e no seguinte (ELM49):

ELM49: eu fui pescá na Foz... só tinha *lança* e *motor*...

Na citação a seguir (AZ48), verifica-se que o termo *barco* é utilizado para embarcação motorizada, mas observe-se que há uma distinção entre os tipos de *motor*, enquanto as *lanças* recebem propulsão a *motor de popa* (Figura 15), o *barco*, neste caso, é movido a *motor de rabeta* (Figura 16):

AZ50: eu tenho *barco de madeira*... até me robaram... (vô contá) prá voceis... tá robado meu *barco*... eu nem fui atrás... me robaram agora esses dia o *barco*... e... eu tenho rede... tenho quinze paninho de rede maia oito... e um *motorzinho rabeta* (brunquinho)... eu não tenho *motor de popa* não...

Além da propulsão motorizada, também há a propulsão a remo (Figura 17), mais rudimentar, menos produtiva e mais perigosa, já que dificulta a possibilidade de fuga de temporais, como revela a fala de MS51:

MS51: aí nós pesquemo dois ano *a remo*... eu e meu marido... e era longe... era mais que cinco quilômetro que nós ia *a remo*... pra revistá nossas rede... lá nós pegava os temporal... vento... tudo também

O material de que é feito o barco também é uma distinção importante no universo da pesca. Os *barcos de madeira* (Figura 18), em geral, são produzidos artesanalmente, inclusive por pescadores. Já os *barcos de alumínio* (Figura 19) são mais leves e duráveis, porém bem mais caros. Há ainda os barcos de *latão* (Figura 20), de *compensado* ou materiais *mistos*. As falas a seguir, da entrevistada MS, revelam características dos barcos, como a superioridade do *barco de alumínio* (MS52) e a produção própria do *barco de madeira* (MS53 e MS54):

MS52: barco... motor... tudo... (...) meu marido tinha comprado né?... era... ele tinha um motor vinte cinco... aquele tempo... e um... um *barco de... de alumínio* ele tinha... aí depois nós vendimo aquele lá e *compremo um mais pequeno*... daí e o... o nosso motor ele... eles colocaram é... diesel e daí fundiu o motor né?... aí nós fiquemo a remo

MS53: daí até nós fizemo um *barco de madeira* pra nós... daí nós compremo madeira e fizemo nosso barco... aí depois nós

PERGUNTA: vocês mesmos (fazem o barco)?

MS54: sim... ele mesmo faiz o barco... ele mexe co barco... ele que mexe cos nossos motor tudo... não precisa levá pra oficina nenhuma... ele mesmo mexe...

Outras designações, porém com menos incidência, são utilizadas para referir-se às embarcações, como *bote*, *canoa* e *caíco*:

SIC55: só comprei material e um *bote*... e (...) pude pescar

ELM56: não ponho pedrinha pequena... é pedra que tem que erguê entre dois dentro da *canoa*... pra ela não rodá co vento... porque uma rede fixa ela... ela é muito pesada

AZ57: essa época agora... até... até quando começa o frio... daí tudo bem... daí é gostoso... você pode ficá só de calção... a camiseta joga em cima do ombro... ou joga no *caíco*... aí é gostoso... mas quando é inverno eu não gosto não... tem que tá de casaco... tá de bota...

Apesar dessas passagens não revelarem, é comum que essas expressões sejam

utilizadas para designar barcos pequenos, movidos a remo. Porém, como já dito, os pescadores acabam utilizando-os como sinônimos de *barco*, *embarcação* e *lancha*.

FIGURA 15 – FOTO DE UM BARCO MOVIDO A MOTOR DE POPA



FONTE: ITAIPU-UEM/NUPÉLIA, 2002, p. 73

NOTA: O motor de popa oferece maior velocidade e agilidade à embarcação, especialmente para a pesca no “canalão”.

FIGURA 16 – FOTO DE UM BARCO MOVIDO A MOTOR RABETA



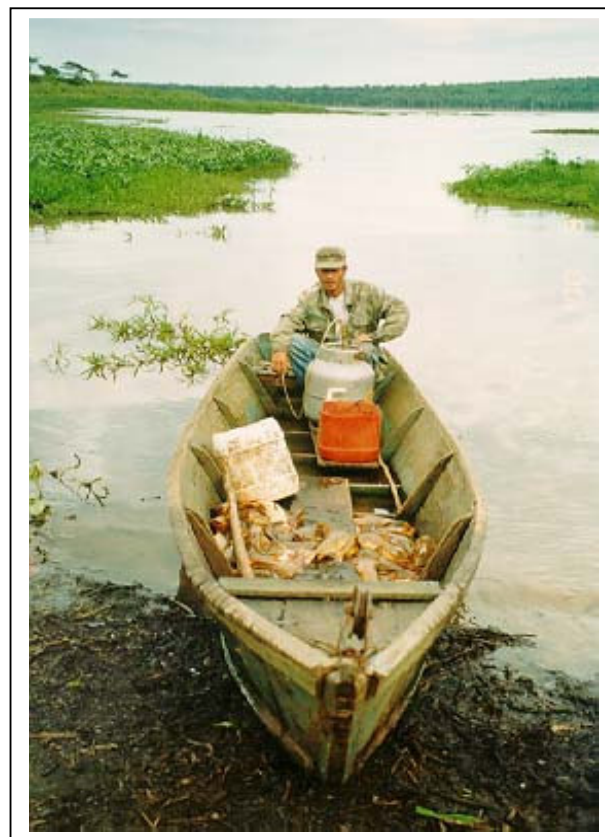
FONTE: ITAIPU-UEM/NUPÉLIA, 2002. capa

NOTA: O motor rabeta é chamado assim porque possui um varão com hélices na ponta, o qual é conectado ao motor que fica instalado na parte traseira da embarcação.

FIGURA 17 – FOTO DE UM BARCO MOVIDO A REMO

FONTE: ITAIPU-UEM/NUPÉLIA, 2002, p. 71

NOTA: O barco movido a remo geralmente é utilizado por pescadores mais humildes, os quais acabam sendo impedidos de aumentar sua renda, pela dificuldade de mobilidade.

FIGURA 18 – FOTO DE UM BARCO DE MADEIRA

FONTE: ITAIPU-UEM/NUPÉLIA, 2002, p. 66

NOTA: Cerca de 80% dos pescadores do Lago de Itaipu utilizam barcos de madeira.

FIGURA 19 – FOTO DE UM BARCO DE ALUMÍNIO



FONTE: ITAIPU-UEM/NUPÉLIA, 2002, p. 66

NOTA: Os barcos de alumínio são usados por cerca de 10% dos pescadores de Itaipu.

FIGURA 20 – FOTO DE UM BARCO DE LATÃO



FONTE: ITAIPU-UEM/NUPÉLIA, 2002, p. 67

NOTA: O barco de latão é pouco utilizado e junto com outros materiais alternativos, como fibra, compensado ou materiais mistos, representam cerca de 10% das embarcações.

5.1.2.2.2 A rede

Os *materiais* de pesca é o conjunto de diversos acessórios, a maioria deles associados à confecção e armação das redes na água: *cordas*, *chumbo/chumbada*, *tralhas*:

ELM58: ele me deu tudo os *material* e fiquei pescando as meia daí...

SIC59: eu compro os *pano* só... *tecido*... e aí eu ponho as *corda*... os *chumbo*... as *traia*... aí sai mais barato

A rede é, portanto, o material mais utilizado para a pesca (Figura 21). Percebe-se, por isso, uma grande variedade de termos para denominar as redes utilizadas: os termos *pano* (rede sem entralhar⁸⁸), *rede* (pano entralhado) e *lance* - segundo Dicionário Houaiss (2004, p. 1719), “ação de pescar com rede” - às vezes aparecem sozinhos e às vezes articulados entre si, funcionando complementarmente ou como sinônimos. Na citação de SIC60, *pano de rede* significa simplesmente *rede*:

SIC60: o E. M.... ele tá com mais ou menos cinqüenta *pano de rede*

Em ELM61 *rede* e *lance* também aparecem como sinônimos:

ELM61: *rede* eles pegaram muito poquinho... de mim levaram uns *lancezinho* lá mais eu... *lance véio* né? então não teve muito problema

Já em ELM62 o termo *lance* é adjunto adnominal de *rede*, utilizado para designar uma rede que não é fixada na água com âncoras:

ELM62: e naquela volta nossa... nós a... cheguemo ali perto da baragem e comecemos de pescá ali com... espinhel e *rede de lance*

Há outros tipos específicos de rede, como a *feiticeira* ou *três panos* e a *rede fixa*:

ELM63: *treis pano*... *feiticera* eles falam... *treis pano* ou *feiticera*... tanto faiz... eu tenho uma pronta aqui... que eu entralhei esses dia atrais

PERGUNTA: chama *feiticera* por que será?

ELM64: eu não sei porque ela... ela o peixe pode sê grande... ele entra e fica lá dentro e se enrola né?... então pega o *peixe da malha* e o *peixe maior da malha*

Observe-se que a origem do termo *feiticeira* não está bem clara para o pescador – ELM64 -, o qual acaba explicando a partir da característica desse tipo de rede de prender um peixe maior que a sua malha, ou seja, opera uma espécie de “feitiçaria”, engana o peixe. Já a *rede fixa* é a rede que é preparada para ficar ancorada em um determinado ponto do Lago e apenas é revistada diariamente, sem ser mudada de local:

⁸⁸ O verbo “entralhar” em alguns casos é aplicado para designar a prática de tecer malhas de rede e em outras para a prática de acrescentar acessórios à malha já pronta, como cordas, chumbadas etc. Muitas vezes esses acessórios são denominados “tralhas”.

ELM65: e pesco só as *rede fixa*... eu não mexo com as rede... daí pode trabalhá com mais rede... nem que pega menos peixe... mais todo dia tu tem a mesma quantia

A *malha* também é variável, quanto maior sua numeração, maior o peixe que pode ser capturado, sendo proibidas malhas inferiores a 80mm de um nó ao outro (malha 8):

NIS66: que tem peixe grande no Lago tem... só que tem que tê material pra pega ele né?...

PERGUNTA: ali é muito grande né?

NIS67: aí é muito grande... aí tem que tê a *maia* certa prá pega ele... chega estorá a rede... então tem peixe de... de... cinqüenta... sessenta... noventa quilo tem ainda... só que o neguinho tem que tê material prá pega ele né?... daí tem que sê uma *rede maia vinte quatro*... *feiticera* né?... aí tu pega ele né?... mais as rede que nós temos aí... *maia quatorze*... *maia doze*... tu num pega ele...

FIGURA 21 – FOTO DA PRÁTICA DE PESCA COM REDE



FONTE: ITAIPU-UEM/NUPÉLIA, 2002, p. 12

5.1.2.2.3 Os utensílios

Além do barco e da rede, outros materiais são utilizados associados principalmente ao manuseio das redes. Entre eles está a *bóia*, a qual serve para suspender as redes armadas:

ELM68: daí vai pela baranca e acha bem facinho... agora mais no fundo daí se não vai bem no rumo não acha a *bóia*... eu uso *bóia* pequena também

Na falta de material específico, geralmente por falta de recursos financeiros para tanto, os pescadores improvisam, trocando a *bóia* por garrafas plásticas ou *litros*:

ELM69: tinha gente encostada nas minhas *bóia*... eu tinha dois *litro*... então num *litro* eu ponho uma corda de... mais ou meno... um metro e meio.. pra a rede... eu ponho *boiada* né?... pra afundá um metro e meio

Enquanto as *bóias* mantêm as redes tencionadas a partir da superfície, as *poitas* tencionam para o fundo, sendo utilizadas pelos pescadores como âncoras que mantêm as redes submersas:

ELM70: eu lançava rede solta primero né?... até que achei ondê que eu sempre pegava... daí eu ponhei as *poita* grande e às vez tinha que trocá a *poita*... que só pegava numa ponta

Assim como com as *bóias*, o improvisado sempre reduz custos, e *pedras* são utilizadas como *poitas*:

ELM71: não ponho *pedrinha* pequena... é *pedra* que tem que erguê entre dois dentro da canoa... pra ela não rodá co vento... porque uma *rede fixa* ela... ela é muito pesada

Além de redes, outros instrumentos podem ser utilizados para a pesca, como o *espinhel*, a *linha de mão* ou *linhada*, o *molinete*:

AZ72: não botei um anzol na água... (...) nós temo livre... pescá com dois *espinhel*... *linha de mão* podemo pescá tranqüilo... () com *molinete* né?... só que eu não botei uma linha na água... nada nada nada...

Os *espinhéis* (Figura 22) se constituem em uma linha mais forte, na qual se amarra diversas linhas curtas com *anzóis* em suas pontas e que são lançadas ao fundo da água. Entre o *anzol* e a *linha* muitas vezes se coloca um *empate*, geralmente de metal, a fim de evitar que o peixe corte com os dentes a linha, o que nem sempre dá certo:

RS73: ele tinha um *empate* dentro da guelra dele né?... ((risos))... do anzol... um *empate* sabe... que eles colocam no anzol sabe... (...) o Edson lá da Universidade de Maringá falô... “pela cabeça dele... ele tinha que pesá cento e dez quilô”... deu onze quilo só a cabeça... cada quilo da cabeça do pintado... dá dez quilo de peixe...

Para sua segurança, alguns pescadores utilizam *colete salva-vidas*, porém, apesar da expressão aparecer nos depoimentos, não é muito utilizado pelos pescadores:

AZ74: eu vô tê fala francamente... eu usei *salva-vida* dois dia...no tempo do resgate... que a turma de Foz do Iguaçu... () de Itaipu... turma... turma grande ali... nós tinha que usá *salva-vida*... (...) eu não gosto daquilo lá... de jeito nenhum... o que eu passei de apuro em cima dessa água aí sem *salva-vida*... sem nada... *salva-vida* é só prá achá o cara morto... se é uma maré forte é só prá achá o corpo boiando...

RS75: eu... *colete* eu usei uma vez só e não uso mais... pra pele comecei agora... nesse ano usa né?... um creme pra pele

Algumas expressões novas surgem no universo da pesca em função das ligações com órgãos oficiais e legislações. Uma expressão muito corriqueira é *lacre*, nome genérico dado à identificação de redes registradas pelos órgãos ambientais, sem o qual é proibida a pesca:

AZ76: não tem como prová se a rede é tua ou não é... se é minha... mais se a autoridade pegá nós sem *lacre* de rede toma... do pescador... mas dos ladrão uhmm... faiz que não enxergam...

FIGURA 22 – FOTO DA PRÁTICA DE PESCA COM ESPINHEL



FONTE: ITAIPU-UEM/NUPÉLIA, 2002, p. 43

5.1.2.3 A prática da pesca

A prática da pesca apresenta um rico arcabouço lexical, o qual vem se constituindo à medida que a profissão de pescador no Lago de Itaipu estabiliza-se. A pesca é uma atividade que varia conforme o ambiente em que se desenvolve: pesca de água doce ou salgada, pesca em rios ou lagos, pesca em águas rasas ou profundas, pesca profissional ou artesanal etc. Ou

seja, é ilusório imaginar que haja um léxico único para a pesca, especialmente em se tratando de cenários ecologicamente novos, como no caso do Lago de Itaipu, o qual é recente geográfica e historicamente. O entrevistado RS77 chama atenção para esse fato ao comentar sobre um encontro de pescadores paranaenses:

RS77: até o Edson da Universidade de Maringá né?... chamô nós a parte lá... que “a *água doce* é uma coisa... e a *água salgada* é outra”...

A natureza diferente da água então estabelece uma divisão de ambientes e também estabelece uma distinção entre o próprio *ser-pescador*. Em RS78, através do léxico, há uma distinção entre *pescador de água doce* – rios e lagos - e *pescador de água salgada* – mar:

RS78: e daí o Edson da Universidade chegou e disse “não... vamô pra outra sala”... falô pros cara da (organização) lá... “vamo pra outra sala”... i lá nós fizemo o nosso projeto i que é pra sê pro *pescador da água doce*

A atividade desenvolvida pelos pescadores também é designada de formas diferentes: *pesca*, *pescaria*, *atividade pesqueira*, *negócio de pescaria*. A expressão *pesca* é a que mais aparece nas entrevistas por nós gravadas. Por vezes designa a atividade de pescar, independente de ser de forma profissional ou amadora, conforme citação RS79. Em outros casos é utilizada como designação do ramo profissional do pescador, como em ELM80:

RS79: no alto mar é diferente a *pesca* já da água doce né?

ELM80: nós não pára... tem oito meis... os oito meis que é aberto a *pesca*... nós pesca os oito meis... daí

PERGUNTA: direto?

ELM81: direto... sem pará... as rede tão lá fixa e direto ali

Da mesma forma, a expressão *pescaria* recebe pelo menos duas significações, idênticas às de *pesca*, ou seja, como ação de pescar – RS82 - e profissão de pescar – HS84:

RS82: óia!... a hora que o cara né?... começa mexê na *pescaria*... éh!... o dom que a pessoa pega... que... que se gostá ele não larga mais... é pior... um vício pior vício que tem uma pessoa pegá... costumá pescá...

HS83: não... no mesmo ponto não né?... sempre

PERGUNTA: em outros pontos?

HS84: em otros pontos né?... mais sempre voltando à... à *pescaria* né?

Duas expressões, pouco recorrentes, mas coletadas nas entrevistas designam mais

especificamente a atividade profissional da pesca, as quais são *atividade pesqueira e negócio de pescaria*:

HS85: na minha *atividade pesquera*... piorô muito... porque antigamente (se) no Paranazão... antes da baragea... da baragem... tinha peixe em abundância

AZ86: lá naquela época o meu pai era colono... meu pai era colono lá... trabaiava na lavora... aqui em Santa Helena também comecemo na lavora... daí surgiu que... que a lavora não tava dando bem não... daí eu comecei mexê com o *negócio de pescaria*...

Para organizar essa exposição, dividiu-se o léxico da pesca por práticas distintas, ou seja, *o trabalho com a rede, os tipos de pesca, os tipos de peixe, a limpeza do peixe e o conhecimento sobre os peixes*. São principalmente as ações ligadas à pesca que serão descritas nesse subtópico.

5.1.2.3.1 O trabalho com a rede

O trabalho com a rede é a principal forma de captura dos peixes. Desde a produção da rede até sua efetiva utilização, são muitas as ações desenvolvidas. Já se observou no subtópico anterior características deste instrumento de trabalho; agora, apresentar-se-á este instrumento em funcionamento.

O verbo *entralhar* já está dicionarizado e é usado para designar a ação de tecer a rede e também afixar os apetrechos necessários para uma rede ficar completa:

ELM87: treis pano... feiticera eles falam... treis pano ou feiticera... tanto faiz... eu tenho uma pronta aqui... que eu *entralhei* esses dia atrais

Portanto, uma das primeiras ações dos pescadores quanto ao seu instrumento principal de pesca é a de preparar a rede, ou seja, *entralhá-la*. No exemplo de AZ88, “*entraia*” corresponde ao acabamento final da rede para uso e não a confecção da malha:

AZ88: ela se torna mais cara... mais é mais ligero prá tu () pagá ela... porque tu pega a rede pronta... pronta não... pega o pano pronto e *entraia*... amanhã tu tá pescando... i prá ti fazê uma rede... tu leva... deiz quinze dia pra ti fazê uma rede... até os deiz quinze dia você já tá... já pagô a rede... daí se torna mais fácil... um poquinho mais caro... mais se torna mais fácil...

Já na água, os pescadores precisam instalar as redes para capturar os peixes. Este processo é comumente chamado de *armar* a rede, ou por sinônimos como *botar*, *pôr*, *ponhar*, *largar*, *lançar*, *jogar*, *estender*, como se pode observar nos exemplos abaixo:

RS89: se o cara tem cartera... ele pode pescá em qualqué lugar... respeitando os cem metro que o cara tem a rede né?... você tem a rede ali cem metro... cem metro tem que tê respeito... não posso *armá* perto da sua rede

As expressões *pôr*, *ponhar* e *botar* são mais utilizadas para a modalidade de pesca com rede fixa, ou seja, a rede ou é amarrada em árvores submersas ou recebe poitas, as quais funcionam como âncoras:

SIC90: o E. M. ... ele tá com mais ou menos cinqüenta pano de rede... tá... aí ele *põe* fixo... porque se ele mexê com tudo... tirá tudo... não tem jeito pra uma pessoa

ELM91: eu busquei onde é que o peixe cruza... eu *ponhei* rede... eu *lançava* rede solta primero né?... até que achei ondê que eu sempre pegava... daí eu *ponhei* as poita grande e às vez tinha que trocá a poita... que só pegava numa ponta

Observe-se que no exemplo ELM91, o entrevistado apresenta as expressões *ponhei* *rede* e *lançava* *rede*, ficando claro depois que ele *lançava a rede* para identificar pontos de melhor captura de peixes para depois *ponhar* a rede de forma fixa. Observe-se também que no exemplo AZ92 a seguir, *botá* *rede* dá idéia de fixidez:

AZ92: o cardume vai subindo vai descendo... o que for né?... ali otro peixe não... otro peixe tem que... *botá* rede hoje aqui... não deu nada tu muda prá lá... até que acerta o... onde é o cardume deles...

As expressões *largar*, *soltar* e *jogar* são mais utilizadas para as situações em que o pescador opta pela pesca não-fixa, ou seja, a rede fica por pouco tempo no mesmo lugar:

ELM93: e naquela volta nossa... nós a... cheguelo ali perto da baragem e comecemo de pescá ali com... espinhel e rede de lance... nós *largava* uma rede de cinqüenta metro na coredera... dava muito pacu sabe?

ELM94: eu tenho um lugar... eu *solto* uma rede... mais essa *não tem fixo*... eu *solto* ela com duas pedrinha... cem metro...

ELM95: só que tem toco lá... então eu *nunca armei fixo* por causa do vento... ele joga você pra cá e pra lá né?... então eu *jogo* em cima dos toco e... e assim eu pego e retiro ela assim... reto pra cima de novo

O termo *estender* aparece com menos freqüência e possivelmente é uma analogia à

prática de estender roupas, as quais ficam na mesma posição que a rede, porém fora da água. Inclusive é preciso ressaltar que o pescador SIC85, apesar de ter aprendido o ofício com seu pai há cinco décadas, pesca no Lago de Itaipu há apenas seis anos:

SIC96: conforme a época né?... se tivé dando bastante peixe... não precisa... com... *estendendo* deiz pano já tira o suficiente

5.1.2.3.2 Tipos de pesca

Como ficou evidenciado, há diferentes formas de instalação das redes para a captura dos peixes. De acordo com os pescadores, dependendo do tipo de peixe que se pretende capturar ou conforme for a configuração do local em que se instala a rede, deve-se apelar para tipos diferentes de pesca. Quanto à profundidade em que ficam as redes, duas são as mais usadas: a *pesca de fundo* (RS98) e a *pesca boiada* (ELM97), esta última também é denominada de *pesca no raso* (RS98), *pesca a flor da água* ou *pesca de barranca* (ELM99):

ELM97: eu tenho rede pra... o tipo de peixe que dá mais... se dá peixe *boiado*... ou dá armado... eu tenho a equipagem tudo assim... pra qualqué peixe

RS98: óia... tá... né?... tem lugar que você arma a rede... às vez o peixe não passa... você vai procura ele... você armô a rede lá pegô... você fica pescando naquele lugar... () canal de rio... mais pro meio... nas (rosca) onde faiz volta né?... entradas de rio... alagado né?... i a gente vê a temperatura da água tamém... se tá fria... vai tê que armá a rede pro *fundo*... se a água esquentá... e a noite é escura... você joga a rede mais pro (*raso*)

Muitas vezes, não é apenas a geografia ou o tipo de peixe que determinam a forma de instalação da rede. O roubo (ELM99) ou o fluxo de lanchas (ELM100) também podem determinar algumas escolhas na forma de pescar, porém o nome dado à forma de instalação é a mesma:

ELM99: eu pesco só com rede quage no *fundo*... daí é mais longe da baranca i... daí o ladrão de noite... se ele vai de noite não acha fácil... agora se é da *baranca* daí é muito fácil de achá

ELM100: eu tinha dois litro... então num litro eu ponho uma corda de... mais ou meno... um metro e meio.. pra a rede... eu ponho *boiada* né?... pra *afundá* um metro e meio... e daí pode passá o barco por cima () e não pega

Além da profundidade, o tempo de permanência da rede num mesmo lugar também recebe denominações distintas. A rede pode ser instalada *fixa* (ELM101) ou *solta* (ELM102):

ELM101: é... e pesco só as *rede fixa*... eu não mexo com as rede... daí pode trabalhá com mais rede... nem que pega menos peixe... mais todo dia tu tem a mesma quantia

ELM102: eu busquei onde é que o peixe cruza... eu ponhei rede... eu lançava *rede solta* primero né?... até que achei ondé que eu sempre pegava... daí eu ponhei as poita grande e às vez tinha que trocá a poita... que só pegava numa ponta... tinha que levá mais pro outro lado... ali tem algum dia que falha... mais é aquela pesca

Como se percebe no exemplo ELM102, às vezes, a *rede solta* é uma opção para achar o melhor lugar para a pesca, porém muitos pescadores trabalham com o sistema de *rede solta* sempre, como se pode constatar em ELM103:

ELM103: e se você vem *pesca na baranca*... *pesca no fundo*... tem dia que tu era... tu na baranca não pega nada... pode pegá um vento forte... daí suja as rede... não tem como... como daí pegá peixe né?... e suja as rede... e a gasolina é um gasto em dobro... tu tem que *tirá as rede do fundo* de... de tardezinha né?... *leva na baranca*... *de manhã leva pro fundo*... óia!... isso pra mim não funciona

Depois de “armada” a rede, é preciso fazer o trabalho de verificação e retirada dos peixes. Essa prática é, na maioria das entrevistas, designada como *revista da rede* (Figura 23), e geralmente é citada na forma verbal *revistar*:

ELM104: você tinha que *revistá* a rede do lado da canoa... se você passasse ela por cima... o redemunho te levava pro fundo

AZ105: a vantagem é que o cara vai na frente... e você não precisa vim prá trais... e o cara vai atrais não precisa i prá frente... daí o... encosto ali prá armá... o de trais só... toca o barco de ré... ali que for... prá largá a rede ou... *revistá* a rede...

Porém à *revista* estão associadas outras ações, como *puxar*, *erguer*, *tirar*, no entanto, essas expressões são mais utilizadas para designar o esforço para retirar a rede da água e não exatamente a verificação da incidência de peixes capturados:

RS106: pra *puxá* a rede ()... muita gente vem “é... aruma um pexinho aí óh!... beleza né?” ... mais só que... eles não sabe o peso que a pessoa *puxa*... que é pior (que prá) erguê um saco de soja... () de sessenta quilogramas... e... de trinta metro de fundura... o... quarenta... uns deiz metro pra cima de fundura já é brabo *puxá* a rede...

AZ107: se tem vento forte ou vento fraco... isso é o que judia mais o pescadô... o vento... depende onde que é... a rede suja... a rede pesada prá *erguê*... as vez tem que *tirá* a rede e botá no caíco... tudo a rede cheio de limo... é tudo depende do vento... a pescaria prá nós é o vento... se não... se não tem vento nenhum ajuda... aí sim...

FIGURA 23 – FOTO DA PRÁTICA DE REVISTA DE REDE



FONTE: ITAIPU-UEM/NUPÉLIA, 2002, p. 42

Nas entrevistas realizadas, chama a atenção o fato de o termo *pescar* estar associado mais ao universo como um todo da pesca, ou seja, à atividade econômica ou amadora da pesca e não à captura do peixe. Apesar de em alguns momentos surgir a expressão *pescar o peixe*, o que mais se ouviu nas entrevistas foi *pegar o peixe*. No exemplo RS108, *pescar* e *pegar* são praticamente utilizados como sinônimos:

RS108: ali eu *peguei* () dorado... começô *pega* uns doradinho assim óh!... ficava *pescando* jundiá... sujava a água né?... chovia assim e nós ia pro Lago sabe... na bera da... das entrada... daí que nós foi começá *pega* os doradinho sabe... () ele disse “isso aqui não é doradinho”... eu disse “é doradinho sim”... e nós *pesquemo* uns deiz doze prá comê sabe... daí nós descobrimo que tava vindo muito pexe lá no Lago...

Já nos exemplos AZ109 e RS110, fica mais evidente a utilização do verbo *pescar* designando a atividade e não a captura do peixe:

AZ109: a época que nós *pescava* aqui no Paranazão era... jáú... surubi... pirapará... dorado... o barba-chata... e hoje... aqui é... curvina... armado... e o tucunaré que tá começando...

RS110: óia!... a hora que o cara né?... começa mexe na pescaria... éh!... o dom que a pessoa pega... que... que se gostá ele não larga mais... é pior... um vício pior vício que tem uma pessoa pega... costuma *pescá*...

Nos exemplos NIS111, NIS112, RS113, ELM114 e AZ115 que se seguem, percebe-se a omissão do verbo *pescar* e somente o verbo *pegar* é utilizado. Observe-se que em todo momento o entrevistado está se referindo à captura efetiva do peixe e não à atividade profissional:

NIS111: que tem peixe grande no Lago tem... só que tem que tê material pra *pega* ele né?...

PERGUNTA: ali é muito grande né?

NIS112: aí é muito grande... aí tem que tê a maia certa prá *pega* ele... chega estorá a rede... então tem peixe de... de... cinqüenta... sessenta... noventa quilo tem ainda... só que o neguinho tem que tê material prá *pega* ele né?... daí tem que sê uma rede maia vinte quatro... feiticera né?... aí tu *pega* ele né?... mais as rede que nós temo aí... maia quatorze... maia doze... tu num *pega* ele...

RS113: às vezes vai né?... arma as rede... *pega* um monte de peixe... volta... os amigo tão ali óh!... o cara chega... “é você *pegô* um montão de peixe”... o cara fica contente pô!... os cara agradece... o cara *pegô* bastante peixe... i vai dá um lucrinho... sobrá um dinheiro a mais... e... e mantém né?... todo dia em cima do Lago... um dia tu vai *pega* um monte de peixe... outro dia cai às vez uns cinco seis quilo... otro dia tu já vai ... “vô *pegá* mais”... e vai indo assim... vai levando a vida assim

ELM114: e aqui em Santa Helena aqui... a turma *pegava* muito surubi... e lá eu *pegava* poco... eles *pegava* muito aqui

AZ115: o peixe tudo ano... não digo tudo a... o peixe... mais tem peixe... que você *pega* no inverno tem ovada...

Uma explicação possível para a escolha do termo *pegar* pode estar no fato de que a pesca não é uma atividade produtiva, em que o pescador possui controle sobre a reprodução e desenvolvimento do peixe, mas sim é um coletor, que *pega* o que lhe está “disponível”. Provavelmente, se fosse estudado o léxico da piscicultura não se encontraria o termo *pegar* o peixe e, possivelmente, nem *pescar* o peixe.

5.1.2.3.3 Os tipos de peixes

Apesar do tamanho do Lago e da grande variedade de peixes nele presente, algumas espécies têm maior destaque comercial e são as mais citadas nas entrevistas. Em vários momentos, são relatados nomes de peixes que praticamente sumiram com o surgimento do Lago de Itaipu e, geralmente, são apresentados com nostalgia, pois eram espécies de maior tamanho e de maior valor comercial, como *surubi(m)*, *dourado*, *pintado*, *jaú*, *piapara*, *pacu*:

AZ116: a época que nós pescava aqui no Paranazão era... *jaú*... *surubi*... *pirapará*... *dourado*... o *barba-chata*... e hoje... aqui é... *curvina*... *armado*... e o *tucunaré* que tá começando... faiz tempinho que não apareceu só que ele é ruim de *pegá* na rede... i... *barba-chata* tamém tem... mai não é tanto mais não... tá mais calmo *barba-chata* agora...

HS117: há uns... quinze ano atrás... aonde que você pegava um *curimba* da rede... i o pexero não queria levá o *curimba*... tinha que soltá tudo... tu tirá o peixe da sua rede e soltá na água... qui ninguém vendia... ninguém comprava... o peixero... não... não existia peixero que levava o peixe... então era... aquela época era... era escolhido só o *dorado* né?... o *pintado*... o *pacu*... peixe que não pára mais aqui né?

Como se pode verificar nos exemplos AZ116 e HS117, a mudança geográfica tem mudado as espécies de peixes, o que ocasiona aos poucos o apagamento/enfraquecimento de alguns termos do vocabulário pesqueiro, enquanto outros tendem a surgir, como é o caso do *tucunaré*, um peixe lacustre que antes não existia na região. Os peixes mais citados como produtos da pesca foram: *armado* (Figura 24), *curvina* (Figura 25), *sardela/perna-de-moça* (Figura 26), *curimba* (Figura 27) *mandi* (figuras 28 e 29) e *traíra* (Figura 30). As citações abaixo revelam um pouco das características de alguns destes peixes:

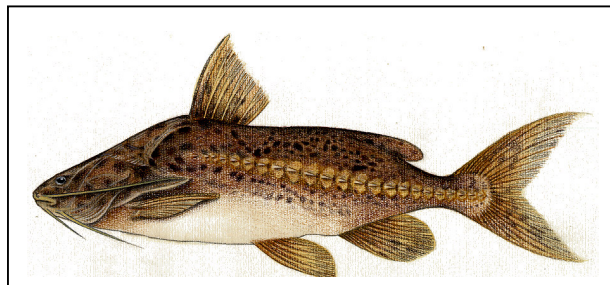
ELM118: só que o... o dia de maré aí... pegá esses *armadinho* porcaria na rede que te corta tudo os dedo... você se lembra sempre do Paranazão... Deus o livre... eu me lembro... cada pouco eu falo pra mulher assim... “ah! nós... o tempo de... de limpá aqueles pexão” né?... agora você tem que limpá um imundície de um *armado* ali que lhe dá duzentos grama... cem grama... duzentos ou trezentos grama

AZ119: o peixe tudo ano... não digo tudo a... o peixe... mais tem peixe... que você pega no inverno tem ovada... a maior parte é *traíra* tem ovada... otro peixe tem ovada... *curvina* tem ovada... ela não procria só.. só nesse... nesse época... depende a época ela... não sei se é... aquilo lá é fora de tempo... o que que é... o que não é... não sei não... mais ela tem ovada...

RS120: é... o peixe... como a *sardela* né?... que é um peixe que anda flutuando na água né?... a lua cheia é melhor... é um peixe que veve do suco da água... ele se alimenta do suco... () interessante né?... i... *corvina* também já gosta de pegá... *mandi*... tudo peixe de coro que... quando dá lua cheia eles () mais pra saí... sai do fundo pro (raso)

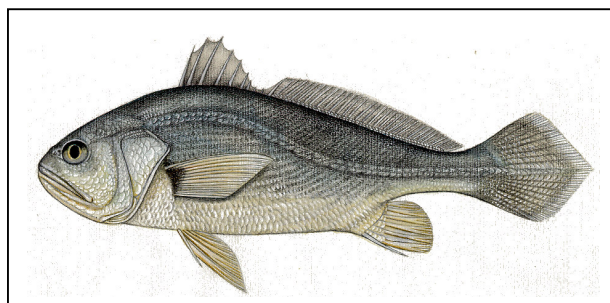
AZ121: a *perna de moça* você tem que cuidá... a hora que ela tá um cardume aqui é... na água... ela tem um... um (limuzinho) desse tamaizinho assim... que vem boiando... os peixe vem atrás (daquilo) lá...

Como se pode observar na fala de ELM118, o *armado* é um peixe que machuca as mãos do pescador, em função dos ferrões que possui e, talvez por isso, um outro nome dado a ele é *capeta*, no entanto, é o mais produtivo, a frente da *curvina*, *perna-de-moça* (também chamada de *sardela* e *maratá*) e *curimba* (também designado *curimbatá*), respectivamente os mais pescados. O *mandi* também é bastante citado como *bagre*. Essas espécies são as mais citadas em Santa Helena, havendo outras espécies de destaque no Lago de Itaipu.

FIGURA 24 – ILUSTRAÇÃO DO PEIXE “ARMADO”

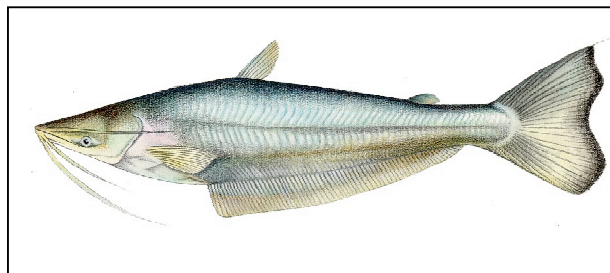
FONTE: ITAIPU-UEM/NUPÉLIA, 2002, p. 126

NOTA: Nome científico *Pterodoras granulosus*

FIGURA 25 – ILUSTRAÇÃO DO PEIXE “CURVINA”

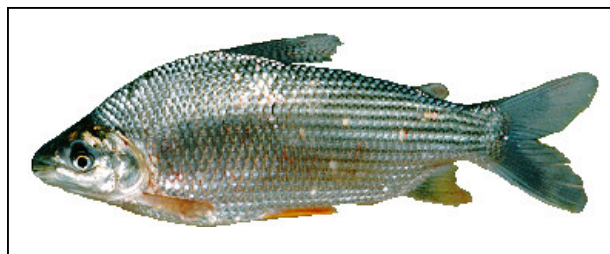
FONTE: ITAIPU-UEM/NUPÉLIA, 2002, p. 131

NOTA: Nome científico *Plagioscion squamosissimus*

FIGURA 26 – ILUSTRAÇÃO DO PEIXE “SARDELA/PERNA-DE-MOÇA”

FONTE: ITAIPU-UEM/NUPÉLIA, 2002, p. 134

NOTA: Nome científico *Hypophthalmus edentatus*

FIGURA 27 – FOTO DO PEIXE “CURIMBA”

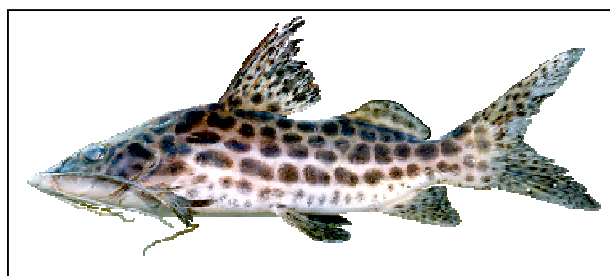
FONTE: ITAIPU-UEM/NUPÉLIA, 2002, p. 138

NOTA: Nome científico *Prochilodus lineatus*

FIGURA 28 – FOTO DO PEIXE “MANDI”

FONTE: ITAIPU-UEM/NUPÉLIA, 2002, p. 146

NOTA: Nome científico *Pimelodus maculatus*

FIGURA 29 – FOTO DO PEIXE “MANDI-PRATA”

FONTE: ITAIPU-UEM/NUPÉLIA, 2002, p. 153

NOTA: Nome científico *Iheringichthys labrosus*

FIGURA 30 – FOTO DO PEIXE “TRAÍRA”

FONTE: ITAIPU-UEM/NUPÉLIA, 2002, p. 149

NOTA: Nome científico *Hoplias malabaricus*

5.1.2.3.4 Limpeza dos peixes

Após a captura dos peixes, esses precisam ser eviscerados e armazenados. A expressão mais utilizada é *limpar* o peixe, processo que envolve, na maior parte das espécies, seu corte abdominal e retirada das vísceras (Figura 31). Porém em alguns casos, como dos peixes *armado* e *mandi* é preciso cortar a cabeça e retirar o couro, mesmo assim a expressão é sempre a genérica *limpar*:

ELM122: cedo... às seis hora por aí... amanhecendo o dia eu começava... ia até meio dia... às veiz uma hora... e depois ainda tinha que *limpá* o peixe né?... se a mulhé ia junto... daí quando tava pronto... tava pronto né?

ELM123: ela vai *limpando*... eu ia tirando... e aí... a hora... se eu tô sozinho daí é brabo né?... porque você chega aquela hora daí tem que *limpá* ele... só que eu levava gelo... e tudo já direto... tirava da rede e (jogava) no gelo... então não perdia nada e podia tê essa quantia

FIGURA 31 - FOTO DE PESCADOR LIMPANDO OS PEIXES



FONTE: Projeto “Trajetórias sociais e trabalho na fronteira”

NOTA: Pescador realizando a limpeza dos peixes. Quando sozinhos, geralmente os pescadores realizam a revista das redes, trazendo os peixes no barco para serem limpos à beira do Lago ou no “barraco”. Quando acompanhados do cônjuge ou filho, enquanto um realiza a revista das redes o outro limpa os peixes, os quais serão mais tarde acondicionados em caixas de isopor com gelo ou refrigeradores, a espera do “peixeiro”.

5.1.2.3.5 Conhecimento sobre os peixes

O vocabulário da pesca também possui muitos termos que designam aspectos referentes aos peixes e seus hábitos. Alguns chamam a atenção, especialmente aqueles que dizem respeito ao conhecimento da pesca, ou seja, o conhecimento que o pescador possui sobre os peixes que pretende capturar. Segundo os pescadores, os peixes possuem um caminho pelo qual costumam passar, ao qual chamam *caminho*, *cruzador*, *estrada*:

AZ124: o cardume passa... ele não pára... ele anda... seria a mesma coisa uma comparação... é a mesma coisa que... um animal assim... você tem aquele tri... onde tem aquele vão que eles passam ali... é ali... é o *caminho* deles ali... (...) é uma *estrada* em baixo dá água igual a nossa assim...

Observe-se que o entrevistado AZ124, na falta de um termo específico, utilizou uma analogia com o caminho produzido pelos humanos (*estrada*) e também buscou comparar o caminho dos peixes com o de animais terrestres (*tri..* provavelmente *trilho*). O entrevistado ELM125 denomina o caminho do peixe com a expressão *cruzador*:

ELM125: o peixe tem um *cruzador* dele... se você larga em qualquer lugar não pega peixe... é difícil... tu tem que achá o lugar que () o peixe mais *caminha*... que eu... lugar... tenho uns lugar ali... eu queria que vocês visse

Já o entrevistado ELM125 afirma que o peixe *caminha*, expressão corriqueira utilizada pelos pescadores quando procuram explicar o fato de haver um *caminho* próprio dos peixes.

Expressões sobre os hábitos alimentares dos peixes também são frequentes e demonstra-se através das entrevistas que os pescadores não dominam um linguajar técnico sobre esse e outros aspectos dos peixes. Um exemplo é a explicação sobre o porquê da *sardela/perna-de-moça* ser capturada através da *pesca boiada*:

RS126: é... o peixe... como a *sardela* né?... que é um peixe que *anda flutuando na água* né?... a lua cheia é melhor... *é um peixe que veve do suco da água... ele se alimenta do suco...* () interessante né?...

O mesmo hábito da *sardela/perna-de-moça* é explicado através de outros termos pelo

entrevistado AZ127:

AZ127: a *perna-de-moça* você tem que cuidá... a hora que ela tá um cardume aqui é... na água... ela tem um... um (*limuzinho*) desse tamaizinho assim... que vem boiando... *os peixe vem atrás (daquilo) lá...* se o vento é de lá prá cá... tu tem que sabê que ela tá prá lá... você tem que tentiá às veiz prá lá... e ela vai mudando... porque o cardume vai subindo vai descendo...

Como se observa, para um entrevistado (RS126), a *sardela se alimenta do suco da água* e para o outro (AZ127) *a perna-de-moça se alimenta de um limozinho que bóia na água*. Efetivamente, seria a mesma descrição em termos distintos, provavelmente ambos distintos da explicação de um ictiologista⁸⁹. No entanto, alguns termos técnicos têm sido assimilados pelos pescadores, em especial no que se refere ao processo de reprodução dos peixes, o qual é acompanhado por vários órgãos oficiais, como Itaipu Binacional, Nupélia, IAP, Ibama, Polícia Florestal, Secretaria Especial da Pesca, entre outros. O termo *piracema*, de origem indígena e uso corrente entre os técnicos, designa o período de *desova* dos peixes e já se incorporou ao vocabulário dos pescadores:

AZ128: a água baixa estragô bem a *piracema* do peixe... tudo os ano que foi baixado a água... não vô culpá quem que é... não sei... mais que ela estragô bem a *piracema* estragô

No exemplo SIC129, a seguir, o termo *desova* é utilizado e depois substituído pela expressão coloquial *ponhar*. Já o termo *piracema* é utilizado como sinônimo de *defeso* (período proibido para a pesca) o que demonstra coexistência das modalidades técnica e coloquial, além de uma sinonímia “problemática”, já que a *piracema* acontece independente de leis, pois é um processo natural:

SIC129: aqui o peixe *desova* todo o ano... não precisava ter *piracema*... todo o ano pega peixe com... você pega peixe com ovo... não tem esse ano... que é direto... eles tão *ponhando* ovo

Já em alguns casos, é difícil de definir se se trata do período de *desova* ou do período de *defeso*:

HS130: o pescador tende a melhorá de vida também na baranca do rio... podendo subrivivê e outra coisa afora o *período de piracema*

⁸⁹ Especialista em Ictiologia, ramo da zoologia que estuda os peixes.

5.1.2.4 A organização dos pescadores

A organização dos pescadores profissionais como categoria os insere num universo de relações sociais que transcende o ambiente da pesca. Dessa forma, diversas expressões são incorporadas ao vocabulário do pescador. Neste subcampo, porém, a maioria dos termos é incorporada por força da necessidade de estar se relacionando com órgãos oficiais, portanto não são termos cunhados na comunidade de pesca.

A *colônia de pescadores* ou simplificada *colônia de pesca* é a forma organizativa oficial dos pescadores. O termo *colônia de pescadores* é utilizado há bastante tempo, pois antes de haver uma em Santa Helena, já existiam as de Foz do Iguaçu e Guaíra, às quais os pescadores mais antigos eram filiados. Em Santa Helena, atualmente, coexistem duas: a *Colônia de Pescadores Nossa Senhora dos Navegantes* (Figura 32), fundada em 1993, e a *Colônia de Pescadores Z-20* (Figura 33), formada em 2003 e composta principalmente por associados da extinta *Associação de Pesca Real*, criada a partir de uma cisão da *Colônia Nossa Senhora dos Navegantes*. O objetivo quando da formação da *Z-20* era reunir todos os pescadores do município, porém até o momento não houve consenso:

HS131: eu sô da *Colônia Nossa Senhora dos Navegante*... mais como tá... existia... a *Nossa Senhora dos Navegante* e a *Associação Real* em Santa Helena né?... então ficô meio desbaratinado dos dois lado né?... então agora com o grupamento de nova... de uma nova colônia... que vem a sê a *Z-vinte* né?... entom tomo se encaxando tudo de novo né?

Com a proposta de criação da *Z-20*, entraram em cena novas entidades organizativas: a *Federação Paranaense de Pescadores* e a *Confederação Brasileira de Pescadores*, as quais abarcam as *colônias* que são divididas em *zonas (z)* e numeradas. O depoimento de SIC132 apresenta essas organizações e já revela não haver consenso quanto à união das entidades:

SIC132: i agora essa *associação* vai... e fala com a *federação*... porque a nossa *Colonha Nossa Senhora dos Navegante* tava... tava documentado com a *confederação*... não era com a *federação*... a *federação* é do estado e... e... a *confederação* é federal né?

A participação na associação está condicionada à documentação do pescador como

profissional, a qual somente é expedida caso o mesmo possua um barco regularizado. O documento oficial do pescador é a *carteira de pesca*:

RS133: se o cara tem *cartera*... ele pode pescá em qualqué lugar... respeitando os cem metro que o cara tem a rede né?... você tem a rede ali cem metro... cem metro tem que tê respeito... não posso armá perto da sua rede...

Outra expressão que passou a fazer parte do vocabulário do pescador é *seguro-desemprego*. Como fica proibida a pesca por quatro meses durante o ano, o pescador tem direito a um salário-mínimo por mês durante esse período:

SIC134: ele falou pra mim... “você vai... vai se associá logo?”... “eu até agora não fui”... ele falô “por que não vai logo?... senão você vai perdê o *seguro-desemprego*... senão você não vai ganhá o *seguro-desemprego*”

As relações de comércio também incorporam termos ao vocabulário pesqueiro. Um dos mais freqüentes é aquele que designa o *atravessador* ou, no linguajar da pesca, o *peixeiro*, o qual nem sempre é apresentado de forma positiva:

ELM135: vendia lá memo... eu vendia lá em casa... eu... eu ganhava bem aquele tempo... o peixe lá... o preço era bom... eu vendia como... já direto... eu vendia pros *peixero* né?... eles vinham lá em casa e nós negociava até que nós se acertava

HS136: o que tá faltando é uma cooperativa... o dia que eles instalasse uma cooperativa em Santa Helena... que o pescador com um preço bão pro peixe... razoável (que) eu digo... o que vale o peixe... o que vale o peixe né?... aí o pescador ia passá vendê tudo lá e ia acabá com o *atravessadô*... que a cooperativa se você... se ia vendê até a cabeça do peixe tu ia aproveitá... na cooperativa a cabeça do peixe ia se usada pra fazê a ração... muitas coisa né?... e assim o *atravessadô*... o *atravessadô* ele vem aqui... paga uma mixaria pra você e tu tem que ficá quieto

Além da pesca profissional no Lago de Itaipu, também há a pesca denominada *amadora*. A relação com o pescador *amador*, também chamado de *turista*, muitas vezes também gera polêmica:

HS137: esses tipo de gente que tem que cortá a cartera deles... eles têm que sê imediatamente cortado... se o povo qué salvá o Lago né?... e não por ele... por ele vim lá de vez em quando pra pescá no rio... mais dá exemplo até mesmo pro *turista*... porque tem muito *turista* que faiz... que... que... que faiz a *cartera de amador* pra pescá de vara... vai ali ponha mais de mile metro de rede na água

Muitos outros termos da pesca poderiam ser apresentados e analisados, porém os que aqui foram descritos e analisados em suas ocorrências discursivas dão uma demonstração de

que há um vocabulário pesqueiro próprio do Lago de Itaipu sendo formado, seja por termos já presentes na atividade pesqueira de uma forma geral, seja por novos termos que ainda não se consolidaram, os quais são frutos do esforço de uma comunidade para interagir entre os seus e com a sociedade de forma ampla.

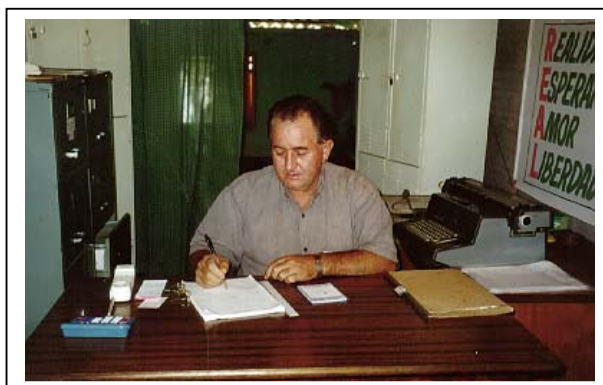
É importante ressaltar também que as análises, apesar de breves, ganham reforço pelas próprias falas dos pescadores aqui transcritas, por isso não foram apresentados apenas o termo e seu significado, mas, sim, buscou-se o sentido em cada ocorrência, além do que, se permite ao leitor deste trabalho tirar outras conclusões, complementares ou distintas.

FIGURA 32 – FOTO DA SEDE DA COLÔNIA DE PESCADORES NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES



FONTE: ITAIPU-UEM/NUPÉLIA, 2002, p. 246

FIGURA 33 – FOTO DA SEDE DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-20



FONTE: ITAIPU-UEM/NUPÉLIA, 2002, p. 246

6 O ESTIGMA DE VIVER DA PESCA: preconceitos contra pescadores

Preconceito, palavra que, simplificada, significa um conceito pré-estabelecido e acrítico, recebe no Dicionário Houaiss (2004, p. 2282) as seguintes acepções possíveis:

- 1 qualquer opinião ou sentimento, quer favorável quer desfavorável, concebido sem exame crítico
- 1.1 idéia, opinião ou sentimento desfavorável formado *a priori*, sem maior conhecimento, ponderação ou razão
- 2 atitude, sentimento ou parecer insensato, especialmente de natureza hostil, assumido em conseqüência da generalização apressada de uma experiência pessoal ou imposta pelo meio; intolerância (...) Obs.: cf. *estereótipo* ('padrão fixo', 'idéia ou convicção')
- 3 conjunto de tais atitudes
- 4 Rubrica: psicanálise: qualquer atitude étnica que preencha uma função irracional específica, para seu portador

Em suma, o preconceito representa uma avaliação ou atitude que não se justifica, seja positivo ou negativo, e defronta-se diretamente com o que defende o pensamento científico e crítico. Nem por isso a constatação da existência de preconceitos em qualquer comunidade humana é rara, ao contrário, toda a sociedade, dita moderna ou não, comporta em sua cultura esse elemento, o qual pode estar relacionado a um indivíduo, a um grupo ou a uma comunidade inteira.

A comunidade de pescadores profissionais em estudo não é exceção e, se investigada a fundo, revelaria os mais diversos tipos de preconceito. No entanto, optou-se por selecionar três formas básicas de preconceito, os quais estão interligados, porém aqui separados didaticamente: o *preconceito sobre a profissão de pescador*; o *preconceito lingüístico* e o *preconceito sobre os não-competentes*. A cada um desses preconceitos dedicou-se um subtópico e, ao final do capítulo, será discutido como esses preconceitos geram um *estigma* quanto ao ser-pescador.

Mesmo esses preconceitos sendo estudados em separado dos capítulos precedentes, eles fazem parte de uma interpretação sobre a *identidade dos pescadores profissionais*, mais precisamente sobre a construção de suas identidades “na” e “pela” linguagem. Portanto,

alguns fatores já abordados, principalmente no Capítulo 4, serão aprofundados aqui. Para isso, continuarão sendo utilizados trechos de narrativas para exemplificar as análises.

6.1 PRECONCEITOS SOBRE A PROFISSÃO DE PESCADOR

Todo preconceito é fruto de relações sociais. As avaliações e atitudes realizadas frente às incontáveis interações a que se está exposto, ou seja, às experiências pessoais, fazem parte da formulação da visão de mundo do sujeito, das representações que significam, simbolicamente, tudo o que o rodeia e inclusive as representações que o sujeito faz de si mesmo e dos grupos aos quais pertence.

O conteúdo desse subtópico é o *preconceito sobre a profissão de pescador* a partir do ponto de vista dos pescadores, ou seja, como os pescadores profissionais percebem esse preconceito (se o percebem) e quais suas atitudes (conformismo? revolta? reação?). A partir das entrevistas realizadas, selecionaram-se trechos significativos que apresentam a leitura dos pescadores sobre a avaliação social que recai sobre eles e quais atitudes tomam frente a ela.

Já se observou e discutiu-se nos capítulos precedentes que a profissão de pescador profissional no Lago de Itaipu não é lucrativa, por questões naturais e legais: há relativa escassez de pescado e nenhum pescador pode possuir empresa de pesca, no máximo contar com os familiares. Numa sociedade moderna, cindida por diferentes fatores simultaneamente, um dos que mais são levados em conta na avaliação é o econômico. Portanto, a profissão de pescador profissional no Lago de Itaipu não representa, economicamente ao menos, *status* social elevado. Integra, isso sim, o grupo dos trabalhadores braçais, geralmente pouco escolarizados, que vivem de uma atividade de coleta e não de produção.

Somente isso não explicaria uma avaliação negativa sobre uma comunidade, porém, inegavelmente, é fator importante para se entender por que alguns pescadores vêm-se

marginalizados profissionalmente. Em pesquisa historiográfica, produzida por Piletti (1999, p. 28), lê-se o seguinte depoimento de um pescador: *“uma vez eu tinha orgulho de dizê que era colono hoje vô dizê que sou pescador, vão rir de mim”*, o qual leva à conclusão de que a profissão de pescador, por estar desatrelada do processo de produção capitalista, e condicionada à coleta, além de render pouco lucro em relação ao esforço despendido, acaba por ser discriminada socialmente.

Um trecho da entrevista com a pescadora MS permite perceber um pouco dessa discriminação. Questionada se gostava de pescar, MS revela que sofre com o preconceito:

PERGUNTA1: você... assim... você gosta?

MS1: ah!... eu gosto... eu gosto da minha profissão... bem que tem uns que tiram saro... mais eu não tô nem aí... cada um tem sua profissão...

PERGUNTA2: i... assim... você não sente um certo preconceito de pessoas assim?

MS2: tem

PERGUNTA3: me conta como que é assim né?

MS3: tem bastante... tem bastante... porque na... o ano passado que... que nós tava numa crise aqui... nós fumo... eu fui lá na prefeitura... pra vê se eles davam uma cesta-básica pra nós né?... não por mim né?... mais pelas criança né?... porque eles... eles sentem né?... daí eles é... umas moça lá ainda tiraram saro... duvidaram que eu não tinha carter de pesca né?... fizeram eu voltá da cidade aqui pra buscá os meus documento pra comprová que eu tinha a carter de pesca... aí eu cheguei lá e apresentei a carter... ainda assim mesmo ela... elas ainda tiraram um sarinho né?... daí eu falei “é ()... voçeis falam porque não é voçeis que tão lá na baranca lá... temporal e chuva e tudo... e você tem que tá lá debaxo da... da... da chuva limpando os peixe e tudo e ajudando” né?... porque isso é necessário que a mulher também tem que colaborá né?

PERGUNTA4: e assim... como você se sente quando... quando eles zombam da sua cara?

MS4: óh!... a gente... dói pra gente né?... porque... eles ali tirando saro do que a gente () a gente não tira saro do serviço deles... (e eles) tirá saro do serviço que a gente faiz... mais acho que isso ninguém podia fazê... porque cada um tem a sua obrigação pra fazê... porque nós não temo robando nada... nós temo fazendo o nosso trabalho ali...

PERGUNTA5: então... mais assim... na hora assim... como ()?

MS5: na hora te dá uma raiva que Deus o livre... só Deus sabe a raiva que dá na gente... (ficá) sabendo que eles tão tirando saro né?

PERGUNTA6: por que você acha... por que esse preconceito?

MS6: ah!... acho que é porque não gostam dos pescador... aqui em Santa Helena mesmo eles não gostam dos pescador...

Em MS1, a resposta à questão é positiva, ou seja, a entrevistada afirma que gosta de pescar, apesar de alguns tirarem “saro” dela. Ela diz não se importar, mas o fato de ela revelar espontaneamente que é discriminada já indica que o preconceito importa para ela. Em função da resposta de MS, a pergunta 2 introduz diretamente o tema preconceito o qual é narrativizado em MS3, no qual a entrevistada relata uma experiência pessoal sua, quando foi satirizada por atendentes públicos municipais.

O pedido de auxílio foi feito “*pelas criança né?... porque eles... eles sentem*”, o que demonstra que MS não se coloca como pedinte ou mesmo aproveitadora, já que por ela não seria preciso, mas as crianças não suportam as privações como ela. Implicitamente, esse mecanismo argumentativo funciona como barreira a possíveis avaliações negativas sobre pessoas que pedem ao invés de trabalhar⁹⁰. Logo após esse comentário, MS diz que teve de voltar para casa, pois não acreditaram que ela é pescadora profissional, o que revela um duplo preconceito: o fato de viver da pesca e de ser mulher. O “saro” foi promovido por “moças”, o que revela inclusive que o “machismo” não está presente apenas entre homens, mas também no próprio público feminino. Após apresentar a documentação, as piadas continuaram e, a aparente conformada MS, que fora para casa buscar os documentos, reagiu: “*daí eu falei ‘é ()... voceis falam porque não é voceis que tão lá na baranca lá... temporal e chuva e tudo... e você tem que tá lá debaixo da... da... da chuva limpando os peixe e tudo e ajudando’ né?*”. A desforra de MS é muito significativa, pois funciona como um contradiscurso que desmonta o preconceito à sua profissão e ao seu sexo, muitas vezes classificado como “frágil”: “*a mulher também tem que colaborá né?*”.

Na fundamentação desta dissertação, foi dito que as narrativas pessoais, quando

⁹⁰ Ironicamente, um dos ditados mais conservadores a respeito da assistência social provém do universo da pesca, o famoso “*não se deve dar o peixe, e sim ensinar a pescar*”. MS provavelmente quis dar a entender que sabe pescar, porém não tem culpa se o Lago não está para peixe.

tendem para eventos emotivos, revelam a linguagem cotidiana do sujeito. Mais do que isso, revelam também suas avaliações quanto a si e ao mundo. MS no início disse que não se importava com o “sarro” e, após narrar um fato que vivenciou, muda um pouco essa posição: “*dói pra gente né?*” (MS4). Dói porque é injusto e ninguém devia fazer, segundo a entrevistada, a qual argumenta: nós não tiramos sarro do serviço deles; cada um tem suas obrigações; não estamos roubando, estamos trabalhando. Intuitiva ou intencionalmente, a entrevistada derruba o ponto de vista preconceituoso das atendentes.

À medida que a narrativa se desenrola, mais ainda aflora o sentimento contido de MS: no início ela não se importava com o sarro; em seguida revela que dói ser discriminada; para, finalmente revelar: “*na hora te dá uma raiva que Deus o livre... só Deus sabe a raiva que dá na gente... (ficá) sabendo que eles tão tirando sarro né?*”. Gradativamente MS deixa transbordar seu real sentimento contra aqueles que a discriminam por ser pescadora: “*aqui em Santa Helena mesmo eles não gostam dos pescador*”. É preciso fazer uma ressalva quanto à explicação dada em MS6, já que ela estava tratando de um fato relacionado com a prefeitura municipal, portanto não se pode generalizar que em Santa Helena, como um todo, não se goste dos pescadores. Inclusive a crítica de MS foi realizada em 2003, portanto houve mudança administrativa e não é possível para nós afirmar se a avaliação continuaria a mesma.

Avaliação semelhante à de MS foi feita pela entrevistada DS sobre o atendimento que os pescadores recebem (ou recebiam?):

DS1: *áz veiz a gente vai pedi uma ajuda... uma coisa né?... a gente o que que recebe?... não recebe nada... eles deveriam ajudá um poco os pescador*

PERGUNTA7: *isso a senhora se refere à prefeitura?*

DS2: *prefeitura... quantas veiz mesmo de nós não tê nada pra pôr nas panela... ia lá... “ah!...passa amanhã”... “ah!... vem outra hora”... poxa!... mais eles têm né?... a gente sabe que eles têm... porque eles não ajudam os pescador?...*

PERGUNTA8: *quando a senhora chegava na prefeitura... qual que era o tratamento deles?... eles tratavam bem a senhora?*

DS3: *bom... a gente chegava e falava... “que qui qué?”... “que qui precisa?”... “preciso uma*

cesta” ... “ah!... não temo... passa semana que vem”... ou “passa meis que vem... fim do meis”

PERGUNTA9: que esses dia a M. tava falando que ela foi maltratada

DS4: ... e bem maltrada... eu também fui maltratada

PERGUNTA10: porque ela falô que era pescadora e riram da cara dela

DS5: sim... tem uns carinha ali dentro... um... um ()... aquele cara ri da tua cara assim óh!... na cara da pessoa assim ele tira sarô... ele já cansô de me tirá sarô...

PERGUNTA11: e é por causa dessa profissão?

DS6: é por causa da profissão... que essa é a profissão que o prefeito tem mais raiva...

PERGUNTA12: mas por quê?

DS7: porque é pobre... pobre preto e pescadô... ele não gosta... que ele deu entrevista... que ele não gosta

PERGUNTA13: () como a senhora se sente?

DS8: como me senti o quê?

PERGUNTA14: mal ou como que...

DS9: mas tem que se senti mal... você chega lá... leva um pé na bunda... e daí?... a pessoa fala... você tem que ponhá o rabinho no meio das perna e vim embora...

PERGUNTA15: é complicado

DS10: é complicado... ichi!... pescador sofre demais aqui em Santa Helena

A fala de DS1 a DS3 deixa subentender que não há vontade de atender os pescadores, já que *“a gente sabe que eles têm... porque eles não ajudam os pescador?”*, ou seja, não há, segundo DS, tratamento equânime para com os pescadores. Sobre ser maltratada, DS revela que tem uns *“carinha”* na prefeitura municipal que *“ri na cara da pessoa”*. Já havia sido comentado no Capítulo 4 que as denúncias dos pescadores dificilmente revelam nomes, especialmente quando os pescadores sentem-se mais frágeis e sujeitos a retaliações. MS e DS procuram manter essa tática, haja vista muitas vezes necessitarem do apoio público municipal. No entanto, na fala DS6 aparece uma revelação surpreendente: o prefeito tem raiva da profissão de pescador, a qual é completada em DS7, porque pescador é pobre, e o prefeito disse em entrevista que não gosta de pobre, preto e pescador. A entrevistada não citou a

referência da entrevista do prefeito e também não foi possível identificar se ocorreu de fato, mas se pode perceber que a entrevistada estabelece uma relação de equidade entre os pescadores e dois grupos humanos notadamente discriminados em nosso país, um pelo critério econômico (pobres) e outro pelo critério racial (pretos). Não que a entrevistada diga que todo pescador é preto, o que se conflitaria com a realidade em Santa Helena, mas que todo pescador é pobre e tão discriminado quanto outros pobres e pretos.

A fala DS9 revela um conflito pessoal, já que a mesma após fazer uma grave denúncia afirma que se sente mal e, figuradamente, diz ter de por o “*rabinho no meio das perna*”, depois de levar “*um pé na bunda*”, e ir embora. Em outras palavras, no espaço público, segundo a entrevistada, o pescador tende a aceitar a injustiça e retirar-se, pois não possui poder para reagir. Ao final, a mesma resume ao dizer que “*é complicado*” ser pescador em Santa Helena. E não são apenas as mulheres pescadoras⁹¹ que reclamam do preconceito: na seqüência, algumas falas de pescadores corroboram as afirmações supracitadas:

AB1: mas a prefeitura... se falá bem a verdade... curto e certo né?... não uma coisa pra... incentivo da prefeitura até hoje né?... da prefeitura... não temo incentivo até hoje né?... antigamente a prefeitura ajudava né?... aqui... mais despois... acabô tudo isso aí

A fala de AB1 refere-se a um atendimento mais amplo à categoria e não a problemas individuais dos pescadores, porém aponta para o mesmo sentido: os pescadores são discriminados no atendimento público municipal. Como já comentado no Capítulo 2, com o alagamento de terras Santa Helena passou a receber *royalties* da Itaipu Binacional como forma de indenização, e esses recursos, com previsão de duração até 2023, devem ser utilizados para compensar as perdas econômicas. No entanto, os pescadores reclamam que não estão inclusos no rol de beneficiários e que a idéia da Administração Municipal, na época das entrevistas ao menos, era de acabar com os pescadores para beneficiar os “*turistas*”:

NIS1: então esse otro prefeito que tá aí... eles não querem pescador... mais eles não sabem o (... quem que se criô aqui... porque tamo no rio... ninguém pede... “ah!... por que voceis tão pescando?”... então se não querem pescador... só querem pensá em turismo... então vão dá

⁹¹ Como já dito, o meio da pesca possui mais homens, o que não impede que estes sofram com preconceitos.

jeito nesse... nesse povo... que a Itaipu também... então não tava pescando... dá um meio pra nós trabalhá... nós não volta... nós não vamo pescá... nós deixa o peixe daí... daí dá turismo em Santa Helena... mais não tão nem aí... deixa nós aí... sei lá

A fala de NIS1 além de confirmar as afirmações de MS, DS e AB, insere elementos novos: a primeira é de que “*eles*”, ou seja, a Administração Municipal, representada pelo prefeito, não querem pescador, mas não sabem que os pescadores trabalham porque precisam. Inclusive o discurso da “antigüidade legitimadora” está presente: “*eles não sabem... quem que se criou aqui*”, ou seja, estamos aqui desde pequenos⁹², não somos estranhos, somos trabalhadores; o segundo elemento é a presença da figura do “*turista*” que, em alguns momentos, designa o pescador amador e, em outros momentos, os turistas em geral que vêm visitar o município. A reclamação contra o “*turismo*” fundamenta-se na compreensão dos pescadores de que em Santa Helena há uma prioridade excessiva para implantar um projeto turístico enquanto os pescadores, que já são uma realidade econômica, ficam sem incentivos. Para NIS, bastaria que dessem outro serviço aos pescadores que os turistas poderiam ficar com os peixes, mas enquanto isso não acontecer os pescadores não vão abrir mão de sua atividade profissional.

O turista surge, neste cenário, como “um outro”, como aquele que é valorizado pela sociedade, pois traz dinheiro para o município, enquanto o pescador é marginalizado. A relação de alteridade entre turista e pescador ganha ainda maior intensidade porque o pescador profissional é visto por muitos como o responsável pela escassez de peixes no Lago de Itaipu, o que atrapalha o turismo de pesca, assim como a promoção de eventos de pesca esportiva.

Além do “turista”, que é um novo elemento valorizado em Santa Helena, outra relação de alteridade conflitante é estabelecida com o agricultor. No Capítulo 4, comentou-se que muitos pescadores vivem inclusive um descentramento identitário motivado pela sua divisão entre mais de uma atividade, especialmente a de agricultor. Porém, em alguns casos, o agricultor é visto pelo pescador como o “outro” que sempre recebe incentivos, ao passo que o

⁹² Inclusive o entrevistado NIS vive em Santa Helena desde os três anos de idade e pesca desde 1992.

pescador nunca recebe. A fala de MS, a seguir, revela essa incompreensão:

MS7: o que nós mais tava esperando é que eles fosse fazê essas vila rural pra nós... isso é a nossa esperança né?...

PERGUNTA16: é um grande sonho?

MS8: é um sonho que a gente né? sempre espera... vê quem sabe alguém agora vai fazê né?... pode... porque.... os produtor rural ali eles ajudam... porque nós eles tamém não ajudam?... é isso que a gente fica pensando... uns eles ajudam... os otros não... então (por que) eles tamém não ajudam?... então daí né?

PERGUNTA17: por que você acha que uns eles ajudam mais e otros não?

MS9: não sei... nós também tinha direito... porque nós tamém tem o bloco de produtor né?... é a mema coisa que nem os otro que mexem com tera né?... só que nós... nós mexe com peixe né?

PERGUNTA18: você acha que é uma questão política... uma questão econômica?

MS10: eu acho que é os dois eu acho... só pode sê os dois... porque meu Deus... porque queném agora óh!... é... meis pas... meis passado eles indenizaro mil e pocos agricultor aqui nessa baranca do rio né?... e nós eles não indenizaro... e nós mora (tamém) na baranca do rio... eles receberam indenização e nós não... nós não recebemo nada aqui né?...

No início de sua fala, MS7 revela que sonha com a possibilidade de uma casa com um pequeno terreno nos moldes da Vila Rural⁹³, ou seja, gostaria de inserir-se na agricultura de subsistência. Em MS8 observa-se que a entrevistada questiona por que “*uns* [produtores rurais] *eles ajudam... os otros* [pescadores] *não*”. Interessante observar que na fala de MS os “*otros*” são os pescadores, ou seja, os excluídos, os de fora. Em MS9 a entrevistada afirma que os pescadores “*também tinha direito*”, usando o verbo no pretérito imperfeito, aparentando que se trata de um direito não mais presente, que se perdeu no tempo, no esquecimento das autoridades. O argumento técnico de que os pescadores também têm bloco de produtor e pagam impostos (MS10) soma-se à tentativa de explicação por ficarem de fora: deve ter cunho econômico e político as motivações, já que mais de mil produtores teriam sido indenizados pelas perdas agrícolas enquanto os pescadores não ganharam nada. Fica vago na narrativa o porquê da indenização aos agricultores, porém o motivo não é o que importa mais a MS, o que importa a ela é deixar claro que os agricultores quando enfrentam dificuldades

⁹³ Já comentamos o projeto de vilas rurais no Capítulo 4.

com suas lavouras são socorridos, já os pescadores não.

Relações conflituosas também vivem os pescadores com as normatizações ambientais e sanitárias. Um exemplo é a fala do pescador RZ, o qual comenta uma nova normatização que impede o pescador de processar o pescado (tirar filé e couro, por exemplo). Segundo ele, essa normatização serve apenas para rebaixar o pescador e dificultar ainda mais sua atividade:

RZ1: não... tem que vendê sujo... só tirá a buchada da bariga...

PERGUNTA19: mas isso nunca foi assim?

RZ2: nunca foi... mais é a lei pra acabá memo... porque nós pescador somo os mais rebaixado pelo... pelas autoridade memo né?... é pra acabá conosco é essa lei que eles fizero

A afirmação de que a lei de sanidade que prevê apenas o evisceramento do peixe por parte do pescador foi criada para acabar com a profissão provavelmente seja um exagero de RZ, porém o que se manifesta em sua fala é um sentimento de “perseguição” do profissional pescador. Durante sua entrevista, RZ insiste na tese de que “... *pescador é sofrido... ele é pisado de tudo lado né?... até órgão que não tem nada que vê... tinha que cuidá do setor deles lá...*”. Expressões como “*ser rebaixado*” ou “*ser pisado*” revelam bem a dimensão de inferioridade na escala social em que RZ considera estar a categoria de pescadores.

Apesar das evidências apontadas, não se pode generalizar essa compreensão de marginalização total dos pescadores profissionais. O pescador AZ, por exemplo, afirma que é “*pescador... tenho tudo nos... minhas... minhas conta assim... loja... banco... tudo como pescador...*”, em outras palavras, AZ não se sente marginalizado socialmente por ser pescador profissional, conseguindo crédito em banco, lojas, tudo. Questionado sobre sofrer algum tipo de preconceito afirma aos risos que:

AZ1: eu vô tê que dá risada agora... não güentei... a gente foi criado aqui... a maior parte do pessoal conhece a gente... a gente ali... numa cidade pequinhinha igual Santa Helena... ah! não é falá muito... mais setenta por cento conhece a gente... sai pelo interior conhece... sai na cidade conhece... a gente é... tudo conhecido né?... pode vim algum pessoal de fora... de banco... de uma coisa... de uma loja... que não conhece a gente... mais se um não conhecê o funcionário conhece... e assim... assim foi aqui óh!... pega ficha né?... já sabe quem que é

né?... isso que (a gente) não tem muita nessa parte... não se apura muito não...

Observe-se que o recurso à “antigüidade” é novamente citado em “*a gente foi criado aqui*”, *status* que não se conquista facilmente, apenas os persistentes podem se dizer “antigos”. Da mesma forma, o fato de viver em uma cidade pequena ajuda a ser conhecido e, portanto, “*não se apura muito não*” na hora de conseguir crédito. Se se tomar como base de análise somente a fala de AZ, chegar-se-ia à conclusão de que ser pescador em Santa Helena é quase um privilégio, e melhor ainda se for antigo, pois se todos conhecem e aprovam o crédito é porque pescador tem crédito, é bem visto. Pessoas que compõem grupos discriminados e que conseguem esconder sua afiliação a esses grupos muitas vezes o fazem (GOFFMAN, 1988), pois assim evitam constrangimentos ou retaliações. Se AZ ri ao ser questionado se a condição de pescador atrapalha, é porque ele não se coloca como integrante de um grupo discriminado. Talvez o fato de AZ não se sentir discriminado como os entrevistados anteriores seja sustentado por sua “antigüidade”, pela estabilidade de estar pescando há mais de trinta anos em Santa Helena ou até mesmo por seu comportamento pessoal.

Outra avaliação que inquieta os pescadores profissionais é a falsa compreensão de que pesca profissional e pesca de lazer são sinônimos. Muitas vezes os pescadores são taxados como pessoas que não desejam trabalhar ou que vivem de um trabalho prazeroso, o que é contradito por eles, ao afirmarem as dificuldades da pesca e a seriedade da profissão:

LZ1: embora que ela é uma profissão ingrata... profissão ruim memo né?... muitos acham que é uma diversão... mais pra quem vive disso dali... você... chegô a hora você tem que i... pode tá chovendo... o sol tá ()... chegô a hora tem que i pro rio... não tem... se você não vai você perde né?... perde o pexe

AZ2: ah! o cara chega... “o pescador tem uma vida boa... uma vida forgada... ele não faiz quage nada”... não faiz quage nada porque se o (cara) vê o que é um pescadô... o cara nem falava isso aí...

ELM1: é... a pesca sempre... () a turma fala uma coisa... mais na realidade é outra... a pesca sempre ela é boa mais é difícil também... tem umas hora ruim... quando tem vento... chuva... frio

Os três entrevistados citados são unânimes em afirmar que a visão generalizada sobre o trabalho da pesca o concebe como divertido, bom, folgado, ocioso... Para eles, somente a experiência pessoal do trabalho pesqueiro é que dá a noção exata das dificuldades que os pescadores enfrentam. Não é por acaso que eles realizam tais afirmações, pois sentem necessidade de confrontar uma visão de seu trabalho que é pejorativa, mesmo se tratando de adjetivos positivos. A contradição é aparente, pois numa sociedade marcada por uma moral do trabalho muito forte, beira a heresia alguém ganhar a vida sentindo prazer: “o trabalho dignifica o homem” diz o ditado popular, e trabalho decente é aquele que exige esforço, dedicação e honestidade. Para os pescadores, ser pescador profissional de verdade significa tudo isso, e é importante que as pessoas saibam disso antes de falarem “bobagens” por aí.

Decidiu-se explorar o preconceito sobre a profissão de pescador neste subtópico, pois o preconceito sobre a linguagem dos pescadores advém da discriminação social sobre sua posição social, assim como o estatuto de não-competentes, assuntos que serão discutidos nos tópicos a seguir.

6.2 O PRECONCEITO LINGÜÍSTICO NA COMUNIDADE DE PESCADORES

Em si, não há nenhuma base científica que legitime ser uma variante lingüística superior à outra. A “*high*” e “*low variety*” de acordo com a classificação de Ferguson (1966, p. 1-3) são conseqüências do preconceito lingüístico e, como afirma Gnerre (1994, p. 25), “segundo os princípios democráticos nenhuma discriminação dos indivíduos tem razão de ser, com base em critérios de raça, religião, credo político. A única brecha deixada aberta para a discriminação é aquela que se baseia nos critérios da linguagem e da educação”.

Bagno (2003) dedica um livro exclusivamente ao debate sobre o preconceito lingüístico contra aqueles que não dominam a norma gramatical. O autor apresenta oito mitos

que “fundamentam” o preconceito lingüístico (BAGNO, 2003, p. 15-69): mito n.º 1 “A língua falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente”; mito n.º 2 “Brasileiro não sabe português / Só em Portugal se fala bem português”; mito n.º 3 “Português é muito difícil”; mito n.º 4 “As pessoas sem instrução falam tudo errado”; mito n.º 5 “O lugar onde melhor se fala o português no Brasil é o Maranhão”; mito n.º 6 “O certo é falar assim porque se escreve assim”; mito n.º 7 “É preciso saber gramática para falar e escrever bem”; mito n.º 8 “O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”.

Basta dar uma olhada no elenco de mitos apontados por Bagno para reconhecer um pouco da situação dos pescadores santa-helenenses. O que talvez seja ainda mais cruel do que o preconceito de um sobre o outro é o autopreconceito. Calvet (2002, p. 65) assevera que “existe todo um conjunto de *atitudes*, de sentimento dos falantes para com suas línguas, para com as variedades de línguas e para com aqueles que as utilizam”. Calvet (2002, p. 73-74) sentencia ainda que haja atitudes de rejeição ou aceitação quanto às diferentes formas de falar, porém essas atitudes não necessariamente influenciam diretamente a fala do sujeito, mas tendem invariavelmente a pesar na avaliação que se faz do discurso dos outros. Pudera, pois como no caso dos pescadores aqui pesquisados, nem sempre há a real possibilidade de transitar da norma desprestigiada para a prestigiada, simplesmente por falta de domínio da última, o que não impede os pescadores de perceberem as diferenças e realizarem sua avaliação pessoal.

Uma variante prestigiada sempre pressuporá variantes desprestigiadas, assim como uma variante legitimada originará variantes estigmatizadas. Assim, está-se diante de uma questão de política lingüística: é preciso romper com a idéia de língua legítima, o que não impediria de se ensinar e cultivar a norma gramatical como referência nacional para a escrita.

De modo geral, pôde-se constatar, nas entrevistas dos pescadores e pescadoras, referências diretas ao modo de falar e à falta de escolarização, além da percepção de que o

estudo pode dar aos filhos melhores condições de vida. É óbvio que escolarização não pressupõe apenas o aprendizado da norma gramatical, porém a auto-avaliação negativa quanto ao próprio falar demonstra a expectativa de que os filhos poderão superar essa dificuldade com o uso da linguagem caso estudem.

A seguir, serão apresentadas interpretações de algumas falas de pescadores que revelam, lingüisticamente, contrastes com a norma gramatical do português e, ideologicamente, uma auto-avaliação dos pescadores quanto ao seu falar.

HS1 - em primero lugar certo?... eu... esse... essa profissão... pros meus filhos não quero dá... tomara a Deus... se Deus... permiti... eu não quero dá pros meus filho... quero dá um estudo digno pra eles... i... uma profissão digna pra eles... que eles possam ganhá mais... e um dia se orgulhá e falá... “pai... tu tinha razão... tinha razão”...

HS2 - se eu hoje fosse mais novo... i pudesse te as condições de vida de mantê um estudo... eu não ia tá nessa profissão... não quiria tá nessa profissão... que essa profissão é uma profissão muito... muito sofrida...

HS3 - um exemplo que eu... que eu queria dá pra quem tivesse a idéia de pescá... que se tem um estudozinho... que não vá pescá... arume otro serviço... porque é sofrido... cada vez fica pió né?...

As falas acima, do pescador HS, revelam duas temáticas que serão abordadas com maior ênfase nos capítulos subseqüentes, quando se tratará de “competência” e de “estigma”, mas antecipou-se essas citações porque elas refletem claramente a informação dada sobre a pouca escolaridade dos pescadores. Para HS, somente vive da pesca profissional no Lago de Itaipu quem possui pouca escolaridade. Portanto, diz ele, para os filhos quer estudo e profissão digna; para ele, se pudesse manter um estudo, procuraria outra profissão; para os que têm um “*estudozinho*” que seja, que não entrem na pesca. A idéia de que maior escolaridade não combina com a pesca profissional aponta no sentido de que para ser pescador profissional não se precisa de escolaridade e que não compensa para quem tem estudo ser pescador profissional. Há um distanciamento claro, na fala de HS, entre intelectualidade e trabalho pesqueiro, mas se lida na íntegra sua entrevista, assim como as de outros pescadores e pescadoras, perceber-se-á que a “escola da vida” está presente, a qual

através da experiência que propicia ensina a viver da pesca (porém, essa escola não ensina a gramática normativa).

As falas a seguir, de LZ, ratificam a idéia de que os pescadores são “*analfabetos*”, o que os impede de ter outra profissão, mas não os impede de serem pescadores:

LZ1 - fazê algum futuro né?... negócio de pesca não... não faiz... não... a gente vê que não... a gente como é analfabeto... não tem... otra profissão... tem que batalhá por aí mesmo né?

LZ2: se pará de pescá.. você vai passá fome... fazê o que... é analfabeto... não tem... tem que continuá na mara

É importante observar em LZ1 que o entrevistado não atribui ao fato de ser analfabeto a falta de sucesso na pesca, mas considera a própria pesca em si uma atividade que não tem futuro. Ou seja, não adiantaria ter graduação em Letras, por exemplo, para ser pescador, porque ser “*analfabeto*” atrapalha na busca de outra profissão mais lucrativa e não em ser pescador, tanto que por ser “*analfabeto*” “*tem que continuá na mara*” (LZ2). Na verdade LZ não é analfabeto, freqüentou alguns anos de escola, sabe ler e escrever, porém certamente não como gostariam os gramáticos tradicionais, ou seja, para ele não saber a forma “correta” do português significa o mesmo que ser analfabeto. Tem-se aqui uma avaliação quanto à competência da escrita (analfabeto), já outros realizam avaliações quanto a sua fala:

AZ1 – desculpa de alguma coisa que eu falei erado pra voceis... que a gente é... caipirão... voceis desculpa

Para AZ1, sua fala é de “*caipirão*”, ou seja, não realiza as pronúncias conforme manda o receituário escolar, o qual diz que é necessário reproduzir com fidedignidade os fonemas representados pelas letras do alfabeto. Sabe-se que essa reprodução fiel é utópica, até porque foi a escrita que surgiu depois da fala e não consegue reproduzi-la com fidedignidade⁹⁴. Provavelmente essas características lingüísticas não incomodam AZ frente aos seus colegas de profissão, porém frente a professores e acadêmicos suas características lingüísticas ficaram ressaltadas, o que levou AZ a pedir desculpas pelo seu jeito de falar,

⁹⁴ Mesmo o alfabeto fonético, muito mais amplo na representação gráfica dos diversos sons da língua, não consegue alcançar a plenitude em suas transcrições.

assumindo um estigma lingüístico. O mesmo sentimento pode ser observado na fala de HS4:

HS4 - se a gente falô alguma coisa erado... pode voltá que a gente grava de novo

Tanto o “*erado*” de AZ1 e o “*erado*” de HS4 adjetivam a forma como eles falaram e não o conteúdo do que falaram, pois tanto um quanto outro, em suas narrativas, foram afirmativos ao tratar sobre suas histórias de vida, ao opinar sobre a profissão da pesca, ao explicar como se pesca, entre outras inúmeras informações que se pode constatar em suas entrevistas. Portanto, está-se frente às avaliações de pescadores que acreditam “não falar corretamente”, manifestações claras da percepção do preconceito sobre o seu falar, seguidas de atitudes conformadas, já que um pede “*desculpas*” e o outro se dispõe a “*gravar de novo*”.

Pelo visto, não seria necessário examinar profundamente as falas dos pescadores para apresentar diferenças com relação à norma gramatical oficial, pois os próprios informantes alertam sobre isso, o que demonstra a sensibilidade do entrevistado, mesmo não sabendo que seu discurso seria analisado em um trabalho de sociolingüística. Portanto, não são apenas as ciências lingüísticas que suscitam a percepção da variação, mas toda e qualquer atividade humana que coloque em evidência diferentes formas de dizer. O que traz à tona as avaliações positivas ou negativas quanto ao uso lingüístico é o estranhamento provocado por variantes diferentes em contato, porém tais avaliações são definidas a partir de estereótipos e preconceitos presentes na sociedade. Observe-se que em nenhum momento das entrevistas foi questionada a fala ou realizada alguma observação quanto ao falar dos entrevistados, no entanto os mesmos manifestaram espontaneamente seu auto-estigma.

Deve ser ressaltado que a interação entre entrevistadores e entrevistados não foi prejudicada pelo uso de variantes distintas. Notadamente, os entrevistadores fizeram uso de uma variante muito próxima à norma gramatical, principalmente pelo lugar social ocupado por estes, o espaço da universidade, enquanto que os pescadores usaram uma variante não adequada às normas tradicionais da gramática, como pode ser constatado em construções nos

trechos anteriores. Por exemplo, a realização dos verbos em LZ1: fazer/“fazê”, faz/“faiz”, batalhar/“batalhá” – os primeiros dois exemplos são característicos do português brasileiro, que tende a omitir a vibrante final na forma infinitiva dos verbos e no terceiro exemplo tem-se uma ditongação, como em dez/“deiz”, nós/“nóis”. Outra marca lingüística interessante é a omissão do pronome em primeira pessoa do plural “nós”, sistematicamente trocado por “a gente”, correspondente ao processo de simplificação das conjugações verbais, que tende a transformar em terceira pessoa do singular a maioria das conjugações, como em “tu amas” → “você ama”; “nós amamos” → “a gente ama” (BAGNO, 1999, p. 61-69).

Monteiro (2000, p. 145) comenta que muitos especialistas consideraram a erradicação dos dialetos (ou variantes) populares uma política adequada para o ensino de língua, mesmo que “todos os lingüistas compartilham a opinião de que os dialetos distintos da língua-padrão são sistemas muito bem estruturados” (LABOV⁹⁵ *apud* MONTEIRO, 2000, p. 145). Não é de se estranhar a reação dos pescadores frente a sua linguagem, já que são vítimas dessa ideologia unificante de língua. Monteiro ressalta que a erradicação não é uma solução ideal, pois se trata de uma violência sobre o sujeito, já que

a linguagem não é simplesmente um meio de transmitir informações, mas é sobretudo um símbolo de identificação do indivíduo com um determinado grupo social. Sugerir à criança [no nosso caso aos pescadores] que sua linguagem é inferior é de alguma maneira dizer-lhe que ela e todas as pessoas de seu meio são também inferiores. (MONTEIRO, 2000, p. 145)

Monteiro enfatiza ainda que não se podem estabelecer níveis hierárquicos entre grupos sociais, como se um pudesse ter maior valor que outros, além do que é totalmente inócua a idéia de homogeneizar a língua, pois isso somente seria possível em uma comunidade homogênea, o que não existe na sociedade moderna, especialmente na Ocidental. Portanto, o preconceito lingüístico imputado sobre o falar dos pescadores e inclusive assumido por muitos deles não se justifica cientificamente, constituindo-se numa violência simbólica sobre essa comunidade.

⁹⁵ LABOV, W. *Language in Inner City*. Op. cit. (1984).

6.3 O “DISCURSO COMPETENTE” QUE CALA OS PESCADORES

O “discurso competente” está fundamentado na “ideologia da competência” (CHAUÍ, 1997), a qual surge a partir da “Segunda Revolução Industrial” ou “Fordismo”.

Segundo Chauí:

O discurso competente é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado (...) porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem. Assim, não é paradoxal nem contraditório em um mundo como o nosso, que cultua patologicamente a cientificidade, surgirem interdições ao discurso científico. Podemos dizer que exatamente porque a ideologia contemporânea é cientificista, cabe-lhe o papel de reprimir o pensamento e o discurso científico. É nesse contexto de hipervalorização do conhecimento dito científico e de simultânea repressão ao trabalho científico que podemos melhor apanhar o significado daquilo que aqui designamos como discurso competente.

O discurso competente é o discurso instituído. *É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância.* O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência. (CHAUÍ, 1997, p. 7 – grifo nosso).

O discurso competente está, portanto, fundado numa ideologia da competência, a qual, na sociedade atual, está atrelada à classe dominante, ou seja, à classe burguesa. Chauí (2003, p. 102), citando Claude Lefort⁹⁶, afirma que, antes do século XX,

a ideologia burguesa era um pensamento e um discurso de caráter legislador, ético e pedagógico, que definia para toda a sociedade o verdadeiro e o falso, o bom e o mau, o lícito e o ilícito, o justo e o injusto, o normal e o patológico, o belo e o feio, a civilização e a barbárie. Punha ordem no mundo, afirmando o valor positivo e universal de algumas instituições como a família, a pátria, a empresa, a escola e o Estado, e, com isso, designava os detentores legítimos do poder e da autoridade: o pai, o patrão, o professor, o cientista, o governante.

Com o advento do Fordismo é implementada a “Organização”, uma nova concepção de relação social pautada no racionalismo administrativo, na hierarquia funcional e numa lógica científica de funcionamento (esse assunto já foi abordado no tópico 4.2.7). Nesse novo cenário passa a valer a competência como classificador social (CHAUÍ, 2003, p. 105). Para a autora, está-se diante da “ideologia da competência”, a qual camufla a real divisão social de

⁹⁶ LEFORT, Claude. *A gênese da ideologia na sociedade moderna*.

classes, através da construção da idéia de que o mundo passa a ser dividido entre os que têm conhecimento e os que não o têm.

O discurso competente, então, é aquele pronunciado pelo especialista, o qual está atrelado a uma hierarquia organizacional. Quanto maior for o número de organizações e hierarquias, mais haverá discursos competentes.

A título de exemplo, pode-se observar como a ideologia da competência influencia o uso da linguagem. Bagno (2003) identifica a valorização das formas discursivas ligadas às elites no ensino e uso da língua portuguesa no Brasil e critica a idéia de que quem domina a norma dita “cultura” é que ascende socialmente. O que o autor faz é um trabalho de desmistificação da idéia de que somente quem domina a norma privilegiada sabe falar e de que somente quem sabe falar ascende socialmente, ou seja, é competente socialmente:

É muito comum encontrar pessoas muito bem-intencionadas que dizem que a norma padrão conservadora, tradicional, literária, clássica é que tem de ser ensinada nas escolas porque ela é um “instrumento de ascensão social” (...). Ora, se o domínio da norma culta fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do país (...). O que está em jogo é *a transformação da sociedade como um todo*, pois enquanto vivermos numa estrutura social cuja existência mesma *exige desigualdades sociais profundas*, toda a tentativa de promover a “ascensão” social dos marginalizados é, senão hipócrita e cínica, pelo menos de uma boa intenção paternalista e ingênua. (BAGNO, 2003, p. 69-71)

Faz-se importante ressaltar o caráter autoritário presente na “sociedade da competência”, a qual, mesmo não utilizando a força (apenas quando necessário!), age coercitivamente sobre os sujeitos, determinando seu lugar social e as atividades inerentes a esse lugar. Chauí (1996, p. 53) sintetiza muito bem o que faz a sociedade brasileira ser uma sociedade autoritária:

É uma sociedade que conheceu a cidadania através de uma figura inédita: o senhor-cidadão, e que conserva a cidadania como privilégio de classe, fazendo-a ser uma concessão regulada e periódica da classe dominante às demais classes sociais, podendo ser-lhes retirada quando os dominantes assim o decidem (como durante as ditaduras).

É uma sociedade na qual as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas, em relações de hierarquia, mando e obediência (situação que vai da família ao Estado, atravessa as instituições públicas e privadas, permeia a cultura e as relações interpessoais). Os indivíduos se distribuem imediatamente em superiores e inferiores, ainda que alguém superior numa relação possa tornar-se inferior em outra, dependendo dos códigos de hierarquização que regem as relações sociais e pessoais.

Todas as relações tomam a forma da dependência, da tutela, da concessão, da autoridade e do favor, fazendo da violência simbólica a regra da vida social e cultural.

Verificou-se nas narrativas dos pescadores a presença da autoridade, ou seja, daqueles que têm o direito de falar (especialistas autorizados pelas organizações), pois estão em postos sociais privilegiados. Percebe-se nas entrevistas que esses sujeitos são citados, geralmente, para justificar uma posição dos pescadores, ou seja, toma-se emprestada a credibilidade que a sociedade confere a esses indivíduos, já que os pescadores não gozam desse *status*.

LH1: já... já... já tinha vários... vários... agora já nem... nem foi mais discutido... porque não adianta... é uma discussão que... que é em vão... que não adianta... mais que esses... esses ano atrás é... era bastante discutido... até tinha... o delegado veio... tempo de outro delegado... veio () aí na... na... nas reunião... veio tudo quanto é órgão... mas até hoje não foi... ajeitado nada...

Em LH1, o pescador está comentando que nem mesmo a participação do delegado e órgãos oficiais conseguiram resolver o problema do roubo de redes de pescadores. Portanto, essa “*é uma discussão que... (...) é em vão... que não adianta*”, já que as autoridades não conseguiram resolver. Interessante notar que nesse caso há uma “meia” subversão do respeito à autoridade, pois esta não funciona com relação à inibição dos roubos; por outro lado, fica claro na narrativa que, se nem o poder de polícia – organização de repressão do estado - resolveu, então ninguém mais poderá resolver.

SIC1 - ... aí inclusive nós tivemos uma reunião lá em Rondon... lá... na colonha de pesca... teve muita gente... muitas autoridades lá... tava lá o presidente da Itaipu... foi discutido muito sobre esse assunto né?... aí... inclusive tinha uma frera de... São Paulo... que é da pastoral dos pescador né?... aí essa mulher muito experiente... uma senhora de idade já... muito experiente... ela... chamô a atenção da... das autoridades que tava lá presente... tinha muita autoridade lá... diz “voceis... prestam bem atenção no que que voceis vão fazê com esses pescador”...

O trecho SIC1 ressalta a fala de uma freira “*experiente*”, ligada à Pastoral do Pescador, em defesa da pesca profissional no Lago de Itaipu como meio de sobrevivência. Veja que a autoridade do discurso da freira é direcionada às autoridades presentes, ou seja, de autoridade para autoridade, mais importante que de pescador para autoridade e mais ainda do que de autoridade para pescadores, os quais sabem muito bem de sua realidade e das

conseqüências se a pesca profissional for extinta no Lago de Itaipu. Mas se eles já sabem, por que não dizem eles mesmos? Justamente pela autoridade que a freira possui por ser “*experiente*”, “*senhora de idade*”, por estar vinculada a uma organização religiosa (Igreja Católica) e a uma organização de assistência social reconhecida (Pastoral dos Pescadores). Tal autoridade ganha força perante as demais organizações e pessoas que as representam.

Pode-se observar como funciona essa representação autorizada em outra fala de SIC:

SIC2 - nós temos um advogado de... de Guaíra... doutor Aparecido... que tá cobrando o pacto ambiental... das... das energia elétrica que é pago em... tudo... tudo que é energia elétrica do Brasil é pago esse empato ambiental... e a Itaipu não pagô esse empato ambiental pra ninguém... então... o advogado descobriu esse assunto... foi lá... foi (intermédio) que antes ele queria... queria cobrá uma indenização da Itaipu pelas... pelas... pelas baixa de rio... que deu... sabe?... no tempo de piracema né?... e não achô brecha... porque... a usina... mai daí ele achô essa... essa brecha da.. do impacto ambiental... daí... orientô as colonha... pras colonha dá autorização pra ele... que ele vai... ia cobrá esse impacto ambiental...

Em SIC2 o pescador fala do “nosso” advogado, o qual exerce um papel muito interessante na organização das colônias, haja vista suas atividades extrapolarem a simples representação jurídica, o que por si só já o coloca no rol dos especialistas. O “doutor Aparecido”, como é chamado pelos pescadores, participa das reuniões das colônias, elabora discursos de engajamento, coordena reuniões com órgãos governamentais, articula movimentos e é porta-voz dos pescadores. Talvez seja o exemplo melhor acabado do discurso competente no convívio dos pescadores, os quais lhe repassam poderes, haja vista os pescadores terem uma visão negativa de si mesmos, quando se fala em conhecimento, como constatado no tópico 6.2, sobre preconceito lingüístico. Ressalta-se ainda, na fala de SIC2, que o doutor Aparecido representa os interesses da Colônia de Pescadores frente a Itaipu Binacional, ou seja, é um especialista jurídico que representa uma organização frente a outra, espaço que a sociedade atual não reserva aos não-autorizados.

Os pescadores convivem com equipes que desenvolvem pesquisas ecológicas desde a formação do Lago de Itaipu. O Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aqüicultura da Universidade Estadual de Maringá (Nupélia-UEM), parceiro da Itaipu Binacional, é a

“organização universitária” mais presente no convívio com os pescadores, desenvolvendo atividades sobre o impacto ambiental produzido pelo Lago, qualidade da água, reprodução e desenvolvimento dos peixes, entre outras. Nesses trabalhos, os pescadores são parceiros, realizando anotações sobre a quantidade de pesca diária e comunicando alterações significativas no hábitat do Lago. Inclusive o preenchimento das fichas pelos pescadores rende um salário mínimo anual à Colônia por pescador, viabilizando com isso a própria organização da categoria.

Esse envolvimento constante fez com que o Nupélia fosse muito citado nas entrevistas, em especial seu responsável⁹⁷ principal nas pesquisas no Lago, citado como “Edson do Nupélia”, “Edson da Universidade”, “Edson da UEM”, ou seja, vincula-se sempre seu nome à instituição, já que ele é a pessoa autorizada, o especialista. As falas selecionadas a seguir demonstram três situações distintas na relação com a autoridade científica representada por “Edson”:

RS1 - até o Edson da Universidade de Maringá né?... chamô nós a parte lá... que “a água doce é uma coisa... e a água salgada é outra”...

RS2: ele tinha um empate dentro da guelra dele né?... ((risos))... do anzol... um empate sabe?... que eles colocam no anzol sabe?... (...) o Edson lá da Universidade de Maringá falô... “pela cabeça dele... ele tinha que pesá cento e deiz quilo”... deu onze quilo só a cabeça... cada quilo da cabeça do pintado... dá deiz quilo de peixe...

O pescador RS utiliza-se nas duas circunstâncias da fala do “*Edson da Universidade de Maringá*” para fundamentar seus argumentos. Em RS1, ao comentar uma reunião de trabalho sobre a pesca profissional no Paraná, o pescador defende a tese de que devem ser desenvolvidos projetos separados entre a pesca no mar e a pesca em rios e lagos, por isso utiliza a fala autorizada do especialista da universidade para demonstrar que ele estava certo e que “*a água doce é uma coisa... e a água salgada é outra*”. Na citação RS2, ao falar de um peixe da espécie “pintado”, capturado por ele e que apresentava peso inferior ao normal,

⁹⁷ Dr. Edson Kiyoshi Okada - UEM-Nupélia

recorre à informação do especialista para dizer que o peixe deveria pesar pelo menos cento e dez quilos, já que *“cada quilo da cabeça do pintado... dá dez quilo de peixe...”*. Observa-se nas duas citações de RS que o mesmo faz uso do discurso autorizado de outrem para fundamentar sua própria fala, mesmo que ele já soubesse por si informações óbvias, como, por exemplo, a diferença inequívoca entre a pesca marítima e a pesca fluvial e lacustre.

No exemplo a seguir, o pescador AB - o qual pesca desde a formação do Lago de Itaipu e, em sua narrativa, ressalta de forma reiterada sua boa relação com os organismos oficiais ligados ao Lago - não faz apenas uso do discurso autorizado do especialista Edson, mas também se apropria da competência deste e das pesquisas desenvolvidas pelo Nupélia:

AB1: só tem uma coisa... tudo depende da época do meis tudo... você sabe qual a... qual é a época que o peixe não se alimenta?

PERGUNTA1: inverno?

AB2: inverno

PERGUNTA2: ele vai pro fundo

AB3: não... ele no inverno ele quage não anda...

PERGUNTA3: não gasta energia

AB4: não gasta e outra... eu acompanhei muito em termo de pesquisa com isso aí tamém... o peixe né?... o pessoal da Universidade que é o Edson o japoneisinho que é o cabeça...

Pode-se observar em AB1 que o entrevistado assume o papel de entrevistador: *“você sabe qual a... qual é a época que o peixe não se alimenta?”*. Porém não é um pergunta que espera resposta, mas sim uma forma retórica de proporcionar espaço para a própria resposta, a qual é fundamentada pelas pesquisas do *“pessoal da Universidade que é o Edson o japoneisinho que é o cabeça”*. AB não usa simplesmente a fala do *“pessoal”* que diz que no inverno peixe não se alimenta, mas sim o conhecimento que AB aprendeu com o *“pessoal”*, o que o torna, pelo menos nesse aspecto, um *“especialista”*. A forma como trata a pessoa de Edson, como *“japonesinho”* e *“cabeça”* revela, por um lado, informalidade e, por outro, a compreensão de que há uma hierarquia na Universidade e que Edson ocupa o lugar mais

elevado, simbolizado pela expressão “*cabeça*”, que além de liderança hierárquica, também pode significar liderança intelectual.

Os exemplos até aqui apontam para uma apropriação do discurso competente por parte dos pescadores. Porém, também se pode constatar subversão dessa ordem, mesmo que de forma localizada. A fala de ELM1 é uma evidência disso:

ELM1: ... daí até o Edson achô que eu não era pra tê falado essas coisa... mais eu achei que eu falei certo... eu não to... ele falô que... prejudicava o pescador profissional falá uma coisa dessa... mas eu acho que não... porque eu quero dizê que o pescador profissional... eu... eu acho que o pescadô profissional ele não podia pescá nos banhado... sabe por quê?... no banhado se cria os peixe... ele desova... i mesmo este peixe que Itaipu solta... ele vai direto pro banhado... lá ele fica mais... tem coisa de comê mais do que no leito né?

Observe-se que ELM1 confronta a opinião de Edson a respeito de proibir a pesca em entradas de rios, os banhados, onde, segundo ELM, os peixes se reproduzem e se desenvolvem. Observe que o portador do discurso competente – “*Edson*” - desautoriza a fala de ELM, mas esse não aceita, pois acredita estar certo. Cabe ressaltar que ambos estariam preocupados com os pescadores profissionais, portanto estariam do mesmo lado, o que os coloca em lados diferentes é a compreensão do que é melhor para os pescadores. Enquanto a opinião de Edson de que a proibição diminuiria a quantia de pesca para os pescadores profissionais, ELM acredita que deixando os peixes se reproduzirem e se desenvolverem nos “*banhados*” aumentaria o número de peixes no Lago, beneficiando os pescadores profissionais.

Apesar de exemplos como de ELM1, no geral as narrativas estudadas refletem uma concepção bastante difundida entre os pescadores: a de que estão nessa profissão por não possuírem conhecimento (competência) para ocupar uma função mais interessante na sociedade. A fala a seguir foi proferida ao final da entrevista de HS, num tom resignado, mostrando o ressentimento destes sujeitos, especialmente por se tratar de entrevistadores da universidade, ou seja, integrantes do mundo da competência, os quais em alguns momentos abrem possibilidade para que os pescadores possam exprimir o que pensam, possam

manifestar suas idéias e conseguir ecoar sua voz:

HS1 - pois não... eu agradeço... demais dirigentes de tudo o... a Unioeste... aí né?... presentes i... pra mim é uma grande... uma grande oportunidade de tá falando aqui... () por sabê que... um... um órgão tá... tá se preocupando com o lado pesquero e tá ()... tá procurando o lado do pescador pra sabê a melhoria de vida que nosso pescador e... saber o que o pescador pensa e o que o pescador qué... né?... eu agradeço muito de coração e a todos da universidade.

Em suma, pode-se observar que os pescadores de Itaipu não se compreendem como autoridades, num sentido global. Não que internamente à categoria não haja nenhum tipo de estratificação desse tipo, porém fica evidenciado que as relações externas desses sujeitos estão envoltas em embates e que, não raramente, sua voz é calada pela “ideologia da competência”.

6.4 O ESTIGMA DE SER PESCADOR

O preconceito sistemático gera de forma imediata a ação discriminatória e cumulativamente o estigma, o qual pode ser assumido pelo discriminado, assim como combatido. De qualquer forma, quando algum comportamento, posição social, etnia ou raça chega ao ponto de ser estigmatizado socialmente é sinal de que as pessoas identificadas com tais estigmas sofreram e sofrem muito com sua condição. O estigma é um fenômeno social que pode ser construído como também desconstruído, mas ambos só podem ser processados no nível coletivo. Uma pessoa até pode estruturar-se psicologicamente para se proteger do preconceito, porém não evitará que os outros a discriminem. Somente uma mudança coletiva pode inverter uma representação social.

Como observado nos subtópicos antecedentes desse capítulo, os pescadores profissionais percebem o preconceito sobre eles e, às vezes, conformam-se a essa representação, e, outras vezes, rebelam-se. A reiteração dos entrevistados em afirmar que pescadores profissionais são trabalhadores, respeitadores das leis, dedicados, solidários, esforçados, entre outros aspectos positivos, é uma demonstração de construir-se positivamente

frente à sociedade. Da mesma forma, ao afirmarem que há pescadores que não merecem ser chamados de profissionais, pois não respeitam a natureza, roubam redes, querem trabalhar somente nas épocas boas para a pesca, entre outros aspectos negativos, constitui-se num esforço para marcar diferenças, como diz o ditado popular, “separar o joio do trigo”, ou seja, marca-se claramente a diferença entre um pescador profissional (trigo = bom) do não profissional (joio = mau).

Agora, se somente houvesse reação dos pescadores ao preconceito, significaria que não se sentem estigmatizados e que apenas os “outros” estigmatizam a profissão de pescador. No entanto, quando se ouve da maioria dos entrevistados a afirmação de que para seus filhos não querem essa profissão, significa que o estigma também está instalado entre os pescadores. Já foi discutido um pouco sobre essa contradição no Capítulo 4: como explicar que os mesmos sujeitos que dizem gostar da profissão e defendem-na como honrada não querem transmiti-la aos seus descendentes, salvo raras exceções? Saber que esses pescadores e pescadoras advêm de famílias migrantes, que vieram para a região em busca de terras para manter a tradição agrícola, o que os estados ao sul não podiam mais fornecer por limitações geográficas, torna ainda mais interessante essa questão, já que a cultura do legado aos descendentes é rompida. O que querem a maioria dos entrevistados para os filhos? Que tenham bom estudo e profissão digna, que proporcione mais dinheiro e menos sofrimento.

Não se pode desmerecer o desejo desses sujeitos, inclusive não é pertinente questioná-los quanto ao acerto de suas escolhas e ambições, porém a vontade de encerrar o ciclo da pesca profissional da família é evidência incontestável de que existe um estigma instalado entre a maioria dos pescadores quanto a sua profissão. A fala de AZ, o qual inclusive se diz pescador e que isso não o atrapalha socialmente (subtópico 6.1), diz que não deixou os filhos seguirem no ramo:

AZ1: a família puxô tudo de pesca... os único são os dois piá meu que eu não dexei ((risos))

PERGUNTA1: explica essa história de não deixá os piá

AZ2: a... a pescaria não dá futuro... pescaria quebra um gaio... pescaria é mema coisa que trabaiá com salário... ele... você pesca... quando chega o fim do meis vai acertá... não tem nada... e... igual eu falei antes... quem dá... quem faiz dinheiro... é o compradô do peixe... não é o pexero... o pescador... é o pexero que faiz dinheiro... () que eu tamém já vendi peixe... eu sei como é isso aí

O pai (já falecido), irmãos e vários sobrinhos de AZ atuam ou atuaram na pesca profissional em Santa Helena, inclusive a pesca foi alternativa à lavoura, que na década de 1960 e 1970 não era suficiente para o sustento da família. No entanto AZ não deixou seus dois filhos seguirem o mesmo ramo, porque a pescaria não dá futuro, é um quebra galho, é igual trabalho assalariado, nunca sobra nada no final do mês. É uma visão financeiramente pragmática e moralmente desvalorizadora, já que “*quebra gaio*” não pode ser tomado como sinônimo de profissão. Além de tudo, ao dizer que o “*pexero*” é quem ganha dinheiro deixa transparecer que o pescador é explorado, pois é ele quem trabalha para outro levar o lucro.

Da mesma forma, a pescadora DS revela que para os filhos não quer o mesmo destino que o dela, pois ela teve de se conformar por não ter estudo, mas eles devem ter estudo e profissão que dê futuro:

PERGUNTA2: e seus filhos... a senhora gostaria que fossem pescadores?

DS1: não... essa profissão eu não quero que eles tejam... eu não quero... porque eu nunca tive estudo... isso eu não tenho... mal apenas sei assiná meu nome né?... agora eles não... eles tem que tê uma profissão que dá futuro pra eles né?... que pescá não... pescá é pra... sei lá... é pra se mantê um poquinho... mais não é muito não...

A avaliação de DS1 é similar a de AZ2. Para eles pescar é uma atividade contingencial, porém, cabe ressaltar, ambos vivem há anos da pesca. O marido de DS, por exemplo, é profissional desde 1992 e AZ desde 1974. O desejo de DS, a qual possui seis filhos, não poderá mais ser atendido plenamente, pois sua filha, MS, já é pescadora profissional. Ao ouvir MS, descobre-se que ela já teve seu sonho profissional frustrado e agora transfere para seus filhos:

PERGUNTA3: você assim... não tem vontade de tê otra profissão... alguma otra coisa ()?

MS1: ah!... vontade a gente tinha né?... mais... a gente tamém não tem estudo... como é que a

gente vai fazê né?... (é a profissão da gente)

PERGUNTA4: e que você gostaria de fazê... estudá... trabalho

MS2: ichi!... o que eu gostaria não posso nunca mais

PERGUNTA5: por quê?

MS3: i pro Exército... isso não posso nunca mais fazê... isso era um sonho... meu Deus...

PERGUNTA6: mais por que você tinha um sonho assim?

MS4: ah!... desde... desde pequena eu falava pro pai... era meu sonho i... i no Exército né?... daí... mais daí agora... agora já passô o tempo... já... agora tenho que cuidá dos filho memo e da casa

PERGUNTA7: o que você sonha pra eles... (pescá)?

MS8: ah!... não... Deus me livre... isso não quero vê meus filho nunca na berada do rio... pescando... queném... passá tudo o que nós passemos já?... não... eu não quero isso... o mais véio ainda bem que já tem cabeça feita já... ele é no Exército... e agora o mais novo... o mais pequininho... coitadinho vai falá o quê né?

Em MS1 a leitura de sua condição é idêntica da mãe DS1: o pouco estudo induz a aceitar a pesca como profissão. MS2 revela que seu sonho profissional ficou no passado, porque queria ter ido para o Exército (MS3), só que o tempo passou e agora deve cuidar dos filhos e da casa (MS4). Observe que no momento que revela o sonho frustrado MS3 invoca “*Deus*” e (o que a transcrição não revela) ri durante a fala, mas é um riso triste, decepcionado, substituto talvez de um choro interno: ela não queria ser pescadora, ela queria ser oficial do Exército.

Em MS8 fica claro que a entrevistada não aceita deixar o legado da pesca aos filhos: “*Deus me livre*”. Segundo MS, seu filho mais velho já tem a cabeça feita para servir o Exército (o mesmo tinha na época da entrevista menos de 10 anos!). Nota-se a transferência de um sonho pessoal de mãe para filho: a inserção em uma profissão reconhecida socialmente, distinta e estável. Talvez MS consiga atingir esse objetivo, a primeira coisa ela já fez, convencer o filho que isso é o melhor, mas o segundo filho, ainda muito novo, a preocupa, pois, vai que ele goste da pesca, vai que ele não queira seguir outra profissão? O desejo desses pescadores e pescadoras que não querem ver seus filhos na mesma condição que eles

revela além do estigma uma desesperança, pois aparentemente não consideram a possibilidade da pesca profissional, ao menos no Lago de Itaipu, vir a ser uma profissão de futuro, distinta e que empregue pessoas com boa formação escolar.

Em vários momentos dessa dissertação, no entanto, observou-se falas de pescadores reivindicando melhorias de trabalho, ampliação de direitos, fiscalização mais rígida, reconhecimento da profissão etc. Tudo para viabilizar sua profissão. Então, afinal, existe ou não a esperança de melhorar as coisas? Uma hipótese é a de que os atuais pescadores acreditem que pode melhorar, ao menos, em alguns aspectos, o que é importante para eles, já que não visualizam outra profissão para si. Somado a isso, mesmo que o sonho seja ver os filhos em outra profissão, é possível que eles tenham de seguir os pais, assim poderiam ingressar numa atividade reconhecida, mais lucrativa e menos sofrida.

Esse reconhecimento, apesar de parecer apenas simbólico, pode trazer conseqüências materiais benéficas, como atesta a fala do pescador LH:

LH1: bom... é... de primero... tinha... é... esses ano atrais... não tinha seguro-desemprego nada... daí veio seguro-desemprego... e tudo... e só podia recebê quem tinha três ano de carteira... i... com esses negócio de... de... de reunião com as... com todas colônia... nós fumo em Curitiba e foi reivindicado... todos presidente reivindicô... “como que o trabalhador... tudo quanto é trabalhador... tem direito em um ano que () ele trabalha... ele tem direito em seguro-desemprego... e o pescador por que que tinha que sê três ano?”... i daí foi votado pra... na Câmara dos Deputado... foi aprovado com um ano... então... já é uma melhora...

O que LH1 está explicando é que a legislação trabalhista previa o pagamento de seguro-desemprego durante o período de defeso apenas para os pescadores com mais de três anos de carteira profissional. O argumento dos pescadores era: “*como que o trabalhador... tudo quanto é trabalhador... tem direito em um ano que () ele trabalha... ele tem direito em seguro-desemprego... e o pescador por que que tinha que sê três ano?*”. O argumento venceu e pescadores com um ano de carteira profissional passaram a ter direito ao seguro-desemprego. Simbolicamente, pode-se dizer que o pescador obteve *status* de igualdade para com os demais trabalhadores, o que num regime democrático é o mínimo, mas para quem está marginalizado é um grande avanço.

O tratamento igualitário é chave para a redução ou fim dos estigmas. Ser tratado como os outros trabalhadores para os pescadores foi um avanço. Ser tratado como prioridade, assim como são os agricultores e os turistas em Santa Helena, também é uma reivindicação dos pescadores, assim como serem vistos como pessoas que “trabalham duro”. Através de seus discursos os pescadores e pescadoras vão construindo suas identidades ao dizer o que é ser um pescador profissional, confrontando visões estigmatizadas e mudando sua própria visão do ser-pescador, como confessa o entrevistado AK⁹⁸:

AK1: eu disse pra ele... pro meu rapaiz... quando ele comprô... aquelas três metro de rede... de caquinho de rede... lá do Guarani... dos pescador profissional lá do... do São Paulo... ele trocô a troco de leitão aquilo ali... daí ele troxe... ele levô esses pedacera de rede... eles ensinaram ele entraiá e tal... aí levô lá... duas três vez ele levô... daí terceira quarta vez ele me levô junto pra ajudá trazê os peixe... ele pegava tanto peixe que tá loco... com três quatro metro de rede né?... daí ele me incentivô demais... **primeiramente eu falava “não... quem pesca é nego... alemão vai trabalhá se qué vivê”... eu disse “não não... quem pesca é nego... é profissão pra nego... pra preto...”** eu falei pra ele... ele disse “não... pai ()”... “tá bom assim”... e ele foi... e foi... e foi... e foi... e **no fim... eu acabei sendo profissional... eu cedi... eu cedi meu orgulho... e fiquei profissional... um pescador profissional... e hoje eu tô confessando que eu tô pra dezoito ano nessa profissão... sempre... sempre foi bem sucedido... só uns ano pra cá... o meu capital que eu tirei dali ele foi vortando de vagazinho de volta... né?... de volta pro Lago... porque a produção... começô demoli... e o meu material começô aumentá... e em vez de aumentá saia do bolso... pra comprá... não saia mais do rio... só saia do bolso... do que eu já tinha feito... daí foi... foi indo né? (...)**

AK2: eu achava assim... esse é um trabalho... esse é um trabalho pra... não é... como dizê assim... com cartera assinada... com dinheiro na hora... pensava assim... **pensava “isso... isso... é vagabundo que faiz isso aí... ficá aí na baranca de rio” né?... “isso é vagabundo que faiz isso”... então eu pensava aquilo seria um serviço ideal pra homem sério... não seria... mais no fim... eu acabei cedendo e entrei na idéia do meu piá... i graças a Deus... na época nós se demo bem...**

AK1 revela que tinha preconceito de quem pescava, inclusive não atribuía aos pescadores o *status* de “profissionais de verdade”, além do que misturava seu preconceito sobre a atividade a seu preconceito racial, atribuindo o serviço da pesca aos negros (“*nego*”/“*preto*”), atividade que não serve para brancos (“*alemão*”). A pesca, segundo AK, somente surgiu-lhe como alternativa por intermédio do filho, que na época era um adolescente, o qual teve sucesso na sua escolha por pescar. O pai, AK, confessa que não teria começado a pescar não fosse a insistência e o exemplo bem sucedido do filho, já que AK, descendente de

⁹⁸ Utilizou-se o negrito para as falas mais significativas quanto ao preconceito manifestado pelo entrevistado.

alemães, não se enxergava como pescador, seria uma desonra viver da pesca, que para ele não era trabalho, pois *“alemão vai trabalhá se qué vivê”*. AK diz que cedeu em seu orgulho e tornou-se um profissional da pesca. Este não foi só um “ponto de virada” em sua vida profissional, mas também em sua visão sobre a profissão de pescador: a pesca passou a ser trabalho de verdade, profissão, inclusive para *“alemão”*. O que convenceu AK disso foi a possibilidade de ganhar dinheiro com a pesca e não necessariamente seu filho, pois se esse último não tivesse obtido sucesso o pai não teria entrado no ramo. Porém, se se observar com atenção, o fato da pesca deixar de render o que rendia e inclusive dar prejuízo não fez com que AK voltasse atrás em sua posição, ou seja, o fato de ser uma atividade pouco lucrativa atualmente não fez com que AK retomasse sua visão antiga de que pesca *“é profissão pra nego... pra preto”*. No caso de AK o estigma sobre a pesca foi desconstruído.

Em AK2, o entrevistado explica o motivo do preconceito que tinha sobre a pesca profissional. Neste trecho ele abandona as afirmações racistas e tenta explicar através de um vocabulário do mundo do trabalho. Observe-se que o entrevistado teve dificuldade, inicialmente, para formular sua posição, pois estava habituado com a oposição *“negol/preto” versus “alemão/branco”*. Como ele assume que estava enganado, também precisa abandonar essa “fórmula” e tentar explicar de forma mais técnica. Então a explicação formulada é a de que pescador não tinha carteira assinada, não tinha o dinheiro na mão (salário) e que ficar na barranca do rio era coisa de *“vagabundo”* e não de *“homem sério”*. As conotações racistas foram abandonadas, porém fica bem clara a explicação do que ele entendia sobre *“profissão pra nego... pra preto”* (talvez ele ainda entenda assim a oposição racial, pois caiu seu preconceito sobre a profissão de pescador, o mesmo não é possível afirmar sobre seu preconceito sobre negros).

Como já havia sido afirmado, a valorização do trabalho produtivo, especialmente agrícola, é um traço cultural presente na região. Para muitos, assim como AK confessa, quem

não quer trabalhar busca soluções mais fáceis, como sentar na beira do rio para pescar alguns peixes para comer. A confissão de AK serve não só para se redimir de seu equívoco, mas também para anunciar que ele não é vagabundo, que pescador trabalha, que o serviço é sério, que a pesca pode render dinheiro, que é, portanto, uma profissão. Um esforço de afirmação, como a de tantos outros entrevistados, que pretende denunciar preconceitos, desconstruir estigmas e construir uma identidade positiva daqueles que vivem do trabalho da pesca.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao entrar na comunidade de pescadores de Santa Helena para realizar a presente pesquisa, imediatamente percebeu-se o tamanho do desafio de interpretar um grupo social, mesmo estando o olhar direcionado “apenas” para as dimensões lingüística e identitária desta comunidade. A compreensão de que não se pode produzir uma interpretação coerente e profunda sem antes entender a comunidade como um todo, para aí sim entendê-la nas dimensões selecionadas, levou a estudar o seu contexto sócio-histórico-geográfico, o que pressupunha entender a região Extremo-Oeste, especialmente o município de Santa Helena. Sabe-se que, por si só, esse objetivo já seria suficiente para uma dissertação, por isso denominou-se “panorama” sócio-histórico-geográfico o que foi produzido no Capítulo 2, o qual forneceu subsídios para compreender como se deu o processo de formação da categoria e da comunidade de pescadores, especialmente com o advento do Lago de Itaipu.

Outro desafio foi a coleta e transcrição dos dados. A entrada em campo sempre é decisiva para o sucesso ou fracasso de uma investigação etnográfica. Pode-se dizer que, apesar dos percalços estruturais e metodológicos, conseguiu-se (e aqui se insere toda equipe do projeto de pesquisa “Trajetórias sociais e trabalho na fronteira”) realizar um trabalho de campo que proporcionou um *corpus* riquíssimo através das entrevistas gravadas e do contato humano e material, o que possibilitou constatar *in loco* a realidade social da comunidade de pescadores, o que garantiu análises mais factíveis e fidedignas das narrativas.

A revisão da literatura sobre linguagem e identidade também foi de grande valia, à medida que proporcionou a compreensão de como a identidade se dá “na” e “pela” linguagem, já que o processo de identificação é de natureza simbólica e associado ao processo de representação que o sujeito faz de si e do mundo que o cerca. A compreensão de que se vive numa época em que a identidade não é mais concebida como “*una*” e sim como “*multi*” e

que essa diversidade identitária leva a viver um descentramento, o qual nem sempre é pacífico, ajudou a entender porque os sujeitos em foco revelam conflitos de identificação com sua realidade como pescadores. A aceitação de que se podem portar várias identidades e que estas são construídas simbolicamente através da linguagem, especialmente pela marcação da “diferença” entre o “eu” e o “outro”, fez acreditar que lendo as narrativas orais dos entrevistados se poderia trilhar um caminho que possibilitasse entender um pouco de suas identidades. Dessa forma, as narrativas não podiam ser lidas como textos isolados de seu contexto de produção, seja o contexto imediato, da interação face a face entre entrevistador e entrevistado, seja o contexto mais amplo, descrito no panorama sócio-histórico-geográfico da comunidade de pescadores. Estava-se, portanto, frente a frente com discursos, narrativas que construía a trajetória de vida dos sujeitos estudados, que revelavam processos de rememoração, de esquecimento, de seleção, de ênfase, de avaliação, enfim, processos que revelavam o sujeito ao mesmo tempo lendo a si e ao mundo e narrando isso aos entrevistadores, e esses, por sua vez, caixas de ressonância que levariam adiante a história de vida do sujeito e a realidade da comunidade de pescadores, contada a partir do ponto de vista do entrevistado, mas analisado pelo olhar do pesquisador.

Buscou-se, então, convergir concepções teóricas e metodologias de diferentes áreas do conhecimento para o foco de estudo, tentando fazer com que dialogassem entre si e oferecessem uma perspectiva científica que valorizasse o ser humano e as particularidades da comunidade. O objetivo disso é conseguir que a teoria ajude a explicar a realidade e não conformar a realidade à teoria, o que geraria uma distorção da realidade e apenas serviria para justificar teorias nem sempre confiáveis.

As investigações realizadas confirmam a expectativa de que a linguagem é o constructo principal da identidade. As narrativas orais dos entrevistados revelaram aspectos que compõem a identidade social de ser pescador: o recurso à memória, as estratégias

discursivas, os silenciamentos, as repetições, as denúncias, a marcação da diferença, enfim, o uso de todo um conjunto de instrumentos associados à linguagem foi utilizado pelos narradores. A possibilidade legada pela linguagem ao sujeito de refletir sobre si e seu mundo, de organizar simbolicamente as representações que faz a partir de suas reflexões e ainda de dar publicidade à sua trajetória de vida, aos seus posicionamentos, às suas avaliações, enfim, a possibilidade que a linguagem lega ao indivíduo para que esse se constitua como sujeito de seu discurso evidencia que é através da linguagem que o sujeito constrói sua identidade e identifica-se no mundo.

Apesar de centrar atenção na identidade social de pescador, em todas narrativas deparou-se com outras identidades aflorando, como as de pai, de mãe, de marido, de mulher, de filho, de filha, de agricultor, de ex-agricultor, de pobre, de branco, ou seja, identidades ligadas ao gênero, à classe social, à profissão, à família etc. Por isso, evitou-se afirmar categoricamente que os entrevistados são pescadores, apesar de que suas narrativas autorizam essa afirmação, haja vista todos entrevistados terem assumido essa posição social. Mas, mesmo que se possa afirmar com certeza que os entrevistados portam a identidade de pescadores profissionais do Lago de Itaipu, ainda é preciso se tomar cuidado, porque em determinados momentos eles não narravam a partir dessa posição social, ou seja, a identidade de pescador ou pescadora estava “arquivada” enquanto outra identidade assumia a posição de narrador. Além do mais, em muitos momentos sentiu-se claramente a negação da profissão ou mesmo a vontade de nunca terem se tornado pescador, porém ficou claro também que a negação estava acompanhada de resignação, ou seja, nem sempre “querer é poder”, e mesmo não querendo os entrevistados não negaram sua posição social profissional.

Outra contribuição que fica deste trabalho é o registro de várias narrativas, parciais, porém que podem revelar muito mais do que o explicitado, seja sobre a identidade dos pescadores, seu cotidiano, conhecimentos, avaliações e atitudes, seja sobre aspectos da

linguagem que fazem uso. Dentro em breve as narrativas completas que compõem o *corpus* do presente trabalho também deverão estar disponíveis àqueles que desejarem continuar estudando essa comunidade, dando seqüência a interminável jornada das ciências em busca do conhecimento sobre a humanidade e seu universo.

Em meio à tamanha complexidade gerada pela multiplicidade identitária que resulta em diferentes nuances da identidade social de pescador⁹⁹, espera-se ter conseguido traçar um caminho interpretativo coerente e lúcido, capaz de suscitar reflexões sobre a comunidade de pescadores do Lago de Itaipu e também contribuir no entendimento das relações existentes entre linguagem e identidade em uma comunidade social. Como já dito em vários momentos desse trabalho, as interpretações aqui propostas compõem “uma” leitura possível e não “a” leitura possível. A mesma comunidade vista sob outras teorias ou mesmo pela ótica de outras áreas do conhecimento pode revelar conclusões diferentes ou até conflitantes, assim como pode ampliar as interpretações aqui propostas, pois dar conta da totalidade não é possível em função da complexidade inerente a toda comunidade social.

⁹⁹ Multiplicidade identitária que também garante a individualidade dos sujeitos, já que cada um possui sua própria multiplicidade identitária.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBRECHT, J.; LÜDTKE, J.; THUN, H. **Energie und Ergon**: Sprachliche Variation – Sprachgeschichte – Sprachtypologie; Studia in honorem Eugênio Coseriu. Narr, 1988.
- ALKMIM, T. M. Sociolingüística. In: MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. **Introdução à lingüística 1**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 21-47
- ALVES, I. M.. Neologia e tecnoletos. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de O. & ISQUERDO, A. N. (orgs.) **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia e terminologia. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998. p. 23-29.
- ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. 11 ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.
- ANTONIO. J. D.. Proposições relacionais em narrativas do português. In: **SIGNUM: ESTUDOS DA LINGUAGEM**. Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina. N. 6/2. Londrina: Ed. UEL, 2002. p. 7-18
- BAGNO, M. **A língua de Eulália**: novela sociolingüística. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. **Preconceito Lingüístico**: o que é, como se faz. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- _____. **Português ou brasileiro?**: um convite à pesquisa. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2004.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BAMBERG, M. Construindo a masculinidade na adolescência: posicionamentos e o processo de construção da identidade aos 15 anos. In: MOITA LOPES, L. P. & BASTOS, L. C. (orgs.). **Identities**: recortes multi e interdisciplinares. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002. p. 149-185
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolingüística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRAIT, B. Perspectiva dialógica, atividades discursivas, atividades humanas. In: SOUZA-E-SILVA, M. C. P. & FAÍTA, D. (orgs.). **Linguagem e Trabalho**: construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002. p. 31-44
- BRANDÃO, S. F. **A Geografia Lingüística no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CALVET, L.-J. **Sociolingüística**: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMPIGOTO, J. A. **Hermenêutica da Fronteira**: a fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Florianópolis: UFSC, 2000. Tese de doutorado

_____. **Narradores de Fronteira**: malhas da pré-compreensão. Texto produzido para apresentação na III Jornada Científica da Unioeste. Marechal Cândido Rondon: mimeo. 2005.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHAUÍ, M. **Conformismo e Resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. 6. reimp. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **O que é Ideologia**. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a História da Severina**. 7ª reimp. da 1. ed. de 1987. São Paulo: Brasiliense, 2001.

COLODEL, J. A. **Obrages & Companhias Colonizadoras: Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960**. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.

DAMKE, C. **Sprachgebrauch und Sprachkontakt in der deutschen Sprachinsel in Südbrasilien**. Frankfurt am Main; Berlin; Bern; New York; Paris; Wien: Lang, 1997.

_____. Variação Lingüística e a Construção do Sujeito. In: **Jornada de Estudos Lingüísticos e Literários (1. 1998, Marechal Cândido Rondon)**. *Revista da Jell*. Marechal Cândido Rondon: Gráfica Escala, 1998. p. 20-25

DE PRETTO, M. L. S. Vocabulário jurídico: um estudo sociolingüístico na área do direito do trabalho. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de O. & ISQUERDO, A. N. (orgs.) **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia e terminologia. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998. p. 73-76

ELIAS, N. & SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FERGUSON, C. A. On sociolinguistically oriented surveys. In: **Linguistic Repórter 8 (4)**. 1966.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 29 ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

GARCEZ, Pedro M. Transcrição como teoria: a identificação dos falantes como atividade analítica plena. In: MOITA LOPES, L. P. da & BASTOS, L. C. **Identities**: recortes multi e interdisciplinares. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002. p. 83-95

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná. Cascavel, PR: Unioeste, 2002.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**: estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. 1ª reimpressão com alterações. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

ISQUERDO, A. N. Vocabulário do seringueiro: campo léxico da seringa. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de O. & ISQUERDO, A. N. (orgs.) **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia e terminologia. Campo Grande : Ed. UFMS, 1998. p. 89-98

ITAIPU-UEM/NUPÉLIA. **Reservatório de Itaipu**: estatística do rendimento sócio-econômico da pesca. (relatório) Maringá (PR), 2002.

KOCH, I. G. V. *A inter-ação pela linguagem*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

LABOV, William. **Modelos Sociolingüísticos**. Madrid: Cátedra, 1983.

LAVERDI, Robson (Coord.). **Trajetórias sociais e trabalho na fronteira: estudo de caso dos pescadores de Santa Helena/PR**. Marechal Cândido Rondon: Unioeste – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras. Projeto de Pesquisa, agosto/2003 a julho/2005.

MACCARI, N. S. K. **Migração e memórias: a colonização do Oeste paranaense**. Curitiba, 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.

MACHADO, J. J. **A formação da classe e o cotidiano dos pescadores profissionais de Santa Helena**. Marechal Cândido Rondon, 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

MAINGUENEAU, D. **Elementos de lingüística para o texto literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MAZZAROLLO, J. **A taipa da injustiça**: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola: CPT-PR, 2003.

MELO, L. E. A proposta revisitada de Labov para o estudo da narrativa. In: **SIGNUM: ESTUDOS DA LINGUAGEM**. Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina. N. 6/2. Londrina: Ed. UEL, 2002. p. 151-160.

MISHLER, E. G. Narrativa e Identidade: a mão dupla do tempo. In: MOITA LOPES, L. P. & BASTOS, L. C. (orgs.). **Identidades**: recortes multi e interdisciplinares. Campinas, SP:

Mercado de Letras, 2002. p. 97-119

MOITA LOPES, L. P. da. Socioconstrucionismo: discurso e identidades sociais. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Discursos de identidades**: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003. p. 13-38

MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução à sociolingüística**: o tratamento da variação. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução à sociolingüística**: o tratamento da variação. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 9-14

MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CTIM (Comissão Técnica IAP, IBAMA, Itaipu e Ministério Público). **Normas de uso e ocupação do reservatório de itaipu e de sua faixa de proteção**. edição de 01/12/1999.

PAIVA, M. C. de. A transcrição de dados lingüísticos. In: MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução à sociolingüística**: o tratamento da variação. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 135-146

PENNA, M. Relatos de migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento. In: SIGNORINI, I. (org.). **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998. p. 89-112

PEREIRA, Maria Ceres. Negociando a entrada no campo de pesquisa: a perspectiva metodológica etnográfica. In: **Revista da II Jornada de Estudos Lingüísticos e Literários (2. 1999, Marechal Cândido Rondon)**. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999. p. 97-104

PERINI, M. A. **Para uma nova gramática do português**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1993.

PILETTI, R. **Sobreviver é preciso!** Marechal Cândido Rondon, 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: **REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15

POSSENTI, S. **Porque (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

PRETI, D. **Sociolingüística**: os níveis de fala. 9. ed. (1. reimpr.) São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**. 16 ed. 9 reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SCHREINER, D. F. **Cotidiano, Trabalho e Poder**: a formação da cultura do trabalho no Extremo Oeste do Paraná. 2. ed. Toledo, PR: Editora Toledo, 1997.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 73-102

SOUZA, E. B. C. de. **Os efeitos sociais e ambientais provocados pela construção da hidrelétrica da Itaipu Binacional**. Foz do Iguaçu, 1992. Monografia (Especialização em Geografia Rural) - Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

TEIS, D. T. **A (re)construção da identidade do aluno brasiguaiio**. Cascavel: Unioeste, 2004. Dissertação de Mestrado.

THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VOGT, C. Linguagem, língua e poder. In: **Linguagem, Pragmática e Ideologia**. 2. ed. aumentada. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 77-90

VOTRE, S. J. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 51-57

WACHOWICZ, R. C. **Obrages, mensus e colonos: história do Oeste Paranaense**. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 7-70

ANEXOS

ANEXO 1 – OFÍCIO E/CD/0802/05 – ITAIPU BINACIONAL: LOCALIZAÇÃO DOS PONTOS DE PESCA DO LAGO DE ITAIPU EM SANTA HELENA/PR...	250
ANEXO 2 – NOTAÇÕES DO PROJETO “NORMA URBANA CULTA” (NURC) PARA TRANSCRIÇÃO DE DADOS ORAIS ATRAVÉS DO SISTEMA ORTOGRÁFICO.....	253

**ANEXO 1 – OFÍCIO E/CD/0802/05 – ITAIPU BINACIONAL: LOCALIZAÇÃO DOS
PONTOS DE PESCA DO LAGO DE ITAIPU EM SANTA HELENA/PR.**



Av. Tancredo Neves, 6731
85.866-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3520-5724
Fax (45) 3520-6998
www.itaipu.gov.br

E/CD/0802/05
Foz do Iguaçu, 20 de novembro de 2005

Ilmo. Sr.
CLÓVIS ALENCAR BUTZGE
Marechal Cândido Rondon - PR

Prezado Senhor,

Pela correspondência datada de 22 de agosto de 2005, V. Sa. solicitou informações a respeito da localização dos Pontos de Pesca existentes na margens do Reservatório de ITAIPIU, no município de Santa Helena, com o objetivo de auxiliar no projeto de pesquisa strictu sensu, em nível de mestrado.

Sobre o assunto, queremos inicialmente parabenizá-lo pela iniciativa, e informar-lhe que em Santa Helena existem atualmente em uso pelos pescadores profissionais 13 (treze) Pontos de Pesca administrados pela Colônia Nossa Senhora dos Navegantes e Associação Real dos Pescadores, obedecendo as Normas de Uso e Ocupação do Reservatório e de sua Faixa de Proteção. A localização dos Pontos de Pesca está discriminada na tabela abaixo:

NÚMERO DO PONTO DE PESCA	REFERÊNCIA – POLIGONAL ENVOLVENTE	LOCALIDADE
34	PESC 28	São Vicente Chico
36	PESC 105	Vila Celeste
Sem número	PEFF 29	Curva do Obregon
39	PEFF 109	Linha Gaúcha
48	PEFF 1.095	Linha Maraskin
Sem número	PEFF 1.131	Sub-Sede
42	PEFF 1504	Linha Guarani
50	PEFF 1558	Fazenda Rainha
Sem número	PEM 54	Vila Celeste
35	PESV 16	Linha São Vicente Chico
37	PEDI 345	Próximo ao Porto Comercial-SH
71	PEFV 64	Linha União
Sem número	PEFF 249	Linha Corrêa Porto

Os Pontos de Pesca sem número referem-se àqueles recentemente demarcados pela ITAIPIU, e serão posteriormente numerados de acordo com uma nova padronização que será implementada em todos Pontos de Pesca existentes na Faixa de Proteção.

Cultivando
ÁGUA BOA



Av. Tancredo Neves, 6731
85.866-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 520-5724 – Fax (45) 520-6998
www.itaipu.gov.br

E/CD/0802/05 - pág. 02 de 02

Convém salientar que em 2003, a ITAIPU Binacional, conjuntamente com os pescadores profissionais, desenvolveu, de acordo com as diretrizes do Programa Cultivando Água Boa, o projeto de revitalização dos Pontos de Pesca existentes no entorno do Reservatório, entre os municípios de Foz do Iguaçu e Guaira.

O projeto consiste em promover a melhoria das condições de trabalho dos pescadores, mediante a implantação de infra-estrutura padrão destinada ao exercício da atividade pesqueira em condições mais adequadas relativamente à qualidade de vida do pescador, ao manuseio do pescado e a conservação ambiental.

Com a implementação do projeto, já licenciado pelos órgãos ambientais, e com previsão de início em 2006, as Colônias e Associações de Pescadores, numa parceria com esta Entidade, poderão conquistar, para seus associados, benefícios de grande importância, como por exemplo:

- Ampliar o inter-relacionamento com as Prefeituras dos Municípios, órgãos ambientais e outras instituições da região, criando-se programas de educação ambiental, orientações sobre a atividade pesqueira, etc., para a comunidade em geral que, com as novas estruturas previstas, os trabalhos poderão ser desenvolvidos nos próprios Pontos de Pesca;
- Juntamente com os referidos órgãos, viabilizar projetos alternativos de subsistência para que os pescadores profissionais possam obter rendimentos extras, sem prejuízo da atividade principal, principalmente por ocasião da época da piracema.
- Criar nos pescadores profissionais uma conscientização de que com a ampliação de suas atividades terão melhores condições de vida pessoal, com conseqüentes benefícios para seus familiares.

Finalizando, caso seja necessário esclarecimentos adicionais sobre os Pontos de Pesca acima citados, pedimos a gentileza de entrar em contato com o Sr. Edoni Prestes Pedroso, pelo telefone número (45)-3268-3990, ou pelo e-mail edoni@itaipu.gov.br.

Atenciosamente,



NELTON MIGUEL FRIEDRICH
Diretor de Coordenação

Cultivando
ÁGUA BOA

**ANEXO 2 – NOTAÇÕES DO PROJETO “NORMA URBANA CULTA” (NURC)
PARA TRANSCRIÇÃO DE DADOS ORAIS ATRAVÉS DO SISTEMA
ORTOGRÁFICO. Disponível em:
<http://www.fflch.usp.br/dlc/nurc/normas_para_transcricao.htm>**

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO*
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	do nível de renda... () nível de renda nominal...
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé/ e reinicia
Entoção enfática	maiúscula	porque as pessoas reTÊM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para ::: ou mais	ao emprestarem os... éh::: ...o dinheiro
Silabação	-	por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	eo Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma... retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúsculas))	((tossiu))
Comentários que quebram a seqüência temática da exposição; desvio temático	-- --	... a demanda de moeda -- vamos dar essa notação -- demanda de moeda por motivo
Superposição, simultaneidade de vozes	{ ligando as linhas	A. na { casa da sua irmã B. sexta-feira? A. fizeram { lá... B. cozinham lá?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	“ “	Pedro Lima... ah escreve na ocasião... “O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRRElra entre nós”...

* Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP No. 338 EF e 331 D².

Observações:

1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc.)
2. Fáticos: *ah, éh, eh, ahn, ehn, uhn, tá* (não por *está: tá?* você *está* brava?)
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.
4. Números: por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa).
6. Não se anota o *cadenciamento da frase*.
7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: *oh:::...* (*alongamento e pausa*).
8. Não se utilizam sinais de *pausa*, típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de *pausa*, conforme referido na *Introdução*.